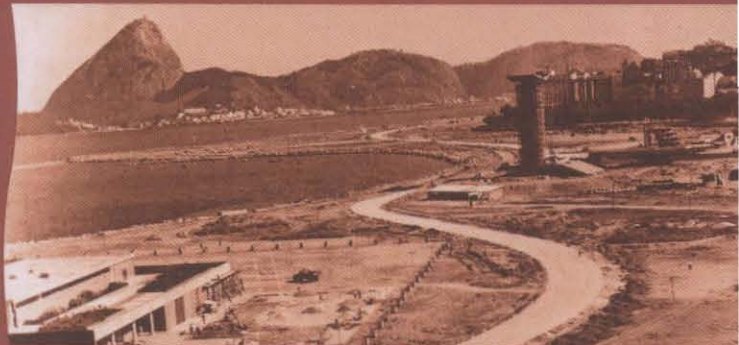
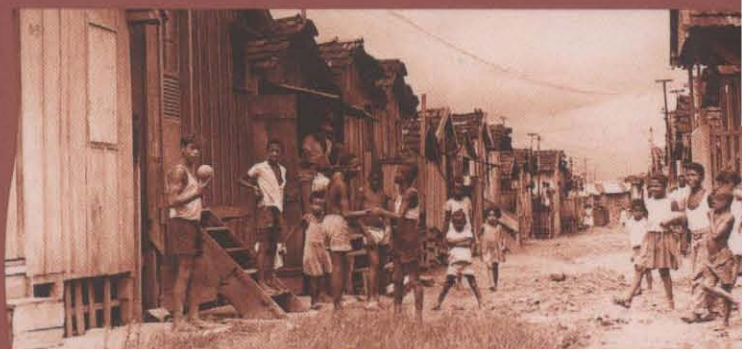


DEPOIMENTOS AO
CPDOC/FGV

CAPÍTULOS DA



MEMÓRIA DO



URBANISMO CARIOCA



AMÉRICO FREIRE
LÚCIA LIPPI OLIVEIRA
ORGANIZADORES

Américo Freire, historiador,
é coordenador do Núcleo de Estudos
e Pesquisas do Rio de Janeiro do Centro
de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea da Fundação Getúlio
Vargas – CPDOC/FGV e professor do
CAP/UFRJ. Autor de *Guerra de Posições
na Metrópole* (Editora FGV, 2001) e
Uma capital para a República
(Revan, 2000).

Lúcia Lippi Oliveira, socióloga,
é pesquisadora do Centro de Pesquisa
e Documentação de História
Contemporânea da Fundação Getúlio
Vargas – CPDOC/FGV.
Autora de *Americanos: representações da
identidade nacional no Brasil e nos EUA*
(UFMG, 2000) e organizadora de *Cidades:
história e desafios* (FGV, 2002).

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CAPÍTULOS da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/
Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca,
2002. 232p. il.

Capítulos da memória do urbanismo carioca



AMÉRICO FREIRE
LÚCIA LIPPI OLIVEIRA

ORGANIZADORES

Capítulos da memória do urbanismo carioca



EDIÇÕES
FOLHA SECA

Copyright © Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei 9 610 de 19/02/1998

Organizadores:

Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira

Entrevistadores:

Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Lúcia Lippi Oliveira e Marly Silva da Motta.

Estagiários:

**Júlio Naves (PIBIC/CNPq), Daniel de Farias Simões (Cpdoc-FGV)
e Daniela Maria Leal Arantes (Cpdoc-FGV)**

Edição de Texto:

Lúcia Hippólito

Revisão de Texto:

Fátima Saadi

Pesquisa Iconográfica:

Domingos Fonseca

Produção gráfica:

Marcelo Epaminondas

Capa e projeto gráfico.

Egeu Laus

Coordenação e produção editorial:

Edições Folha Seca – tel. (21) 2224.8721

folhaseca@br.inter.net

Patrocínio:

Atlântica Residencial

Catálogo na fonte do Departamento Nacional do Livro

C244 Capítulos da memória do urbanismo carioca /
Organizadores Américo Freire, Lúcia Lippi Oliveira
Rio de Janeiro : Folha Seca, 2002.
232p. Ilustrado. 21x28cm

ISBN : 85-87199-04-8

1. Urbanização – Rio de Janeiro (RJ) I. Freire, Américo II. Oliveira, Lúcia Lippi

CDD : 918.153



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil



Sumário

7 Apresentação

Capítulo I

O sonho utópico: Reidy e os modernos

- 14 Alfredo Britto
- 26 Margareth da Silva Pereira
- 40 Berta Leitchic
- 48 Francisco Bolonha

Capítulo II

O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 60

- 60 José Arthur Rios
- 78 Sandra Cavalcanti

Capítulo III

O arquiteto que virou antropólogo: Carlos Nelson Ferreira dos Santos

- 106 Maria Laís Pereira da Silva
- 118 Isabel Cristina Eiras
- 132 Diogo Lordello de Mello

Capítulo IV

Administrando o cotidiano: o dia-a-dia do urbanista

- 142 Pedro Teixeira Soares
- 166 Hélia Nacif Xavier

Capítulo V

Novas experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural

- 190 Francisco de Mello Franco
- 202 Augusto Ivan de Freitas Pinheiro

223 Bibliografia

227 Índices Onomástico e Temático

230 Créditos de imagens

Apresentação

Capítulos da memória do urbanismo carioca reúne e divulga o depoimento de urbanistas, arquitetos, engenheiros, educadores, sociólogos e administradores que estiveram envolvidos com questões urbanas do Rio de Janeiro. Alguns dos depoentes ocuparam postos da administração municipal ou estadual e foram responsáveis diretos pelas mudanças que estavam acontecendo na cidade. Outros são conhecedores das questões urbanas e acompanham os dilemas e a história da vida da cidade em seus estudos e pesquisas.

É possível notar a diversidade de temas, de dados, de abordagens aqui apresentada; essa diferenciação é derivada da ótica pessoal e da história de vida de cada um dos entrevistados. Os depoimentos dialogam entre si. Há momentos de complementaridade. Em outros há divergências e mesmo oposição. Mas, em seu conjunto, essa pluralidade permite apresentar ao leitor a constituição de um campo de atuação sobre a cidade. Procuramos olhar de fora de cada um dos campos e universos e fazer perguntas que os especialistas julgariam desnecessárias ou mesmo impertinentes. Indagamos em nome do leitor comum, aquele interessado em conhecer as experiências e iniciativas realizadas na cidade.

As entrevistas agora reunidas permitem reconstruir alguns passos da constituição do urbanismo como campo de estudo e de ação voltado para a cidade do Rio de Janeiro. Procurou-se resgatar a emergência desse novo profissional e mostrar os caminhos pelos quais os arquitetos tornaram-se urbanistas, lá pelos anos de 1930. É nesse processo que emerge a figura do arquiteto Le Corbusier, figura marcante para toda uma geração que se formava no Rio de Janeiro, então capital federal. No urbanismo carioca e na constituição do campo da arquitetura moderna há uma geração fundadora, heróica mesmo, composta por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy entre outros. Entretanto, desse grupo fundador, privilegiamos Reidy por razões que serão melhor destacadas e compreendidas após a leitura das próprias entrevistas. Podemos apenas adiantar que foi sua atuação como funcionário da prefeitura do Distrito Federal e as marcas de seus projetos, aqueles que ficaram na cidade do Rio de Janeiro, que nos fizeram destacar sua posição entre os arquitetos modernos.

O sonho de utopia dos modernos e de Reidy em particular é tratado no capítulo 1. Entre seus planos e projetos para a cidade está aquele que pretendeu lidar com questão tão antiga e aparentemente *insolúvel* – o crescimento da população urbana de baixa renda, ou, os “sem teto”. Assim é que o Pedregulho aparece como documento/monumento do sonho dos arquitetos modernos de construir habitação popular no Brasil. O casal Affonso Eduardo Reidy e Carmen Portinho salta das entrevistas e vem para o primeiro plano. Os depoimentos de Alfredo Britto e Margareth Pereira conseguem transmitir a riqueza dos anos heróicos e falam de uma memória apreendida, enquanto os de Berta Leitch e Francisco Bolonha comunicam uma memória vivida.

O capítulo 2 vai resgatar o testemunho de dois personagens que estiveram diretamente envolvidos com a população de baixa renda, mais especificamente com a população das favelas do Rio. O que fazer com essa população? No Rio de Janeiro dos anos 60 têm lugar experiências que pretendiam organizar essa população, introduzir melhorias em seus locais de moradia, assim como iniciativas de sua remoção para outros locais distantes do centro urbano. São depoimentos de dois atores que estiveram com a mão na massa, José Arthur Rios e Sandra Cavalcanti. Eles nos permitem conhecer o campo de alternativas e conflitos nos primeiros anos em que o Rio deixa de ser capital federal e se transforma em estado da Guanabara.

A favela e suas transformações também constituem o cerne do capítulo 3 no qual se procura reconstruir a trajetória de outra figura relevante no cenário carioca que participou de uma experiência de urbanização que até hoje produz desafios – Brás de Pina. Carlos Nelson Ferreira dos Santos aparece como um profissional híbrido entre o arquiteto e o antropólogo dizendo “coisas” não esperadas e apresentando inovações no campo da compreensão do fenômeno urbano. Sua recuperação passa pela memória de profissionais – Maria Laís Pereira da Silva, Isabel Cristina Eiras e Diogo Lordello – que com ele conviveram no Instituto Brasileiro de Administração Municipal e na Universidade Federal Fluminense. O Centro de Pesquisas Urbanas que Carlos Nelson dirigiu no Ibam foi celeiro para formação de vários profissionais que estão ainda hoje atuantes no campo do urbanismo.

Urbanismo envolve não só teorias, doutrinas, pesquisas e conhecimento de várias disciplinas trabalhando em conjunto mas também ações concretas da administração pública. Há uma ação cotidiana sobre a cidade que tem que se defrontar com interesses divergentes e múltiplos decorrentes da vida da cidade e que dependem da ação dos administradores. Nos depoimentos de dois urbanistas de gerações diferentes, Pedro Teixeira Soares e Hélia Nacif Xavier, ambos com larga experiência na máquina administrativa municipal (capítulo 4) acompanha-se as diferentes respostas dadas pelo poder público nas últimas quatro décadas aos crescentes desafios de uma metrópole em constante e desordenada expansão.

No capítulo final do livro, coloca-se o foco em duas experiências urbanísticas que marcam a face física da cidade até os dias de hoje: a Barra da Tijuca e a recuperação de parte do centro histórico do Rio de Janeiro pelo projeto Corredor Cultural. O plano Lúcio Costa para a Barra da Tijuca e o seu papel estratégico para as mudanças promovidas ou intentadas pelo governo do então estado da Guanabara é o tema privilegiado do depoimento do engenheiro Francisco de Mello Franco. Sobre a bem-sucedida experiência do Corredor Cultural, a palavra coube a quem de direito, a um dos seus protagonistas, o arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiro.

A memória do urbanismo no Rio não está toda contida aqui – daí o título de *Capítulos* dado a esse livro. Outros depoimentos ainda precisam ser recolhidos. Estão aqui lembranças, versões, interpretações tanto de pessoas que atuaram diretamente nesse campo quanto de outras que são mediadoras entre passado, presente e futuro, no caso dos que se dedicam ao ensino de novas gerações. Esperamos que os *Capítulos* aqui apresentados possam ser úteis a todos aqueles que se interessam pela vida da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

■

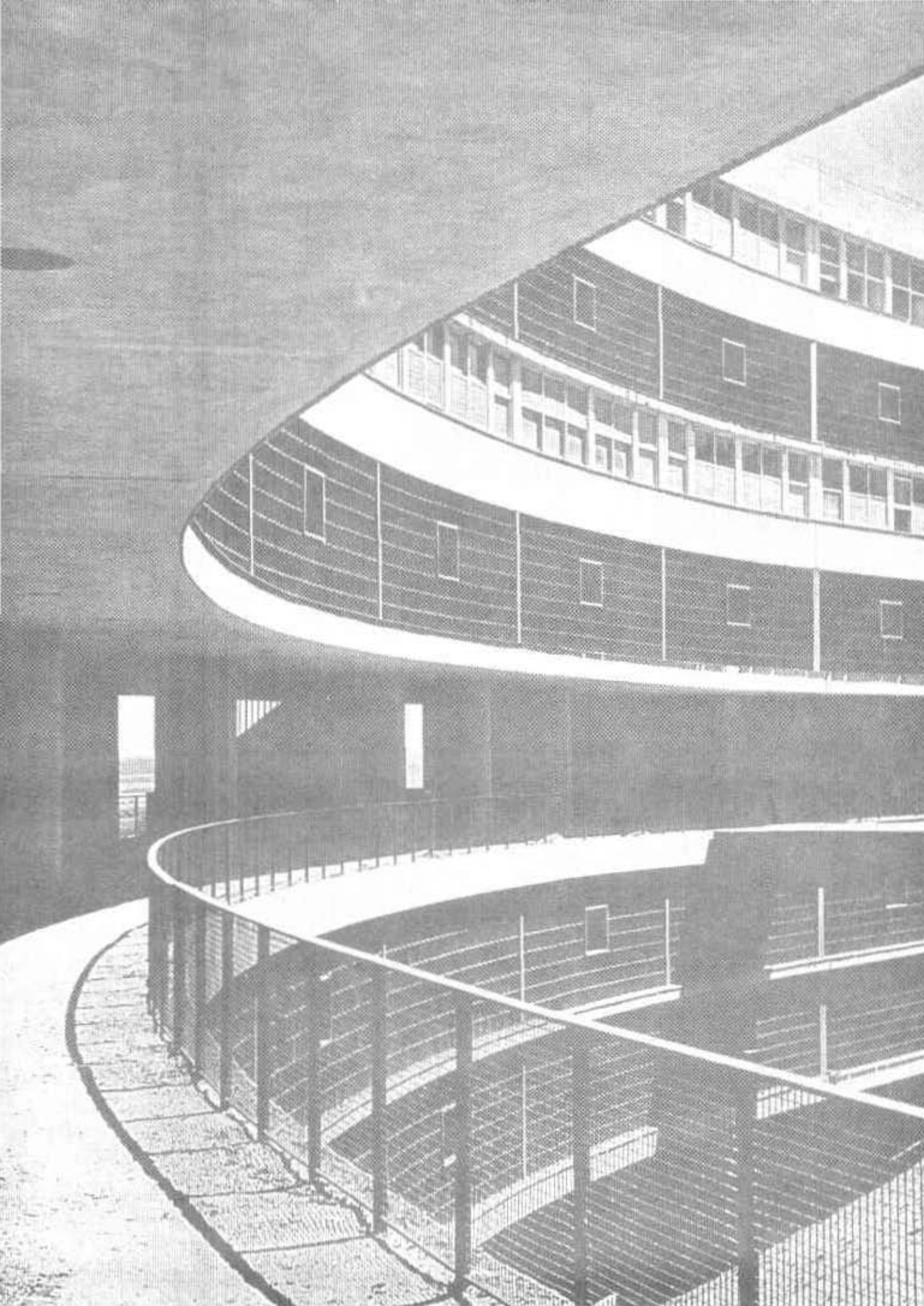
Este volume contou com o apoio de várias pessoas e instituições. Em primeiro lugar, cabe uma palavra de agradecimento aos entrevistados que se prontificaram a conversar conosco e a rever seus depoimentos. Na fase inicial do projeto, tivemos também a oportunidade de contar com os depoimentos do arquiteto José Octacílio de Sabóia Ribeiro, que nos relatou a trajetória profissional de seu pai, o professor e urbanista Sabóia Ribeiro; da administradora e urbanista Maria da Graça Neves, que examinou as linhas-mestras dos programas de pós-graduação em planejamento urbano no Rio de Janeiro na passagem da década de 1970 para a década de 1980; e do sociólogo e urbanista Paulo Fernando Cavalieri, que traçou um panorama da política habitacional das últimas duas décadas no âmbito municipal. Estes três depoimentos nos deram informações preciosas para o livro e esperamos trazê-los a público em breve, já em um novo volume dos *Capítulos*.

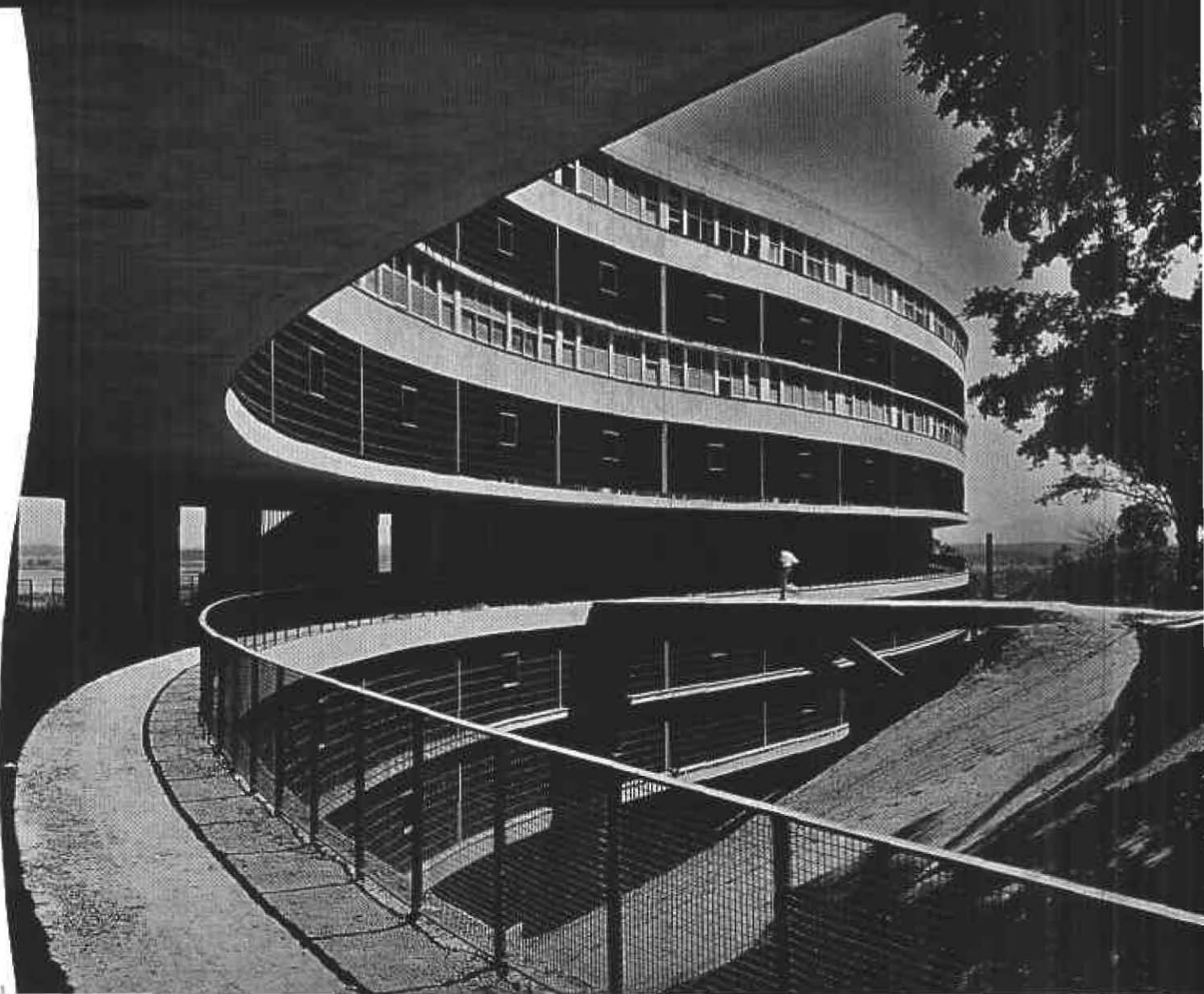
Para lidar com o grande conjunto de questões que envolvem o campo do urbanismo, contamos com a consultoria da professora Margareth Pereira, da qual pudemos extrair informações, análises, energia e entusiasmo. Sobre a arquitetura moderna brasileira, pudemos nos valer da experiência e da palavra amiga dos arquitetos Mauro Bitar e Lauro Cavalcanti. O professor Edgard Flexa Ribeiro nos deu dicas valiosas de nomes para as entrevistas.

No Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, a diretora Marieta de Moraes Ferreira assegurou as condições materiais e humanas para o desenvolvimento do projeto. Tivemos ainda o importante apoio dos pesquisadores Sérgio Lamarão e Cristiane Jalles, do Núcleo do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC. Hélia Nacif Xavier, então titular da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) da cidade do Rio de Janeiro, deu amplo apoio ao projeto, abrindo portas e franqueando o seu tempo para a realização de várias discussões sobre o tema em questão. Por concurso da SMU, foi possível a obtenção de recursos para a execução do projeto, junto à Atlântica Residencial.

Foram realizadas 30 horas de entrevistas nos anos de 2000 e 2001. Participaram das entrevistas os pesquisadores Américo Freire, Lúcia Lippi Oliveira, Marly Silva da Motta e Carlos Eduardo Sarmento. Lúcia Hippólito realizou o difícil trabalho de editar as entrevistas originais com a reconhecida competência.

Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira





Vista da fachada posterior do
Conjunto Habitacional Prefeito Mendes
de Moraes, o Pedregulho, no bairro
de Benfica, Rio de Janeiro,
construído entre 1947 e 1958.

O sonho utópico:

Reidy e os modernos

Depoimentos de

Alfredo Britto

Margareth da Silva Pereira

Berta Leitchic

Francisco Bolonha

Alfredo Britto

Alfredo Luiz Britto é arquiteto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Esteve sempre ligado a questões de tombamento e de proteção do patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Fundador do GAP / Grupo de Arquitetura e Planejamento, autor de centenas de projetos de arquitetura e urbanismo, entre eles o Rio Cidade Laranjeiras e o projeto de restauração do Conjunto Tombado do Arquivo Nacional.

Organizou exposição sobre a obra e os projetos de Affonso Eduardo Reidy no Solar Grandjean de Montigny (PUC-RJ) em 1985 e foi responsável pela concepção, coordenação geral e catálogo da interessante exposição *“O Rio jamais visto”*, apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil entre outubro de 1998 e janeiro de 1999.

A entrevista foi concedida no dia 27 de dezembro de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi.

Le Corbusier tornou-se figura mitológica para aquela geração de arquitetos brilhantes

A partir da década de 1930 surge no Brasil uma excepcional geração de arquitetos, entre os quais Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy. Que outros nomes o senhor poderia citar?

Esta geração inclui também, aqui no Rio de Janeiro, Alcides Rocha Miranda, Jorge Moreira e Luís Nunes. Este uma figura extraordinária, para quem estuda arquitetura e urbanismo: tornou-se um mito e uma paixão para alguns – e ficou desconhecido. Pouca gente conhece o Luís Nunes. Às vezes faço uma comparação entre ele e Noel Rosa, porque ambos morreram muito cedo de tuberculose e deixaram uma obra extraordinária e pioneira, cada um no seu campo.

Logo que se formou, o Luís Nunes foi atraído para a província, pelo governo de Pernambuco. Foi para lá, envolveu-se com a administração pública e fez uma obra extraordinária em Recife! Seu discurso e sua prática eram absolutamente revolucionários para a época. “Um menino” de vinte e poucos anos – morreu com menos de 30 – escreveu um texto para o governador, dizendo que, antes de se exigir do particular o cumprimento de regras para a manutenção de suas obras, o poder público tinha que dar o exemplo, preservando as suas próprias e fazendo a obra pública melhor do que os particulares. Criou um departamento com métodos inovadores de projeto, acompanhamento de execução e avaliação, e fez meia dúzia de obras que são exemplares pioneiros. Antes mesmo do Reidy, Luís Nunes já tinha feito coisas corbusianas em Recife, e de alta qualidade.

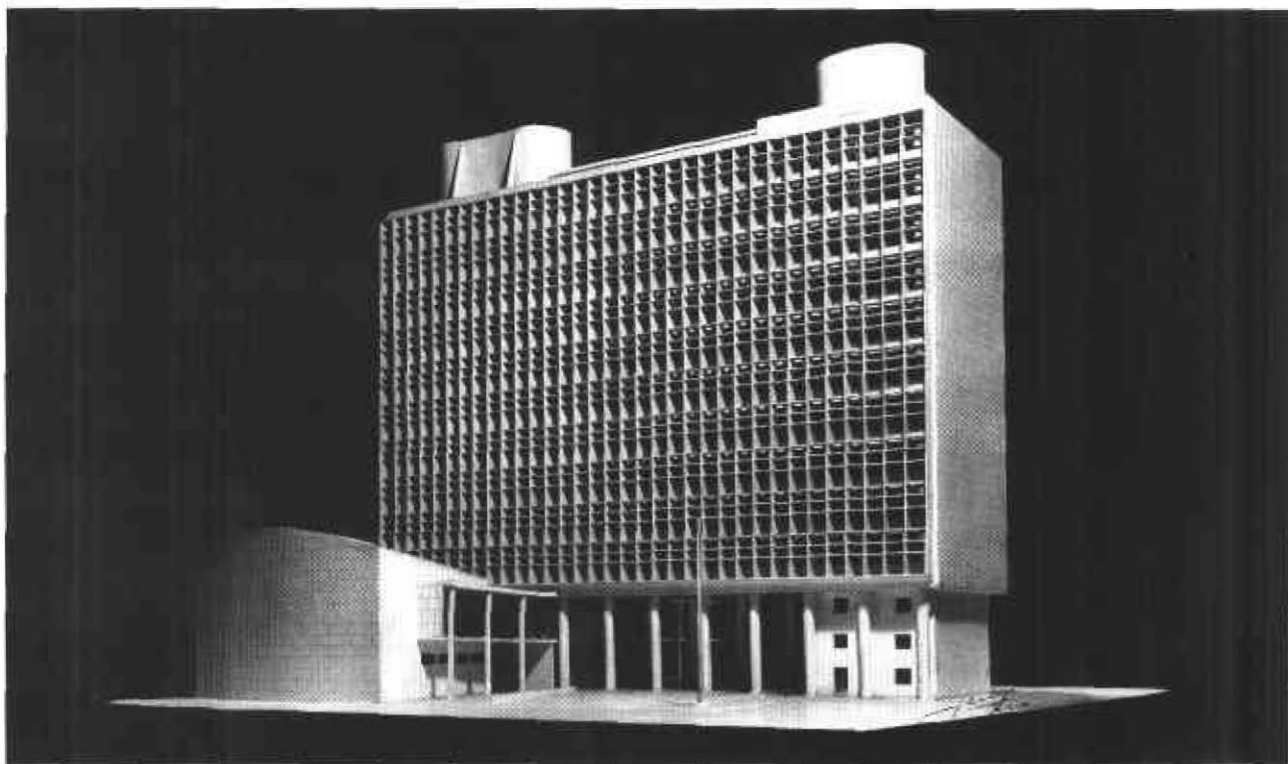
Mais ou menos em 37 ele voltou para o Rio, fez dois edifícios aqui, mas a doença agravou-se, e ele acabou morrendo. Por isso é que pouco se conhece dele. Mas pertencia ao grupo, e era um de seus líderes. Ninguém imagina o que aconteceria se ele tivesse sobrevivido.

O Jorge Moreira projetou-se na faculdade como presidente de diretório e dirigente estudantil, no lugar do Luís Nunes, que caiu doente ainda estudante. Tudo isso aconteceu na década de 30, quando eles participaram da reforma da Escola de Belas Artes com o Lúcio Costa como diretor. Com grande sensibilidade política, esse grupo tinha a percepção de que estava em andamento um processo de profundas mudanças no país; assim, estavam todos predispostos a ser revolucionários, em seu sentido mais amplo. Todos tinham duas referências fundamentais: o Brasil e Le Corbusier. As utopias sobre o Brasil eram as de um Brasil mais brasileiro, mais justo, um Brasil que tivesse consultado as suas referências nacionais características. Le Corbusier é fruto, sobretudo, de sua passagem por aqui em 1929, quando fez as conferências na Escola Nacional de Belas Artes – imaginem o impacto que deve ter causado nessa “meninada” de 20 anos!

Hoje, formam-se no Brasil milhares de arquitetos por ano, sem nenhum exagero – são quase 70 escolas, formando, às vezes, mais de cem arquitetos por ano, como a UFRJ. Mas, naquela época, a faculdade formava turmas de dez, doze arquitetos por ano, eram muito poucos. Os que estavam em atividade eram algumas dezenas, que lotaram o auditório da Escola Nacional de Belas Artes para ver pessoalmente um homem que

¹ Em Pernambuco, o governo de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937) acolheu diversos jovens envolvidos em um processo de modernização de Recife. Além de Luís Nunes, também Roberto Burle Marx trabalhou lá, como diretor de Parques e Jardins.

Charles Edouard Jeanneret, conhecido como Le Corbusier (1887-1965), arquiteto brilhante que liderou a arquitetura moderna a partir de seu ateliê em Paris. Visitou o Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires em 1929, realizando conferências que marcaram a formação dos jovens arquitetos. Em 1936 retornou ao Brasil para orientar o projeto do prédio do Ministério da Educação e Saúde. Foi um dos fundadores do grupo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Suas idéias influenciaram decisivamente a arquitetura moderna no Brasil a partir da década de 1930.



Maquete do
prédio do MEC

parecia ter descido de Marte, porque jogava por terra todos os conceitos que eles tinham aprendido na escola. Não se esqueça de que não havia televisão, nem qualquer meio de divulgação mais rápido

Le Corbusier, é sabido, era um *showman*, um homem de comunicação, de “venda”; ele fazia essas coisas vendendo sua capacidade, para pegar trabalho. Chegou naquele auditório, com papéis e papéis na frente, riscando com uma facilidade incrível, um desenho extremamente comunicativo... Mexeu com todos os conceitos possíveis: do espaço urbano, da relação do homem com o espaço, do espaço arquitetônico, da tecnologia de construção; mexeu até com a apresentação do projeto: como se estica papel na prancheta, como se marca, como se desenha. Foi absolutamente chocante!

A partir daí, a figura de Le Corbusier se tornou mitológica para aquela turma, que organizou grupos de estudos para discutir e tentar obter mais referências. Há um arquiteto que nunca é citado, figura muito curiosa, porque era homem rico, empresário e amigo de Le Corbusier, tinha facilidade de ir a Paris, trazer livros, jornais, e as novas publicações de Le Corbusier para a turma estudar: era o Alberto Monteiro de Carvalho, que teve importância fundamental nas relações de Le Corbusier com o Brasil; a própria vinda do arquiteto ao Rio foi negociada por ele.

Na sua opinião, quem traduziu melhor os princípios de Le Corbusier para a realidade brasileira?

Indiscutivelmente, Lúcio Costa interpretou, já com poder filosófico mais forte, de forma mais profunda e mais clara, a necessidade de se fundir o que era tradição com a modernidade, o que seria uma proposta de futuro para o Brasil. Mas o Reidy teve nisso

um papel curioso por possuir uma excepcional sensibilidade urbanístico-arquitetônica. Uma vez, escrevi um texto com referência no próprio título ao “excepcional talento de um arquiteto completo”. Quando digo isto, quero enfatizar que ele tinha essa visão de participação completa: a prática profissional, a organização profissional – participando de suas associações, trabalhando para que a profissão fosse melhor –, a organização pública, visando uma melhor organização social para o país; participação no ensino. Em suma, em todas as facetas que a profissão oferecia, o Reidy participava de uma forma muito delicada, como era o seu jeito, muito sutil, mas decisivo. Era um homem muito pouco visível, no sentido do *marketing* pessoal. Ele odiava isso.

Sendo assim, deve ter sido grande a importância de Carmen Portinho em sua vida.

Ah, sem dúvida. Ele era muito discreto, tanto em suas relações mais íntimas quanto em sua atividade profissional. Acho mesmo que sua trajetória só teve a luminosidade que teve por causa da Carmen Portinho.² Se ele não a tivesse encontrado, talvez não fosse conhecido além de uma repartição pública.

O Reidy se escondia de tal forma, e ao mesmo tempo, dizia verdades com tanta clareza – sem ser agressivo, sem ofender ninguém, mas verdades que incomodavam – que isso trazia, volta e meia, posições desconfortáveis para ele. A palavra mais adequada para definir o Reidy é *gentleman*. Pois sendo o *gentleman* que era, como se explicam tantos conflitos e o surgimento de inimigos? Porque dizia verdades, num momento em que o país se baseava na hipocrisia. Toda a nossa formação, emocional, afetiva, sexual, política, era feita à base de hipocrisia. Era preciso manter uma cara fora e outra dentro de casa, um comportamento aqui, outro ali.

O Reidy era contrário a tudo isso, por índole. Dizia com a maior clareza, com a maior delicadeza, querendo cooperar para que as coisas melhorassem; não tinha intenção de agredir ninguém, mas dizia as verdades em que acreditava e as defendia com muito ardor. Então, por exemplo, dentro do Departamento de Urbanismo da prefeitura, que ele dirigia, dizia coisas absolutamente contrárias à intenção do poder, que não o estava pagando para isso.

Do ponto de vista técnico, uma das maiores inovações da arquitetura moderna foi a disseminação do uso do concreto armado.

O concreto armado tornou-se realmente um elemento transformador e inovador. Desde a origem do homem, o grande problema arquitetônico é a construção de um teto. Inicialmente, ele se abriga num buraco, numa caverna. Em seguida, procura peças na natureza para colocar uma em cima da outra: são os dólmenes. Aí ele vai criando questões construtivas, organizando o espaço. E o problema dos materiais acompanha essa evolução, de uma concepção e uma tecnologia que lhe resolvam os problemas da estrutura e da sustentação.

Os romanos descobriram o arco pleno, um avanço em relação ao templo grego, que era organizado com um grande número de colunas. Até o final do século XIX, só se podia obter a sustentação dos prédios através das paredes e abrindo os buracos – portas

² Sobre Carmen Portinho, ver *Carmen Portinho; por toda a minha vida*, 1999 e *Carmen Portinho; o moderno em construção*, 1999.

Referências bibliográficas completas de todas as obras citadas neste livro podem ser encontradas na Bibliografia, no final do volume.



Carmen Portinho,
novembro 1999

e janelas – com um cuidado enorme para não desestabilizar. Mas em meados daquele século começam a surgir em Chicago uns edifícios construídos com estrutura metálica – desde o século XVIII os ingleses haviam proporcionado a siderurgia. Então, o edifício não fica mais em pé porque suas paredes o sustentam; pode dispensá-las através de uma estrutura independente. Essa foi a primeira grande revolução.

Por essa época, descobriu-se que fundindo o concreto – já é uma descoberta dos romanos, uma amálgama entre terra, cimento etc. – e introduzindo nele o ferro – um resiste à compressão, o outro à tração – obtém-se o concreto armado. O concreto já existia, a armação de ferro já existia; mas quando se fundem os dois, tem-se um produto absolutamente novo e extraordinário.

O concreto armado permitiu que se construísse um esqueleto do edifício, deixando o resto vazado. Le Corbusier diz: “Podemos fazer edifícios transparentes; não temos mais necessidade de fazer parede. Podemos erguer tudo de vidro e ter a natureza integrada ao interior”. Isso foi uma revolução. Aí descobriu-se – isso foi muito explorado por Oscar Niemeyer – que o concreto armado é extraordinariamente maleável, não precisa ficar num esqueleto ortogonal; permite que se transforme numa pele, e com qualquer forma: pode-se fazer uma cúpula, uma ameba, que ele se adapta. O Oscar Niemeyer teve a intuição disso e surpreende o mundo com uma obra inteiramente nova, que é a Pampulha, com aquela marquise em forma de ameba com aquela capela abobadada. Quando isso aconteceu, o queixo do mundo caiu.³

Le Corbusier, que vinha ditando uma série de princípios, quando viu a Pampulha, teve um espanto. É verdade. Tanto que, muito depois, ele projetou a capela de Notre-Dame-du-Haut, em Ronchamp, um dos monumentos arquitetônicos do mundo no século XX. Tudo isso foi possível por causa do concreto armado que, em determinado momento, permitiu a renovação da concepção arquitetônica no mundo inteiro. E quem melhor desenvolveu isso foi Le Corbusier.

³ A capela de São Francisco, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG), foi erguida em 1943.

Reidy seria o arquiteto ideal para Brasília, porque era um urbanista dos mais completos

Qual foi a leitura feita por Affonso Eduardo Reidy da obra de Le Corbusier?

Considero a leitura de Le Corbusier permanente na sua obra. Acho que, nesse sentido, foi o melhor discípulo de Le Corbusier no Brasil. O Reidy é um criador, mas é um criador no qual os princípios corbusianos estão expostos com toda a clareza; e ele faz questão disso. Até em seus discursos ele cita várias vezes Le Corbusier. Em seu depoimento sobre o Museu de Arte Moderna, sobre o Pedregulho, sobre a Escola Brasil-Paraguai, em qualquer projeto importante, Reidy faz questão de afirmar um princípio de Le Corbusier. Ele acreditava que esses princípios serviriam para uma arquitetura brasileira; acho que o Reidy é, de todos os arquitetos, o que mais claramente traduz essa idéia de um Brasil moderno, mas brasileiro.

Oscar Niemeyer, por sua vez, afastou-se e acabou buscando um caminho diferente.

Sim, porque ele tinha uma força criadora de tal ordem que, a partir de determinado momento, passou a formular um discurso próprio, o da surpresa, do despojamento, da tecnologia em função da beleza e da emoção da curva; enfim, uma série de elementos que passaram a ser os fundamentos do discurso do Oscar. Agora, o Reidy morreu muito prematuramente, e o Brasil foi privado de mais de 30 anos de uma produção que poderia nos ter proporcionado umas cem obras a mais de excepcional qualidade.

Havia diferenças político-ideológicas significativas entre esses grandes arquitetos?

Na minha opinião, esse não é o melhor caminho para entender as diferenças entre eles. Havia, evidentemente, distintas posições ideológicas e de atuação política. Mas o que os afastou, a meu ver, foram questões mais pragmáticas: disputa por trabalho. Pode parecer mais medíocre, mas é verdade; faz parte da vida.

Parece uma hipótese bastante plausível. Em que situação concreta eles foram se afastando?

Na vida do Oscar e do Reidy, foi marcante o concurso para elaborar o projeto do Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos (SP). Os dois eram muito amigos, trabalhavam no mesmo escritório e tinham uma admiração mútua. O Reidy foi convidado a participar do concurso e, como era um homem aberto e claro nas coisas que fazia, desenvolveu o projeto, mostrou ao Oscar, conversou sobre o assunto. E o que ocorreu foi que, em dado momento, o Oscar se afastou do Reidy.

Não conheço os detalhes, mas para o Reidy e para a Carmen Portinho ficou a sensação de que o Oscar desenvolveu a concepção, a linha do projeto do Reidy e ganhou o concurso; mais que o Reidy, a Carmen Portinho nunca o perdeu. E como ela é uma mulher extraordinária, de uma força realmente muito grande, isso deve ter minado a relação com o Oscar. A partir daí, o Reidy se afastou, saiu do escritório e nunca mais quis contato com o Oscar. Não tenho a menor dúvida de que este foi um fato determinante no afastamento dos dois.

Isto marcou também a posição do Reidy com relação a Brasília. Ele gostaria de ter participado do concurso do Plano Piloto, tanto assim que antes do concurso foi até lá no Planalto Central, atendendo a um chamado profissional, viu o terreno, estava muito envolvido. Claro que ele queria projetar a capital, isso é evidente. Só uma situação emocionalmente muito forte – por isso afirmo que não é uma coisa política nem uma posição urbanística – poderia explicar o fato de o Reidy não ter participado do concurso de Brasília.

Hoje, vários especialistas afirmam que, dentre eles, Reidy era o mais equipado para pensar uma cidade, em função de sua própria trajetória.

Evidentemente era o mais equipado, porque era o único dessa turma que já havia trabalhado com planos de cidade. O Reidy foi chamado a colaborar com o Alfred Agache quando tinha 19, 20 anos. Não devemos nos esquecer de que o Agache foi a primeira pessoa a trazer para o Brasil, em 1927, a idéia de urbanismo – fez até uma conferência explicando que era uma palavra nova mesmo na França. Em 29, Le Corbusier

O Plano Agache foi elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache e sua equipe, entre 1926 e 1930, por encomenda do prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior. Aborda a cidade de forma global, ainda que enfoque particularmente a remodelação e o embelezamento do Centro da cidade, buscando adaptá-la a um modelo. Uma das obras realizadas no Rio de Janeiro derivada desse Plano foram os jardins da Glória. Ver Alfred Agache, 1930; Maurício Lisovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá, 1996.



RIO DE JANEIRO

PERSPECTIVA AÉREA DO CENTRO
MONUMENTAL E DOS BARRIOS DE
INTERCAMBIO E DOS NEGÓCIOS
IDEALISADA PELO PROFESSOR
D. ALFRED AGACHE.

chega falando dos mesmos temas, embora com uma visão completamente diversa. Tudo era muito novo; no Brasil não havia urbanistas.

Quando desfizeram o Plano Agache, já em pleno governo Vargas, o Reidy foi aproveitado nos quadros da prefeitura, ligando-se às atividades de urbanismo; mais tarde foi chefiar o Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, criado em 1946. Foi um dos pioneiros do urbanismo e começou a estudar o Rio de Janeiro, procurou trabalhar com o espaço de uma capital, a capital do seu país: os transportes, as áreas livres, a questão habitacional. Por isso era a pessoa mais equipada para projetar Brasília. Houve arquitetos que participaram do concurso de Brasília sem ter jamais feito um só projeto de urbanismo. A maior parte deles projetou como se fosse uma extensão do espaço arquitetônico. Os irmãos Roberto já tinham feito dois planos: um para Cabo Frio e outro para o Rio; mas os outros tinham apenas idéias.

O próprio Lúcio Costa não tinha experiência de organização urbana.

Muito pouca. Tinha feito alguns microprojetos de organização urbanística, como o de Monlevade, em Minas Gerais, pequena vila em torno da fábrica da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, onde dispôs casas, uma praça, a igreja; enfim, um pequeno espaço urbano. Mas para fazer uma cidade, quem tinha mais instrumental era o Reidy, não há dúvida quanto a isso.

*O Plano Agache para o Centro
da cidade do Rio de Janeiro*

Os arquitetos Maurício, Marcelo e Milton Roberto eram responsáveis pela firma MMM Roberto. Venceram o concurso para projetar a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1935, considerado o primeiro projeto a usar o *quebra-luzes fixo de concreto armado* no Brasil. Em 1937 ganharam o concurso da estação de passageiros do Aeroporto Santos Dumont. Foram também os arquitetos do Instituto Brasileiro de Resseguros (1944) e do edifício Marquês de Herval, no Rio de Janeiro. Ver Maurício Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes e Sá, 1996.

Reidy alternou a chefia do Departamento de Urbanismo da prefeitura com Oliveira Reis, um engenheiro. Não eram duas concepções um tanto diferentes?

José de Oliveira Reis (1903-1994), engenheiro civil, ingressou em 1933 nos quadros da Prefeitura do Distrito Federal. Foi chefe da Comissão do Plano da Cidade (1938-1945), diretor do Departamento de Urbanismo (1946-48, 1954-55, 1956-60) e administrador regional de São Teresa (1966-70). Participou da elaboração do Projeto do Bairro Peixoto (1938) e foi autor dos projetos do Plano Diretor da Cidade do Rio (1941) e da Avenida Perimetral (1953). Foi editor chefe da Revista Municipal de Engenharia (1978). Ver Maria Cristina da Silva Leme, 1999.

Mais na aparência. O Oliveira Reis era um homem muito dedicado à função pública; poderíamos chamá-lo de funcionário público exemplar. Inicialmente, dedica-se muito à questão da cidade – na época ainda não se chamava planejamento urbano nem urbanismo; eram problemas viários, de saneamento, de organização dos espaços públicos. No final da vida, dedicou-se à memória da cidade, porque era um dos homens que mais a conheceu; fez uma obra interessantíssima sobre a Guanabara e seus governadores, a cidade e seus prefeitos, livro de consulta fundamental.⁴ Dentro da prefeitura, tentou organizar os registros, criar uma biblioteca específica, fazer com que o registro de desenhos, plantas e documentos fosse conservado, pois era tudo abandonado, jogado fora.

O Reidy, por sua vez, também passou grande parte de sua vida na administração pública; inicialmente como arquiteto, fazendo pequenos projetos para delegacia de polícia, posto de saúde, posto florestal. Tinha uma visão muito clara do papel da administração pública para a população. Nesse sentido, era também um funcionário público exemplar. Inclusive, quero repetir que, se não fosse a Carmen Portinho, talvez ele não tivesse tido as oportunidades que teve fora da prefeitura.

⁴ Oliveira Reis, 1977.

O Museu de Arte Moderna, no Aterro, outro ícone da história da arquitetura moderna no Brasil.

Isso mesmo. Ali o papel da Carmen foi vital; ela criou a oportunidade, e o talento dele ganhou o jogo, digamos assim. Por isso reafirmo que o papel dela foi fundamental. Sem a Carmen, o Reidy poderia ter ficado um talento obscurecido; talvez nem os projetos que fez para a cidade tivessem sido realizados. É claro que, já na década de 60, o Reidy era um homem mundialmente reconhecido, e por isso foi fácil, por exemplo, o Carlos Lacerda escolhê-lo para o Aterro. Mas não foi nem o Lacerda. Ele escolheu a Lota de Macedo Soares, e ela puxou o Reidy, porque sabia que ele conhecia a cidade toda, já tinha feito um projeto décadas atrás para a área central, tinha uma visão de urbanista, portanto era o arquiteto mais indicado. Isso tudo já era fruto do Pedregulho, fruto da sua atividade anterior, mas os trabalhos que o revelaram foram propiciados pela Carmen.

O Pedregulho é um monumento da arquitetura moderna, reconhecido e valorizado internacionalmente

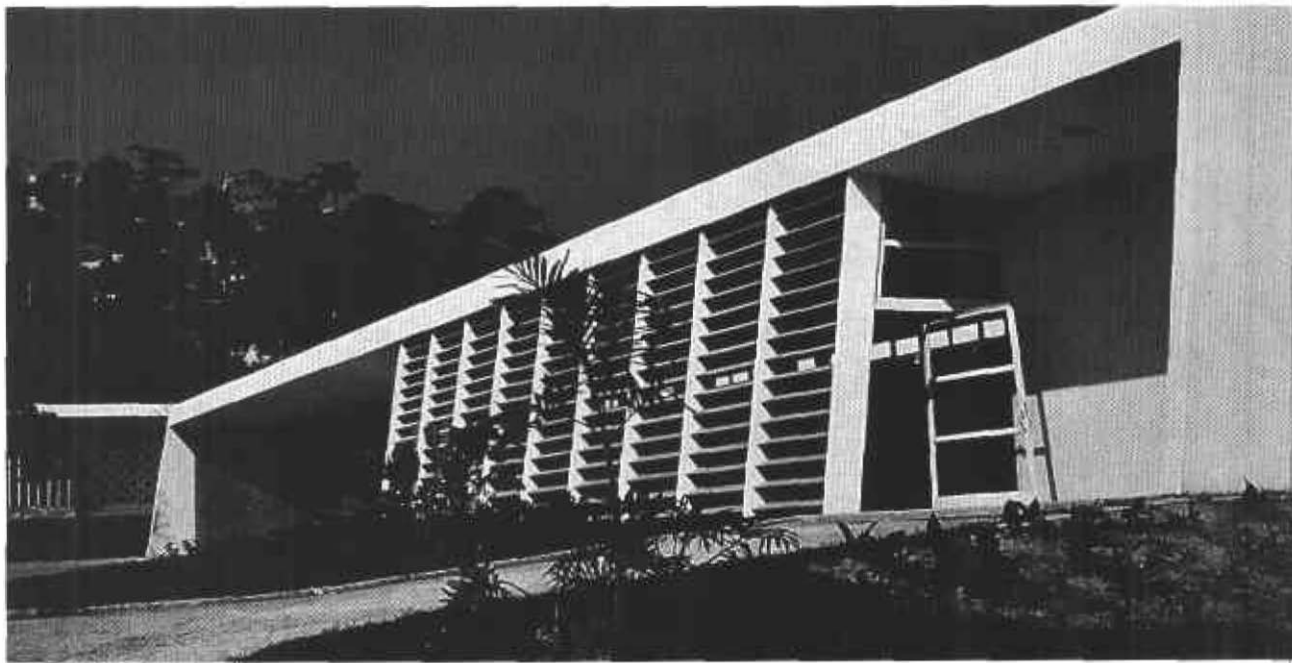
Affonso Eduardo Reidy deixou importantes marcas no Rio de Janeiro, e uma delas é o Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, em Benfica, conhecido como Pedregulho, um exemplo de habitação social.

Considero o Pedregulho um marco na concepção da habitação de caráter social no mundo inteiro, e não só no Brasil – hoje seu estado é lamentável, como lamentável é também a falta de consciência do poder público a respeito de uma jóia dessas. O Pedregulho realiza na prática todos aqueles novos princípios, que abriam a possibilidade

de se equacionar o espaço arquitetônico para criar melhores condições de vida para seus habitantes. Mas, a meu ver, sua concepção não pode ser creditada apenas ao Reidy, porque foi a Carmen Portinho quem primeiro vislumbrou essa questão. É ela quem estimula e dá uma dose extraordinária de gás ao Reidy, para que ele ponha todo o seu talento, sua intuição e sua visão sobre a organização social, da modernidade e da arquitetura num projeto como aquele.

O Pedregulho propõe um avanço na organização do espaço de convivência social. Ele é também pioneiro no trato arquitetônico e construtivo, pois demonstrou que a arquitetura para uma população economicamente desfavorecida não precisava ser também uma arquitetura empobrecida. O Reidy mostrou que não era questão de empregar uma tecnologia com muito ou pouco luxo, com materiais mais ou menos caros, mas se tratava de organizar a tecnologia disponível de forma a fazer uma obra com valor estético superior, o que significa agregar valor para essas pessoas também. Dai termos uma arquitetura pioneira, uma busca de integração das artes, em que ele chamou Portinari, Anísio Medeiros, Burle Marx para darem seu talento àquele espaço.

Uma coisa que não deu certo no Pedregulho, mas que teria sido uma experiência interessante, foi a lavanderia. O Reidy criou uma lavanderia coletiva com máquinas de lavar pioneiríssimas – imaginem, máquinas industriais de lavar roupa! –



para que a mulher tivesse mais tempo para cuidar da casa e possivelmente ingressar no mercado de trabalho; tanto que o projeto tinha uma coisa muito criticada na época: as casas não tinham tanque na área de serviço. Isso foi muito discutido, inclusive, com os moradores, o que em si significa outra proposta pioneira; agentes sociais trabalharam durante longo tempo com as famílias que realmente iam morar lá, famílias de funcionários da prefeitura. No projeto existem unidades habitacionais de um a quatro quartos, porque se admitia que as famílias mudassem e fossem de tamanhos diferentes. Isso tudo mostra uma visão absolutamente avançada.

Conjunto residencial do
Pedregulho – lavanderia, 1948



*Pedregulho,
visto do conjunto, 1948.*

Habitação é uma questão extremamente complexa, que envolve, primeiro, aspectos sociais – é direito constitucional do ser humano ter uma habitação digna; segundo, é uma questão financeira. Os textos do Reidy sobre habitação são muito interessantes; ele diz, por exemplo, que, por mais barato que se construa uma casa, será sempre mais cara que as posses dos indivíduos de mais baixo salário. Essa era a questão que o Pedregulho propunha, junto com formas de financiamento e de aluguel, para que o indivíduo pudesse morar bem, dentro de sua faixa salarial.

A terceira questão é a construtiva, ou seja, como colocar a tecnologia disponível na época a serviço da construção de uma habitação de custo menor, sem baixar sua qualidade. Durante o período militar, o grande crime cometido no BNH foi baixar os custos à base da destruição da qualidade. O indivíduo comprava uma casa financiada em 15 anos, e ela não durava seis. Ele ia morar na favela e ficava nove anos pagando o Sistema Financeiro da Habitação ou se tornava inadimplente. É evidente que tudo redundou num grande fracasso. Finalmente, o último problema envolvendo a habitação é urbanístico, de organização do espaço urbano, que inclui os aspectos paisagísticos, do mobiliário urbano.

Tudo isso está no Pedregulho e de forma pioneira. Era total novidade instalar mais de 500 famílias de formações e tamanhos diferentes, convivendo num espaço em que as crianças poderiam ter todas as atividades sem cruzar com um veículo: podiam ir à escola, ao parque, à piscina, ao campo de esporte; em suma, uma vida absolutamente segura e saudável. Nunca se tinha pensado em nada assim.



Por isso é que reafirmo que não era um problema só brasileiro, mas era uma questão mundial. O Pedregulho está citado nas principais enciclopédias e dicionários que se referem à habitação de caráter social, exatamente porque constituiu um enorme avanço. E hoje, se tivéssemos consciência, estaríamos investindo na restauração do Pedregulho, que é um exemplo mundial, um monumento à arte moderna.

Vou mais além. Acho que, do ponto de vista conceitual, poderíamos retomar o rumo de construir novos Pedregulhos. Isso não significa reproduzir os problemas como foram expostos pelo Reidy, porque aquilo tem a ver com a época; mas devíamos retomar a tentativa de organizar todos os aspectos que formam a complexidade da habitação de caráter social; o Brasil está precisando é disso mesmo.

Vamos ver o Favela-Bairro, por exemplo.⁵ O programa tentou resolver os problemas sociais, tecnológicos, arquitetônicos e urbanísticos, com a introdução de equipamentos de desenho urbano com melhor qualidade. Só não conseguiu resolver problemas urbanísticos, que o Pedregulho já apontava, de inserção e melhor integração com a cidade: transporte, alimentação, serviços, porque isso depende de uma estruturação e de uma política muito maior.

Nos textos do Reidy podemos ler a preocupação de que essas habitações tenham qualidade, que sejam construídas nas áreas onde as pessoas trabalham, para evitar que percam tempo no deslocamento, como acontece hoje – isso tudo está dito. Parece uma forma muito pioneira de abordar o problema, daí minha insistência em mostrar que o Pedregulho tem realmente essa força simbólica e é um monumento como arquitetura da habitação de caráter social. É um monumento da arquitetura moderna.

*Vista aérea do Pedregulho,
novembro de 1950.*

⁵ Favela-Bairro é um vasto programa de urbanização das principais favelas do Rio de Janeiro, iniciado em 1993, na gestão de César Maia como prefeito da cidade.

É curioso, porque boa parte dos moradores tem mais consciência disso do que os administradores públicos. Cada um deles lhe dá uma lição do que está acontecendo; eles dizem: “Olhe, doutor, isso aqui é muito importante. Vem francês, vem alemão, vem gente de todo o mundo visitar”. E continuam: “Temos pena de não ter dinheiro para reformar isso tudo; se dessem meios, a gente botava isso direito”. Eles têm organização, associações, querem arrumar tudo, mas são impedidos. É impressionante!

O Pedregulho será sempre um conjunto extraordinariamente bonito. Nele estão reunidos todos os princípios da arquitetura moderna a serviço da habitação de caráter social, e dispostos de forma muito talentosa, porque todos os prédios são muito bem desenhados. É mesmo um monumento da arquitetura moderna mundial, patrimônio de toda a Humanidade.

■

Margareth da Silva Pereira

Margareth da Silva Pereira é arquiteta (FAU/UFRJ – 1978), urbanista (Paris VIII – 1980) e doutora em história (EHESS – 1988). É professora da cadeira Planos de cidade na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora do departamento de Arte da UFF; professora convidada na PUC-CAMP e na PUC-RJ. Sua tese de doutoramento aborda o “Rio de Janeiro: l’éphémère et la perennité – histoire de la ville au XIXème siècle”. Tem publicado inúmeros artigos em livros, revistas de arquitetura e de história da arte.

A entrevista foi concedida no dia 28 de novembro de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi.

Reidy aprendeu cedo com Agache que arquitetura e cidade têm que andar juntas

Affonso Eduardo Reidy formou-se arquiteto no final dos anos 20. Era jovem, não?

⁶ Sobre a trajetória de Reidy, ver Nabil Bonduki (org.), 1999.

Sim. Reidy nasceu em 1909 e entrou no curso de arquitetura da Escola de Belas Artes em 1926, com 17 anos.⁶ Naquele momento, a Escola apresentava uma série de fissuras, pois havia um descompasso entre o ensino ministrado ali e várias transformações no âmbito social e econômico que já vinham se acumulando. Assim, sua formação foi, sobretudo, um desconforto. Ele vai perceber que aquilo que aprendeu não tinha aplicação na prática profissional.

Reidy ainda era universitário quando começou a trabalhar?

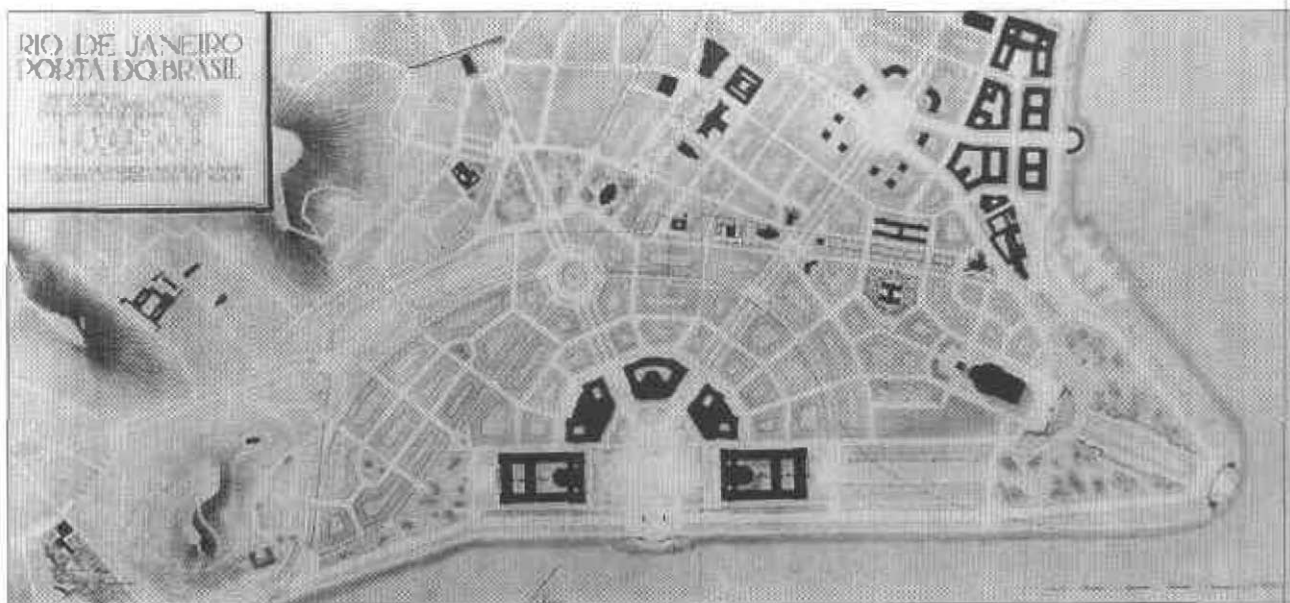
Nos últimos anos do curso de arquitetura, ele começou a trabalhar com Alfred Agache como estagiário, em 1929. Considero que Agache desempenhou um papel formador, no sentido de alertá-lo para novas dimensões da arquitetura, de uma maneira muito mais firme do que os próprios ensinamentos fornecidos pela Escola. Estava havendo uma grande mudança no pensamento arquitetônico, mudança que se fazia presente dentro de diversas faculdades em todo o mundo; isto deu origem a novas escolas, como a **Bauhaus**. É uma ligação nova, da arquitetura com um cliente coletivo. A arquitetura deixa de ser uma prática voltada apenas para demandas de indivíduos ou de corporações. A sociedade passa a ser seu grande cliente, reivindicando novos equipamentos e estruturas para um novo modo de vida.

Acho que é essa dimensão urbanística que o Agache ensina ao Reidy: arquitetura e cidade têm que andar juntas. Para as vanguardas modernas, com as quais o Reidy vai se identificar, a nova modalidade da prática arquitetônica no século XX será o urbanismo. Mas a visão de cidade do Agache em relação às correntes de vanguarda era não só mais liberal como também muito estratificada socialmente; podemos perceber isso em seu plano para o Rio.

Ao longo da década de 1920, na Europa, os urbanistas ligados àquelas correntes passaram a buscar minimizar no desenho da forma urbana os sinais exteriores das desigualdades de classe. Esse movimento era não só estimulado pelo processo industrial de produção em série como também por uma nova idéia de igualdade de direitos que vinha sendo influenciada diretamente pelas experiências soviéticas. Ora, o Plano Agache ratificava uma divisão e hierarquização não só de atividades, mas de grupos sociais, dentro da cidade: há bairros de embaixadas, bairros voltados para os funcionários, outros destinados às classes médias; outros ainda voltados para as classes proletárias.

Mesmo se alguns anos mais tarde, em 1938, quando realiza a revisão do projeto de urbanização da esplanada do Castelo, Reidy já se sentisse distanciado dessa maneira de pensar o urbanismo, criticando certos princípios do Plano Agache, é indiscutível que foi ele quem o sensibilizou para o problema da cidade.

A **Bauhaus** foi uma escola de arquitetura e arte aplicadas fundada em Weimar (1919) pelo arquiteto Walther Gropius que revolucionou não só o ensino artístico como a reflexão sobre a inserção da arte e da arquitetura nas sociedades urbanas e industrializadas do século XX. Dois de seus principais representantes foram Walther Gropius (1883-1969) e Mies van der Rohe (1886-1969), seu último diretor antes da escola ser fechada pelos nazistas em 1933. Gropius transferiu-se para a Inglaterra em 1934 e para a Universidade de Harvard (EUA) em 1937. Mies van der Rohe foi para Chicago, onde passou 20 anos como diretor da escola de arquitetura do Illinois Institute of Technology, que transformou num dos mais influentes centros de design do mundo. Em 1957, Mies van der Rohe visitou o Brasil. Sobre Gropius ver o clássico de G. Carlo Argan, *Walther Gropius e la Bauhaus*. Torino, Einaudi, 1951.



Uma das influências mais marcantes em todos os arquitetos modernos foi Le Corbusier. Reidy é considerado um de seus principais intérpretes no Brasil.

Plano Agache, Centro do Rio, Bairro das embaixadas – Glória, Castelo, Beira-Mar e Calabouço

Certamente, dois outros temas presentes nas preocupações do Reidy foram introduzidos em sua formação por Le Corbusier, principalmente em 1936 quando trabalha com ele e com o grupo de arquitetos cariocas liderados por Lúcio Costa nos anteprojetos do Ministério da Educação e Saúde e da Cidade Universitária. Primeiro, uma visão do social um pouco menos estratificada, que envolvia pensar o homem de uma forma mais universalizada e igualitária. O segundo tema foi a industrialização e uma necessidade de pensar a racionalização da arquitetura, como instrumento para atender mais rapidamente a esse cliente coletivo e, sobretudo, às demandas de segmentos da população excluídos até então.

Entre os arquitetos modernos brasileiros, que tentaram responder aos desafios lançados por Le Corbusier, Reidy teria sido o de presença mais marcante no Rio?

Acho que Reidy é o arquiteto moderno que mais marca a cultura visual e o espaço da cidade do Rio de Janeiro, até por ser o mais urbanista dentre os arquitetos de sua geração. Existem três, talvez quatro projetos urbanos seus que sobrevivem com muita força. Primeiro o Aterro, que faz parte do nosso cotidiano; depois o Pedregulho, que está excêntrico, mas sempre aparece como uma memória, incrustada em Benfica; e finalmente o Museu de Arte Moderna.

Dois outros arquitetos são importantes no Rio como intérpretes das discussões sobre a arquitetura e o urbanismo veiculadas por Le Corbusier e pelas vanguardas modernas. Lúcio Costa tem sua presença marcada na cidade em âmbito menos material que Reidy. Ou seja, talvez o que se imponha a nós sejam muito mais os seus discursos e textos do que suas realizações propriamente ditas, já que estas são perceptíveis de forma



Prédio do MEC

mais discreta e pontual, como o Parque Guinle, por exemplo. Oscar Niemeyer, por sua vez, trabalhou muito no Rio e deixou marcas também importantes dentro da cidade, mas em suas obras fica um pouco apagada a dimensão do “cliente coletivo”. É verdade que do outro lado da baía temos o Museu de Arte Contemporânea em Niterói, mas do lado de cá as marcas do Niemeyer são sobretudo edifícios de escritório, sedes de bancos, de grandes empresas, de fundações, como é o caso da Fundação Getúlio Vargas e que se diluem na massa edificada.

Os Cieps e o Sambódromo não atendem a um cliente coletivo?

Sim, mas essas obras são posteriores aos momentos iniciais do movimento moderno e além disso têm muita inteligência política e pouca inteligência do ponto de vista da capacidade de mobilização estética. Infelizmente, muitos Cieps foram construídos onde o governo do estado tinha espaço físico; é um modelo reproduzível, e portanto aplicável a outras cidades, como Teresópolis, Niterói. Assim, não foi feito propriamente para o perfil da cidade do Rio. Enquanto que na obra do Reidy, o Aterro é de todos nós, de todos os cariocas; o MAM é uma instituição cultural do Rio, no Rio, voltada para a ação pública. E o Pedregulho, embora destinado a um certo número de famílias, lembra essa dimensão que ainda tem atualidade, a da habitação de caráter social, questão que o Brasil do século XXI vai ter que enfrentar.

A trajetória de Affonso Eduardo Reidy mostra uma opção pela obra social ou de caráter público. Suas obras individuais são raras?

Raríssimas. Mas é isso que faz a diferença entre os indivíduos. Há várias maneiras de se agir politicamente, e o Reidy, não resta a menor dúvida, tomou a decisão de trabalhar junto ao poder público, era funcionário da prefeitura. Ser um técnico municipal: essa foi sua opção de vida. E é por isso que suas marcas são mais evidentes na cidade. Os outros, também arquitetos brilhantes, escolheram caminhos diferentes, e suas presenças ficaram mais diluídas.

Em seu livro, Nabil Bonduki afirma que foi muito importante para a formação de Reidy a participação no grupo liderado por Lúcio Costa para construir o prédio do Ministério da Educação e Saúde, no centro do Rio.⁷

Não é possível falar desse assunto sem mencionar uma coisa muito importante: o método de projeto em arquitetura. O Reidy tinha entrado em contato com as idéias de Le Corbusier antes mesmo de ir trabalhar com Agache. Em 1928, segundo seus depoimentos, ele lê *Vers une architecture*, livro de Le Corbusier escrito no começo da década de 20 – a mesma coisa estava acontecendo com outros arquitetos, como Lúcio Costa e Carlos Leão. Formaram-se grupos de trabalho para ler textos de Le Corbusier, teorias de Gropius, idéias de Mies van der Rohe.

Há uma segunda fase na formação, com a vinda de Le Corbusier e o período que ele passa no Brasil – foi cerca de um mês de trabalho intenso, uma segunda formação, não só para o Reidy, mas para todos os que puderam trabalhar com Le Corbusier naquela época, porque tiveram a medida do descompasso entre discurso e prática. Na

⁷ A equipe coordenada por Lúcio Costa era composta, entre outros, por Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos e Oscar Niemeyer. Ver Maurício Lisovsky e Paulo Sérgio Moraes e Sá, 1996; Lauro Cavalcanti, 2001.

verdade, eles observaram um método de trabalhar e projetar novo e que se desenvolvia não mais em função de uma estrutura compositiva, mas no processo de embate das soluções formais com “insumos” de diferentes naturezas – urbanísticas, funcionais, tecnológicas, ambientais, históricas – que eram avaliados, ponderados, medidos, filtrados.

O intenso convívio daqueles dias permitiu que o Reidy comesse a meditar sobre seu processo de criação, aprendendo a flexibilizar o que até então era apenas entendido como um conjunto de pontos doutrinários. A falência de um método aprendido na Escola de Belas Artes, e que regeu a produção da arquitetura durante séculos, demonstrou que o método agora tinha que ser desenvolvido por cada arquiteto, diante de cada problema. Foi isso que os jovens arquitetos brasileiros da equipe do MEC passaram a perceber. A partir de então, ser arquiteto era andar numa linha muito tênue, ser um equilibrista. Era caminhar entre a arbitrariedade da individualidade na concepção e o desafio de dialogar funcional e esteticamente com o cliente coletivo que a sociedade encarnava. Se métodos e formas fossem excessivamente personalistas, a obra seria uma “expressão” do arquiteto e não do cliente coletivo; se, de outro lado, as concepções rebaixassem essa individualidade crítica e se transformassem numa doutrina, a arquitetura moderna se transformaria – como, de fato, transformou-se em muitos casos do final dos anos 40 em diante – numa nova camisa-de-força, num novo academicismo, agora modernista.

Dentre os arquitetos brasileiros, Reidy era o mais preparado para conceber o projeto de Brasília

Alguns afirmam que Reidy é o mais influenciado por Le Corbusier. Frequentemente pensou em chamá-lo para fazer projetos, como o centro cívico da esplanada de Santo Antônio e Brasília. Ele se considerava um discípulo de Le Corbusier?

É difícil dizer isso publicamente, mas vou falar. No século XX a profissão de arquiteto passou a ser extremamente delicada, pois pensar a cidade, essa nova modalidade da prática da arquitetura, significa pensar escalas. Na Bauhaus, por exemplo, produzia-se desde desenho de objetos quotidianos, como cadeiras e talheres, até fábricas, casas e museus; mobilizando, assim, diferentes escalas de concepção.

Dos arquitetos brasileiros, Reidy era o que estava há mais tempo tentando conceber em escala urbana, e talvez tivesse sido a pessoa mais preparada para desenvolver o projeto de Brasília. Não que o do Lúcio Costa não se sustente; é muito bom, sob certos aspectos, mas sua experiência com dimensões de escala urbana era um pouco mais tênue do que a do Reidy. Por ser funcionário municipal desde a época de estagiário do Agache, Reidy tinha uma consciência mais aguda da complexidade do desenvolvimento de projetos nessa escala. A oscilação na atividade projetual entre a manutenção do que já é norma e o desvio para o novo era um exercício a que estes arquitetos já estavam relativamente habituados. Do mesmo modo que aos sucessivos deslocamentos na passagem da teoria para o desenho, e deste para a forma. Em outras palavras, esse ir-e-vir já havia alcançado um alto grau de complexidade nas obras de arquitetura de Oscar Niemeyer e de Lúcio Costa. Mas o Reidy, sem abdicar desse exercício aberto em relação ao método, introduzia ainda uma nova complexidade a essa operação, ao enfrentar diretamente como profissional a dimensão urbanística. De todos eles, era o

O desmonte do morro de Santo Antônio abriu espaço para o projeto de urbanização e construção de prédios da administração da prefeitura do Distrito Federal. O projeto de Reidy, que acabou não sendo realizado, previa a abertura de duas avenidas, uma delas elevada, que se cruzariam na esplanada de Santo Antônio, possibilitando a articulação entre as zonas norte, centro e sul da cidade. O projeto, de baixa ocupação e rentabilidade, foi motivo de divergências com o prefeito Mendes de Moraes e levou Reidy a abandonar a direção do Departamento de Urbanismo. Nele estava previsto um centro cívico, composto do prédio da prefeitura, da Câmara, museu, biblioteca e auditório. Na parte comercial quatro blocos de 26 pavimentos para escritórios e pequenos edifícios com cinemas, teatros e restaurantes. A zona habitacional era composta por uma unidade de 12 pavimentos, para cerca de 8 mil habitantes e escolas, centros de saúde, clube. A existência de grandes espaços livres possibilitada pelos altos prédios favorecia a criação de áreas para circulação e recreio da população moradora e daquela que teria que trabalhar no Centro. Neste projeto estavam reunidos todos os marcos do que se considerava o padrão de urbanismo das cidades modernas. Ver Nabil Bonduki (org.), 1999



*Imagens do desmonte
do Morro de Santo Antônio.*

que mais havia estudado o planejamento das cidades e talvez fosse o que mais tenha acompanhado a evolução desse tema entre 1930-1950, basta pensar nos projetos da Esplanada do Castelo (1938); de Santo Antônio (1948-49); do Centro Tecnológico da Aeronáutica (1947) e os conjuntos habitacionais para o Pedregulho (1946); Catacumba (1951) e Gávea (1952).

Reidy critica o edital do concurso de Brasília, afirmando que o processo não era sério, pois quatro meses era um tempo insuficiente para a elaboração do projeto. Qual a verdadeira razão de sua recusa em participar do concurso?

Acho que os personagens ainda vivos não falarão sobre o assunto, mas é importante registrar a grande divergência, a espécie de secessão que dispersou essa tríade, em certo momento. Lúcio Costa tinha chamado dois alunos talentosos para compor o grupo do MEC: Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy; um era recém-formado e o outro estava terminando a faculdade. Esse grupo caminhou mais ou menos junto até certo ponto, quando se dissolve e cada um passa a tomar seu caminho. Devem ter acontecido coisas graves, divergências profundas: ideológicas, existenciais, políticas. Na verdade, a história da arquitetura no Brasil apenas engatinha, seja para entender a longa tradição de construção de cidade no país, seja para compreender momentos da nossa história mais recente, como as diferentes formas de pensar a cidade e a vida em coletividade com a redemocratização do país em 1945. Uma pessoa não se torna arquiteto de um dia para o outro. Estudando certas trajetórias é possível observar como um arquiteto vai crescendo, formando suas convicções, mudando-as, moldando-as, amadurecendo, criando sua obra, às vezes num contínuo embate consigo mesmo, com as questões do seu tempo, com o que consegue estabelecer em comum com seus pares. Tem a questão da sua visão de mundo e de arquitetura que é central; tem a questão política; tem o rigor que exige de si próprio, tem o problema do método, da escala em que seu talento ou sua competência se exercita mais plenamente... são tantas as dimensões que permeiam uma obra e um grupo de atores que estão envolvidos em uma dada situação histórica...

Em seu livro sobre Burle Marx, Laurence Fleming afirma que Reidy envolveu-se com o projeto de Brasília a convite do marechal José Pessoa, presidente da comissão de localização da nova capital.⁸

⁸ Laurence Fleming, 1966.

Desde 1954, 55, o Reidy já estava envolvido no assunto. O marechal José Pessoa o convidou para planejar a nova capital. Com sua trajetória, como funcionário municipal, diretor do Departamento de Urbanismo da prefeitura do Distrito Federal em várias ocasiões, tendo participado de concursos para projetos arquitetônicos, era natural que o convite para planejar Brasília recaísse sobre o Reidy, pessoa habituada a pensar e trabalhar em escala urbana. Acho que ele convidou o Le Corbusier para participar justamente porque estava temeroso diante do tamanho do desafio, da responsabilidade de construir uma cidade. Não se projeta uma cidade sozinho, é preciso agregar outras competências, *você vai querer ouvir outros arquitetos que já pensaram naquele assunto. Por isso, acredito que a responsabilidade histórica da construção de Brasília é que, mais do que qualquer relação de subserviência intelectual, está na raiz do convite a Le Corbusier.*

Quando Juscelino Kubitschek assume a presidência da República, decide fazer o concurso, como se sabe. E o Reidy considerou falho o edital do concurso, como de fato era, pois ele era um urbanista como raros arquitetos poderiam se considerar, naqueles anos. Problemas como o da internalização da capital, a disposição dos prédios públicos sem que se planejasse um centro cívico para a cidade – o centro cívico era uma discussão importante em todo o mundo naquela época, entretanto estes pontos pareciam estar ausentes das preocupações do edital, por exemplo. Por outro lado, como apontam alguns contemporâneos que entrevistei, no caso de ser escolhido como urbanista, existiam também suas dificuldades de relacionamento profissional com Oscar Niemeyer, já designado por Juscelino como o arquiteto para as obras da nova capital.

Reidy teve alguma convivência com arquitetos que não pertenciam ao grupo dos modernos? Atilio Corrêa Lima, por exemplo, ou mesmo Sabóia Ribeiro, que faz inúmeros projetos para o centro da cidade nos anos 30?

Até determinado momento, esse grupo todo se freqüenta, até porque não era muito grande. Evidentemente deve ter havido disputas profissionais, políticas e ideológicas. Sabemos que o Reidy trabalhou com o Jorge Moreira, com o Burle Marx, com Niemeyer até certo ponto, depois se afastam.

O grupo do MEC deve ter selado, a partir de 36, uma amizade entre o Reidy, Jorge Moreira e o Burle Marx, que ficaram muito próximos. Por exemplo, na mesma época em que o Reidy está trabalhando no projeto para o concurso do Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, o Burle Marx está muito próximo dali, *construindo jardins para a fábrica dos Cobertores Parahyba, que era da família do Severo Gomes.* Dez anos depois, o Burle Marx está ao lado do Reidy demarcando o local para a constituição de Brasília. Essa amizade foi, de fato, muito estreita.

Uma pessoa fundamental na trajetória de Reidy foi sua mulher, a engenheira Carmen Portinho. Como a senhora analisa a influência de Carmen?

A engenheira e urbanista Carmen Portinho é um dos mais fortes exemplos do papel que a mulher passa a querer desempenhar, e desempenha, na sociedade moderna. A busca da igualdade de direitos entre classes, entre sexos, o respeito à contribuição social já dada pelos idosos e a ser dada pelos jovens; o desejo e o desafio de fazer da

Atilio Corrêa Lima (1901-1943) formou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes em 1925 e fez o curso de urbanismo no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris; em seguida, assumiu a cadeira de urbanismo na Escola Nacional de Belas Artes. Entre seus trabalhos estão o estudo da remoção e extensão de Niterói e o Plano Regional de Urbanização do Vale do Paraíba, além do projeto da estação de passageiros de hidroaviões no aeroporto Santos Dumont. Foi também um dos pioneiros do paisagismo no Brasil.

Sabóia Ribeiro (1889-1967) era engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1930). Participou da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro (1935) e trabalhou como engenheiro da antiga Inspeção de Águas e Esgotos (1936). Em 1937 foi nomeado prefeito de São Luís (MA). Foi professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, criada em 1945, onde veio a ser coordenador do curso de Urbanismo. Participou dos trabalhos para a locação da Cidade Universitária da UBr e da Comissão Consultiva de Urbanismo do Distrito Federal, realizando os primeiros estudos da esplanada de Santo Antônio. Foi diretor do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura do Distrito Federal (1961) e diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil (1964-67). Ver, a respeito, Maria Cristina da Silva Leme, 1999.

vida uma experiência justa e plena são lutas inerentes ao movimento moderno. O direito à cidade, aos seus bens e aos seus benefícios foi uma luta de Carmen Portinho. Ela foi, desde muito jovem, moderna como alguns indivíduos de seu tempo mas, sendo mulher, essa sua atitude tem outro significado e abre caminho para sucessivas gerações de profissionais mulheres. No plano estritamente profissional, no meu modo de ver, Carmen Portinho influenciou o Reidy pelo menos em dois pontos: no aspecto plástico e na dimensão pública. Primeiro, ela fez com que ele pensasse sempre na questão estrutural do projeto, esse lado mais positivo e da racionalidade da arquitetura.

O fato de ela ser engenheira deve ter contribuído, pois não basta o projeto ser bonito, tem que ficar em pé.

Sim, essa preocupação a Carmen sempre alimentou no Reidy: o lado construtivo. E o segundo aspecto, que faz aquele casamento ser muito bonito, é a dimensão pública; ambos eram pessoas movidas por convicções. A Carmen era muito competente na negociação política de suas idéias e deve ter ajudado muito o Reidy nisso. Na verdade, todo projeto exige também competência no convencimento; isto é, o arquiteto tem que ter uma certa competência na defesa pública e política de sua proposta. Nabil Bonduki salienta que, sem ela, realizações como o MAM, que demoram, exigem longas tratativas, têm avanços e recuos, não teriam sido possíveis. O Reidy era tão firme quanto ela nas convicções, mas era uma pessoa mais cristalina; às vezes ele se recusava a negociar, como quando pediu demissão do cargo de diretor do Departamento de Urbanismo porque não teve sua idéia para a área do Santo Antônio aprovada pelo prefeito Mendes de Moraes.

*Construção do MAM,
março de 1956.
Ao fundo Palácio Monroe
e prédio da Mesbla.*



Depois de 1937, é um governo autoritário que vai dar espaço e consagrar os arquitetos modernos. Sem a clarividência do ministro Capanema, como registra a memória da arquitetura brasileira em livros como o de Henrique Mindlin, ou a possibilidade de tomar decisões sem qualquer consulta, não teria havido o prédio do MEC, e os modernos não teriam tido o poder que tiveram.⁹

⁹ Henrique Mindlin, 1999.

Certamente o grupo moderno teve em Capanema um apoio, apoio visto retrospectivamente ora como decisivo – e o foi – ora como autoritário – e também o foi. Mas em nosso livro *Le Corbusier e o Brasil*, por exemplo, já mostrávamos que essa noção de clarividência precisava ser relativizada e que essas afirmações nem sempre são tão cristalinas.¹⁰ Precisamos avançar mais no estudo de aspectos da história social e cultural no Brasil precisamente no período 1930-45. O poder que os modernos tiveram durante o Estado Novo não foi grande. Depois de 45, tem fatores estratégicos de política internacional, tem a guerra fria, mais uma vez é preciso olhar o assunto de vários ângulos. Novamente temos que pensar em termos de escala. Vejamos a questão no Estado Novo. Uma coisa é resolver o prédio do MEC, um edifício. Outra, muito mais complicada, foi o problema que o Capanema enfrentou para realizar, por exemplo, o projeto da Cidade Universitária do Brasil – basta pesquisar seu arquivo no Cpdoc. Ali já era outra escala de negociação, envolvendo tempo e atores diferentes. Imaginem agora um plano de cidade, independentemente de regimes políticos, abrangendo questões fundiárias, interesses econômicos, empresas instaladas e que terão seu capital e seus serviços otimizados, de acordo com o rumo que tome a decisão do poder público. São escalas distintas. Em termos urbanísticos não se pode dizer que a facção mais moderna dos modernos teve poder.

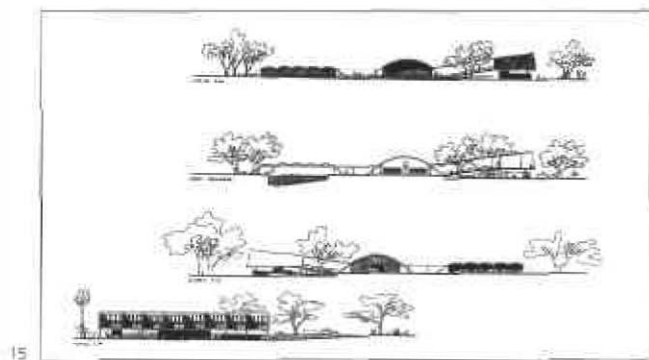
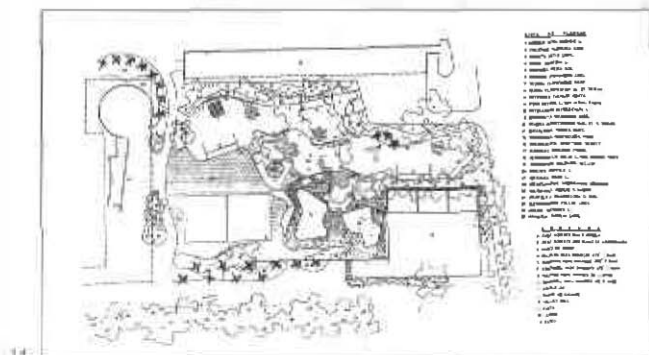
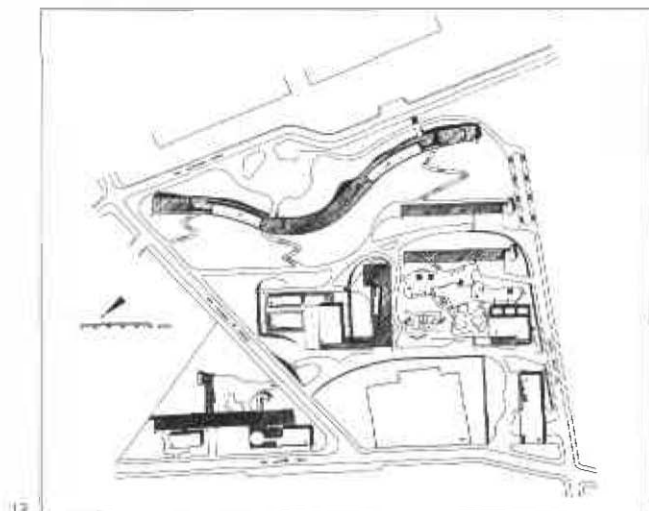
¹⁰ Cecília Rodrigues dos Santos, Margareth Campos da Silva Pereira, Romão Veriano da Silva Pereira e Vasco Caldeira da Silva, 1987.

Além disso, uma coisa é planejar uma cidade num terreno vazio, outra é o urbanismo numa cidade com quase 400 anos, com todos os interesses, absolutamente legítimos, dos grupos da sociedade. Assim, os modernos precisavam muito do apoio estatal pois, sem ele, nem mesmo os prédios teriam sido construídos.

Certamente. É nesse sentido que o Reidy (e a Carmen Portinho) tinham não só uma experiência em escala urbana, mas um contato com a multiplicidade de interesses que regem a vida de uma cidade muito maior do que os outros. Ele esbarrava nas coisas concretas da sociedade. A presença do poder público se faz necessária a partir de uma determinada escala de intervenção; isso as vanguardas européias começaram a perceber já no final dos anos 20. E o Reidy vai perceber isso de dentro da administração pública; para ele, que está pensando em urbanismo, o importante era considerar a arquitetura não mais isoladamente, mas como parte de um modo de funcionamento social dinâmico, e por isso a presença do poder público era fundamental.

O Pedregulho é um monumento, um dos grandes símbolos da arquitetura moderna

Como Reidy é levado a projetar o Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, em Benfica, conhecido como Pedregulho, um exemplo de habitação social?



A partir do final dos anos 20, a dimensão da arquitetura deixa de ser individual e passa a ter como o seu foco de atenção a sociedade e a cidade. Seja por conta da multiplicação das favelas, seja por conta de novas epidemias – não se sabia controlar doenças como a tuberculose, por exemplo – a habitação de caráter social passou a ser tema de discussão em todo o mundo. No Brasil, isso resultou no primeiro grande congresso de habitação, realizado em São Paulo em 1931. Enquanto no Rio as favelas iam crescendo devagar, em São Paulo houve uma grande explosão demográfica, e o problema tornou-se evidente de uma forma mais rápida. Mas é só no pós-guerra, com a redemocratização, que o tema ressurgiu, e aí dentro da estrutura do poder público do Distrito Federal, com a criação do Departamento de Habitação Popular, vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas; sua direção é entregue a Carmen Portinho. Ao mesmo tempo, cria-se o Departamento de Urbanismo, na mesma Secretaria, e o Reidy assume sua direção; aí sim, esses dois campos ganham força.

Em matéria de planejamento urbano, em 45 já se pensava que ele tinha que ser integrado. Antes de assumir o Departamento de Habitação Popular, a Carmen Portinho foi a Londres, onde passou um bom tempo estudando a política de construção de *new towns*, como eram chamadas na Inglaterra. Essas “novas cidades” eram planejadas para, estrategicamente, distribuir a população pelo território, de modo a não inchar ainda mais algumas metrópoles, em detrimento de outras áreas. Para não criar desequilíbrios regionais que prejudicassem a produção econômica.

Quando Reidy afirma, dez anos mais tarde, que com a construção de Brasília interiorizava-se a capital mas não se estava integrando a noção de planejamento territorial – isso só veio a acontecer mais tarde – ele estava reclamando exatamente disso: não se tratava apenas de transladar a capital de um ponto para outro; era preciso um plano integrado de desenvolvimento e de distribuição populacional pelo território.

Plantas do Pedregulho:

Planta geral do projeto.

Planta do jardim

Planta da escola, corte transversal e fachadas laterais e principal

Alguns afirmam que o Pedregulho é mais um monumento do que um projeto. Do ponto de vista arquitetônico, era considerado avançado, audacioso, mas não ocorria a ninguém erguer 500 Pedregulhos para resolver o problema habitacional de todos os que necessitavam de um teto.

Considero que os arquitetos devem ser cobrados por seus gestos; a arquitetura tem que voltar a ser uma discussão pública. Agora, temos que levar em conta sua complexidade e seus tempos. Com certeza, para o Reidy e a equipe do Departamento de Habitação Popular, o Pedregulho possuía um efeito-demonstração, que já havia sido per-

cebido e foi salientado primeiro pela própria Carmen Portinho, logo após o momento em que ele concebeu o projeto. Lúcio Costa também faz referência a esse aspecto “simbólico”, retórico, do Pedregulho num depoimento à época da construção em que saiu em defesa da obra, vista como um “luxo” tendo em vista suas características para uma população modesta. Na realidade, o Pedregulho não foi pensado como experiência isolada; dois anos depois, em 1948, 1949, Reidy já estava começando a pensar a Gávea, que ficou incompleta, e no ano seguinte, a Catacumba, a favela que existia no morro da Catacumba, na lagoa Rodrigo de Freitas. Disto tudo, foi realizado um único conjunto, o Pedregulho, que demorou um escândalo de tempo para ser erguido: uns falam em nove anos, outros falam em doze. Um escândalo! É por isso que ficou a impressão de que aquilo é só um monumento. Foi a própria Carmen Portinho quem acabou por advogar o efeito-demonstração, quando percebeu que poderia compensar a demora em sua construção com o impacto internacional causado pela obra. O Pedregulho foi admirado por revistas alemãs – os alemães tinham longa tradição em construção de casas para operários – e nos Estados Unidos, onde a Carmen foi pessoalmente fazer conferências sobre a concepção da habitação popular do DHP sob sua direção e que integrava equipamentos sócio-culturais, educativos e recreativos de forma muito firme e inovadora. Não se tratava apenas de construir conjuntos multifamiliares ou até mesmo casas individuais: era uma forma mais completa de pensar a forma de morar.

Se às vezes o arquiteto precisa de tempo para amadurecer uma idéia, pode-se considerar que o Reidy já tinha amadurecido idéias sobre algumas situações urbanas e estava concebendo o Pedregulho como um protótipo reproduzível, tanto que imaginou o projeto da Gávea e a construção de um outro na Catacumba para os próprios moradores da favela, ao invés da simples remoção. Construiu o Pedregulho a duras penas, a Gávea ficou pela metade, e a Catacumba não saiu do papel.

A partir daí, o que acontece com o Reidy? Até mais ou menos 1948, ele está apenas como arquiteto que planeja, posição que nunca abandonou, mas, daí em diante, ele começa a ter uma ação política, a participar de fóruns, a participar da Fundação da Casa Popular, porque percebe que precisa constituir uma mentalidade mais ampla, para poder dar suporte a seus próprios projetos. Nabil Bonduki, de quem já falamos aqui, é pesquisador de São Paulo e participou do governo de Luiza Erundina.¹¹ Ele vem tentando recuperar esta história toda. Em seu livro, *As origens da habitação social no Brasil*, estuda a ação do poder público nessas áreas, inclusive no Rio.¹²

O Pedregulho foi construído para os funcionários da prefeitura que moravam nas proximidades. A política dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, os IAPs, também se envolveu com habitação e, naqueles anos, se construiu muita coisa. Mas não se chegou a construir sequer um terço do parque imobiliário consolidado; ficaram exemplos esparsos, gestos perdidos.

No filme *Central do Brasil*, há cenas filmadas no Pedregulho, que está totalmente degradado, espacial e socialmente. Será esse o limite do sonho moderno? Todos iriam morar em prédios como aquele, mas a realidade contrariou a utopia?

Esta é uma das grandes dificuldades dos nossos tempos. A utopia, como já nos alertava Morus, é uma instância crítica, aberta; mas insistimos em realizá-la em pedra e cal, fechá-la, fixá-la num ícone, numa imagem.

¹¹ Luiza Erundina, então no PT, foi prefeita de São Paulo entre 1989 e 1993

¹² Nabil Bonduki, 1998

Sou professora da cadeira que foi ocupada pelo Reidy – Planos de cidade – e fico muito aflita com a crítica atual, pós-moderna, que felizmente começa a ser menos primária em relação à avaliação dessas questões e dessas nossas experiências locais. De fato, de um lado, existe uma crítica à forma utópica de pensar a sociedade e a política das vanguardas modernas, vinda predominantemente da Europa. Essa crítica, me parece, se confunde também, no caso europeu, com uma segunda questão: a política habitacional implementada nos subúrbios das grandes cidades no pós-guerra e um excessivo zoneamento das atividades urbanas. Lá eles construíram, em seis, sete anos, um terço do parque imobiliário. Ergueram, muito rapidamente, grandes conjuntos habitacionais, mas construíram em massa. Por outro lado, esses conjuntos foram em alguns casos pensados de forma associada a pólos funcionalmente bem planejados de comércio e serviços mas que, evidentemente, não seriam capazes de reconstruir a experiência social que estava implícita na construção das cidades em um processo longo. Assim, na Europa, a crítica à arquitetura moderna toma forma levando em conta sobretudo estes diferentes aspectos: a questão ideológica, mas também a questão tipológica, espacial, associada à gestão do crescimento demográfico e à cultura de massa. Ora, no Brasil, a crítica ao modo de pensar utópico é mais do que pertinente, não só por questões recentes, mas tendo em vista que ele se entranha profundamente em nossa cultura, inclusive urbanística, como mostramos em nossa tese de doutorado; a segunda parte do problema – a da política habitacional, a sociedade de massa – precisaria ser pensada de outra forma. Entre nós, não se fez nada parecido com o período europeu da “reconstrução” no sentido da oferta habitacional. Nossa política em relação à urbanização das favelas, à densificação de centros urbanos, à oferta de habitação de forma diferenciada, para vários orçamentos, para diversas camadas sociais é ainda muito tímida. É preciso fazer muito mais, isto sem falar no resto... Mas justamente estes não são problemas de arquitetura...

Mas produzimos Brasília, uma cidade-símbolo da arquitetura moderna, que se tornou também alvo da crítica.

A crítica a Brasília teve a mesma parte de utopia que se fazia presente em muitos dos urbanistas modernos. Repetiu, até certo ponto, o mesmo vício de achar que a arquitetura seria capaz de, por si só, criar uma nova história, um novo homem, uma nova mentalidade. O tempo das cidades, vistas não como matéria inerte de tijolos e concreto mas como constelações de nós e de fluxos de relações humanas, é muito mais longo. A crítica ao pensamento utópico ganhou visibilidade internacional com Brasília até porque era uma cidade nova, num país novo, cheio de projetos. Mas, o alvo principal e mais generalizado nos anos 60 foi menos a questão do pensamento utópico – que realmente foi posto a nu só com a queda do muro de Berlim, com o fim da URSS – do que os grandes conjuntos habitacionais, de baixíssima qualidade tanto do ponto de vista plástico como da possibilidade de diálogo com situações geográficas, climáticas e sociais diferenciadas e o fenômeno da “suburbanização”.

Reidy foi por três vezes diretor do Departamento de Urbanismo, alternando com Oliveira Reis. Saía o arquiteto e entrava o engenheiro?

Não é tão simples. Já, à época, percebe-se múltiplas formas de pensar a cidade moderna. Evidentemente, o Reidy e o Oliveira Reis não fazem parte do mesmo grupo, em relação às visões de arquitetura. Mas o fato é que não havia um consenso sobre como deveria ser esse Rio moderno. Além disso, existe também a instabilidade administrativa: prefeitos substituídos a toda hora. É de se perguntar como foi possível manter funcionando o Departamento de Urbanismo, tendo em vista a oscilação entre visões diferentes de urbanismo e de arquitetura. Mas o Oliveira Reis também tinha um lado moderno. Como funcionário da prefeitura, possuía a visão administrativa de que nem tudo é cristalino. Além do mais, tinha a visão da necessidade de planejamento urbano, tal como o Reidy.

Reidy deu o máximo de si na busca de um diálogo com os problemas de sua cidade e de seu próprio tempo

Não se sabe muito sobre o Oliveira Reis, como não se sabe muito sobre o Sabóia Ribeiro. Outra figura interessante foi o Paulo de Camargo, uma pessoa brilhante, que participou do governo Pedro Ernesto, construiu escolas e começou a desenvolver, desde a década de 30, questões de racionalização do canteiro de obras. Trabalhou aqui durante certo tempo, mas começou a perder espaço e foi-se para São Paulo. Alguma coisa de muito grave aconteceu no Rio de Janeiro, entre 1943 e 1950, no campo da arquitetura, que provocou a diáspora dos modernos, expulsando certos cariocas para outras áreas do país. O que terá provocado o afastamento entre Reidy e Oscar Niemeyer?

É preciso prestar atenção também em José Mariano Carneiro da Cunha Filho, figura importante que precisa ser estudada. Lúcio Costa era uma figura brilhante já como estudante, tanto que começou a ganhar o apoio do José Mariano em 1924, e ambos caminham na mesma direção até 30. Até ali o Lúcio teve o apoio de segmentos mais conservadores, com os quais ele estivera absolutamente alinhado. Depois é que se separa. Mas o José Mariano compunha outro grupo, ao qual talvez pudéssemos agregar o Sabóia Ribeiro, o Agache e o Oliveira Reis. Essas pessoas terão espaço por toda a década de 30 até meados da década de 40, quando se realiza o primeiro congresso de urbanismo.

Em 1945 realiza-se o I Congresso de Urbanismo no Rio de Janeiro, onde estava sendo discutido o plano da cidade, a questão de áreas remanescentes que não tinham sido atacadas pelo prefeito Henrique Dodsworth, ou então, que perduravam, como a do Santo Antônio. Ali havia dois projetos antagônicos: o do Reidy e o do Sabóia Ribeiro, feito junto com o Paulo de Camargo. No mesmo ano acontece em São Paulo o I Congresso Nacional de Arquitetos. No de urbanismo é dado um enorme espaço para Agache e para José Mariano, enquanto que no de arquitetura o Reidy foi o diretor da sessão dedicada ao urbanismo. Essas divergências não são apenas formais. Elas traduzem visões diferentes de mundo e da prática disciplinar da arquitetura e do urbanismo.

O projeto de urbanização do morro de Santo Antônio foi o principal plano de Reidy para a cidade. Qual é sua avaliação sobre aquele plano?

Não deixa de ser um pedaço da síntese das idéias do Reidy para a cidade naquele momento, não resta a menor dúvida. Embora se diga que o urbanismo à

José Mariano (1881-1946), médico, historiador da arte, publicou diversos trabalhos sobre arte colonial, especialmente sobre *Aleijadinho* e foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes (1926-27). Nome importante da arquitetura neocolonial, contra a qual se opuseram os modernos. Sua casa, na rua Jardim Botânico, chamava-se Solar Monjope e era um exemplo da arquitetura que preconizava: possuía grandes painéis de azulejos do século XVIII, oriundos de igrejas da Bahia e de Pernambuco. Lutou para criar um cânone original da arquitetura nacional, a partir do barroco baiano e mineiro. Suas idéias forneceram a base do preservacionismo, que culminou com a criação do Sphan. Ver, a respeito, Laura Cavalcanti, 1995, e Sérgio Miceli, 1996.

Henrique Dodsworth (1895-1975) foi prefeito do Distrito Federal entre 1937 e 1945 e seguiu os passos de seu tio Paulo de Frontin, realizando várias obras na cidade, como a urbanização da esplanada do Castelo, a construção das avenidas Presidente Vargas e Brasil. Seu secretário de Obras foi o engenheiro Edison Passos e em sua gestão foi restabelecida a Comissão do Plano da Cidade, que retomou os estudos urbanísticos do Plano Agache, adaptando-os às novas condições do Rio de Janeiro. Ver Evelyn Furquin Werneck de Lima, 1999.

americana, isto é, o urbanismo rodoviarista, pautado no transporte individual tenha sido desenvolvido na década de 60, na verdade, ele já está todo ali no plano do Reidy. Inclusive, se realizado, talvez evitasse a construção da Perimetral.

O que acontece é que essa geração moderna, da qual o Reidy faz parte, tinha essa concepção de que ia construir um mundo realmente novo – hoje, a gente olha e reconhece. Por outro lado, vivendo uma série de inovações tecnológicas nos meios de transporte e comunicação, prestaram muito mais atenção à função da rua como espaço de circulação do que como espaço de sociabilidade. Os arquitetos modernos acreditavam que os novos tempos iriam romper com a idéia tradicional de rua e os espaços de sociabilidade seriam outros.

O projeto do Reidy pretendia acabar com um pedaço inteiro da cidade. Iria abrir um novo ciclo de urbanização do Rio e, baseado no desenvolvimento da indústria automobilística, Reidy rasgava, esgarçava a cidade; colocava as vias elevadas a cinco metros do solo, criava *free-ways*, eliminava cruzamentos. Hoje, tenho a impressão de que se fosse realizado o plano do Reidy para o Rio, teria sido dramático, haja vista o que foi feito nos anos 60.

A idéia da “rua-corredor” foi muito combatida por Le Corbusier.

Isso mesmo. A grande briga dos arquitetos modernos foi para romper com as relações que as ruas e as edificações secularmente mantiveram, relações de continuidade e contigüidade. O que formou a rua foi o fato de que a ocupação das casas no lote era contínua, uma atrás da outra, e contíguas, uma coladinha à outra. Com isso, faz-se da rua um corredor. Segundo os modernos, a “rua-corredor” materializava, de certa forma, a estrutura de um outro tempo histórico, que eles estavam ultrapassando. Transformaram a “rua-corredor” num ícone do passado, que devia ser substituído por outra coisa, seja movida pela tecnologia ou pela política. Com o fim da “rua-corredor” acaba a noção de rua; já que se tem tecnologia, pode-se dispor do lote de diversas maneiras dentro da quadra. Hoje, sabe-se que isso deu uma fragmentação espacial generalizada, que interferiu, muitas vezes, nas relações de sociabilidade, dificultando-as.

Em sua avaliação, a ação de Affonso Eduardo Reidy teve mais acertos que erros?

Certamente. Foi com Lúcio Costa que aprendi a respeitar o Reidy. E foi também com Lúcio Costa que aprendi a observar, não as formas materiais que a história nos lega, mas as atitudes dos homens diante dos problemas que são postos no seu tempo histórico. Por isso, não se deve julgar se a proposta urbanística do Reidy para a Esplanada do Castelo estava certa ou errada; o que acho mais fantástico no Reidy é que ele procurou não errar. Quando conhecemos sua história de vida, vemos que ele deu o máximo de si na busca de um diálogo com os problemas do seu próprio tempo, da sua própria cidade. Hoje, é claro que conseguiremos perceber uma série de erros no urbanismo do Reidy, mas aqueles erros formais nos permitiram pensar uma série de coisas. Ele foi, acima de tudo, um intelectual que agiu, e para mim um arquiteto deve ser, antes de qualquer coisa, um intelectual. Sua atitude, na ponderação das questões sociais, tecnológicas, plásticas fazem dele uma grande e permanente lição. Talvez seja isso: Affonso Eduardo Reidy nos ajuda a não esquecer a ética, a coragem e sobretudo o silêncio dos espaços onde se alcança a delicadeza e o rigor.

■

Berta Leitchic

Berta Leitchic é engenheira. Trabalhou no Serviço de Estudos e Projetos da Secretaria de Obras do Distrito Federal. Ao lado de Carmen Portinho, Clara Perelberg Steinberg e Lúcia Prado Lopes, fundou a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, em 1937. Como especialista em concreto armado, calculou mais de 50 pontes e viadutos, entre os quais o viaduto das Canoas e o túnel do Pasmado no Rio de Janeiro. Atualmente, idealiza e supervisiona a realização de eventos culturais do shopping Rio Design Center.

A entrevista foi concedida no dia 19 de dezembro de 2000 à pesquisadora Lúcia Lippi.

Graças a Feliciano Pena Chaves, pude projetar o viaduto das Canoas e o túnel do Pasmado

A senhora é uma das pioneiras entre as mulheres engenheiras no Brasil. Como foi sua formação?

Nasci na Rússia e vim criança para São Paulo. Fiz todos os meus estudos no Ginásio Mackenzie e estudei os quatro primeiros anos de engenharia na Escola Politécnica. Com a mudança de minha família para o Rio, fiz o quinto ano aqui; formei-me pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Como era ser estudante de engenharia, profissão encarada como tipicamente masculina?

Foi muito engraçado, porque fui a primeira mulher na Escola Politécnica de São Paulo, coisa que causou um rebuliço na faculdade. Tive a maior sorte, porque todos, desde os contínuos até o diretor da escola, me receberam normalmente, com muito carinho; nunca tive qualquer problema nesse sentido. Quando meu pai veio para o Rio, o diretor da escola foi pedir-lhe para eu permanecer em São Paulo, porque com a minha presença a educação dos rapazes tinha melhorado muito. Isso é bem paulista, sabe? Tenho as melhores recordações da Politécnica de São Paulo.

Chegando ao Rio, a situação era diferente: ingressei numa turma que era a única a não possuir alunas mulheres. No começo, eles ficaram meio constrangidos, meio irritados; depois ficaram muito meus amigos, até hoje.

Em que ano a senhora se formou?

Ah, melhor não dizer. Faz tanto tempo!

Foi no Rio que a senhora conheceu Carmen Portinho?

Não, eu a conheci quando estava no ginásio. A Carmen foi a São Paulo para fundar a primeira organização de mulheres universitárias. Eu fiquei entusiasmada. Toda a minha família era de engenheiros, mas eu nunca tinha pensado em seguir a carreira; quando vi a Carmen, eu disse: "É isso que eu quero ser". Decidi ser engenheira. Tanto assim que depois viemos a ser grandes amigas, e ela foi até minha madrinha de casamento.

Assim como Carmen Portinho, a senhora também entrou para os quadros da prefeitura do Distrito Federal ao se formar?

Não, entrei antes, ainda estava na Escola. Tive a sorte de ter o professor Noronha como professor de pontes; ele me entusiasmou pelas pontes e viadutos. Assim, fui fazer um estágio com Feliciano Pena Chaves, um grande calculista da época. Quando me formei, recebi um convite para ficar; assim, desde o quinto ano, já trabalhava na prefeitura. E trabalhei com Pena Chaves até ele falecer num desastre de automóvel. Ele era

brilhante, foi dos nossos melhores calculistas. Tive uma sorte enorme de trabalhar com ele. Graças a ele, pude projetar o viaduto das Canoas e o túnel do Pasmado. Ele era o chefe, e me dava essas obras para calcular. Depois de sua morte, fui nomeada para substituí-lo na direção do Serviço de Estudos e Projetos, responsável pela parte de cálculos e de detalhamento das obras urbanísticas. Aí começou minha ligação com Affonso Eduardo Reidy e os outros arquitetos do Departamento de Urbanismo.



16

O viaduto das Canoas é até hoje uma obra reconhecida internacionalmente. Deve ser uma honra ter um trabalho valorizado como aquele.

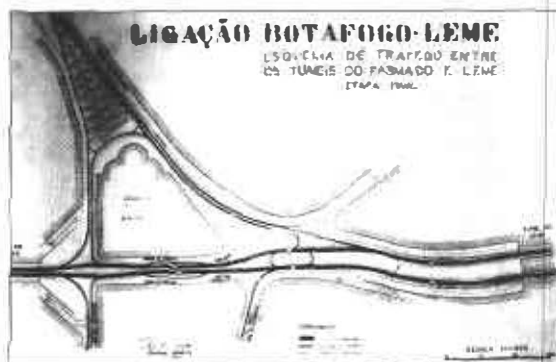
Viaduto das Canoas

Foi uma honra, mesmo. Projetei e calculei todo o viaduto. Saiu num livro dos viadutos considerados mais bonitos na Europa, junto com os viadutos do Maillou. E devo isso ao Pena Chaves, que me deu esse trabalho para fazer.

Tempos depois, tive algumas dificuldades, porque o meu Serviço de Estudos e Projetos, além de detalhar os projetos que os urbanistas projetavam, fazia ainda a parte, digamos, da "cozinha" – cálculo de concreto armado e tudo – e aprovava loteamentos. Eu era muito rigorosa nas exigências, e um dos donos de vários loteamentos, de quem eu não gostava, foi nomeado secretário de Viação da prefeitura e me demitiu da direção. Mas nesse momento, o Affonso Eduardo Reidy me convidou para ser sua assistente no Departamento de Urbanismo. Foi o meu primeiro contato mais próximo com as obras de urbanismo; foi a época do primeiro projeto da orla marítima, a orla do Flamengo, que já pude acompanhar; dos contatos com o Laboratório Nacional de Hidráulica, em Portugal. Passei uns dois anos no Departamento de Urbanismo, até que foi fundado o Serviço de Túneis, para onde fui chamada, porque fui eu quem projetou o túnel do Pasmado.

Com a nomeação de Francisco Negrão de Lima para prefeito do Distrito Federal em 26 de março de 1956, a senhora continuou na prefeitura?

Projeto do túnel do Pasmado e do Leme, esquema de tráfego, 1942, "Plano da Cidade".



17

Maria Carlota (Lota) Costallat de Macedo Soares (1910-1967), membro da elite carioca, filha de José Eduardo de Macedo Soares, dono do *Diário Carioca*, fez vários cursos na Europa e nos Estados Unidos, onde entrou em contato com os principais expoentes da arquitetura e do design modernos. Convidada por Carlos Lacerda para coordenar o projeto do Aterro do Flamengo, abrigou ali os mais expressivos arquitetos e urbanistas modernos do Rio. Sobre ela ver Carmen L. Oliveira, 1996

¹³ Oficialmente, o Grupo de Trabalho que cuidou do projeto de urbanização do Aterro era assim composto: Maria Carlota (Lota) de Macedo Soares, presidente; Affonso Eduardo Reidy, urbanismo; Roberto Burle Marx, projeto paisagístico; Jorge Machado Moreira, arquitetura; Luiz Emídio de Melo Filho, botânica; Berta Leitchic, engenharia; Hélio Mamede, arquitetura. Ver Nabil Bonduki (org), 1999.

Sim, o Negrão me convidou para organizar um serviço de concorrências recém-fundado, o da Sursan. Fui dirigir o novo departamento, mas continuei sempre com ligações com o urbanismo. Quando Carlos Lacerda foi eleito governador, em 1960, escolheu a Lota de Macedo Soares para dirigir o projeto de urbanização do Aterro do Flamengo. Acontece que a Lota não era engenheira, não era arquiteta, nem urbanista; era uma mulher de grande cultura e muita imaginação, mas não conhecia os trâmites, não sabia como atuar. Então, um amigo seu a aconselhou a me chamar, e ela me convidou para assessorá-la. Sugeri a criação de um grupo de trabalho, que foi composto por Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Sérgio Bernardes, Carlos Werneck – ia construir o teatro de marionetes –, o urbanista Hélio Modesto e eu, como única engenheira.¹³ O Hélio não era membro, propriamente; a nosso pedido, fazia a ligação entre o grupo e o restante da administração estadual. Acho que pouca gente sabe disso; seu nome nunca foi citado, mas ele foi figura importante.

Foi Reidy quem incorporou Burle Marx ao grupo?

Não, foi a Lota, que era sua amiga. Mas o Burle Marx veio apenas como prestador de serviços, não fazia realmente parte do grupo. De início, a Lota tinha pensado em entregar a ele todo o Aterro, mas eu me opus, disse que era preciso um urbanista para estudar a ligação do parque com a cidade; aí é que foi criado o Grupo de Trabalho. O Jorge Moreira era um arquiteto maravilhoso, mas muito meticuloso, muito lento, e passou quase o tempo todo projetando um restaurante para o Aterro; quando o Marcos Tamoio foi nomeado secretário de Obras, chamou outro arquiteto para fazer o restaurante. Infelizmente, não foi executado o projeto do Jorge Moreira, que era sensacional! Ele passou quatro anos estudando aquilo. O restaurante seria construído sobre as pedras, no Morro da Viúva, imaginem! O teto era um jardim, e a cozinha era a mais perfeita que se pode imaginar; eu cheguei a ir a Portugal para estudar o assunto, a forma das muralhas e tudo o mais, para que não respingasse água nas janelas do restaurante. Foi um estudo perfeito; lamentavelmente, ficou na gaveta.

O Aterro do Flamengo foi um trabalho louco, mas feito com grande entusiasmo, um lindo desafio

A senhora trabalhou no projeto do Aterro do início ao fim?

O tempo todo. Como eu acumulava com o Departamento de Concorrências da Sursan, trabalhava às vezes das nove da manhã até às três da manhã do dia seguinte. Foi um trabalho louco, mas feito com muito entusiasmo. Foi um lindo desafio.

O papel de Lota de Macedo Soares foi importante para garantir o apoio do governador Carlos Lacerda ao projeto do Aterro?

Foi fundamental. A Lota não só garantia a paz e o funcionamento do Grupo de Trabalho, como discutia com o Lacerda, com o Rafael de Almeida Magalhães. Era uma coisa, a Lota! Defendia com unhas e dentes o Aterro. Conhecem o livro *Flores raras e banalíssimas* de Carmen Oliveira sobre ela? O meu, com dedicatória da própria autora, sumiu; preciso comprar outro. É muito bonito, embora um pouco triste.¹⁴

¹⁴ Carmen L. Oliveira, 1996.



Havia uma rivalidade entre o grupo de trabalho do Aterro e a Sursan. O secretário de Viação da época, o Raimundo de Paula Soares, não gostava da Lota, e não tinha muita boa vontade com a obra do Aterro. Queria, por exemplo, que construssemos quatro pistas no Aterro, duas de ida e duas de volta, mas nós teimamos que duas bastavam: elas desembocam nas ruas de Botafogo e em ruas no Castelo. Coisas assim.

*Affonso Eduardo Reidy e
Lota de Macedo Soares nos
jardins da MAM, agosto de 1964*

E qual era responsabilidade da Sursan na obra?

Era a Sursan que pagava as contas, que executava o trabalho, então havia sempre uma certa rivalidade. Mas a crítica da Lota era um pouquinho exagerada em relação à sua ineficiência. Eu sabia, porque acumulava os dois trabalhos: o Aterro e a Divisão de Concorrências da Sursan.

A senhora considera o Aterro a principal marca urbanística desse período?

Sim, sem dúvida nenhuma. Infelizmente, foi bastante estragado agora pelo Conde. Fico com pena, porque o Jorge Hue, arquiteto que dirigiu a restauração atual, é um profissional por quem tenho muito respeito, mas como arquiteto e decorador.

Consta que o prefeito Mendes de Moraes desejava fazer do Aterro uma orla como Copacabana.

É verdade. Foi uma bênção isso não ter acontecido, porque além de o Aterro ter ficado como um marco na história do urbanismo carioca, a cidade ganhou um lindo jardim.

Para Reidy, o urbanismo devia aliar arquitetos, engenheiros, economistas, geólogos, antropólogos

E qual foi o papel de Affonso Eduardo Reidy?

O Reidy foi um grande urbanista. Uma pena que seu maior projeto não tenha sido executado: a urbanização do morro de Santo Antônio. O cardeal mandou construir lá a nova catedral, que estragou todo o projeto do Reidy.

Além de serem marido e mulher, Reidy e Carmen Portinho também se ajudaram profissionalmente, não?

Ah, muito. Foi graças à Carmen que ele conseguiu realizar seu primeiro grande projeto, o conjunto do Pedregulho, para funcionários da prefeitura. Como diretora do Departamento de Habitação Popular da prefeitura, cabia-lhe escolher o arquiteto que projetaria o conjunto, e ela chamou o Reidy.

As três figuras mais citadas da arquitetura moderna são Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy.

Sem dúvida, são os três maiores. Há outros, mas estes eram muito talentosos mesmo e tiveram ocasião de executar vários trabalhos. Quando foi inaugurado o viaduto das Canoas, projetado por mim, o prefeito era o general Mendes de Moraes. Todo entusiasmado, ele me nomeou para representar o Brasil no congresso de arquitetura em Bergamo, na Itália – Le Corbusier era o presidente do congresso. Levei trabalhos do Reidy, do Burle Marx, de muitos arquitetos. Com muito custo consegui uma boa sala, porque os italianos tinham raiva do Brasil, pela imensa qualidade de seus arquitetos, pelo destaque internacional que o Brasil já tinha. Lembro muito bem de Le Corbusier falando da sorte que nossos arquitetos tiveram de ter governantes que permitiram que aqueles trabalhos maravilhosos fossem feitos. Dizia que na França os arquitetos modernos não tinham vez.

Temos que fazer justiça ao Gustavo Capanema que, como ministro da Educação, chamou todos eles, e todos puderam trabalhar. E depois Juscelino Kubitschek, que deu oportunidade ao Lúcio Costa e ao Niemeyer em Brasília.



Carmen Portinho e Jayme Mauricio supervisionam obras do MAM, maio de 1956

Reidy fez o projeto do Museu de Arte Moderna, o MAM, e Carmen Portinho tocou a obra, não é?

Isso mesmo, um trabalho maravilhoso, mas muito complicado. A Carmen era muito amiga da Niomar Muniz Sodré e conseguiu que o MAM fosse entregue ao Reidy. Ele projetou, e ela fiscalizou a construção. Tenho saudades da Carmen; há tempos não a vejo, pois está mal de saúde.¹⁵ Há dois anos saiu um lindo livro em sua homenagem.

E também bastante informativo sobre sua trajetória, inclusive sobre sua participação no movimento feminista.¹⁶

Foi onde se destacou mais, porque na prefeitura ela foi diretora do Departamento de Habitação Popular, nada que seja de grande destaque. Agora, no movimento feminista, ela fundou a União Universitária Feminina e a Associação das Engenheiras Brasileiras, e eu, aliás, fui contra. Eu lhe dizia: "Carmen, existe no Rio o Clube de Engenharia. O que nós diríamos se ele não permitisse a entrada de mulheres?!" Nunca fui feminista, por isso discutia com ela a esse respeito.

Depois da construção do MAM, onde foi diretora-executiva adjunta entre 1951 e 1966, Carmen Portinho foi dirigir a Escola de Desenho Industrial?

Foi diretora, acho que entre 67 e 88, mais ou menos. Até pouco tempo ela ainda trabalhava na UERJ, não sei exatamente em que função. Realmente, a importância do casal na vida carioca e na arquitetura moderna brasileira é muito grande. O Reidy era brilhante, brilhante! E depois, muito modesto, fino, agradável. Eu gostava imensamente dele – já contei a vocês que fui sua assistente no Departamento de Urbanismo da prefeitura do Distrito Federal, que ele chefiava.

Naquele tempo, a prefeitura tinha um quadro maravilhoso. Os chefes eram fantásticos, coisa que não acontece mais agora, infelizmente; trabalhava-se com um prazer enorme. Por exemplo, quando entrei, o secretário de Viação era Marques Porto, brilhante figura de engenheiro. Depois o município virou estado, e tudo começou a piorar a partir do governo de Chagas Freitas em 1970.¹⁷ Gosto muito da d. Zoé, sua mulher, mas tenho que dizer isto: a piora começou ali.

Reidy já defendia a idéia de que o urbanismo envolve diversas áreas?

Ah, sim. Quando eu era sua assistente no Departamento de Urbanismo, já conversávamos sobre isso. Já sabíamos que era preciso agregar geólogos, economistas, antropólogos; era preciso fazer sondagens, mil outras coisas para fazer um estudo de urbanismo. Quando ele fez o primeiro projeto da forma do Aterro, aquela enseada, mandamos para o Laboratório de Hidráulica de Portugal para saber se era viável. Cheguei



Visita de JK ao MAM em 13 de novembro de 1959. Ao seu lado Niomar Muniz Sodré e Carmen Portinho (de colar).

Niomar Muniz Sodré, filha do diretor do jornal *Correio da Manhã*, casou-se com Paulo Bittencourt, proprietário do jornal. Dedicou-se à tarefa de fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro sendo diretora-executiva e depois presidente de honra do Museu. Com a morte de Paulo Bittencourt em 1963, assumiu a direção do *Correio da Manhã* que, apesar de ter apoiado o golpe militar de 1964, foi o primeiro jornal a lutar pela restauração da democracia e denunciar as arbitrariedades e torturas a presos políticos. Niomar foi presa e teve seus direitos políticos cassados. Arrendou o jornal e abandonou a vida pública, voltando a viver em Paris, onde tinha passado extensas temporadas ao longo de sua vida.

¹⁵ Carmen Portinho faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de julho de 2001.

¹⁶ Carmen Portinho, *por toda a minha vida*, 1999.

¹⁷ Chagas Freitas governou a Guanabara de 1970 a 1975 e o Estado do Rio de Janeiro de 1979 a 1983.

a ir cinco vezes a Portugal, ao Laboratório Nacional de Hidráulica, que acompanhou todos os estudos do Aterro. O cais, as praias, todos os projetos foram estudados lá, e vejam que até hoje está tudo em pé. Senão, o mar tomava tudo de volta, com certeza. Quer dizer, já se tinha a noção de que são obras de engenharia que têm que ser resolvidas, não é só o traço do urbanista. Tanto assim, que o Laboratório recomendou: "A forma é muito fechada, a entrada é pequena, haverá pouca circulação, portanto não deve ser feito nada de esgoto para lá, não deve ter muitas bombas de gasolina nem nada na ponta." Era a engenharia acompanhando o urbanismo.

Há uma coisa sobre o Reidy com a qual jamais me conformei: ele nunca fumou na vida – jamais botou um cigarro na boca – e morreu de câncer no pulmão. Nunca perdoei o destino por isso. Ele morreu em 1964, ainda jovem, com tanto a dar. Levava uma vida normal, ordenada, gostava do trabalho. Foi uma perda enorme, uma tristeza infinita.



Vista aérea da baía de Guanabara, mostrando o avanço do aterro iniciado na ponta do Calabouço, 1954.

Francisco Bolonha

Francisco de Paula Lemos Bolonha é arquiteto formado na primeira turma da Faculdade de Arquitetura da antiga Universidade do Brasil. Como funcionário público, trabalhou na prefeitura do Distrito Federal e na Secretaria de Educação e Cultura do antigo estado da Guanabara, entre outros postos. Acompanhou a execução de projetos de Affonso Eduardo Reidy e de outros arquitetos que compõem a geração dos modernos. Entre suas obras estão conjuntos residenciais em Paquetá e Vila Isabel, diversas escolas primárias e os edifícios-sede da Cetel e do Senai no Rio de Janeiro.

A entrevista foi concedida no dia 5 de fevereiro de 2001 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi.

Arquitetura é ciência e não arte, pois a construção tem que funcionar

Como o senhor conheceu Affonso Eduardo Reidy?

Foi no escritório do grupo dele, que funcionou primeiro no edifício da Mesbla, no Passeio Público, depois num prédio da Senador Dantas, último andar. Os principais arquitetos eram o Reidy, o Jorge Moreira e o Oscar Niemeyer; o Carlos Leão e o Lúcio Costa já não estavam mais lá. Eu estava no segundo ano da Escola de Belas Artes e fui para lá como desenhista.

Não sei se sabem, mas a Escola de Arquitetura da Universidade do Brasil só foi criada em 1945, antes só havia o curso da Escola de Belas Artes. Eu me transferi para a UB e fiz parte da primeira turma formada por ela – aliás, a mulher do Jorge Moreira também se formou comigo. Turma pequena, cerca de 20 alunos.

Quem o chamou para trabalhar como desenhista no escritório de arquitetura?

Foi o Jorge Moreira. Eu me dava muito bem com todos, tanto que o Niemeyer, que é uma pessoa muito enigmática, chegou para o Jorge e disse: “Quero que você me empreste o Bolonha; preciso que ele faça o desenho do teatro de Belo Horizonte para mandar para o Juscelino”. O Jorge concordou, e eu comecei a trabalhar com o Oscar. É curioso, mas a maior parte da obra do Niemeyer eu só conheço de fotografia; só visitei pessoalmente a igreja da Pampulha e o hotel de Ouro Preto, porque ele me pediu para vistoriar, na véspera da inauguração.

A obra do Niemeyer não me interessa. Considero-o um bom arquiteto, mas para mim arquitetura é ciência e não arte. Quando alguém pede a um arquiteto o projeto de uma casa, quer que ela seja bem resolvida, que a eletricidade funcione, que a estrutura seja resistente, que o teto não desabe. Os aspectos plásticos têm que se subordinar a essas premissas.

Quem o influenciou com essa concepção de arquitetura?

Minha própria experiência profissional; já estou com 50 anos de profissão. Os arquitetos com quem trabalhei no início da vida não tinham essa preocupação e davam maior valor aos aspectos plásticos.

Após trabalhar como desenhista, o senhor também ingressou na prefeitura do Distrito Federal?

Quando assumiu a prefeitura, o general Mendes de Moraes criou o Departamento de Habitação Popular, na Secretaria de Viação e Obras Públicas, e chamou primeiro o Arlindo Laviola para dirigir. O Laviola trouxe o Reidy para chefiar o Serviço de Planejamento e a Carmen Portinho, que era engenheira, para dirigir a parte social, fazer

a pesquisa das pessoas que queriam casa. Eu me formei em dezembro de 45, e em março seguinte o Reidy me convidou para trabalhar com ele – entrei como topógrafo auxiliar. Ficamos trabalhando ali durante anos, até acabar o departamento.

Em determinado momento, decidimos, o Reidy e eu, montar um escritório pequenininho na rua México, para receber nossos clientes particulares. Mas em 1946 se criou o Departamento de Urbanismo e o Reidy foi nomeado para dirigi-lo; aí decidimos fechar o escritório, porque estávamos tendo prejuízo.

Qual foi o papel profissional desempenhado por Carmen Portinho na trajetória de Affonso Eduardo Reidy?

Ela tinha uma admiração muito grande por ele e contribuiu para viabilizar os seus projetos. Quando o prefeito Mendes de Moraes trocou o secretário de Obras e nomeou o Marques Porto, a Carmen foi dirigir o Departamento de Habitação Popular, também criado em 46. Eram muito amigos, e ela lhe disse: “Só assumo se tiver liberdade de entregar o projeto do Pedregulho ao Reidy”. Ele garantiu, e ela assumiu.

O Pedregulho é o Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, localizado em Benfica, no Rio de Janeiro, marco na habitação social. O senhor participou da empreitada?

Intensamente. Toda terça-feira o Reidy e eu fiscalizávamos a obra. Depois que assumiu a direção do Departamento de Urbanismo, o Reidy deixou o negócio praticamente na minha mão. Todos os dias eu entregava os desenhos à Carmen, que à noite os repassava ao Reidy; ele revia, mexia, consertava; foi um trabalho exaustivo. O Pedregulho foi inaugurado em 15 de junho de 1950; foram construídos dois blocos, a escola, a piscina, o vestiário, a lavanderia e o mercado.

Conjunto residencial do Pedregulho. Escola primária e ginásio em construção.





Escola primária e ginásio,
final das obras

Depois do Pedregulho, o senhor continuou ligado aos conjuntos residenciais?

Sim. Aí eu próprio projetei os de Vila Isabel e de Paquetá. Em Vila Isabel houve até um caso engraçado: eu projetei áreas de serviço com tanque, e a Carmen pulou, porque queria lavanderias coletivas! Eu insisti: "Preciso de uma área de serviço com tanque de lavar roupa! As pessoas não vão lavar um pano de chão na máquina de lavar roupa". E ela: "Só permito que você coloque o tanque na cozinha". Tive que concordar. Tanto assim que, se vocês visitarem o conjunto, verão apartamentos excelentes, mas com este problema: não possuem área de serviço. Em Paquetá são apartamentos geminados de um andar térreo, uma galeria e dois quartos em cima; em Vila Isabel são apartamentos duplex, mais inspirados na concepção do Pedregulho, que propiciava a construção de uma quantidade maior de apartamentos.

Com a saída do Mendes de Moraes, assumiu a prefeitura o João Carlos Vital. O Reidy deixou o Departamento de Urbanismo – depois ele foi diretor novamente¹⁸ – e voltou para o Departamento de Habitação Popular, onde a Carmen ficou por 12 anos na direção, porque contava com o apoio do *Correio da Manhã*. Veio o governo Carlos Lacerda, e o Departamento de Habitação Popular foi extinto; a Carmen e o Reidy se aposentaram.

Affonso Eduardo Reidy tinha sido convidado para planejar Brasília. Por que, depois, ele se recusou a participar do concurso?

Tinha sido convidado pelo marechal José Pessoa, chefe do escritório para a mudança da capital. Aí, quando o Juscelino assumiu, decidiu-se fazer um concurso, e o Reidy não quis participar.

¹⁸ Reidy dirigiu o Departamento de Urbanismo por três vezes, alternando com o engenheiro José de Oliveira Reis.

As concepções de urbanismo de Affonso Eduardo Reidy lhe agradavam? O senhor se identificava com elas?

Eu gostava mais do urbanismo inglês, acho muito gostoso, muito bom. Cidades pequenas, planejadas por aqueles urbanistas ingleses para distribuir a população e não inchar as grandes cidades. Agora, o estilo dos modernos, da era de Le Corbusier, o estilo que foi adotado em Brasília, de grandes avenidas, acho muito fascista. Brasília é uma cidade fascista: grandes perspectivas, muitas pistas de rolamento para grandes paradas... Eu não gosto de Brasília.

Os principais projetos urbanísticos do Reidy, como o morro de Santo Antônio – que não foi realizado – e o Aterro do Flamengo, tinham muita influência do Le Corbusier, desse tipo de urbanismo. O Aterro, por exemplo, foi feito pelo Reidy, Jorge Moreira, Burle Marx, esse grupo... Eu dizia ao Jorge: “Vocês, com uma área belíssima como aquela, vão dividi-la em duas pistas de alta velocidade?! Como atravessar para ir à praia? Ou fazem esta avenida encostada na pista já existente para deixar o jardim inteiro, encontrando uma solução subterrânea para o pedestre passar, ou então, fazem tudo perto da praia e põem lá o subterrâneo. Agora, cortar o jardim?!” O Jorge concordava comigo, também era contra. Tanto assim, que eles viram o erro que tinham cometido e depois construíram passarelas.

Aterro do Flamengo em construção. Em primeiro plano o bloco-escola da MAM, construção iniciada em 1954 e concluída em 1958. Ao fundo o Monumento aos pracinhas, iniciado em 1957 e concluído em 1960.



Se o senhor não gosta de Brasília, também não deve gostar da Barra da Tijuca.

Acho um desastre! O Lúcio Costa entendeu que a Barra da Tijuca, que é um problema da iniciativa privada, era governamental e fez aquelas imposições. Resultado: ficou uma tragédia. Acho a Barra da Tijuca muito ruim. Agora, reparem como é agradável aquele trecho construído espontaneamente no início da Barra, muito antes do projeto do Lúcio Costa, aquela área antes da igreja, chamada de Jardim Oceânico. É muito agradável morar ali, porque não foi uma coisa imposta. Agora, o resto é uma tragédia. Aqueles edifícios horrendos... Bom, o erro é do Lúcio. Considero que, como profissional, ele fez coisas bonitas, mas sua formação é acadêmica. Não sei se ele evoluiu. Escrevia bem, falava francês muito bem, tinha conhecimento, era uma pessoa culta, mas tinha uma formação acadêmica, meio autoritária. Ai não adianta: por mais que se estude, não se consegue ultrapassar o academicismo.

Na evolução da arquitetura brasileira, há uma ligação íntima entre os modernos e o grupo do Patrimônio Histórico

Juscelino Kubitschek era prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), e em sua gestão foi concebida a reurbanização da lagoa da Pampulha, a partir de projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, azulejos de Cândido Portinari e projeto paisagístico de Roberto Burle Marx. De todo o projeto foram construídos o cassino (hoje Museu de Arte), a Casa do Baile, o late Clube e a casa de JK; todo o conjunto foi realizado entre 1942 e 1945.

Como o senhor analisa a escolha de Oscar Niemeyer para projetar a Pampulha? Ali Juscelino Kubitschek tomou definitivamente o partido da arquitetura moderna.

O Juscelino chamou o Niemeyer por indicação do Lúcio Costa. Quando ganhou o concurso para construir o pavilhão do Brasil na Feira de Nova Iorque em 1939, o Lúcio achou que seu projeto era fraco – ele tinha essa mania – e chamou o Niemeyer para ajudá-lo. Aí passou a indicar o Oscar para tudo. Brasília mesmo, os dois fizeram juntos. No caso da Pampulha, muito importante foi também a influência de Rodrigo de Mello Franco, pois Juscelino era muito ligado a esse pessoal: Rodrigo, Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Capanema. Vocês já leram a documentação da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan? É uma lei inteiramente fascista.

A história da construção do prédio do Ministério da Educação ilustra bem o que estou dizendo. Primeiro fizeram um concurso para escolher o projeto. Muito bem, ganhou o Archimedes Memória. Pois o Lúcio Costa e o Carlos Leão foram ao Capanema e exigiram a anulação do concurso, sob a alegação de que o projeto vencedor era muito ruim. Anularam um concurso público!

Archimedes Memória (1893-1960) foi catedrático de composição de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, que dirigiu entre 1931 e 1937, sucedendo a Lúcio Costa. Primeiro colocado no concurso para a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde (1935), teve seu projeto substituído por outro. Uma das principais figuras de oposição à arquitetura moderna, tem entre seus projetos a Exposição do Centenário da Independência (1922), o hipódromo da Gávea, o Palácio Tiradentes, o Palácio Pedro Ernesto, a igreja de Santa Teresinha, a sede do clube Botafogo de Futebol e Regatas. Sobre ele, ver Lauro Cavalcanti, 1995.

É interessante, porque as mesmas pessoas estão no Patrimônio Histórico, preservando a arquitetura colonial e produzindo a arquitetura moderna.

Sim, e produzindo as coisas dos amigos. Rodrigo era amigo do Oscar Niemeyer. Carlos Leão tinha feito o projeto para o hotel de Ouro Preto, mas o Rodrigo não gostou e chamou o Niemeyer, também sob influência do Lúcio Costa, que foi funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico até o fim da vida.

A Pampulha fez tanto sucesso, que o Juscelino passou a chamar o Niemeyer para tudo. Os seus amigos, para bajulá-lo, chamavam o Niemeyer para fazer os prédios em Belo Horizonte. No fundo, uma ação entre amigos.

O senhor trabalhou com Raimundo de Castro Maya?

Trabalhei, porque seu secretário particular, o José Piquet Carneiro, era muito meu amigo. O Castro Maya queria erguer um prédio na Praça Quinze e pediu um projeto ao Lúcio Costa; o Arco do Telles era sua propriedade, e foi feito um prédio por cima – está lá até hoje. O Castro Maya queria que o Patrimônio aprovasse a construção do prédio em cima do Arco do Telles. O Lúcio, que mandava no Patrimônio, disse: "Aprovo sim. Basta que o Bolonha, faça um recuo de quatro metros" – eu, que desenhei e assinei o projeto, tinha proposto três –, e uma fachada de vidro cinza e o peitoril também pintado de cinza, para dar transparência. Fiz as modificações, o Patrimônio aprovou o projeto. Erguer um edifício em cima de um bem tombado?! Foi uma vergonha, mas foi feito com autorização do Patrimônio e do proprietário.

Raimundo Otoni de Castro Maya (1894-1968), empresário e homem de cultura, mecenas, colecionador e defensor do patrimônio cultural e natural do Rio. Participou da fundação de museus e de instituições culturais, coordenou os trabalhos de remodelação da Floresta da Tijuca e publicou importantes livros sobre a cidade. Os atuais museus da Chácara do Céu e do Açude, vinculados ao Ministério da Cultura, eram residências de Castro Maya.

Durante o governo Carlos Lacerda, construí mais de 240 escolas, todas de concreto aparente

Na administração estadual, o senhor trabalhou sempre na Secretaria de Obras?

Não, passei um tempo na Secretaria de Educação. Logo no início do governo Carlos Lacerda, o Flexa Ribeiro, novo secretário – tinha sido meu professor de história da arte na faculdade de arquitetura –, me chamou e perguntou o que eu estava fazendo; respondi que estava sem função. Ai ele me convidou para trabalhar com ele – o diretor do Departamento de Construções Escolares era o Bittencourt Sampaio, que nunca tomou posse. Passei, então, a construir escolas: André Maurois, Cícero Pena, Escola Roma... Por exemplo, acabei com o telhado de Eternit, porque dava muito calor; fiz o beiral do telhado para fora, acabando com as calhas, que dão problema de infiltração. Pus caixa d'água externa, porque era um problema muito sério a caixa d'água no telhado. Uma vez, encontrei um zelador que criava patos no telhado de uma escola. Chovia, ficava empoçado, e ele criava patos.

Aliás, acabei com a casa do zelador. Eu dizia: "Para que zelador? Ele não zela pela escola, apenas tem casa de graça, usa e abusa da merenda escolar..." A Secretaria recebia uma grande quantidade de mantimentos por mês; assim, sábado e domingo a mulher do zelador dava um almoço para as amigas, às custas da escola. Tem cabimento isso?! Cheguei a projetar 242 escolas, nenhuma com casa de zelador. Na administração Negrão de Lima, retomou-se a demagogia de dar casa para zelador.

O senhor fixou algum padrão estético para as escolas?

Fiz de concreto aparente, tijolo aparente, venezianas de madeira, acabando com o vidro – o vidro quebrava muito, porque o aluno joga pedra de propósito mesmo,

para quebrar. Só na Cícero Pena, que fica na avenida Atlântica, eu mantive o vidro, porque era tradição. A diretora tem uma despesa danada, substituindo os vidros quebrados.

Ao assumir o governo Negrão de Lima, o senhor saiu da Secretaria de Educação?

Não, fiquei lá todo o tempo, mas encostado, coisa muito comum no serviço público; sempre que entra um novo governo, o pessoal que serviu ao antigo é encostado, fica sem função. O governo continuou me pagando o ordenado, mas eu não produzia nada. É assim que funciona. Com a fusão, em 75, eu voltei para a Secretaria de Obras, onde fiquei até me aposentar.

Cataguases foi palco de experiências inovadoras na arquitetura moderna, na pintura e no cinema

Soubemos que o senhor trabalhou um tempo em Cataguases (MG), por indicação do escritor Marques Rebelo.

Fiquei dois anos trabalhando em Cataguases, nos anos 50, fiz muita coisa lá. O Marques Rebelo era meu amigo e me apresentou ao José Pacheco de Medeiros, genro do José Inácio Peixoto, dono da Companhia Industrial de Cataguases, uma grande fábrica de tecidos. O José Pacheco me pediu para projetar casas para os funcionários; eles tinham um terreno, onde fiz algumas casas. A partir daí, fui ficando. Fiz a casa da pintora Nazita Salgado, a convite de seu marido na época, o médico Otoni Alvim Gomes – quando ele morreu, ela se casou com o Salgado, dono de uma galeria de arte no Rio de Janeiro.

Chamei algumas pessoas para trabalhar em Cataguases, como por exemplo, o pintor Emeric Marcier e também o Anísio Medeiros, professor de desenho na Escola de Arquitetura, para fazer azulejos – aliás, ele é também o autor dos azulejos do Pedregulho. A própria Carmen Portinho deu aulas de matemática em Cataguases, sabiam? Ela era chefe de família, tinha nove irmãos e foi ensinar em Cataguases para sustentar a família toda, porque sua mãe tinha um pequeno escritório de datilografia e não dava conta. A Carmen lutou muito; gosto imensamente dela por isso. Além disso, Cataguases foi palco de outros acontecimentos interessantes, como as experiências do Humberto Mauro em cinema.¹⁹ Tem também o Guilhermino César, o Rosário Fusco; eles publicavam até uma revista, chamava-se Verde.

Niemeyer e Burle Marx também trabalharam em Cataguases. A história é a seguinte: Francisco Inácio Peixoto, irmão do José Peixoto, vinha de vez em quando ao Rio; era muito amigo do Santa Rosa. Um dia, estava no barbeiro folheando uma revista americana de arquitetura, quando entra o Santa Rosa e estranha o interesse do outro. Chico Inácio explicou que queria construir uma casa em Cataguases e estava procurando um modelo. O Santa Rosa irritou-se e disse: “De jeito nenhum! Você não vai fazer casa copiada de americano. Você vai procurar o Niemeyer e vai fazer a sua casa com ele.” Assim foi feito. Eu próprio cheguei a trabalhar na casa, dividi o projeto do jardim com o Burle Marx. A casa ficou muito boa, é muito bonita.

¹⁹ Sobre Humberto Mauro, pioneiro do cinema brasileiro, ver Paulo Emílio Salles Gomes, 1974.

Em 1927, um grupo de jovens publica a revista literária modernista Verde, em Cataguases, na Zona da Mata mineira. O grupo reúne escritores como Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Francisco Inácio Peixoto, Enrique de Resende, constituindo um movimento paralelo ao grupo que está publicando A Revista em Belo Horizonte (1926) e do qual fazem parte Martins de Almeida, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, entre outros. Ver Fernando Correia Dias, 1971.

Mais tarde o Pacheco me pediu para fazer o monumento ao sogro, ao José Inácio Peixoto. Chamou também o Portinari para pintar o mural e o Bruno Giorgi para fazer uma escultura – o monumento está até sendo restaurado. Eu mantenho contato com o pessoal de Cataguases até hoje.

O senhor recebeu dois prêmios de arquitetura...

A fonte Andrade Júnior, em Araxá (MG), foi classificada como uma das dez obras mais importantes feitas no mundo naquele ano, 1948, em concurso promovido pelo Instituto de Arquitetura da Inglaterra. Depois, tirei um prêmio de viagem ao estrangeiro dado pelo governo brasileiro, pelo projeto do edifício da Cetel, a companhia telefônica da Guanabara, em Irajá. Num descampado, fiz aquele prédio, que se destacava ao longe. Hoje é uma pena, construíram habitação popular em volta daquilo tudo, e está um caos! Fui para a França, onde passei dois anos às custas do governo federal – recebia, na época, 500 dólares. Fiquei estudando urbanismo, planejamento urbano, vendo as experiências européias.

Como o senhor vê a relação entre urbanismo e arquitetura?

É impossível fazer planejamento urbano no Brasil, porque não há apoio do poder público, que quer ações imediatas. Vejam o Aterro do Flamengo, por exemplo: aquilo não pode ser considerado planejamento. Vejam as políticas para as favelas: o que fazer? *Substituir os barracos por casas? Mas não fazem a coisa direito, não põem rede de esgoto...* Para fazer planejamento a sério, é preciso tratar da infra-estrutura: esgoto, água, eletricidade, tudo isso. Ora, planejamento é obra de muitos anos, mas os governos só ficam quatro anos e querem um negócio imediato. Resultado: não se planeja de verdade no Brasil.

▪





Interior da favela do
Morro da Catacumba,
na Lagoa, Rio de Janeiro,
remoção concluída em 1970.

O que fazer com a população pobre?

A favela nos anos 1960

Depoimentos de

José Arthur Rios

Sandra Cavalcanti

José Arthur Rios

José Arthur Rios fez parte da primeira turma do curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Foi um dos primeiros sociólogos a fazer um mestrado nos Estados Unidos em 1947. Coordenou uma pesquisa pioneira sobre favelas realizada no Rio de Janeiro sob orientação do Padre Lebrete e publicada em *O Estado de São Paulo* em 13 e 15 de abril de 1960. Atuou na coordenação de Serviço Social do governo Carlos Lacerda, sendo sucedido pela deputada Sandra Cavalcanti. Sua atuação na área de favelas o leva a ser considerado o primeiro sociólogo/pesquisador desse campo. Recebeu a medalha João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, a 12 de julho de 2001, por serviços prestados à cultura.

A entrevista foi concedida nos dias 17 e 31 de outubro de 2000 aos pesquisadores Lúcia Lippi e Marly Motta.

Desde cedo, convenci-me de que sociólogo é aquele que faz pesquisa

Sua formação acadêmica foi pioneira pois, ao lado do curso de direito, o senhor começou a estudar ciências sociais. Por que esse interesse, incomum à época?

Meu interesse pelas ciências sociais surgiu durante o curso complementar de direito – o correspondente ao curso clássico –, quando comecei a ensinar história universal e história do Brasil no Instituto de Educação, em Niterói. E comecei logo a ler *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre. Mas, como todos da minha geração, precisei encaminhar-me para uma carreira; a mais próxima era direito, devido a tradições familiares e a uma certa vocação pessoal.

Quando já cursava o primeiro ano, decidi fazer vestibular para a recém-fundada Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Brasil, destinada a formar professores para o ensino secundário, onde havia um curso de ciências sociais. O ministro da Educação Gustavo Capanema tinha contratado na França alguns professores para liderar essa faculdade. Por isso, tive a sorte de ser aluno, entre outros do sociólogo Jacques Lambert que, por ter passado pela Universidade de Chicago, trazia grandes novidades: uma sociologia empírica, baseada em pesquisa; enfim, uma visão inédita para mim.

Cursei os dois primeiros anos, mas aí aconteceu uma dessas coisas brasileiras: o reitor, num momento de “inspiração”, resolveu proibir que se cursassem duas faculdades simultaneamente, ainda que fossem complementares e o horário das aulas fosse compatível – eu fazia filosofia de manhã e direito à noite. Resultado: tranquei matrícula na filosofia. Mas a faculdade me deixou marcas profundas; por exemplo, foi lá que conheci Alberto **Guerreiro Ramos**, com quem iniciei uma grande amizade, que durou toda a sua vida, apesar de não o acompanhar nas posições políticas que assumiu. Devolvei muito, em termos de aventura intelectual, de busca de horizontes mais largos. Foi em sua mão, por exemplo, que vi pela primeira vez obras do grupo de Chicago, que ele já conhecia. Nossas conversas eram interessantíssimas, pois ele era um homem de grande inteligência, com um certo sentido sarcástico da vida, que guardou até o fim.

O senhor terminou o curso de direito?

Sim, prossegui naquela rotina, muito descontente, mas me formei. Aí entra em minha vida outra figura providencial do professor Hilgard O'Reilly Sternberg. Geógrafo, transferiu-se do Brasil para os Estados Unidos, primeiro como bolsista, depois chegou a professor e chefe do Departamento de Geografia em Berkeley. Hilgard era também meu contemporâneo e teve a idéia de me aproximar de um sociólogo americano que esteve aqui fazendo estudos de sociologia rural, o prof. Thomas Lynn Smith.

Ainda não se usava a qualificação de “brasilianista”, mas o Lynn Smith era um especialista em Brasil e em países latino-americanos; falava muito bem português e espanhol. Pois ele achou que eu poderia receber uma bolsa de estudo e fazer um curso de mestrado na Louisiana State University, onde ele ensinava.

Guerreiro Ramos (1915-1982) foi aluno da primeira turma do curso de ciências sociais da Universidade do Brasil em 1939, juntamente com Luís da Costa Pinto e José *Arthur Ramos*. Pertenceu ao Dasp e depois ao Iseb, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde se formulou um projeto nacionalista de desenvolvimento para o Brasil. Envolveu-se com a política partidária e foi perseguido após 1964 pelo regime militar. Mudou-se para a Califórnia, onde passou a dar aulas. Suas obras enfocam temas do pensamento brasileiro, da sociologia e da administração pública.

Em 1947 não era comum um brasileiro ir cursar o mestrado nos EUA.

Exatamente. Foi graças à atuação do Lynn Smith que recebi uma bolsa de 75 dólares mensais da Interamerican Foundation – eu já estava casado e tinha um filho pequeno, mas com esse dinheiro não poderia levar a família. Como não pude tirar uma licença com vencimentos do Instituto de Educação, meti-me numa aventura: fechei meu apartamento em Niterói e fui para os Estados Unidos – minha mulher e meu filho foram morar com meus pais.

Inicialmente, eu não tinha qualquer afinidade com o sul dos Estados Unidos, mas depois comecei a me interessar sociologicamente pela região, devido às grandes semelhanças com o Brasil. Eu me via, às vezes, numa paisagem nordestina, de *plantation*, com numerosa mão-de-obra de cor e severa segregação racial.

O senhor falava inglês fluentemente?

Eu tinha aprendido com uma professora inglesa, de Cambridge, Mrs. Hull, que formou a maioria dos diplomatas brasileiros da época. Graças a ela, já cheguei nos Estados Unidos falando inglês. Não tive nenhum problema para entender o Lynn Smith, mas quando entrei na primeira aula, pouco entendi do professor, que era sulista. Mas aos poucos fui me adaptando.

Depois de seis meses, consegui que me fossem enviados os meus vencimentos do Instituto de Educação. Além disso, para compensar a magreza da minha bolsa, o Lynn Smith me deu uma função no Instituto de Demografia, que ele dirigia – além do conhecimento sociológico, ele era também demógrafo e me botou analisando dados do censo demográfico americano, coisa misteriosa para mim, no início.

Com a soma desses rendimentos todos, consegui levar minha família para a Louisiana, e alugamos um apartamento na casa de uma senhora que pertencia àquela associação das *Daughters of the Revolution*, do sul. Graças a um grupo de colegas, aproveitei umas férias e viajei bastante pelos Estados Unidos. Eu não tinha condição de comprar um carro, mas tive a sorte de ter uns colegas filhos de usineiros pernambucanos. Com eles viajei bastante: fomos a Detroit, a Chicago e à Califórnia, visitar um amigo nosso; curiosamente, só vim conhecer Nova Iorque muitos anos depois. E assim, completei o mestrado e voltei para o Brasil, tendo passado dois anos nos Estados Unidos. Ao voltar, criou-se uma dolorosa interrogação: eu não queria mais voltar para o Instituto de Educação, queria fazer pesquisa.

O senhor já tinha sido mordido pelo apreço americano pela pesquisa?

Certamente, sociólogo é aquele que faz pesquisa. Mas ao chegar fiquei meio perdido; quando dizia que era sociólogo, pessoas razoavelmente alfabetizadas e instaladas em cargos importantes me perguntavam se eu era socialista. Bati em várias portas e fiquei marcando passo por algum tempo. Liguei-me a um grupo de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia: Nilo e Lysia Bernardes, Miguel Alves de Lima, Orlando Valverde, com quem fiz grande amizade – Nilo e Lysia Bernardes foram depois colaboradores meus.



Lysia e Nilo Bernardes no Conselho Nacional de Geografia, 1948

Nilo Bernardes (1922-1991), geógrafo do IBGE, especializado em geografia agrícola e em processos de colonização. Publicou inúmeros livros, artigos em coletâneas, em revistas especializadas, assim como atlas e livros didáticos. Foi professor titular do Colégio Pedro II e da PUC-RJ. Era casado com a também geógrafa Lysia Bernardes. O casal morreu em desastre de automóvel em 1991.

Orlando Valverde (1917), especialista em geografia agrícola e na região amazônica, foi, junto com Fábio de Macedo Soares Guimarães e Jorge Zarur, um dos fundadores do Conselho Nacional de Geografia do IBGE.

Miguel Alves de Lima (1921), especialista em geomorfologia, foi dos quadros da Seção de Estatística Temponal do Ministério da Agricultura, área que compôs o núcleo original do IBGE, onde dirigiu por muitos anos a área de cartografia e geodésia. Fez estudos na Universidade de Paris e lecionou na UERJ. Ver, a respeito, Roberto Schmidt Almeida, 2000.

Havia um grupo ligado ao Ministério da Agricultura, que saía pelo interior num furgão, levando filmes, material didático, remédios; compunham o grupo um médico, um agrônomo e uma assistente social. Alguém perguntou se eu não queria fazer uma viagem com eles, e os acompanhei. Foi quando conheci o vale do Rio Doce, no Espírito Santo, certas regiões de Minas, e fiquei deslumbrado com as possibilidades, não só de pesquisa, mas de ação pedagógica. E me lembrei então de coisas que tinha visto e vivido nos Estados Unidos, como o sentido de comunidade; lembrei de colegas mexicanos, que falavam das missões rurais mexicanas.

Essas coisas ficaram em ebulição na minha cabeça, até que um dia fui chamado pelo diretor do Departamento Nacional de Educação, o professor Nelson Romero, filho do grande **Sílvio Romero**. O Nelson era um homem de grande bondade e profunda inexperiência: não entendia nada de educação, menos ainda de educação rural. Só sabia latim, que ensinava no Colégio Pedro II. Eu lhe disse que muita coisa podia ser feita no meio rural, e ele ficou entusiasmado, mas era homem tímido, e o Departamento não tinha muitos recursos.

A época era de campanhas: Campanha Nacional de Alfabetização, de Educação de Adultos, do Folclore Brasileiro etc. Eram iniciativas fantásticas, de grande arrojo, mas que praticamente não saíam do papel. Para ficar no estilo, propus organizar a Campanha Nacional de Educação Rural, e ele achou uma grande idéia.

Sílvio Romero (1851-1914), crítico literário, poeta, folclorista, filósofo, sociólogo e antropólogo, participou do grupo fundador da Academia Brasileira de Letras. Temido pela virulência das polêmicas nas quais se envolveu, foi dos primeiros intelectuais a desenvolver uma crítica ao racismo dominante no pensamento brasileiro. Entre seus livros, encontra-se *Cantos populares do Brasil*, *Contos populares do Brasil*, *Doutrina contra doutrina* e a monumental *História da literatura brasileira*.

A Campanha Nacional de Educação Rural fez tanto sucesso que passou a despertar interesse político

Por que surgiu a necessidade de levar a educação ao mundo rural?

Tudo isso teve origem num discurso do presidente Getúlio Vargas, em que ele valorizava o homem do campo; imediatamente os ministros se congregaram e tiveram que organizar algo – assim se passam as coisas neste país. O ministro da Agricultura, João Cleofas, era usineiro em Pernambuco e em Campos, no Norte Fluminense. Usineiro nunca teve um perfil muito democrático, mas ele procurou saber o que havia no seu Ministério e encontrou aquele grupo que ia pelo interior.

Como eu estava em contato com o grupo, insisti para que partissemos para algo diferente do mero assistencialismo e disse ao professor Romero: “Antes de propormos qualquer projeto, manda a prudência que conheçamos o que se está fazendo no Brasil, porque sei que há muita gente fazendo trabalhos nessa área. Por exemplo, **d. Helena Antipof**, na Fazenda Rosário, em Minas, forma e treina professoras rurais. Considero uma iniciativa da maior importância, portanto, devia ser um ponto de apoio para o Ministério”.

Ele concordou e, com grande dificuldade, consegui passagens, trouxe esse grupinho do Ministério da Agricultura, com os seus recursos, e saímos pelo interior. Identifiquei várias obras de extrema importância, que faziam educação de adultos no meio rural. Mas os meus recursos eram exatamente zero! Eu tinha uma mesa no gabinete do Nelson Romero, onde conversava com uma ou outra pessoa; todo o meu equipamento era composto dessa mesa e do furgão posto à minha disposição pelo

A russa **Helena Antipof** (1892-1974) formou-se em psicologia e exerceu atividades pedagógicas na Europa. Convidada em 1929 pelo governo brasileiro para prestar serviços por dois anos junto à Escola de Aperfeiçoamento de professores em Belo Horizonte, acabou ficando no Brasil. Criou em 1934 a Sociedade Pestalozzi para prestar assistência à infância desamparada, e em 1937 a Fazenda Rosário, sua maior experiência, dedicada à educação de crianças e adultos com cursos regulares e profissionalizantes, principalmente na área agrícola. Foi professora de psicologia educacional da UFMG e orientou inúmeras instituições de ensino no país. Recebeu diversas comendas e homenagens do governo de Minas, do governo brasileiro e de instituições de ensino no mundo. Ver *Dicionário Mulheres do Brasil*, 2000.

pessoal do Ministério da Agricultura, sem o ministro Cleofas saber. Era quase clandestino. Passei um ano anotando, registrando, fazendo relatórios para o Nelson Romero, mas sem recursos não havia dinamismo; a Campanha Nacional de Educação Rural ainda não passava de um letreiro na porta.

Acontece que o ministro da Educação era o Simões Filho, baiano, dono de *A Tarde*, grande jornal da Bahia. Ficou sabendo que eu era sobrinho de um grande amigo seu, Eduardo Rios, e mandou me chamar para saber do que eu precisava. A partir daí consegui um conjunto de salas fora do Ministério, na av. Churchill – tinha que ser, porque a burocracia não me permitiria fazer nada – e recursos para pagar auxiliares, comprar furgões, aparelhos de projeção, equipamento de som, tudo isso. Ai sim, organizei realmente a Campanha Nacional de Educação Rural.

Durante dois anos montei dois centros de treinamento, um em Cruz das Almas, no interior da Bahia, e outro em São Paulo. Tive uma experiência formidável lidando com as burocracias estaduais, diferentes da federal, mas igualmente emperradas, mas também tive o grande prazer e a alegria de conhecer pessoas extremamente dedicadas, desprendidas, que trabalhavam na obscuridade e realizavam um trabalho notável. O governo do estado me fornecia agrônomos, médicos e assistentes sociais, que passavam um mês num centro de treinamento, aprendendo rudimentos de sociologia, mas, sobretudo, a lidar com o homem do campo, conversar com ele, obter informações, fazer contato com a professorinha, o padre, o prefeito, sentir as dificuldades de cada um. Ai começamos a deslanchar a Campanha.

No Rio Grande do Norte, um padre tinha um serviço radiofônico e fazia educação pelo rádio; chamava-se **Eugenio Sales** – padre Eugenio, na época. Fiz um convênio com ele, com d. Helena Antipof, transformei a Fazenda Rosário num centro de treinamento – ali eu ficava descansado, porque sabia que a d. Helena dava às professoras aquilo que eu tentava dar nos centros de treinamento: ensinamentos básicos de higiene, saúde, agricultura, horta escolar, esse tipo de coisa. Criei ainda uma seção de pesquisa, para cuja chefia chamei o geógrafo Miguel Alves de Lima.

Decorridos dois anos, a Campanha era vista sob dois aspectos: uma corrente dizia que era absurdo tentar educar fora da escola, enquanto outra queria se apropriar da Campanha e politizá-la. Procurei resistir às duas tendências, até que, num dado momento, um deputado gaúcho do *entourage* do presidente Getúlio Vargas descobriu a campanha e me pediu para instalar missões em municípios da fronteira do Rio Grande. Respondi que, pelos nossos estudos – tudo era feito com algum rigor técnico – naqueles municípios havia mais gado do que gente, mas eu podia aceitar a sugestão para outras localidades. Ocorre que nos outros lugares ele não tinha base eleitoral e começou a solapar a experiência junto ao presidente. Tanto fez que conseguiu que o Getúlio dissesse ao ministro Simões Filho: “Temos interesse político nesse serviço, e eu tenho um candidato a coordenador”. O Simões chamou o Nelson Romero e disse que o presidente tinha pedido o cargo. O Nelson Romero ficou desolado, tentou moderar as coisas, mas não conseguiu. Não conseguiria derrotar o PTB gaúcho.

Um belo dia, ele me chamou e disse: “Infelizmente, o presidente quer o seu cargo”. Eu estava promovendo uma reunião de avaliação com coordenadores dos estados e lhes comuniquei: “Lamentavelmente, vou ter que deixá-los, porque acabo de entregar o cargo”. Foi um choque! Não pelas minhas qualidades pessoais, mas porque



José Arthur Rios, coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, em aula no curso de Missões rurais. Pinhal, SP, agosto de 1952.

Eugenio Sales (1920) ordenou-se sacerdote em 1943. Fundou o Serviço de Assistência Rural em Natal (RS), o difundiu pelo interior do estado através dos Centros Sociais da Comunidade. Tornou-se bispo em 1954; participou do I Encontro de Bispos do Nordeste, que forneceu sugestões para a criação e atuação da Sudene em 1959. Criou a Emissora de Educação Rural e a Fundação Pio XII, visando realizar projetos de colonização agrícola. Teve várias atribuições ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1964 foi transferido para Salvador, assumindo o cargo de arcebispo, e de março de 1971 a julho de 2001 foi cardeal-arcebispo da arquidiocese do Rio de Janeiro. Ver DHHB, 1984.

já tínhamos convívio bastante para eles sentirem que eu estava inteiramente empenhado na Campanha.

A coordenação foi entregue a um gaúcho, um técnico em emigração que vinha da Europa, que não entendia nada a respeito do nosso trabalho. Em pouco tempo, as coisas começaram a ficar tumultuadas. Aí veio o governo Juscelino, em 1956, e o ministro da Educação, Clóvis Salgado, encerrou as atividades com uma simples portaria: dispôs do acervo, distribuiu os técnicos por outros ministérios, e assim terminou a experiência da Campanha Nacional de Educação Rural. Fiquei em disponibilidade, mais uma vez sem eira nem beira.

O senhor era funcionário da administração pública federal?

Não. Por isso mesmo, minha situação ficou precária. No decorrer da Campanha, eu tinha feito relações muito boas com os técnicos do Serviço Especial de Saúde Pública, o Sesp, um serviço de altíssimo padrão, criado durante a guerra por um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos, para elevar o nível de vida das populações nas áreas que produziam material estratégico: borracha, na Amazônia, e minério, no vale do Rio Doce. Os americanos enviavam técnicos brasileiros para a Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, onde eles eram formados médicos, enfermeiros, engenheiros sanitários etc.; com isso, criaram um serviço-padrão de saúde pública. Naturalmente, isto incomodava um pouco as burocracias, porque era um serviço dinâmico, os padrões administrativos eram americanos. Foi aí que convivi de fato com o estilo de trabalho e de administração dos americanos: reuniões periódicas, avaliação obrigatória do serviço, treinamento compulsório.

Durante a Campanha Nacional de Educação Rural, eu tinha feito convênios com o Sesp, portanto vários de seus médicos conheciam o meu trabalho e me perguntaram se eu não queria trabalhar com eles, para desenvolver a parte de educação sanitária e de pesquisa; aceitei e passei uns oito anos no Sesp. É claro que meu horizonte era muito mais limitado do que na Campanha, pois eu era um setor dentro do Serviço. Fazia treinamento de pessoal em técnicas de desenvolvimento de comunidades, ou seja, mudança social e cultural, e desenvolvi um setor de pesquisa. Chamei um antropólogo recém-chegado da França, Luís Fernando Fontenelle – que depois foi diretor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Ceará – e um sociólogo brasileiro ainda em botão, Carlos Alberto Medina, e os coloquei para fazer estudos de medicina popular, com o objetivo de avaliar as técnicas de trabalho do pessoal do Sesp. Produzimos alguns trabalhos interessantes. O Fontenelle, por exemplo, realizou um estudo muito bom sobre medicina popular, colhendo elementos numa comunidade do interior de Minas Gerais. O Medina participava comigo dos cursos de treinamento e fez pesquisas em avaliação de saúde pública. E assim fomos.

Infelizmente, mais uma vez tive que viver o declínio de um serviço. O primeiro ministro da Saúde do Juscelino foi o Maurício Campos de Medeiros, político do PSP paulista, homem de má reputação que começou logo a reduzir as atribuições do Sesp. Aí não sei se houve inabilidade dos dirigentes do Serviço, que eram médicos, tinham uma visão muito técnica e nenhuma visão política, mas o Sesp foi reduzindo a sua área de ação.

É verdade que começou também uma onda nacionalista, e os americanos foram se retirando. Ai os médicos tiveram a infeliz idéia de transformar o Sesp em fundação, convencidos de que teriam autonomia para decidir seus destinos. Ora, a fundação continuava recebendo recursos do Ministério da Saúde; então, era só fechar a torneira, que nada acontecia. E o Sesp teve um destino melancólico; hoje está instalado num edifício público qualquer, ninguém mais ouve falar. E chegou a ser a alma da saúde pública no Brasil. Hoje as epidemias voltaram.

O Movimento de Economia e Humanismo voltava-se para a mudança das estruturas sociais

O senhor permaneceu no Sesp quando percebeu seu declínio inevitável?

Não. Meus dois companheiros também entenderam o que se passava e se encaminharam para outras áreas. Abriu-se um concurso para assessor do Senado e, pela primeira vez, ingressei num cargo público em caráter permanente – passei em primeiro lugar no concurso. Ainda mantive algum contato com o Sesp, participei de cursos e até viajei com eles para o interior, mas sabendo que não era a mesma coisa, até que me desliguei inteiramente e fiquei só com o cargo no Senado.

Naquele momento houve um episódio marcante em minha vida: entrei em contato com o Movimento de Economia e Humanismo do **padre Lebre**t, um dominicano, homem voltado para problemas de promoção humana e, ao mesmo tempo, um cientista; era um economista aberto às ciências sociais. Mantinha um centro de pesquisas na França, em La Tourette, perto de Lyon, que visitei em 1950, porque já conhecia seu prestígio. Um grupo de São Paulo o atraiu para uma visita ao Brasil, e ele firmou um contrato com o governo de São Paulo.

Confiaram ao padre Lebre

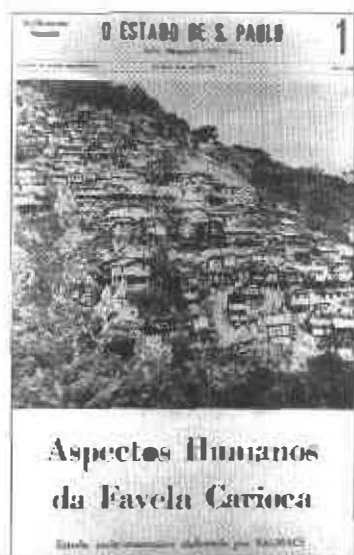
t o planejamento do vale do Paraná-Paraguai, que envolvia três estados do sul; em seguida, realizou para o governador Lucas Garcez o planejamento econômico do estado de São Paulo; finalmente, fez o estudo da metrópole de São Paulo. Naquela hora, o padre Lebre

t montou um escritório em São Paulo, com o qual entrei em contato, ainda como visitante curioso. Depois filiei-me mais diretamente a ele, porque houve necessidade de abrir um escritório no Rio de Janeiro para recolher material dos ministérios; fiquei dirigindo o escritório de Economia e Humanismo no Rio de Janeiro.

A Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) era um escritório técnico fundado pelo padre dominicano Joseph Lebre

t para aplicar os métodos de pesquisa desenvolvidos a partir do Movimento Economia e Humanismo. O padre Lebre

t veio ao Brasil pela primeira vez em 1947, dar aulas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1956 seu escritório realizou pesquisa sobre a cidade de São Paulo, encomendada pelo prefeito Toledo Pisa, estudo considerado um marco no planejamento urbano da cidade e dos municípios da área metropolitana. Ver Maria Cristina da Silva Leme (coord.), 1999.



etc. Assim, decidiu-se que o escritório do Rio, ainda que sob o guarda-chuva de Economia e Humanismo e a tutela técnica e acadêmica do padre Lebre, teria autonomia para captar trabalhos; foi criada a Sociedade de Pesquisa e Planejamento, que eu dirigi durante muitos anos.

Em 1960 o jornal *O Estado de São Paulo* publicou seus primeiros estudos sobre as favelas cariocas. Como surgiu o interesse pelo tema?

No início de 1958 fui chamado para uma conversa com o diretor do jornal, o dr. Júlio de Mesquita Filho. Estávamos em pleno governo Juscelino, e o *Estadão* fazia oposição cerrada ao governo, à construção de Brasília. Na conversa ele me disse: “Soube por um amigo que o senhor trabalhou com o padre Lebre. Quero que o senhor faça uma pesquisa sobre as favelas do Rio de Janeiro. O presidente está despejando dinheiro em Brasília, enquanto a situação da capital federal é muito ruim, e o jornal quer mostrar isso”. Passada a minha surpresa, pois estudar as favelas era um sonho que eu vinha acalentando, respondi: “Acontece, dr. Júlio, que não sou político, sou sociólogo. Tudo o que posso fazer é dar-lhe um retrato da situação das favelas”. Ele compreendeu: “O senhor terá total liberdade, faça o seu trabalho”.

E assim foi, nunca houve a menor interferência no meu trabalho. Levei dois anos fazendo essa pesquisa. Primeiro, tracei uma visão geral das 12 maiores favelas do Rio, pegando vários aspectos da vida na comunidade; no segundo ano escolhi duas, Barreira do Vasco e Parque Proletário da Gávea, e fiz um estudo em profundidade, usando um método de entrevistas pessoais. Analisamos comportamento eleitoral, família, delinquência – foi uma das primeiras pesquisas sobre delinquência em favela – e um pouco do processo de urbanização, ou seja, das imagens que o favelado tinha de suas necessidades urbanas essenciais; era um urbanismo espontâneo, não imposto.

Finalmente, reuni todo o material, redigi o relatório e fui a São Paulo entregar. A situação política tinha mudado, e já não senti o mesmo entusiasmo por parte do dr. Júlio de Mesquita em fazer oposição.²⁰ O relatório foi publicado em dois cadernões do *Estadão*, e hoje é obra rara; não se falou mais em transformá-los em livro.²¹

O jornal carioca *Tribuna da Imprensa* também publicou a pesquisa.

É verdade. Carlos Lacerda era candidato a governador da Guanabara em outubro de 60 e conseguiu autorização do Júlio de Mesquita para publicá-lo em forma de folhetim em seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*; toda semana saía uma parte. A partir daí, o Lacerda me convenceu a me candidatar à Assembleia Constituinte da Guanabara nas mesmas eleições de outubro de 60; foi uma breve aventura política.

O senhor se candidatou pelo Partido Libertador, não é?

Exatamente. Eu militava no PL porque era um partido cômodo, tranqüilo, não exigia nada de você, mas tinha uma gente excelente, correta! O Raul Pila, seu chefe, era um *gentleman*. Lancei-me candidato numa aliança entre a UDN e o PL, mas na véspera da eleição o Lacerda foi à televisão e anunciou que eu seria seu secretário de Serviços Sociais. Aí, como uma reação natural, os sujeitos resolveram descarregar votos naqueles

²⁰ A mudança política a que se refere o entrevistado foi a vitória de Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, para presidente da República, fortemente apoiado pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

²¹ A pesquisa foi publicada em suplemento especial de *O Estado de São Paulo* (13 e 15.04.1960), sob o título “Aspectos humanos da favela carioca”.

candidatos menos favorecidos; obtive dois mil e tantos votos, mas não foi o bastante para me eleger. Agora, o Lacerda cumpriu a palavra; eleito, chamou-me e disse: "Quero que você seja o secretário. Você vai ser o secretário das favelas". Interessante isso, secretário das favelas. Por um breve período fui até conhecido como professor de favelas.

Na campanha, Lacerda pronunciou um discurso classificando a Rocinha como uma cidade do interior. Já eram dados fornecidos pelo senhor?

Sim. Nós conversamos um pouco sobre esse assunto. Até determinado momento, ele não era muito favorável às minhas idéias. Não eram exclusivamente minhas; outros também eram a favor de conceder uma certa autonomia às favelas, com participação direta do favelado; isso eu introduzi logo no antigo Serfhou, um serviço eminentemente político ligado à prefeitura do Distrito Federal. Nesse Serviço penduravam-se vários políticos tradicionais, que enfeudavam as favelas, negociavam votos por serviços – prática vigente até hoje. Para garantir isso, havia uma estrutura nas favelas: o cabo eleitoral do político garantia o voto do favelado e era, ao mesmo tempo, um déspota dentro da comunidade. Havia coisas estranhíssimas, chamadas Parque Proletário – na Gávea havia um, vizinho da PUC, onde o cabo eleitoral decidia quem podia morar, além de manter um harém para uso particular.

Na Coordenação, eliminei todos os contatos entre favelados e pretensos "benfeitores" políticos

Empossado o novo governo o senhor assume a Coordenação de Serviços Sociais.

Sim, enquanto não era transformada em secretaria. Reuni algumas pessoas extremamente dedicadas e comeci a fazer coisas revolucionárias para a época, que geraram reações fantásticas em "gregos e troianos". Primeiro, eliminei todos os contatos entre favelados e "benfeitores" políticos; esses contatos passaram a ser feitos diretamente com a Coordenação. Eu nomeava um funcionário para redigir as atas de fundação de uma associação de moradores; consegui criar cerca de 50 delas.

Os favelados foram os primeiros a estranhar, porque estavam acostumados ao sistema antigo. A primeira coisa que me perguntavam era: "Quem o senhor quer que a gente escolha para a diretoria da associação?" Eu respondia: "Não quero nada, escolham vocês. Não indico ninguém, pois não sou morador da favela, vocês é que conhecem o pessoal. Mas tomem cuidado, porque vou distribuir material de construção e equipamento; então a pessoa tem que ser muito correta, muito honesta, porque se houver qualquer desvio de material vocês é que vão sofrer."

Logo no início, perguntaram-me se eu ia me candidatar a alguma coisa. Eu neguei imediatamente, dizendo que não estava ali como político e sim como técnico, para realizar um plano; os favelados custaram um pouco a entender, mas depois verificaram que eu não dava nenhuma demonstração de comportamento político-eleitoral.

Tudo funcionou bastante bem. Eu promovia reuniões periódicas no meu gabinete com grupos de 15 associações de cada vez, e discutíamos as prioridades da favela. Lamentavelmente, não podemos ao mesmo tempo tocar a máquina e consertá-la, como



*José Arthur Rios à frente da
Coordenação de Serviços Sociais,
16 de dezembro de 1960.*

se diz. Não gravei essas reuniões para depois poder analisá-las do ponto de vista sociológico. Era extraordinário como eles tinham idéia clara das prioridades, o que o meu técnico muitas vezes não tinha. Assim, consegui trabalhar numa coisa que batizei de Operação Mutirão – depois a expressão se vulgarizou, e hoje faz-se mutirão para qualquer coisa. Na Operação Mutirão daquela época, o governo do estado entrava com o material, produto de demolições, e com técnicos para orientar o trabalho; os favelados entravam com a mão-de-obra.

Consegui obter do Departamento de Obras o material das demolições – o governo estava abrindo muitas ruas, e das casas demolidas sempre sobrava algum material em bom estado – e distribuía nas favelas; eles faziam as obras que consideravam importantes. Para mim, esse era o primeiro passo, porque estamos falando de uma época em que não existia BNH, não existia nada.

A área de favelas era politicamente delicada para o governo Lacerda, uma vez que a maioria dos cabos eleitorais era ligada ao PTB, partido adversário do governador.

Exatamente. Mas o governador Lacerda estava plenamente informado de minhas atividades. Tive o cuidado de levá-lo a várias inaugurações de obras em favelas, e ele se prestava gostosamente a isso. Agora, houve choques com certos políticos tradicionais, como Sami Jorge, Geraldo Moreira, Amando da Fonseca, que ficaram muito molestados com a minha atuação, e como o governo não tinha maioria na Assembléia, seu líder tinha que negociar com essa gente e sentia os efeitos da minha atuação, do ponto de vista estritamente político-partidário; aí vinha se queixar ao Lacerda. Um deputado do PTB ameaçou até invadir meu gabinete, e tive que ficar de plantão, esperando, mas era uma declaração puramente retórica.

Na UDN também havia resistências à sua atuação?

Claro que havia, inclusive no próprio *entourage* do Lacerda; achavam que eu estava criando dificuldades para o governo. Mas consegui contornar tudo isso, porque me relacionava muito bem com os principais secretários. Por exemplo, na favela da Catacumba, na lagoa Rodrigo de Freitas, era enorme o número de abortos, porque as mulheres subiam por um caminho muito íngreme, e em dia de chuva calam e perdiam a criança. Então, reivindicavam uma escada, que para nós foi fácil construir, em acordo com a Secretaria de Obras. Escola era outro pedido muito comum; aí eu me articulava com o secretário de Educação, o Flexa Ribeiro; para os postos de saúde eu falava com o secretário Marcelo Garcia. Nunca pretendi substituir os secretários; sempre procurei me articular, porque achava uma forma inteligente de trabalhar.

Agora, eu me opunha tenazmente a qualquer erradicação de favela, ao contrário de alguns companheiros de governo que queriam, naturalmente, limpar o terreno. Compreende-se, afinal, eram terrenos de alto valor, abertos a empreendimentos imobiliários. E as imobiliárias pressionando muito. Eu próprio recebi propostas inacreditáveis para remover a favela tal, mas tinha uma posição radical: só removia em caso de perigo iminente como desabamento, incêndio, inundação; aí era obrigado a fazer, mas planejava para onde levar os favelados. Essa foi a minha utopia durante dois anos.



31

Eu sou o autor intelectual do Projeto Nova Holanda, ali naquele antigo pantanal na avenida Brasil – o Lacerda achava muita graça no nome: Nova Holanda. Ali havia umas palafitas, que mandamos destruir e construímos umas casas de madeira para servirem de moradia provisória para favelados que tivessem que ser removidos por uma razão ou outra. Posteriormente, a ocupação passou a ser permanente, e a área voltou a ser uma favela.

Minha idéia era transformar as associações de moradores em cooperativas, que eu chamava de centros de solidariedade. Como ainda não existia o BNH, não havia onde o sujeito pedir emprestado um dinheiro para construir sua casa, muito menos em favelas. Então, eu pensava em criar núcleos de cooperação, visando à melhoria das moradias, tudo isso num plano bem modesto: não se tratava de construir nada, tratava-se de melhorar. Eliminar o barraco de zinco ou de pedaço de caixote, melhorar a rede de esgoto, o abastecimento de água; essas eram as linhas principais.

Paralelamente, eu ia experimentando o comportamento das associações. De vez em quando, como era natural, derrapavam para a política, para favorecer a um ou outro, e eu tinha que chamá-los e dizer: "Olhem, isso não é possível, porque nossa linha de trabalho não é político-eleitoral". Encontrei no meio daquela gente pessoas com enorme capacidade de liderança. Eu não me metia na eleição da diretoria, essa vinha eleita, apenas punha à disposição um funcionário meu, um advogado, que fornecia os termos jurídicos para a criação das associações e os termos do convênio que elas firmavam com a Coordenação de Serviços Sociais. Era um sistema desenhado para garantir jurídica e politicamente o trabalho de renovação das favelas.

*Favela da Catacumba
Demolida na década de 1970,
atual Parque da Catacumba, Lagoa*

Em 1955 a Igreja Católica criou a **Cruzada São Sebastião** para “urbanizar, humanizar e cristianizar” as favelas. Foram realizadas melhorias de serviços básicos em 12 favelas, e sua principal realização foi a construção de um conjunto habitacional no Leblon (a Cruzada). Ver Marcelo Baumann Burgos, 1998.

D. Hélder Câmara (1909-1999), integralista na juventude, criador da Cruzada São Sebastião, era desde 1953 bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em 59 fundou o Banco da Providência, para distribuir alimentos, remédios, roupas e dinheiro; anualmente o banco organiza a Feira da Providência. D. Hélder atuou no secretariado nacional da Ação Católica e participou da criação da CNBB. Nomeado arcebispo de Recife e Olinda (1964) passou a ser considerado “esquerdista” pelo regime militar. A partir do final dos anos 60 d. Hélder passa a denunciar torturas aos presos políticos em conferências no exterior. A imprensa, sob censura, foi proibida de mencionar seu nome. Em 1974 foi indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Ver DHBB, 1984.

Qual foi a reação da Igreja Católica à sua atuação?

A Igreja mantinha a Fundação Leão XIII, que procurei ajudar como pude. Já com a **Cruzada São Sebastião**, entre Ipanema e Leblon, o problema foi mais difícil, porque naquela pesquisa para o *Estado*, para efeito de contraste eu tinha feito um levantamento da Cruzada, entrevistando moradores, e isto foi publicado também no relatório. E sensibilizou negativamente d. Hélder Câmara, o grande patrono da Cruzada. Por isso não contei com seu apoio; ele interpretava minha atuação como sendo um braço do governador contra ele.

Como todos sabem, d. Hélder era eminentemente político. Numa ocasião ele me convocou ao palácio São Joaquim; levei comigo o meu chefe de gabinete, o dr. José Carlos Barbosa Moreira. Pensei que fosse para estudar a possibilidade de fazer algum convênio, alguma colaboração. Ilusão pura. D. Hélder me recebeu com todo o seu estado-maior e me disse as últimas! Mostrou que estava enfurecido com o meu relatório. Tudo porque eu demonstrei que a Cruzada São Sebastião não era solução, e, em poucas palavras, mostrei as distorções que aquele conjunto trazia para a vida das pessoas. Acontece que os moradores eram tutelados por uma freira, uma espécie de gerente, representante de d. Hélder; ela ficou indignada comigo e lhe transmitiu suas impressões. De repente, eu me vi no pelourinho: fui acusado de ter escrito aquele relatório como instrumento do governador Lacerda para atacar d. Hélder! Era fantástico, porque quando fiz a pesquisa, o Lacerda ainda não era governador, e nossas relações eram puramente pessoais.

Quais são suas principais críticas à Cruzada São Sebastião?

Primeiro, a localização é ruim. Segundo, o critério de escolha dos moradores nunca foi suficientemente esclarecido, criando-se uma camada privilegiada em relação aos outros que não tiveram acesso. É claro que havia um tipo qualquer de apadrinhamento, coisa a que eu me opunha firmemente, assim como fui contra todo tipo de cabo eleitoral, fosse político, padre ou o que fosse. Eu tratava a todos da mesma maneira. Havia alguns padres que faziam um trabalho muito interessante em favelas; tudo bem, eu colaborava com eles, mas no momento em que se apresentavam como representantes da favela, eu dizia: “Lamento, mas existe uma diretoria da associação, e eu só me entendo com ela”. No caso da Cruzada, d. Hélder não aceitava isso, era muito apaixonado pela Cruzada e se julgava seu único representante.

Terceiro, a maneira como foram obtidos aqueles terrenos, de enorme valor imobiliário; d. Hélder participou de uma série de jogos políticos com o Juscelino para obter aquela área. E, finalmente, aquilo não passa de uma favela vertical, e eu sempre combati esse tipo de favela; chamava de gueto. Nos subúrbios, os antigos institutos de aposentadoria plantaram várias favelas verticais, que são focos de crime, de droga, de prostituição; e é uma desgraça, porque não há nenhuma gerência dentro desses conjuntos. A favela é outra coisa, tem outra possibilidade de realização, de participação, que o conjunto não tem. O conjunto sufoca.

Havia uma disputa entre a Igreja e o Estado pelo controle da atuação nas favelas?



32

Não gosto muito de abstrações, tenho a impressão de que era, basicamente, uma disputa entre d. Hélder e Carlos Lacerda, duas personalidades bastante combativas. O próprio d. Hélder não desfrutava da unanimidade entre os bispos, pois entrou em confronto até com o cardeal d. Jaime Câmara, que não aceitava muito o seu tipo de atuação. D. Hélder não era a Igreja, é preciso distinguir muito bem isso; a Doutrina Social da Igreja era outra coisa. Daí o choque.

*Edifícios da Cruzada
São Sebastião, Leblon*

Quando começou a ficar difícil sua permanência no governo?

Depois de um ano e pouco de trabalho, o embaixador americano Lincoln Gordon, que conhecia minha atividade, resolveu desviar para as favelas do Rio de Janeiro os recursos do **Fundo do Trigo**; foi quando a palavra dólar entrou no imaginário e na linguagem dos políticos e dos meus colegas de governo. Começaram a fazer reivindicações, que eu recebia de má vontade, é claro, porque o dinheiro estava vinculado, "carimbado", como se diz hoje, era dinheiro para a favela. Essa era a intenção do embaixador, explicitamente revelada a mim, de modo que eu não podia ter dúvida alguma. Mas tive a ingenuidade de imaginar que poderia operar esses recursos sem sofrer pressão política.

Porém ela veio, e veio forte; eu, resistindo, com apoio do governador. Mostrava a ele o valor político da execução de um programa daqueles nas favelas, o que representaria para ele, Lacerda, diminuir no Rio de Janeiro daquela época o problema das favelas, ter um plano realmente consistente, e não mera demagogia.

Lincoln Gordon (1913), economista e professor de Harvard, trabalhou no governo dos EUA durante a Segunda Guerra e colaborou no Plano Marshall após o conflito. Ligado ao Partido Democrata, assessorou o governo na formação da Aliança para o Progresso, dedicada à América Latina. Embaixador no Brasil entre 1961 e 1966, acompanhou toda a movimentação política durante o governo João Goulart, período em que congelou os recursos da Aliança para o Progresso para os projetos federais e os destinou a estados selecionados, entre eles a Guanabara governada por Carlos Lacerda. Ver DHBB, 1984.

O **Fundo do Trigo** abrangia recursos de financiamentos feitos pelo governo americano ao Brasil desde 1955 para a compra de trigo. Os cruzeiros pagos aos EUA eram reemprestados pelo Eximbank ao governo brasileiro e passavam a constituir um fundo no BNDES para empréstimos a projetos de desenvolvimento. Ver Maria Antonieta P. Leopoldi, *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

De onde vinham as pressões?

22 Ver John W. Foster Dulles, 2000.

De interesses imobiliários que atuavam dentro do governo. Creio que não há mal em dizer, porque já consta do livro de John Dulles sobre o Lacerda: Rafael de Almeida Magalhães, Amaral Neto...²² Embora fossem inimigos poderosos, fui ingênuo a ponto de acreditar que o peso específico das lideranças de favela me dariam respaldo suficiente. Num dado momento, a situação se tornou muito difícil para mim. Fiquei sabendo, por exemplo, que pessoas do governo visitavam meus serviços, pediam informações, davam ordens, e quando se perguntava: “Mas o professor Rios sabe disso?”, eles respondiam: “O professor Rios está aí por pouco tempo, vai pedir demissão logo, e o esquema vai mudar completamente.” Meus funcionários vinham me perguntar se eu estava demissionário. Eu negava, mas a coisa chegou a um ponto tal que conversei com meu chefe de gabinete, o atual desembargador José Carlos Barbosa Moreira – homem de raro equilíbrio e fina inteligência –, e chegamos à conclusão de que a situação estava ficando insustentável, e era preciso tomar uma atitude, dar um passo qualquer.

O senhor despachava diretamente com o governador Carlos Lacerda?

Sim, eu participava das reuniões de governo, apesar de não ser secretário. Resolvi enviar-lhe uma carta, explicando a situação e entregando o cargo; queria fazê-lo pessoalmente, mas a audiência pedida era sempre protelada, havia sempre um problema. E eu, com a carta na mão, sem conseguir entregar. Afinal, decidi romper a barreira: soube que o Lacerda ia fazer uma viagem à Europa e bati à porta do gabinete num fim de tarde, já quase noite. Entreguei-lhe a carta em mãos, e ele reagiu: “O que é isso?! É um absurdo! Afinal, vocês são todos companheiros...” E chamou o Rafael para se explicar comigo.

Com a sua inteligência e lábia advocatícia, o Rafael explicou perfeitamente; disse que era um mal-entendido, não havia nada disso. Então, eu disse ao governador que ficaria no cargo até ele voltar de viagem; aí veríamos como tinham evoluído as coisas. Se a situação não mudasse, meu pedido de demissão estaria mantido. E assim ficou combinado.

Eu tinha promovido uma licitação com firmas de engenharia para o desenvolvimento de projetos de água, esgoto, luz elétrica e urbanização; os projetos ficaram prontos justamente nesse interregno. Convoquei uma reunião com os diretores de associações das favelas envolvidas, com os meus técnicos, e apresentei os dez projetos – era também uma satisfação que eu queria dar sobre a aplicação dos recursos disponíveis.

Mas os acontecimentos se precipitaram. O Lacerda voltou da Europa mas caiu doente; tentei falar com ele, mas estava em casa, não podia me receber. Ficou uma situação realmente constrangedora, e levaram o ato de minha demissão ao Lacerda. Vejam bem, num dia eu apresento os projetos para dez favelas, no dia seguinte, tomo conhecimento de que tinha pedido demissão. Ora, eu tinha pedido demissão um mês antes, em função dos problemas existentes, e tinha anunciado que o pedido seria apresentado se a situação não mudasse; mas não tive qualquer chance de conversar com o governador.

Como eu tinha distribuído a notícia dos projetos aos jornais, vários repórteres me interpelaram: "O senhor pediu demissão?" Respondi: "Não, estou sendo demitido. Quero deixar isto bem claro." Aí o governador ficou em situação delicada: como é que *demitia um funcionário sem justificativa?*!

Houve, então, coisas profundamente estranhas. O apresentador Flávio Cavalcanti chegou em seu programa de televisão e disse – acredito até que sem intenção, mas não ajudou muito: "Entre os fatos inexplicáveis do dia, temos aqui a demissão do professor José Arthur Rios, depois de receber um milhão de dólares..." Ou seja, passou a idéia de que eu tinha embolsado um milhão de dólares e abandonado o barco! Coisas assim, inteiramente loucas, que me obrigaram a dar milhares de explicações. O Hélio Beltrão, muito meu amigo e que acompanhava de perto o meu trabalho, era homem de grande prestígio e manifestou publicamente sua estranheza: "O governo vai sofrer uma grande perda com a saída do professor Rios."

Em sua carta de demissão, o senhor afirma que a favela não deveria ser vista como um problema urbanístico, e sim social. Qual era a sua idéia básica e o que pensavam seus adversários à época?

Por urbanismo, entendia-se uma maquiagem na favela, ou então a simples remoção e a substituição da favela por casas pré-fabricadas. Vocês não podem imaginar a quantidade de propostas absolutamente fantásticas que eu recebia de firmas nacionais e estrangeiras que batiam aqui, porque sabiam que havia um promissor mercado de construção de casas para substituir as favelas. Eu recusava, dizendo: "O problema não é substituir, é reformular a favela de dentro para fora, sem a preocupação da maquiagem urbanística". E nisso tive dificuldades com os próprios urbanistas brasileiros. Lembro, por exemplo, de um projeto do Sérgio Bernardes, pessoa por quem tenho grande admiração. Era uma beleza! Uma série de platôs no morro, onde se organizavam casas em treliça. Casas que davam grande sensação de leveza. Lindo mesmo! Ele fez algo parecido no início da rua Pinheiro Guimarães, no Humaitá, ao lado do Ibam. É uma construção muito bonita, mas transpor aquilo para as favelas era um negócio totalmente alucinado!

O Sérgio não chegou a fazer uma proposta formal, mas outros fizeram. O interesse era pelo terreno, pela obra, pela construção de casas, todas padronizadas. Mas eu costumava dizer que a favela era muito mais pitoresca como é, sem padronização, exatamente como eram as cidades medievais. Cheguei a visitar na Europa várias cidades medievais com aquelas ruelas, aqueles becos, onde funcionam muito bem escritórios modernos, com todo o equipamento. Então, o problema era levar esse conforto, esse equipamento à favela, levando em conta, naturalmente, as diferenças de poder aquisitivo. Em síntese, essa era a minha idéia básica; quando dizia que o problema era social, eu queria dizer que aquela gente precisava, antes de tudo, de emprego, de aprender uma ocupação; e fazer isto no próprio mecanismo de reformulação da favela.

O que aconteceu depois, sabemos todos: as favelas cresceram. Não creio que eu tivesse podido impedir, mas tentaria dar um outro sentido a esse crescimento urbano,

Hélio Beltrão (1916-1997), advogado, diretor da Petrobrás (1954-55) e membro do Instituto Brasileiro de Petróleo. Como secretário de Planejamento do governo Carlos Lacerda na Guanabara (1961-65), foi o responsável pela formulação e implantação da reforma administrativa. Ministro do Planejamento do governo Costa e Silva (1967-69), foi o principal responsável pelo Decreto-lei nº 200, que reformou toda a administração pública federal, desburocratizando métodos e descentralizando atividades. Ministro da Desburocratização no governo Figueiredo (1979-83), notabilizou-se pelo Programa Nacional de Desburocratização, que implantou várias portarias e leis para simplificar a vida dos cidadãos. Presidiu a Petrobrás durante o governo Sarney (1985-89). Ver DHBB, 1984.

e talvez não tivéssemos chegado à situação atual. Hoje é inteiramente impossível ter aquele tipo de atuação; as favelas estão todas nas mãos do crime.

Depois das favelas, lidar com os Alagados foi uma experiência sociológica muito estimulante

Depois de deixar o governo, o senhor foi para a Bahia trabalhar nos Alagados. Como foi essa experiência?

Muito interessante, do ponto de vista sociológico. Da mesma forma que o Carlos Lacerda fez com o *Estadão*, depois de ler meu relatório publicado na *Tribuna da Imprensa*, o governador Luís Viana Filho soube de minha atuação nas favelas e me procurou pedindo que eu fizesse um plano de recuperação dos Alagados, em Salvador, a maior favela do Nordeste. Fiz uma proposta e montei um escritório na Cidade Baixa, misturando os meus técnicos com técnicos baianos. O problema dos Alagados é que eles avançam sobre o mar em palafitas, situação que eu já conhecia da favela da Maré, aqui no Rio. Nosso grupo concluiu que a primeira coisa a fazer era delimitar a favela, fazer uma contenção e prever uma área para o deslocamento das famílias que tivessem o barraco demolido ou removido. Assim trabalhei um ano e tanto. Cheguei a apresentar a primeira parte desse plano ao governador, ao secretariado e ao prefeito de Salvador, que era o dr. Antônio Carlos Magalhães, com quem tive muito contato.

Com a mudança no governo federal em 1967 – entrou o governo Costa e Silva – houve alterações na estrutura do BNH, então já em pleno funcionamento: o Banco propôs construir casas nos Alagados. Essa proposta nunca me foi apresentada com clareza; eu estava elaborando um plano numa linha um pouco diferente. Mas o meu contrato tinha duas fases: a dos estudos e levantamentos, que foi concluída, e a da execução. Aí as coisas começaram a entrar no ritmo baiano – sou descendente de baianos, de modo que conheço bem a “prata da casa”. Fomos nesse ritmo até julho de 1969, quando chegamos a uma conclusão sobre o contrato para a segunda fase. Tudo pronto, todas as arestas devidamente limadas, eu estava no hotel me preparando para vir ao Rio, onde seria assinado o contrato, quando abro o jornal e leio que o Costa e Silva tinha tido um gravíssimo problema de saúde. Previ que haveria dificuldades, mas não tinha idéia da dimensão.

Reconheço que é difícil acreditar no que vou dizer, mas nunca mais ouvi falar no projeto dos Alagados! Sequer recebi um telegrama, dizendo mais ou menos assim: “Professor, lamentamos muito, temos que tomar outra orientação etc. etc.” Nada! Nem uma única palavra! E eu, com um escritório funcionando! – a d. Cândida, minha secretária até hoje, é arquiteta e chefiava o escritório em Salvador. Pois não ouvimos absolutamente nada! Passado um mês, enviei uma carta mostrando que estava tendo despesas etc. Silêncio absoluto. Pensei: “Houve alguma coisa muito grave. Vou dar o caso por en-

cerrado". Comuniquei ao governador da Bahia que estava fechando o escritório, trouxe o pessoal para o Rio e passei a me ocupar com outros trabalhos.

Tempos depois, passando pela rua México, no centro do Rio, encontro um arquiteto do BNH que me diz: "Queria muito falar com você. Somos muito gratos a você, porque usamos o seu plano para fazer o edital de licitação das firmas que iam fazer a reformulação dos Alagados. Aquele seu material é muito bom, muito interessante." Eu, cada vez mais espantado, perguntei: "E quem ganhou a licitação?" Ele respondeu: "Uma firma da Bahia."

Anos depois fui à Bahia e, por curiosidade, fui aos Alagados. O que se fez foi muito engraçado: no centro da favela abriu-se uma espécie de clareira, e ali se implantou meia dúzia de edifícios de apartamentos que, naturalmente, não podiam absorver nem metade da população dos Alagados e que foram distribuídos, também naturalmente, a funcionários do governo, que tinham prioridade. Havia até um curioso sistema de lavagem de roupa, para permitir às mulheres que lavassem roupa em conjunto: numa espécie de grande tanque – a idéia foi fantástica – elas lavavam roupa em grupo.

A Codesco - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades - criada em 1968, foi formada por jovens arquitetos, economistas e sociólogos. Tinha por filosofia enfatizar a importância da "posse legal da terra, a necessidade de deixar que os favelados permanecessem próximos aos lugares de trabalho e a valorização da participação dos favelados na melhoria dos serviços públicos comunitários e nos desenhos e construção das próprias casas". Ver Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1981

Aqui na Guanabara, Negrão de Lima elegeu-se com propostas de acabar com as remoções. O senhor trabalhou na Codesco, órgão criado no início do governo?

Não. Eles podem ter utilizado minhas idéias de fixação da população na área, de não promover remoções; essas idéias eram conhecidas, eu tinha escrito a respeito. Talvez a Codesco tenha implementado algumas dessas idéias, mas eu pessoalmente nunca trabalhei nem prestei serviços a esse órgão. Justamente neste período do governo Negrão de Lima, no final dos anos 60, eu comecei a me ligar à ONU, o que me afastou um pouco do Brasil, e numa esfera inteiramente diferente, que foi a da prevenção do crime. Aí começa outra fase da minha carreira sociológica.

A partir de 1993, o Programa Favela-Bairro trouxe de volta a discussão sobre a urbanização das favelas. Qual é sua opinião a respeito desse projeto?

Não conheço o programa em profundidade, mas, como cidadão observador, parece-me feito na linha daquela maquiagem urbanística que eu criticava. Talvez esteja enganado, não tive maior contato com os técnicos, mas só entendo programa em favela com uma dimensão social, ou seja, levantamento do nível de vida da população, mediante uma série de técnicas e recursos, e participação. São duas coisas, para mim, indispensáveis. E não vejo isso no Favela-Bairro, que me desculpem os organizadores, mas não percebi essa dupla preocupação. Primeiro, é preciso dar ao favelado os instrumentos para ele subir, melhorar sua condição; depois, dar-lhe condições de participar nas decisões relativas ao planejamento da área. Eu só vejo uma coisa muito bonitinha, muito arrumadinha.

Comunidade de Vila do Céu, Cosmos, antes e depois da passagem do Favela-Bairro



33



34

É claro que todos nós gostamos de uma área limpa, cuidada. Mas até que ponto as pessoas estão comprometidas com aquele projeto? Quais os papéis designados para os favelados naquele projeto? É isso. Há algum conselho de moradores, alguma comissão, alguma diretoria capaz de ser o intermediário entre os moradores e a administração? Não percebo nada disso, talvez por deficiência minha. Nem chega a ser uma crítica, é mais uma impressão.

■

Sandra Cavalcanti

Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque – educadora e política. Foi vereadora pelo Distrito Federal, deputada estadual pela Guanabara e secretária de Serviços Sociais do governo de Carlos Lacerda. Assumiu a presidência do Banco Nacional de Habitação (BNH) de 1964 a 1965 no governo Castelo Branco. Candidata ao governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982. Foi eleita deputada constituinte em 1987-88 e deputada federal representando o Rio de Janeiro até 1995. Secretária Extraordinária de Projetos Especiais da prefeitura do Rio de Janeiro nas gestões de César Maia e de Luiz Paulo Conde.

A entrevista foi concedida nos dias 12 e 27 de setembro de 2000 aos pesquisadores Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta.

Não sou uma liderança católica, sou uma católica atuando na vida pública

Quando a senhora iniciou sua carreira política?

Em 1955, como vereadora pela UDN. Militava na Juventude Universitária Católica (JUC), que tinha boa presença na preparação dos jovens para a política; a origem de tudo era a Ação Católica, movimento criado por Pio XI, que estimulava a participação do leigo nas responsabilidades hierárquicas da Igreja. Na PUC tive sorte de contar com professores como o padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, Tarso da Silveira, o padre Magne. Desde o último ano, tornei-me assistente do professor Clóvis Monteiro e fui sua substituta no Instituto de Educação, na cadeira de português e literatura.

Logo que me formei, fui ser professora no Instituto de Educação. Ali, convivi com gente de todo nível, mas a maioria era de moças de classe média baixa. Tive três alunas faveladas. Moravam no Salgueiro. A primeira vez que botei os pés numa favela foi quando uma delas ficou doente. Logo de início verifiquei que as minhas alunas estavam completamente despreparadas para enfrentar os problemas sociais, que já sentíamos naquela ocasião: família, trabalho, condição social... Pedi permissão à direção e passei a dar aulas de religião. Líamos o Evangelho e, depois, eu dava algumas explicações, inclusive históricas e geográficas.

Em 1954, o cardeal d. Jaime Câmara convocou os católicos para entrarem na vida pública. Ele achava que estava fazendo falta gente com noção de bem comum. O dr. Amoroso Lima e o professor Gustavo Corção, que nessa época dirigiam o Centro Dom Vital, nos indicaram, ao Gladstone Chaves de Melo e a mim, para concorrer. Juntou-se a nós a Dulce Magalhães, pela legenda do PDC, enquanto o Gladstone e eu ingressávamos na UDN.

Na verdade, foram as minhas alunas que me elegeram. Inveniei comícios em casa. Depois, todo mundo copiou. Cada aluna reunia 20 pessoas em casa, eu ia lá, explicava minhas posições e saía com uns votinhos. Tinha recebido de d. Jaime a incumbência de ajudar a legenda, para garantir a eleição do Gladstone. Ele já tinha sido eleito uma vez e era o carro-chefe do nosso grupo. Entrei para ajudar, não para ser eleita. Mas acabei recebendo a quinta votação da UDN. E isso sem gastar dinheiro algum, o que passou a ser uma constante na minha vida política: ganhar eleição sem precisar fazer despesas, apenas debatendo idéias. A principal era a de que, na política, temos que ter um comportamento muito sério; não basta ser, é preciso parecer, agir e evitar. E isso funcionou.

Então, a senhora não foi eleita como uma representante da Igreja, estritamente falando?

Não. Em toda a minha carreira, jamais me apresentei como liderança católica. Sou uma católica atuando na vida pública. Como tal, levo esse comportamento católico para a vida pública. Desde o começo preocupei-me com dois grandes assuntos: a

educação e as condições de vida das pessoas. Educação sempre foi a minha paixão. Infelizmente, o processo educacional no Brasil estava, e ainda está, atrasado em 200 anos. Minha segunda preocupação se originava da verificação de que as pessoas podiam ter uma vida com mais qualidade, se as autoridades tomassem providências para que essas coisas fossem mais fáceis, ao alcance delas, principalmente, moradia.

Nunca fui de apresentar muitos projetos. Acho que a principal função do legislador é votar um bom orçamento e fiscalizar sua execução. Mesmo assim, meu primeiro projeto foi para que o Banco do Distrito Federal abrisse uma carteira especial para financiamentos de habitação popular.

Como surgiu essa proposta?

Da nossa experiência familiar. Desde criança moro no Jardim Botânico. Aquilo lá era quase um subúrbio quando meu pai comprou o lote e construiu nossa casa, num terreno que pertencera à Fábrica de Tecidos Carioca. Era uma área muito agradável. A rua Lopes Quintas era uma rua de casas construídas segundo o modelo inglês, como em Bangu, muito bonitinhas. Essas casas eram alugadas aos funcionários. Lembro-me de que meu pai perguntava: "Por que o governo não constrói casas assim para as pessoas?" Daí esse meu primeiro projeto ter sido a abertura de uma carteira de habitação no Banco do Distrito Federal.

Com que recursos contaria o projeto?

Se bem me recordo, para que o empréstimo pagasse juros baixos, no orçamento da prefeitura seria votada uma verba para habitação popular, que constituiria o fundo para essa carteira. Em nenhum lugar do mundo se faz casa popular sem subsídio. Nenhum! Essa foi uma lição que aprendi. Ninguém compra, se não tiver ajuda de um BNH, de uma Caixa Econômica. Geralmente, a casa é o bem mais caro da vida da pessoa. Esse entraria com cerca de 60% do total do valor nominal. O resto seria complementado com as poupanças individuais. Cada vez que alguém fosse buscar financiamento, pagaria juros abaixo do mercado apenas sobre esses 60%. Como esses recursos eram verba orçamentária, tudo o que retornava era lucro, por assim dizer.

Infelizmente, esse projeto não resultou em nada de positivo. Todo mundo achou muito bonitinho, foi aprovado, o prefeito sancionou, mas nunca pôs em prática. Caiu no vazio. Mas aquilo ficou na minha cabeça.

Nunca teve o menor cabimento uma diretriz única para todas as favelas

A senhora precisou esperar mais alguns anos para desenvolver suas idéias. Como persuadiu o governador Carlos Lacerda a adotá-las?

Só conheci Carlos Lacerda pessoalmente em 1954. Assim mesmo, superficialmente, durante a campanha. Eleita vereadora, acompanhei toda a sua atuação política e passei a considerá-lo uma figura excepcional. Foi a maior figura pública da



*Sandra Cavalcanti
em seu primeiro discurso
na Câmara dos vereadores,
22 de abril de 1955.*

metade do século passado. Quando meu mandato terminou, em 1958, a experiência como vereadora havia sido muito ruim. Me decepcionou muito. Decidi retomar minha carreira no magistério. Mesmo assim, até 1960, participei ativamente do grupo de educadores que ajudou o então deputado Carlos Lacerda a elaborar o novo projeto das Diretrizes e Bases da Educação. Desse grupo faziam parte d. Lourenço de Almeida Prado, professor Gladstone Chaves de Melo, professor Flexa Ribeiro, padre Artur Alonso, professor Coelho de Souza e o professor Edgard da Matta Machado. Foi um belo trabalho, que resultou numa excelente legislação, aberta e democrática, aprovada pelo Congresso já em 1961. Eu pensava em retornar às atividades de magistério, mas tive de mudar de idéia. Faltando 23 dias para a eleição de governador do novo estado da Guanabara e de sua Assembléia Constituinte, Carlos Lacerda foi à minha casa para me convencer a disputar uma vaga na chapa da UDN. A campanha dele foi feita com uma plataforma bem simples: transformar a Guanabara no melhor estado do Brasil. Já que, diziam, não servíamos mais para ser a capital do país, queríamos ser o estado mais avançado e mais moderno. Com isso, ele devolveu um sentimento de auto-estima aos cariocas e, vencedor, conseguiu de fato realizar o seu sonho. Depois dele, o Rio sofreu muito. Prefeitos fracos, a fusão, a perda de sua identidade, e, mais tarde, as duas administrações desastrosas do período brizolista. Só recentemente, em 1992, é que o Prefeito César Maia conseguiu, de novo, dar aos cariocas uma certa sensação de valor e respeito.²³

²³ César Maia foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1993 e 1997, sendo eleito novamente em 2000.

As favelas constituíram um dos carros-chefes da campanha de Lacerda. A senhora discutiu sobre a política a ser adotada com o sociólogo José Arthur Rios, nomeado coordenador de Serviços Sociais?

Não. Nem durante a campanha, nem depois. Tínhamos posições antagônicas. Como temos até hoje. Na época, ele não aceitou a idéia de uma visão prática em relação às favelas. Nossa posição era diferente. Não tínhamos teorias nem ideologias sobre favelas. Para nós a questão era simples e objetiva. Se a favela estava em área de risco, tinha de ser reassentada em outro local. Se invadia a Mata Atlântica, tinha de ser retirada dali. Se poluía margens de rios, lagos e lagoas, ou se ficava à mercê de marés, também tinha de ser deslocada. A urbanização não era nem dogma nem regra, como veio a acontecer depois.

José Arthur Rios era ligado à Igreja Católica?

Era. Principalmente a d. Hélder. Nossas divergências já vinham desde esta data. Quando vereadora, não concordei com a instalação da Cruzada São Sebastião, ali no Leblon. Considero, até hoje, que cometeram um erro gravíssimo. Lembro-me bem de que, na ocasião, chamei a atenção para vários conflitos que o projeto iria criar, principalmente para os próprios favelados. O bairro era formado por uma comunidade economicamente bem-sucedida, lá ser difícil entrosar a população da noite para o dia. Haveria, certamente, um choque de culturas, desejos e aspirações. Como de fato ocorreu. Vejo hoje que estava certa. A Cruzada ainda é hoje um enclave. As pessoas não mudaram de vida, nem foram assimiladas. O problema é sério.

Nossas dificuldades com d. Hélder aumentaram depois, quando ele se engajou na criação das Comunidades Eclesiais de Base. Na verdade, elas passaram a ser centros de preparação de ativistas políticos, de linha nitidamente marxista. Embora nós, da UDN, não tivéssemos qualquer dificuldade em conviver com correntes de esquerda, porque a própria UDN tinha sido formada junto com a Esquerda Democrática,²⁴ ficava impossível tratar com ativistas que buscavam demolir nossa incipiente democracia para instalar, aqui, o sonho cubano. Era de lá que vinham as instruções e o apoio.

²⁴ A Esquerda Democrática foi um grupo formado dentro da UDN em 1945, e em 1950 deu origem ao Partido Socialista Brasileiro

Ao longo de toda a campanha, em 1960, ficou clara esta tensão entre as propostas de erradicação e as de conservação e urbanização das favelas?

Não. Esse assunto não foi dominante na campanha. Ele só apareceu depois, quando o governador Carlos Lacerda traçou seu primeiro plano de governo. Principalmente quando, com a presença de Doxiadis entre nós, os problemas urbanos foram mais amplamente discutidos. Nunca houve propostas antagônicas. Sempre que fosse possível urbanizar, isso seria feito. Como foi o caso da favela de Brás de Pina. O projeto foi começado pelo Arthur Rios, ainda como coordenador de Serviço Social e terminado por mim. Ele foi o coordenador desde dezembro de 60 até maio de 62. Brás de Pina só não ficou melhor porque o lote anexo, que queríamos utilizar para expandir o assentamento, era terreno federal, que o presidente João Goulart não nos quis transferir.

A solução escolhida pelo governador Carlos Lacerda, e depois por mim, foi a de buscar a integração daquelas pessoas ao tecido urbano normal, de uma forma prática. Cada favela deveria ser um caso, pois elas eram sempre diferentes. Uma ficava em área federal, em terreno da Central do Brasil. Outra ocupava fundos de terrenos de particulares, como a do Pasmado. Uma ameaçava despencar. Outra ameaçava alagar. Essa era a realidade.

Por tudo isso, nunca tracei uma diretriz única para todas as favelas. Na imprensa, porém, imperavam os *slogans*: "Sandra só admite a remoção de todas as favelas". Não é verdade. Nunca fui radical nessa questão. Tanto que urbanizei a Vila Vintém e a Vila da Penha entre inúmeras outras, menores.

Havia muitos critérios a serem analisados, no caso de cada favela. A urbanização de algumas favelas utilizou estes critérios. Se ela não podia e não devia sair dali, abríamos uma rua principal, calçávamos muitas vias internas, iluminávamos, levávamos rede de água e amenizávamos a questão do esgoto. Só agora, muitos anos depois, é que esses serviços públicos puderam ser melhorados. Mas o desafio continua valendo para muitas outras: como instalar rede de esgotos no emaranhado de casas e apartamentos em que elas se transformaram hoje?

O caso da favela da Mangueira foi exemplar. Ninguém cogitou, um dia sequer, em tirar os moradores da Mangueira de lá, ao contrário. Ao lado, erguia-se uma fábrica de carretéis, de propriedade de um português, que estava cercada pela favela. Ele se queixava muito de sua vizinhança. O governo foi até ele e propôs uma troca. Deu a ele um terreno em Santa Cruz e ele transferiu sua fábrica para lá. Desapropriamos o terreno antigo, que passou a ser usado como quadra de ensaios da escola de samba, e está lá até hoje.



36

Sandra Cavalcanti com o governador Carlos Lacerda na Mangueira, em agosto de 1964

Quando a área favelada era de alto risco, tanto do ponto de vista ambiental (invasão da Mata Atlântica, destruição de manguezais), como do ponto de vista de insalubridade, aí não tinha jeito. Fazíamos a remoção. Tirei, de dentro da Mata Atlântica, três ou quatro favelinhas que, instaladas praticamente no Alto da Boa Vista, já começavam a devastar a Floresta da Tijuca, que é uma das coisas mais preciosas do mundo.

As favelas de João Cândido, Maria Angu e metade da Maré foram removidas porque eram construídas em palafitas, em cima de lama. Um aterro ali, para urbanizá-las, seria caríssimo e destruiria os manguezais. Fizeram isso depois, na Vila do João, e eu não vi nenhum ambientalista protestando...

O preço do metro quadrado, em um aterro desses, chega quase ao mesmo valor de um na Vieira Souto. Ali havia manguezal e turfa, ou seja, você aterra, aquilo afunda, você põe mais terra, torna a afundar. Todo dia afunda, todo dia racha uma casa. É um horror.

José Arthur Rios saiu do governo fazendo críticas, acusando interesses da especulação imobiliária?

Ele fez, de fato, várias críticas. Acho que ele esperava ser o secretário de Serviços Sociais. Até aí, tudo bem. Mas me magoou a menção de que estávamos ligados à especulação imobiliária. Todas as vezes em que houve especulação com os terrenos de onde foram removidas favelas, isto ocorreu depois do nosso governo. Nunca durante o nosso. Que especulação teria acontecido na nossa gestão? Removemos a favela do Pasmado, e está lá um parque. É verdade que quiseram erguer, lá em cima, um hotel Hilton. Foi uma proposta apresentada através do Roberto Campos e do Jorge Oscar de Melo Flores. Mas foi recusada. O governador Carlos Lacerda era um amante de áreas verdes. Basta ver o Parque do Flamengo, para entender por que ele preferiu arborizar o Pasmado, conservando a visão original da baía da Guanabara.

Tiramos a favela da rua Macedo Sobrinho, no Humaitá, e reflorestamos tudo. Quem, anos depois, usou a área para erguer um Ciep foi o senhor Leonel Brizola. Removemos a favela do Esqueleto, a maior de todas. Quem ocupou a área imensa que foi liberada? O campus da Universidade do Estado da Guanabara, UEG, na época. Foi uma idéia e uma decisão do governador Lacerda. Um presente fantástico, não é? Pois é, mas o campus da UERJ se chama Campus Negrão de Lima... Coisas da natureza humana!

Removemos também a favela da Maré e a do João Cândido. Uma ficava em palafitas e outra em terreno seco. Não tínhamos condição de discriminar. Para os moradores dessas duas favelas, a solução foi excelente. Eles já moravam na avenida Brasil. A área liberada com a saída deles pertencia à União. Eram terrenos da marinha. Foi uma dificuldade conseguir que o governo federal os entregasse ao estado da Guanabara. Foi uma luta danada, mas acabamos conseguindo. Instalamos ali o Mercado São Sebastião, que deu emprego para aquela região toda, o que foi muito importante, uma fábrica de bolsas de couro, a Kelson's, e mais umas duas ou três empresas.

As áreas de outras favelas, pequenininhas, que estavam instaladas em áreas de Mata Atlântica, foram todas reflorestadas. E era nossa intenção fazer isso com as de

Santa Teresa, além de Formiga e Borel, na Tijuca, partindo sempre do mesmo raciocínio: primeiro, porque são pirambeiras; segundo, porque estavam em plena Mata Atlântica, criando um problema ambiental terrível para a região. Quanto à Rocinha, nem passava pela nossa cabeça a idéia de fazer daquilo uma cidadezinha do interior, como é hoje. Até a cota 40, poderia ser construído um condomínio do tipo da Vila Kennedy. Da cota 40 em diante, como manda a lei, é área *non aedificandi*... Tem de ser reflorestada.



37

Como pode ver, as alegações do Arthur Rios não tinham procedência. O episódio da favela da Praia do Pinto, que sofreu um misterioso incêndio e foi removida em seguida, esse já ocorreu depois. E a área liberada, entregue a várias carteiras hipotecárias de militares e a algumas cooperativas. Essa sim, foi objeto de uma operação imobiliária. Não obrigatoriamente uma especulação, a meu ver...

*Favela da Praia do Pinto,
Leblon, 1947*

O fato é que, já no governo Negrão de Lima, as idéias do professor Rios foram vitoriosas. Ele conseguiu criar um órgão chamado Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) e convenceu a todos que as favelas deviam ser todas urbanizadas e jamais removidas. O resultado é esse que está aí.

**Muito mais do que a favela, quem
tem que ser urbanizado é o favelado**

**Entre dezembro de 1960 e dezembro de 1962 a senhora foi deputada à
Constituinte da Guanabara. Por que não assumiu logo os Serviços Sociais?**

Porque essa Secretaria não existia ainda. E, principalmente, porque tinha um grande trabalho na Assembléia Constituinte da Guanabara. Inicialmente o governador Carlos Lacerda me queria como secretária de Educação. Mas o professor Flexa Ribeiro, que também se candidatara à Assembléia, ficou como primeiro suplente. Achei que ele deveria ser o secretário de Educação e fiz esta sugestão. Ele iria aplicar na nossa rede alguns princípios da iniciativa privada em matéria de agilidade, modo de trabalho e de ver as coisas. Isso seria muito bom. Ele não estaria preso ao corporativismo. Acertamos, então, que o Flexa seria o secretário de Educação. Fiquei na Constituinte como sub-relatora. O relator foi o professor Aliomar Baleeiro.

Quando a Assembléia Legislativa, em 1962, aprovou a estrutura administrativa do novo estado, que era *sui generis*, foi criada a Secretaria de Serviços Sociais, extinguido-se então a antiga Coordenação de Serviços Sociais. Tudo o que havia de difícil, complicado e triste, ficava por conta da nova Secretaria.

Realmente, a nova Secretaria incorporou problemas graves, um dos quais a CPI dos mendigos, como ficou conhecida...²⁵

Quando a minha Secretaria começou a funcionar, o episódio já havia ocorrido. E foi todo na área da Secretaria de Segurança. Ali funcionava uma delegacia de Repressão à Mendicância. O crime praticado contra os mendigos veio à tona em 1962, no começo do ano. Mas já havia antecedentes, como ficou provado no processo em juízo, que remontavam a 1956. O relator da CPI foi o deputado Saldanha Coelho, que concluiu pela completa correção, lisura e dignidade no comportamento do governador Lacerda. Ele era líder do PTB, de oposição. Sua análise, justa e isenta, é uma peça que honra o seu nome.

A parte da imprensa que levantou a denúncia ficou a ver navios. A ação rápida e enérgica do governador acabou com uma prática terrível. Os autores foram presos, julgados e condenados. Com a Secretaria de Serviços Sociais, criada depois, retiramos do âmbito policial toda a questão social dos excluídos, dos miseráveis. Eu chamava a minha Secretaria de *Les misérables*. É uma das maiores injustiças da história do Brasil chamar Carlos Lacerda de "mata-mendigo". Deslealdade maior ainda, anos mais tarde, foi o deputado Miro Teixeira, na ânsia de se eleger governador, levantar durante a campanha a calúnia de que a ordem para matar os mendigos teria sido dada por mim. Diante de todo o país, num programa de TV, obriguei-o a assinar uma declaração confirmando a acusação. Em seguida, entrei na justiça e obtive a sua condenação por difamação, injúria e calúnia.²⁶ Infelizmente, esses fatos reais valem pouco. Ficam sempre as versões. O governador Carlos Lacerda morreu carregando o desgosto por esta acusação e eu, até hoje, sou obrigada a ficar explicando que nada tive a ver com isso. Mas não adianta, em política há coisas terríveis. A calúnia cola e fica.

Sob o comando de José Arthur Rios, a antiga Coordenação de Serviço Social tinha criado associações de moradores em 75 favelas?

Não disponho de nenhum dado sobre isso. Encontrei, sim, umas tais de "comissões" de moradores, mas que eram pura fachada para a atividade política dos

²⁵ O aparecimento de corpos de mendigos em Itaguai, localizado na divisa entre o estado do Rio e a Guanabara, em agosto de 1962, suscitou rumores de que a matança teria origem em práticas da Seção de Repressão à Mendicância da Delegacia de Vigilância e Captura, chefiada pelo delegado Cecílio Borer. A CPI instalada na Assembléia Legislativa da Guanabara (fevereiro de 1963) resultou na prisão e condenação do inspetor Alcino Pinto Nunes, homem de confiança de Borer, identificado como mandante. Ver, a respeito, Célio Borja, 1999.

²⁶ Em debate na TV entre candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982, Miro Teixeira (PMDB) chamou Sandra Cavalcanti (PTB) de "mata-mendigos", em clara alusão a seu passado como secretária do governo Carlos Lacerda. Ver Célio Borja, 1999.

famosos donos de currais eleitorais. Elas é que negociavam bica d'água, pontos de luz e vagas em escolas e hospitais. Pura demagogia. Foi a partir de 1963, quando iniciamos as primeiras urbanizações e as primeiras remoções, que estimulamos o aparecimento das primeiras associações de moradores nas favelas. Era com elas que acertávamos os procedimentos. Entre 1963 e 1965, houve grande participação dessas associações. Nunca tivemos qualquer problema com os moradores das favelas em que atuamos, quer removendo, quer urbanizando. Os problemas eram com grupos ideológicos, imprensa engajada, exploradores políticos e aproveitadores de toda ordem.

Mas houve um quiproquó, e Adão Pereira Nunes chegou a ser preso?

Na verdade, não foi um quiproquó. Foi uma intromissão indébita, de caráter puramente político, de dois cidadãos que nada tinham a ver com o processo. O Adão Nunes era do PCB e estava sempre contra o governador Carlos Lacerda. Para os comunistas, qualquer programa de casa própria ia contra as suas doutrinas. Eles combatiam a propriedade privada. Além disso, eles perceberam que aquele povo humilde deixaria de ser um curral eleitoral nas mãos deles, uma vez reassentado de forma digna e dono de seu imóvel. Não se conformaram quando viram o êxito que estava sendo a remoção do Pasmado. E foram para lá, agitar. Até os favelados ficaram contra eles, que saíram de lá corridos. A favela do Pasmado era uma coisa louca. Rolava criança lá de cima. Não havia como fazer a água chegar até lá. As mulheres tinham varizes pavorosas, porque eram elas que carregavam a água. Os maridos ficavam no bem-bom, trabalhando aqui embaixo. Só chegavam à noite. Faziam mais uns filhos e voltavam cá para baixo. Elas é que agüentavam o rojão.

Por que o Adão Pereira Nunes ficou contra a mudança? Perda de poder e de negócio. Havia, na antiga Câmara Municipal, uma grande mamata. Era ser dono de uma comissão de luz. Um poste da Light era instrumento importante na negociação clientelista entre a prefeitura e os vereadores. O vereador recebia um poste, que virava sua propriedade. Isso mesmo! Botava lá um cabo eleitoral seu, morador da favela, e daquele poste saíam todas as ligações, chamadas de "gatos". Tinham preço fixo. Resultado: os favelados pagavam mais pela energia elétrica do que qualquer um de nós, em nossas casas. É claro que esses donos tinham de protestar quando foi decidida a mudança, porque acabou o bom negócio.

Quando fizemos a primeira reunião no Pasmado, avisamos que a favela seria removida por causa da insegurança e da impossibilidade de urbanização. A favela ocupava fundos de terrenos de particulares. Uma desapropriação saíria caríssima!

Fizemos uma reunião na igreja de Santa Teresinha, ao lado do túnel do Pasmado. Eu lhes disse: "Vocês só vão se quiserem. Se não quiserem, outras favelas estão querendo ir. Mas, fiquem sabendo, não vamos fazer qualquer melhoria na favela do Pasmado. Os postes de luz dos cabos eleitorais vão ser retirados. Se vocês quiserem luz, vão ter que pedir, instalar relógio no barraco, uma complicação. Não vamos gastar dinheiro para vocês ficarem num lugar onde não têm como progredir na vida". Eram horríveis aqueles barracos! A área média era de 13m²!

Em outro encontro, eu disse às mulheres: "Amanhã, se algumas de vocês quiserem, haverá dois ônibus à disposição para irem visitar as casas, que já estão prontas.

Vocês vão poder entrar e examinar tudo; podem levar as crianças, se quiserem". Foi uma festa! Durante quatro, cinco dias seguidos, às 10:30h da manhã, saíam os dois ônibus, lotados. Sabe o que as crianças faziam? Chegando lá, iam direto para o chuveiro, abriam a torneira e perguntavam: "Posso tomar banho?" Passamos a ter até sabonete, para elas fazerem a festa. As mulheres ficaram muito animadas; quando viam o tanque lá fora, bonitinho, um alpendre... As casas não eram grandes: quarto, sala, cozinha, banheiro e um alpendrezinho com o tanque do lado de fora. Área mínima: 28m², coisa que não havia no morro, nem em sonhos.



Vila Kennedy, 1965

Esse local, para onde eles iriam, era a Vila Kennedy?

A Aliança para o Progresso foi um programa criado por iniciativa do governo Kennedy em 1961 visando o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos. Criada após a Revolução Cubana e em plena Guerra Fria, a Aliança para o Progresso, ao jogar recursos financeiros, técnicos e humanos na região, pretendia viabilizar reformas e, ao mesmo tempo, salvar a América Latina do avanço comunista. Para Kennedy a América Latina deveria corresponder à nova fronteira norte-americana. Ver Cecília Azevedo, 1999.

Era. Foi construída com recursos nossos e mais um ótimo empréstimo, daquele programa **Aliança para o Progresso**. Tivemos, para isso, o apoio pessoal do presidente Kennedy. Daí o nome do bairro.

Depois de uns dez dias de visitas de convencimento, fizemos nova reunião: "O que decidiram?" Uma delas respondeu: "Olhe, d. Sandra, pensamos bem e decidimos ir." Aí, levantou-se um cabo eleitoral, provavelmente sócio do poste: "Aqui quem manda sou eu. E nós não queremos ir, de jeito nenhum. A senhora arranje outra favela para ir." Nesse momento, levantou-se uma crioula bonita, que estava num canto, e disse: "Tu quer saber de uma coisa? Se tu quer ficar, tu fica, mas porque nós vai!" Era a mulher dele! Foi uma gargalhada geral.

Tive que resolver uma oposição curiosa: a dos birosqueiros. A birosca era uma instituição muito importante nas favelas daquela época. O proprietário era, em geral, um

sujeito inserido na comunidade. Conhecia as pessoas e vendia fiado, nem que fosse uma xcara de arroz. Numa das minhas visitas, parei numa birosca para beber água. O dono, um mulato gaúcho, com muito sotaque, me disse o seguinte: "Como é que esse povo vai se arranjar nas compras?" Respondi: "O senhor tem toda a razão. Se tiver um tempinho agora, vamos até a Secretaria, quero conversar com vocês, birosqueiros, sobre isso". Não tínhamos nos lembrado desse pormenor.

Entramos no meu carro e fomos. Pedi ao pessoal a planta da futura Vila Kennedy e disse a ele: "Podemos fazer um levantamento dos birosqueiros que existem na favela. Para os que quiserem ir para a Vila Kennedy, já garanto um lugar certo numa esquina, uma casa um pouco maior, que dê para instalar a birosca". Ele achou a solução uma maravilha. Liderou o grupo e foram os meus melhores aliados. Um primeiro grupo foi na frente, instalou-se e continua lá. Hoje, na Vila Kennedy, padaria já vende com cartão de crédito, locadora aluga duas mil fitas por mês. A terceira geração já tem 20% na universidade! Esse é o maior prêmio para quem acreditou na remoção. Passados 30 anos, não há mais favelados.

Qual foi a sua política para a Fundação Leão XIII?

Embora tivesse esse nome, tratava-se de uma entidade leiga, fundada em 1946, como aproximação entre a Arquidiocese e a prefeitura. Quando foi criada a Secretaria de Serviços Sociais, eu a absorvi e nomeei, para dirigi-la, o dr. Joel Cortes, importante funcionário de um dos institutos de previdência, IAPI ou IAPB... Não me lembro bem.

A Fundação serviu de apoio para que eu pudesse atuar mais rapidamente na área social, sem entraves burocráticos. Pude, por exemplo, recuperar o albergue para os mendigos, que estava caindo aos pedaços, ali no Largo da Harmonia, centro da cidade. Pude reformar a Fazenda Modelo, para levar os meninos de rua para serem ali recuperados, terem escola e profissão.

A Fundação Leão XIII foi, também, o instrumento que usei, inicialmente, para amenizar um pouco o problema da moradia das favelas. Naquela época, nos idos de 60, favela era um barraco de madeira com telhado de zinco, frágil e sem conforto, uma coisa absolutamente deprimente. Sem saneamento, sem água, sem luz, inteiramente insalubre. Era uma realidade extremamente agressiva, impiedosa.

Era preciso tirar as pessoas daquela realidade. É por isso que até hoje sou desconfiada em relação aos projetos que pretendem cuidar das favelas mas que, pela vitória esmagadora dessa filosofia que se instalou, acham que as favelas devem continuar a existir e apenas devem ser urbanizadas. Eu achava, e acho ainda, que não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra uma outra realidade. Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso.

Foi isso o que aconteceu com quem foi para a Vila Kennedy, por exemplo. A Vila Kennedy foi, na minha vida, o resultado de todas essas observações e vivências. Como secretária de Serviços Sociais, vi bem a diferença entre população de rua e fave-

O Plano Doxiadis foi elaborado pela firma grega Doxiadis Associates entre 1964-65 por encomenda do governador Carlos Lacerda. É o segundo Plano Diretor para a cidade do Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara. Enfoca todos os problemas da cidade além de considerar também a área metropolitana. Sua meta maior era preparar a cidade do Rio de Janeiro para o ano 2000. Considerado de alto nível técnico, reunia o mais complexo volume de dados permitindo diagnósticos e projeções para a cidade. O plano trata do sistema viário e de transportes, abordando-os como um todo integrado, como aparece na idéia de um conjunto de vias, com linhas policromáticas (vermelha, amarela, azul, marrom e verde), que só foram sendo feitas mais recentemente. Aborda também temas como habitação e saneamento básico tendo em vista as necessidades da população estimada até o ano 2000. Como política para favelas, propõe, para algumas, a reurbanização e, para outras, a sua remoção para áreas próximas a centros de emprego ou servidas por linhas de transporte bom e barato. O processo de implementação do plano, altamente técnico, demandou a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para dar continuidade à execução dos trabalhos. Ver Doxiadis Associates, 1967; Vera Rezende, 1982; A Linha Amarela, 1998.

lado. Com exceção dos que usam a rua como comércio, a chamada população de rua era, e ainda é, composta de loucos, abandonados, alcoólatras, drogados, que não têm realmente para onde ir. Para esses é preciso providenciar locais onde possam ser recolhidos, tratados, alimentados, medicados.

Quanto ao favelado, não. Ele era sempre alguém que vinha com a família da Zona da Mata, do Norte ou do Noroeste Fluminense. Praticamente não havia nordestinos. Eles iam todos para São Paulo. Aqui, quando o campo se esvaziou e a cana entrou em decadência, a migração foi intensa. Havia sempre um amigo que dava a dica. E arranjava mais um lugarzinho. Os políticos da época encontraram nesse processo cruel uma fonte maravilhosa de votos. Muitos deles, oriundos também dessas áreas, estavam acostumados ao curral eleitoral em suas cidadezinhas. Fizeram seus currais aqui, formando favelas novas.

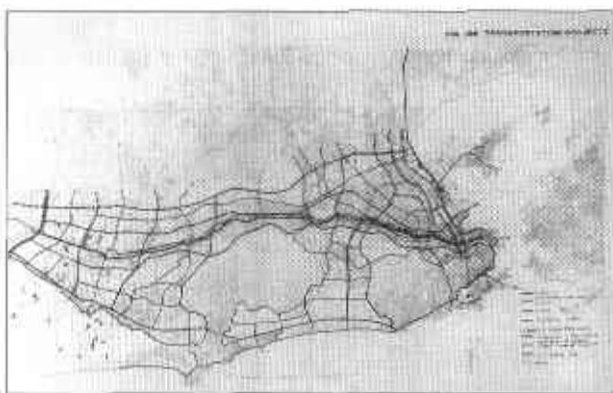
Em 1962 fizemos o primeiro recenseamento das favelas do Rio de Janeiro. A PUC me forneceu a professora Isa Gouveia, três monitores e uns 40 alunos, que fizeram um levantamento bem feito. Uma das perguntas era: "Você tem alguma economia? Você tem alguma poupança?" Todos tinham. "Para quê?" Invariavelmente, a resposta era: "Ah! Assim que conseguir juntar um dinheirinho, compro um terreno e saio da favela". Foi isso o que eu ouvi a vida inteira. Essa história de favelado dizendo: "Quero ficar", apareceu posteriormente. A favela precisa ficar, no fundo, porque é um grande negócio para uma porção de gente: voto, tráfico, lenocínio, comércio, venda de barracos, comissão pelo "gato" na instalação de luz, tudo isso. Uma história terrível.

A construção da Vila Kennedy estava incluída no Plano Doxiadis?

De certo modo, sim. O plano via a avenida Brasil como um eixo horizontal, na direção de áreas que tinham sido escolhidas, por causa do futuro porto de Sepetiba, para sediar indústrias pesadas. As muitas indústrias poluentes localizadas em São Cristóvão e no centro da cidade, seriam deslocadas para lá, onde haveria um sistema próprio para receber os seus resíduos tóxicos. Foi o caso da Companhia Siderúrgica do estado da Guanabara e de muitas outras indústrias pesadas.

Nesse mesmo eixo da avenida Brasil, deveriam ser instalados os novos bairros populares, com habitações destinadas aos favelados que viessem a ser removidos. Era sempre uma vila com ruas e praças formando um bairro. Perto delas os moradores iriam encontrar facilmente um bom mercado de trabalho, bastante variado, capaz de absorver aquela mão de obra não qualificada, pois 70% eram biscateiros.

Essa idéia de situar pequenos bairros populares perto de áreas com boa oferta de trabalho foi o motivo pelo qual implantamos, em Jacarepaguá, a Cidade de Deus. Era previsível o crescimento da Barra e do Recreio. Isso provocaria, certamente, um boom imobiliário, com a conseqüente demanda de trabalhadores na construção civil. Essas novas moradias iriam provocar, ali, uma grande demanda de serviços domésticos, porteiros, jardineiros, faxineiras, lavadeiras e mais o pessoal de pequenas empresas comerciais. Eles teriam moradia próxima ao mercado de trabalho.



Plano Doxiadis, planta do projeto do Sistema Geral de Transportes para a cidade do Rio de Janeiro, 1964/65.

Infelizmente, em 1966, um verdadeiro dilúvio arrasou o Rio de Janeiro no começo do ano. Dezenas de favelas, todas ocupando áreas de risco, desmoronaram morro abaixo, provocando uma tragédia. Embora a Cidade de Deus ainda não estivesse pronta, o governo Negrão de Lima levou para lá os desabrigados, na maior desordem. E, em seguida, ocupou a outra metade da gleba com um projeto diferente do nosso. Ergueram dezenas de blocos de apartamentos, com áreas nunca superiores a 30 metros quadrados. Isso feria toda a nossa concepção original, que buscava não aprisionar um ser humano rural muito recente dentro daquele exíguo espaço de concreto. Tanto na Cohab, quanto mais tarde nas cooperativas do BNH, nós preferíamos construir casas para esses emigrados rurais recentes.

O Plano Doxiadis sugeria projetos para atender ao deslocamento da população?

Sugeria. Esse é certamente o seu aspecto mais importante, que, infelizmente não foi observado pelos governos posteriores. Acontece que a topografia do Rio é um permanente transtorno em matéria de transporte de massa. A grande proposta do Doxiadis repousava na implantação do transporte sobre trilhos e na abertura de dezenas de túneis. Esse sistema de transporte de massas aproveitaria a rede da Central do Brasil que vai até Campo Grande e Santa Cruz. Melhoraria essa rede e faria com que, de suas estações, saíssem vias de interligação com as projetadas Linhas Amarela, Verde, Marrom, Azul e Vermelha. Projetava também a abertura de mais 31 túneis no Rio de Janeiro. Doxiadis costumava dizer: "os túneis fazem a cidade ficar plana".

Quem dispunha de mais recursos nos projetos de sua Secretaria?

A Cohab, certamente. A nova Secretaria de Serviços Sociais, ao ser criada, absorveu parte da Fundação Leão XIII. Esta começou a funcionar em 1962, antes de eu ser nomeada. Quando cheguei já encontrei como presidente o Romeu Loures, indicado pelo Rafael de Almeida Magalhães. Ele tinha sido administrador regional de Campo Grande. Era um homem muito bom, correto, decente, mas muito lento. Para o seu lugar nomeei, por indicação do Veiga Brito, o Jorge Magalhães, arquiteto do quadro da antiga prefeitura do Distrito Federal, lotado na Sursan.

Qual era o grau de interferência do governador Carlos Lacerda em sua Secretaria?

Muito racional. Ele discutia comigo as linhas de atuação, como fazia com todos os secretários. Quando a nova Secretaria começou a funcionar, ele reuniu o secretariado e explicou: "Nessa Secretaria estão todos os problemas sociais importantes do Rio. É dela que vai sair a sinalização do que devemos fazer nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte coletivo. Quero que vocês entendam que a secretária Sandra vai precisar do apoio de todos e de cada um". Minha Secretaria, pois, tinha que trabalhar em completa harmonia com Saúde, Educação, Obras, Transporte, tudo.

Que eu me lembre, o governador Carlos Lacerda jamais interferiu na formação da minha equipe. Todos os meus auxiliares foram escolhidos por mim.

A favela de Brás de Pina tornou-se um paradigma político e habitacional. Houve resistência, porque uma parte dos moradores foi removida e outra ficou no terreno. Embora já tivesse deixado a Secretaria, a senhora acompanhou esse caso?

Acompanhei. Se não me engano, tudo aconteceu em dezembro de 64. A questão era a seguinte: uma parte da favela localizava-se num terreno federal. A outra, num terreno que pertencia a três proprietários. Quando ainda estava na Secretaria, desapropriei a parte particular e solicitei ao governo federal que nos entregasse a outra. O primeiro pedido, se não me falha a memória, eu o dirigi ao primeiro-ministro Tancredo Neves.²⁷ Ele encaminhou o problema, mas não teve êxito. O governo federal não queria nem ouvir falar no estado da Guanabara. Isto poderia beneficiar a candidatura do governador Carlos Lacerda à presidência da República. Quando o governador Negrão de Lima assumiu, em 1965, deve ter encontrado nossos projetos para Brás de Pina. Como ele era amigo do presidente Castelo Branco, conseguiu regularizar a situação e recebeu o terreno.

²⁷ Tancredo Neves foi primeiro-ministro entre setembro de 1961 e julho de 1962, durante a curta experiência parlamentarista brasileira (1961-1963).

O episódio da favela de Brás de Pina contribuiu para a derrota de Flexa Ribeiro à sucessão de Lacerda em outubro de 1965?

Não, não teve nenhuma influência. O governador Carlos Lacerda trabalhou muito bem durante os cinco anos de seu mandato. Fez tantas coisas para o Rio de Janeiro que até hoje a cidade vive às custas de seu governo. Construiu o novo sistema de água do Guandu, acabando com o suplício da seca na cidade. Concluiu o túnel Catumbi-Laranjeiras, que se arrastava há mais de 15 anos. Projetou toda a expansão da área suburbana, abrindo a avenida Radial Oeste e alargando e urbanizando a avenida Suburbana. Projetou e desapropriou as áreas para a Linha Verde, Azul, Vermelha e Amarela. Enfim, foram cinco anos de obras essenciais, decisivas e orientadoras, como foi o caso dos túneis Rebouças e Noel Rosa. Apesar disso tudo, sua maior obra se realizou no setor da educação. Ele recuperou todas as escolas, reformou dezenas e construiu mais de cem novas. Deu imenso valor ao magistério, que viveu, sob o seu governo, o seu melhor período. Quer do ponto de vista de qualificação, quer do ponto de vista de salário. As filas para matrículas na rede pública não aconteceram mais e o prestígio do seu secretário de Educação era tão grande que, após várias ponderações, ele foi escolhido para disputar a sua sucessão.

O professor Flexa Ribeiro fez uma campanha muito bem feita. É um grande erro imaginar que foi ele que perdeu a eleição. Acontece que, desde que Castelo Branco prorrogou o seu mandato, pondo de lado todos os compromissos assumidos com os que haviam liderado o movimento de março de 64, a figura de Carlos Lacerda passou a ser vista com animosidade. Era preciso derrotar o seu grupo na Guanabara. Foi o que eles fizeram, usando de todos os recursos e formas de pressão. Assim mesmo, a diferença entre o candidato do Planalto, o embaixador Negrão de Lima, e o professor Flexa, foi muito apertada.

Inventaram que até os moradores dos conjuntos de Vila Kennedy, Vila Esperança e Vila Aliança, revoltados com as remoções, teriam votado em massa contra o candidato de Carlos Lacerda. Mentira de pernas curtas. Naquela eleição, os moradores de lá ainda votavam em seus distritos de origem. Nem urnas funcionaram nos novos bairros...

O BNH foi criado para resolver o maior problema da vida das pessoas: a falta de um lugar para morar

O Banco Nacional da Habitação foi criado pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Por que a senhora aceitou fundar e presidir o BNH, a convite do presidente Castelo?

A idéia de implantar um sistema de habitação, para atender famílias de baixa renda, era um dos pontos mais importantes do programa do governador Carlos Lacerda, em sua campanha para presidente da República. Com base no êxito crescente da atuação da Secretaria de Serviços Sociais, tanto na construção de novas unidades, como na legalização de loteamentos, firmou-se entre nós a certeza de que, com *financiamentos racionais, à altura de suas capacidades, os trabalhadores e a classe média* teriam como realizar seu sonho da casa própria.

Infelizmente, o Brasil vivia um momento político muito crítico. Embora a Constituição de 1946 vedasse de forma muito clara a candidatura do senhor Leonel Brizola à presidência, porque ele era cunhado do presidente Jango, ele não se conformava e insistia. Jango, por sua vez, não concordava em deixar o cargo, para lhe abrir a possibilidade legal. Diante disso, ele conspirou com as conhecidas forças de esquerda, os sindicatos e os trabalhadores, e partiu para a tentativa de derrubada do regime. Durante meses, desde meados de 1963, o país foi tumultuado por greves e por arruaças.

Em março de 64, Brizola achou que era chegada a hora. Mas sua manobra deu errado. Marchas populares explodiram em todo o país, pedindo às Forças Armadas para que protegessem a Constituição e mantivessem a ordem. Foi exatamente o que acabou acontecendo.

Após a vitória espetacular da democracia, em 31 de março de 1964, no entanto, uma parte da massa trabalhadora continuava enganada, pensando que, com as fugas de Jango e Brizola, ninguém mais olharia pelos seus interesses. A gente sentia isso de modo muito forte, principalmente no Rio, nas áreas que sempre haviam sido ludibriadas e exploradas pelos demagogos populistas, da esquerda e da direita. Era preciso fazer alguma coisa. Mostrar a essa população, boa e iludida, que havia gente pensando em seu bem. Foi assim que o governador Carlos Lacerda concordou com a *minha sugestão de anteciparmos, já para o governo do marechal Castelo Branco*, o projeto de ser criado um Sistema Nacional de Habitação. A melhor maneira de conquistar-lhes a estima e a solidariedade seria executar um programa social que atendesse bem a um dos maiores problemas deste país, o da moradia. Além disso, salvaria as grandes metrópoles, que já estavam sendo intensamente favelizadas.

No dia 18 de abril, enviei ao presidente Castelo uma carta, na qual levantava esta bandeira e sugeria a implantação do Plano de Habitação. O marechal Castelo Branco era meu conhecido desde os meus 14 anos de idade, de modo que tomei esta liberdade, com pleno conhecimento do governador da Guanabara. O presidente Castelo Branco chamou o deputado Pedro Aleixo, líder na Câmara, o deputado Rondon Pacheco e o senador Mem de Sá, três amigos seus, e lhes pediu que lessem a carta e imaginassem o que poderia ser feito. Formou-se então, na Câmara dos Deputados, uma comissão para

elaborar aquele que seria o primeiro projeto de lei enviado pelo presidente Castelo ao Congresso. Chamada por eles, ajudei na elaboração do texto. O projeto de lei propunha a criação do Sistema Financeiro da Habitação e do Banco Nacional da Habitação, como seu agente. Em agosto, o projeto foi transformado em lei.

Durante esse tempo eu continuava no governo do estado da Guanabara. Foi quando o presidente Castelo me chamou e me convidou para presidir o Banco. Aceitei, depois de longa conversa com o governador Carlos Lacerda. Não havia qualquer problema entre eles. Assumi em 17 de outubro de 1964.

A senhora teve dificuldades com os ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Octávio Gouvêa de Bulhões, da Fazenda?

²⁸ Ver Roberto Campos, 1994.

Tive. Até hoje não me conformo com alterações e acréscimos feitos ao projeto original, lá no Congresso. Fui contra a criação das Sociedades de Crédito Imobiliário e das Associações de Poupança.²⁸ Nossa idéia original era que qualquer brasileiro pudesse chegar em qualquer banco, abrir uma caderneta de poupança dentro do novo sistema e obter o empréstimo sem complicações. Nos bancos, os gerentes conhecem bem cada cliente. Mas o ministro Roberto Campos fazia questão das tais Sociedades de Crédito e das Associações de Poupança. E foi assim que o projeto passou. Ele ficou aborrecido comigo porque, durante todo o tempo em que estive à frente do BNH, não regulamentei nenhuma das duas. No dia em que saí, a primeira coisa que aconteceu foi a sua regulamentação. Foram distribuídas 70 patentes de sociedades de crédito a pessoas conhecidas. O resto da história, todo mundo conhece; os fatos vieram mostrar que eu estava certa. É inegável que elas foram as maiores causadoras do fracasso do Sistema Financeiro da Habitação.

Existiria aí uma contradição entre o regime de contenção e austeridade, praticado pela dupla Campos-Bulhões, e uma política de subsídio à habitação popular?

É claro. Percebi logo essa contradição. Por conta disso o Sistema Financeiro da Habitação seria a única área da economia brasileira em que uma operação financeira poderia ser indexada de acordo com a inflação. Só. Seria uma área exclusiva. Mas, infelizmente, o governo prejudicou o nosso projeto, com o lançamento das ORTNs. Antes de lançarmos as letras imobiliárias, previstas na lei, eles furaram todo o nosso sistema.

O BNH de seus sonhos só se viabilizaria com Carlos Lacerda na presidência da República?

Não. Nunca houve esse entendimento de nossa parte. O BNH foi, de fato, uma oportunidade excepcional para resolver o problema de moradia. Nós tínhamos encontrado uma boa solução, aqui, na Guanabara. Não havia motivos para não repetir a experiência no resto do país. Se isso iria redundar em benefício para a imagem de Carlos Lacerda, tratava-se de uma consequência absolutamente lógica. Mas, jamais seria uma armação.

No começo, o BNH foi visto, tanto pelo ministro Roberto Campos como pelas lideranças, como um benefício importante para a imagem do próprio presidente Castelo.

Realmente, fez um bem enorme a ele. Até hoje tem gente falando bem dele por conta de ter podido comprar sua casa ou seu apartamento. As cooperativas foram o melhor meio para chegar a isso. No meu tempo, foi o sistema que melhor funcionou. A cooperativa era sempre uma iniciativa muito mais da comunidade do que do governo. Cada interessado ingressava num grupo, escolhia o terreno, escolhia o engenheiro, acompanhava a obra e fiscalizava tudo.

A Cooperativa nº 1, no Rio, construiu 10.200 apartamentos em 60 condomínios, em nove meses. É raro o dia em que não encontro uma pessoa que me diz: "D. Sandra, eu moro naquele condomínio lá de Vila Isabel, sabe qual é? Uma beleza". Pagavam tudo em oito anos, direitinho, sem complicação.

Portanto, era um benefício para a imagem do presidente Castelo Branco. Mas isso passava pela minha pessoa e, é claro, minha pessoa refletia obrigatoriamente a do governador Carlos Lacerda. Quando os adversários de sua candidatura começaram a perceber isso, tive os primeiros aborrecimentos no BNH. Na área do Planejamento e da Fazenda começaram a surgir os empecilhos que afetavam o nosso trabalho.

O BNH teve recursos para operar ou enfrentou dificuldades?

No meu tempo, tudo correu bem. O Banco tinha recursos próprios. E era muito dinheiro: 1% da folha de pagamento de todas as empresas do país. Isso era arrecadado pelo Banco do Brasil. Com esse dinheiro, fiz convênios com prefeituras e estados para as primeiras Cohabs e Cooperativas. As prefeituras entravam com uma parte, os estados entravam com outro tanto, e nossa responsabilidade era pelos empréstimos a fundo perdido, geralmente para a infra-estrutura dos serviços de saneamento. O BNH podia fazer isso porque tinha recursos próprios. No dia em que o ministro Roberto Campos e o ministro Bulhões determinaram que o BNH seria o administrador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, passando a ser remunerado por esta prestação de serviço, a fonte secou. O BNH nunca mais pôde subsidiar os mais pobres e entrou, ele também, no sistema de dinheiro caro que a inflação impunha ao país. Mas isto aconteceu depois que eu saí do BNH, como já disse antes. Inconformada com a prorrogação do mandato do presidente Castelo e com o cancelamento das eleições previstas para 1965, pedi demissão. Escrevi artigos e artigos, avisando: "O BNH não tem condição de sobreviver e atuar sem dispor de recursos próprios. Ao final de muita euforia, ele vai quebrar." Não deu outra.

Curiosamente, vários economistas afirmam que o BNH passou a nadar em dinheiro a partir do momento em que teve acesso aos recursos do FGTS.²⁹

²⁹ Ver por exemplo Roberto Campos, 1994.

É verdade. Assim que o FGTS começou a ser arrecadado, foi uma inundação de dinheiro. Iria durar pelo menos dois anos. Mas, infelizmente, era um dinheiro que, para emprestar, teria de ser bem mais caro. O tomador teria de remunerar o Fundo, o BNH, a sociedade de crédito ou a associação de poupança, o investidor, o empresário, o construtor, os arquitetos e engenheiros e o material de construção. Chegou a ser o dinheiro mais caro do país!

Com recursos próprios, o BNH teria continuado a ser um banco de segunda linha, maravilhoso. Não teria de cobrar de volta, com tanta remuneração, aquilo que em-

prestasse. Não deixaria de aplicar em áreas carentes, pois podia até, se quisesse, emprestar a fundo perdido. Os juros seriam calculados em função das condições dos tomadores, garantindo a política social do BNH. Como gerente do FGTS, ele passou a ser um banco a mais, sem espaços e cheio de limitações. Financeiramente correto, mas socialmente morto. Foi exatamente o que aconteceu. Dava para enxergar isso. Não sou economista, mas não sou tola.

O BNH entrou em parafuso, porque emprestava dinheiro para grupos de amigos

Em 11 de novembro de 1965 a senhora se demitiu da presidência do BNH...

³⁰ As eleições para presidente da República passaram a ser indiretas a partir do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Pedi demissão quando o presidente Castelo tomou aquela decisão de acabar com as eleições diretas para presidente.³⁰ Com isso, a candidatura do governador Carlos Lacerda estava liquidada e, por muito tempo, eu nem imaginava quanto, o país voltaria a ser comandado por um poder não escolhido pelo povo, livremente. Escrevi ao presidente uma dura carta, que me custou muito, pois eu gostava dele. Depois, reuni minha diretoria e disse: "Estou saindo por uma razão política. Vocês não são políticos. Por favor, fiquem! Senão, vem aí um maluco qualquer e vai acabar com nosso Banco. Eu estou saindo porque não estou de acordo com o AI-2, não aceito que o Carlos Lacerda não possa sequer disputar a presidência da República. Já engoli muitos sapos, porém agora não dá mais. Estou indo embora. Mas, por favor, fiquem!" Não houve jeito; assinaram uma carta de solidariedade, saíram todos. Até mesmo alguns, que eram amigos pessoais do ministro Roberto Campos, como o extraordinário dr. Arnaldo Blank.

Até novembro de 1965, quando deixei a presidência, o BNH tinha implantado mais de 50 Cohabs pelo país. E estava estimulando ao máximo as cooperativas, que vinham dando muito certo. A partir do momento em que uma delas se organizava e obtinha registro no órgão que representava o BNH na sua cidade, a cooperativa passava a ser dona do seu destino. Eram eles, os cooperativados, que escolhiam o terreno, escolhiam uma empresa para fazer o projeto, encarregavam-se de fiscalizar as compras de material, para sair o metro quadrado mais barato possível. Assim se constituíram cerca de quatro mil cooperativas.

Esse modelo é praticado no mundo inteiro. Nunca inventei a roda e me nego a fazer isso até hoje. Essas cooperativas foram feitas para fixar a noção de que não é preciso depender só do Estado para fazer as coisas. O Estado tem que dar o dinheiro, para dar o pontapé inicial, mas as pessoas são responsáveis. Se amanhã a parede rachar, foram elas que não fiscalizaram direito a obra.

Quando meu substituto, ministro **Nascimento Silva**, assumiu, ele vinha com ordens de fazer uma devassa na minha desastrada administração. Ele mesmo me informou disso. Disse-lhe que, por mim, tudo bem. Estava tão tranqüila que ia sair para merecidas férias. Quando retornei, encontrei uma beleza de carta, na qual ele me contava que, tendo examinado tudo, de alto a baixo, não haviam encontrado uma vírgula fora do lugar.

Quando o dr. Nascimento Silva assumiu o Ministério do Trabalho, o ministro Roberto Campos indicou o dr. Mário Trindade, que era homem de sua confiança, para

Luís Gonzaga do Nascimento e Silva nasceu em 24 de janeiro de 1915, em Minas Gerais. Bacharel em Direito, foi chefe do departamento jurídico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de 1957 a 1961. De 1964 a 1965 foi consultor jurídico do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica e, em 1964, delegado governamental em missão enviada à União Soviética. Em 1965 assumiu a presidência do Banco Nacional de Habitação (BNH), que passou por inúmeras reformulações. Em 27 de julho de 1966 assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social, onde permaneceu até 15 de março de 1967. De 1º de julho de 1974 à 15 de março de 1979 foi titular do recém criado Ministério da Previdência e Assistência Social (agora separado do Ministério do Trabalho). Ver DH8B, 1984.

presidir o BNH. O novo diretor da Carteira de Cooperativas, o empresário João Fortes, resolveu mexer no sistema, criando o mal afamado INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais). Foi um erro colossal.

A função dele era, supostamente, a de orientar as Cooperativas Habitacionais, mas, na realidade, ele passou a ter o direito de fazer aquilo que era responsabilidade das próprias cooperativas. Com o correr do tempo, montaram-se dezenas de esquemas lá dentro. Escolhas de terrenos, de construtoras, de engenheiros, de arquitetos, de fornecedores, de materiais de construção. Só que eles não sugeriam, impunham. Ou compra esse terreno aqui, ou não tem financiamento. Ou constrói com fulano, ou não tem dinheiro... Um horror! Parece que muita gente saiu de lá milionária.

Foi assim que o BNH começou a entrar em parafuso, porque emprestava dinheiro para grupos de amigos. Sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança, cooperativas falsas, mercado de hipotecas, todos trabalhando com o dinheiro que era do FGTS e tinha de ser corretamente remunerado. As suntuosas sedes, no Rio e em outras cidades. Falido, teve que ser extinto. Mas o rombo ficou.

E quando isto aconteceu, espantaram-se todos porque a minha voz não se levantou em sua defesa. Muitos funcionários me xingaram bastante. Eu respondi: "Não posso defender apenas uma sigla. Poderia defender uma idéia e uma instituição; a idéia original não existe mais, acabou, e atualmente a instituição é uma das coisas mais podres que conheço!"

Em 1967, o presidente Castelo passou o governo ao general Costa e Silva. O novo ministro do Interior, o general Albuquerque Lima, criou a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio. A CHISAM tinha como objetivo centralizar a política de favelas para a Guanabara e o estado do Rio, com poderes maiores do que os do governo estadual. Esse grupo provocou uma grande retomada na área da construção civil, partindo para a edificação de dezenas de prédios de apartamentos populares, em vários conjuntos. Utilizaram com fartura os muitos terrenos federais existentes no Rio.

Por todo o subúrbio do Rio de Janeiro, eles espalharam esses conjuntos, onde acomodaram a população de mais de 37 favelas da cidade. Atuaram também em Niterói e na Baixada. Num caso, pelo menos, cometeram uma ação terrível: tocaram fogo na favela da Praia do Pinto – está provado que tocaram fogo –, tiraram os moradores de lá, em plena madrugada, e depois entregaram toda a área para cinco cooperativas de militares, que construíram a Selva de Pedra. É até um bairro razoável, jeitoso. Com uma boa solução arquitetônica. Uma parte da imprensa e dos chamados pesquisadores brasilianistas joga este episódio, até hoje, em nossas costas. A pesquisadora Lícia Valladares, por exemplo, acata todas essas versões. Um de seus livros chama-se *Passa-se esta casa*; ali ela afirma que as pessoas removidas ficavam um tempinho nas novas casas e logo passavam-nas adiante.³¹ Ora, basta ir à Vila Kennedy, à Vila Aliança ou à Vila Esperança para ver que mais de 80% dos moradores originais ainda estão lá. Quer dizer, ela lança um dado falso, mas que virou dado mundial.

Ao se reassentar um favelado em outro local, busca-se, para ele, uma promoção social. Dois excelentes trabalhos acadêmicos, que tratam desse assunto, trouxeram um grande consolo para mim. O primeiro é uma tese de doutorado em arquitetura da professora da UFRJ, Paula Nader, sobre a Vila Kennedy, 30 anos depois. Ah! Lavei a

³¹ Lícia Valladares, 1980

minha alma! Nem sabia que ela estava fazendo isso. E, engraçado, ela só me procurou quando terminou o trabalho. A idéia da tese era mostrar o erro colossal que foi a remoção e a construção da Vila Kennedy. Aliás, é o que dizem todos esses livros que saem por aí, só que não provam, não é? A professora Nader se surpreendeu com o que encontrou. O segundo trabalho, do professor Júlio Rodrigues, é uma tese, defendida na Sorbonne e aprovada com nota máxima, sobre "a promoção social alcançada pelos processos de reassentamento." Atualmente, a terceira geração de moradores da Vila Kennedy está na universidade. Isso é que é promoção social, o resto é conversa fiada.

Nos anos 70, os políticos chaguistas transferiram para a Cohab a mentalidade da bica d'água, do poste de luz

No plano estadual, o governo Negrão de Lima foi o recordista em reassentamentos de favelas: 33 foram removidas, contra 27 do governo Carlos Lacerda, apesar da atuação da Codesco, que defendia a permanência dos favelados.³²

³² Os dados constam do livro de Lícia Valadares, 1980.

O erro da Codesco foi generalizar. Erro, aliás, que vem sendo cometido por todas as administrações no Rio e no país. Acontece que favela não pode ter tratamento uniforme. Cada uma tem uma história diferente, topografia distinta, clima próprio e uma composição de pessoas inteiramente diversa. Há favelas ricas e outras muito pobres. Há os aspectos de risco. Há os casos de invasão de áreas de preservação. Tudo isso tem que ser levado em conta. Não se pode simplesmente dizer: "Todas vão ficar ou todas vão sair". É a maior burrice que já ouvi na vida. Isso eu tive oportunidade de dizer ao pessoal da Codesco, numa reunião a que fui chamada, já no governo Negrão de Lima.

A secretária dos Serviços Sociais, à qual estava submetida a Codesco, era a He-loísa Dunshee de Abranches, sobrinha da condessa Pereira Carneiro, do *Jornal do Brasil*. Mas quem mandava de fato era o professor José Arthur Rios. O diplomata Marcílio Marques Moreira, amigo da família Dunshee de Abranches, também estava na Codesco. Para eles, o governo federal entregou a outra parte do terreno que resolveria o problema da favela de Brás de Pina. Bastava fazer os arruamentos, implantar as redes de esgoto, água e luz e remanejar as famílias. Seria feita uma outra Vila Kennedy, na beira da avenida Brasil. Mas, não conseguiram legalizar a transferência, não sei por que, e a coisa foi se arrastando.

Havia lá, para atrapalhar, um religioso basco, o padre Artola, que era uma figura! Era da mesma linha do professor Rios. Ignoro quem criou a lenda de que a favela de Brás de Pina foi a primeira a ser urbanizada e que, graças a ela, a guerra contra a remoção foi vitoriosa. Essa foi a novela que inventaram. Mas não houve nada disso. Simplesmente, a favela não saiu dali porque eles não tiveram competência para legalizar e usar o terreno. Até hoje, isso é o mais doloroso, ninguém tem a titulação de propriedade em ordem. Fizeram malfeito, deixaram as ruas desalinhadas, não entenderam que havia um espaço maior, para dar mais conforto e para as casas poderem aumentar, depois.

Resultado: Brás de Pina é um dos piores exemplos de urbanização de favelas. Nós fizemos muito melhor. O resultado final na Vila Vintém e na Vila da Penha é infinitamente melhor.

O governador Negrão de Lima ficou paralisado pela incapacidade da Codesco. A decisão da secretária Heloísa Dunshee de Abranches era firme: só urbanização. Mas acontece que nem isso eles faziam! Era discurso sobre discurso, mas não urbanizavam nada! Foi um vexame esse período. As favelas só fizeram crescer, principalmente com a notícia da urbanização.

Nos anos 70, o problema habitacional passou a incluir também os conjuntos habitacionais. E a Cohab transformou-se em instrumento de política clientelista?

Não é bem assim. A política dos conjuntos já tinha sido praticada pela CHISAM, que era federal. Foi a partir do governador Chagas Freitas que as Cohabs do estado do Rio se lançaram nesse projeto. Graças a essa política eleitoreira e demagógica surgiram figuras como os deputados Miro Teixeira, Sandra Salim e alguns outros. Os novos conjuntos substituíram os antigos currais eleitorais. A cidade era mapeada da seguinte maneira: em cada conjunto, era feita a distribuição dos votos para os integrantes da chapa do grupo do governador. Aqui fulano vai ter 335 votos, aqui sicrano vai ter 260, aqui beltrano vai ter 150. Eram uns 15 nomes, distribuídos pelos conjuntos. No mais, a propaganda ficava inteiramente centrada no famoso cabeça de chapa. Graças ao voto proporcional – essa vergonha, que ainda está aí – o eleito em primeiro lugar puxava o resto. Toda essa manobra era realizada às custas daquele eleitor carente, que ficara na mão deles. Hoje não, graças a Deus, a cabeça das pessoas melhorou muito. Democracia é um negócio que, quando funciona, a turma aprende.

Entre 1970 e 1974 o número de favelas saltou de 162 para 283. Não se poderia encará-las não como problema, mas como solução?

Favela não é problema, nem solução. A favela é sempre o final infeliz de um processo errado de instalação urbana e de um processo, ainda mais errado, de trabalho no meio rural. A favela, para mim, era a solução dramática que algumas pessoas tinham encontrado para sobreviver na cidade grande. Esse esforço deles era e é digno de todo o respeito. Não é fácil a vida deles. Construir uma moradia relativamente segura. Morar sempre bem longe do trabalho. Acordar cedo e pegar um transporte penoso. Manter tudo razoavelmente limpo. Brigar pela escola dos filhos. E, nos dias de hoje, tentar impedir que o traficante consiga aliciá-los, é uma tarefa impressionante. A favela nunca me incomodou do ponto de vista estético. A favela ao lado não incomoda por tais motivos. O que incomoda é ver as pessoas tendo que viver daquela forma, sem participação real nas vantagens de uma cidade urbanizada.

Minha postura sempre foi de solidariedade e vontade de ajudar. Desde 1955, quando fui vereadora, engajei-me em projetos de promoção social para a população favelada. Eu achava, e ainda acho, que um dos maiores causadores de favelas é o sistema de transporte de massa. Fui relatora do projeto do metrô, naquela ocasião. Não há favelas nas cidades bem servidas de metrô – falo de favelas como as nossas. Existem os guetos, mas isso é outra história. Eles se formam em qualquer sociedade, como uma doença. Não é o caso do nosso favelado. Ele é rigorosamente igual aos demais

moradores da cidade. É gente como a gente, com os mesmos defeitos e qualidades. A diferença está no sofrimento de ter que morar daquele jeito.

As favelas do meu tempo na Secretaria de Serviços Sociais eram muito diferentes das de hoje. Aquele caráter transitório e precário do barraco, acabou. Quando o governador Brizola permitiu que as construções pudessem ser em alvenaria, em 1983, houve uma revolução. Essa permissão, aliás, só existe no Rio. Esse é um dado que as pessoas devem levar em conta. A alvenaria mudou o morro. Não há barraco de madeira, zinco ou papelão. Só se vê tijolo e telha. A urbanização não tem mais nada a ver com isso. Peguem a Rocinha, por exemplo: a única coisa que se pode urbanizar lá é o próprio favelado. Como? Oferecendo-lhe a mesma prestação de serviços públicos que qualquer pessoa encontra nas áreas legais.

A senhora participou da elaboração do programa Favela-Bairro?

Não, porque só entrei para o governo César Maia em 1995. Mas o projeto Favela-Bairro não traz nenhuma novidade. Não inventou a roda. Mas teve o mérito de repetir as boas experiências que haviam sido feitas no governo Carlos Lacerda, nas favelas menores. Eram pequenas intervenções urbanas, como a abertura de uma via de acesso para um carro de polícia, uma ambulância, um socorro de bombeiros, um caminhão de lixo ou de entregas e, também, de um coche funerário. Às vezes, uma escadinha segura para os dias de chuva. Colocando água, luz e telefone, e alguns serviços públicos, aquela comunidade já tinha um tratamento mais cidadão.

O prefeito César Maia encontrou mais dificuldades do que nós, porque tudo já está construído em alvenaria. O Favela-Bairro se preocupou mais em dar a esse favelado, que já construiu sua casa em alvenaria, a chance de ter água, pagar pela luz, pelo gás, pelo esgoto. E, resolvendo os casos de titularidade, pagar o IPTU. Enquanto a titularidade não estiver legalizada, existem outros caminhos. Uma de minhas sugestões, imediatamente aceita, foi a seguinte: já que eles não possuem titulação, devem organizar uma associação que, como pessoa jurídica, contrata os serviços públicos ou privados e paga as contas da comunidade. Mas não é nenhuma novidade; a novidade foi fazer o projeto e levá-lo adiante.

Foi assim que no governo Carlos Lacerda fizemos a primeira escadinha segura do Pavão-Pavãozinho, com corrimão para as pessoas poderem subir e descer com segurança. Fizemos intervenções na Mangueira, no Borel, no morro do Formiga, em uma porção de lugares.

Que pontos de convergência e de divergência existem entre a política de reassentamento dos favelados praticada pelo governo Lacerda e o programa Favela-Bairro, praticado pelos prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde, a partir de 1993?

Ambos partilham a visão de que é preciso dar melhores condições de vida àquelas pessoas; a visão de que a favela não é um problema, as pessoas é que têm problemas nas favelas; a visão de que temos que resolver esses problemas para eles, porque a solução de vida que eles encontraram foi aquela.

Do meu ponto de vista, a solução tem que incluir transporte de massa decente e um sistema de crédito habitacional ao alcance do bolso das pessoas. No dia que tivermos isso no Brasil, não haverá novas favelas para urbanizar. Eu tentei de todo jeito que o governo federal entendesse a importância de uma linha de metrô atravessando a avenida Brasil, indo da praça Mauá até Itaguaí. A maioria de nossas grandes favelas se situa nesse eixo urbano. Doxiadis observava que há duas maneiras de medir a distância entre a sua casa e seu trabalho: ou em quilômetros ou em tempo. Aquela estação do Estácio, por exemplo, permite que os funcionários da prefeitura venham todos de metrô; nenhum vem mais de automóvel ou de ônibus, como antes; faz uma diferença enorme. As pessoas não sentem mais que moram distantes, porque o metrô as deixa no centro da cidade, ou mesmo em Botafogo. A Linha Amarela também fez isso. Encurtou distâncias? Não. Encurtou tempo.

Considero a questão do transporte de massas uma tragédia em nosso país. As empresas estatais se entupiram de funcionários, o governo ficou sendo o árbitro demagógico dos preços, não se importou com os custos e não conseguiu ter lucro de espécie alguma para fazer novos investimentos. Basta ver como acabou a Central do Brasil e como o metrô acabaria, se não fosse privatizado. Sou inteiramente a favor da privatização. Acho que o poder público tem que investir o melhor que puder nessas coisas, mas a execução do serviço tem que ser feita por um grupo a quem o Estado amanhã possa dizer: "Vá embora". E isso ele não faz com sua própria gente.

Que dificuldades de relacionamento entre as entidades da Federação contribuem para a demora da solução dos problemas urbanos, como o transporte de massas, por exemplo?

Essa questão é fundamental. O conceito de município precisa ser revisto. Qualquer pessoa que more no Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Magé, ou até mesmo Petrópolis, se sente um habitante de uma mesma região metropolitana, com problemas absolutamente integrados.

Por exemplo, se uma linha de metrô atravessasse a ponte Rio-Niterói e chegasse até Rio Bonito, o problema de moradia de um monte de gente estaria resolvido, drenando para outras áreas as populações que se adensaram de forma insensata no miolo da cidade do Rio. Isto provocaria, certamente, o fim de favelas desnecessárias, tanto no Rio quanto na periferia.

Que perspectivas a senhora vê para os problemas urbanos do Rio de Janeiro?

Na Constituinte de 1987-88 apresentei, junto com vários companheiros, uma proposta de divisão do exercício do poder no Brasil. Aos tradicionais níveis federal, estadual e municipal, somaríamos um, o metropolitano. Mas o Ibam entendeu a proposta como uma tentativa de acabar com os municípios. E montou um gigantesco lobby municipalista. Juntou todos os prefeitos do país e baixou em Brasília, alegando que éramos contra o município. O Brasil é um país de gente que não pára para pensar.

Infelizmente não fomos compreendidos e as coisas chegaram agora a verdadeiros impasses. Doxiadis dizia que era muito difícil resolver problemas que extrapolam os limites do município onde se formam, sem ter qualquer jurisdição que permita ir além deles. Nossa idéia era a de constituição de conselhos e câmaras metropolitanas, que coordenassem a solução daqueles problemas que são comuns às áreas que compõem uma metrópole. No mundo inteiro há organismos assim. Paris, por exemplo, tem um conselho que junta a grande cidade e todos municípios à sua volta. Londres também tem esta estrutura. Mas aqui, no Brasil, nem pensar.

Esses líderes são muito curiosos. Constróem Brasília sem rede de esgoto, sem metrô e sem bonde. Urbanizam a Barra da Tijuca sem um projeto de transporte coletivo nem rede de esgoto. Desculpem, mas não dá para engolir. Se tudo continuar na mão desses nossos “geniais” urbanistas-desenhistas, estamos fritos. O último urbanista digno do nome que passou por aqui e deixou alguma idéia consistente foi o Doxiadis. Depois dele, não teve mais ninguém.

Mas o prefeito Luiz Paulo Conde, não foi um prefeito-urbanista?

Como traço dominante, não. Ele foi antes de mais nada um ótimo administrador. Participou como arquiteto-urbanista no governo de César Maia. No seu, cumpriu quase todo o projeto que herdou do César Maia, teve essa fidelidade. A meu ver, ele entende que a questão principal – isso já discutimos várias vezes – inclui necessariamente o transporte de massas. Somos um município-chave, cercado de outros municípios por todos os lados, que, por sua vez, também são cercados por outros municípios... Não estamos conseguindo sequer resolver o problema crucial de um novo aterro sanitário. O de Gramacho, em Caxias, está no fim. Existe uma proposta privada, para uma área enorme, em Saracuruna, que atende a todos os requisitos. O lixo vai poder ir por barcaça, não ficará mais atravessando as ruas em caminhões. Pois até agora ninguém conseguiu se entender. Uns concordam, outros não. A Comlurb torce o nariz, porque é uma estatal e fica com medo de perder o monopólio sobre o transporte do lixo. É muito difícil. As pessoas não têm generosidade para abrir mão de uma expectativa de poder.

O fato é que cabe ao prefeito resolver o problema do lixo em seu município. É assim que está na lei. Mas, e se você depende de uma área que está em outro? Está escrito que você manda naquele município, mas na verdade, a segurança não é por sua conta, para o lixo você depende do município vizinho, para o metrô é preciso usar o governo federal, e assim por diante.

A posição conciliadora, assumida pelo prefeito Conde, de tentar se relacionar cordialmente com o governo do estado e com o governo federal, com o BID, e até com o Papa, teve muito a ver com o seu temperamento, mas não tem apoio legal. Esse é o erro do municipalismo excessivo. Quando um município cresce, extrapola, invade o vizinho e acaba com áreas verdes que existiam entre ele e o outro, é porque ambos já deixaram de ser apenas municípios. Se o morador pega uma rua, anda nela, sai de um

- O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 60

município e entra no outro sem perceber, é porque dois municípios já deixaram de ser unidades independentes; estão numa conversa de surdos, e surdos esclerosados. Não poderemos mais fugir dessa discussão por muito tempo. O destino do Rio de Janeiro vai se *alterar significativamente* quando se equacionar essa questão metropolitana.

■





40

Carlos Nelson Ferreira dos Santos,
década de 1980.

O arquiteto que virou antropólogo: Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Depoimentos de

**Maria Laís Pereira da Silva
Isabel Cristina Eiras
Diogo Lordello de Mello**

Maria Laís Pereira da Silva

Maria Laís Pereira da Silva é socióloga e urbanista. Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, mestre em Planejamento Urbano pela COPPE-UFRJ e doutoranda em Geografia pela UFRJ. Trabalhou com Carlos Nelson Ferreira dos Santos no Centro de Pesquisas Urbanas do Ibam de 1976 a 1989 desenvolvendo estudos nas áreas de habitação e urbanismo.

A entrevista foi concedida no dia 29 de agosto de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi.

Carlos Nelson foi dos primeiros a reconhecer que os favelados têm suas prioridades simbólicas

Fale-nos sobre Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

É muito difícil, já que se trata de uma pessoa extremamente polêmica e pioneira, e isso aparece muito no que ele escreveu na época. Muita coisa do que hoje se escreve, do que hoje falam os urbanistas, já aparecia nos textos do Carlos Nelson. Há poucos dias, um professor da UFF estava lendo textos seus para um trabalho e me disse: "O Carlos Nelson foi o primeiro pós-modernista do Rio de Janeiro". Certamente é verdadeiro porque, tanto na ação quanto na teoria, ele fez a crítica ao modernismo. Carlos Nelson se dizia um prático teórico ou um teórico prático.

O que significa isto?

Ele afirmava que existia um grande divórcio entre teoria e prática, desde a Revolução Industrial. Esses modelos, que passaram para o urbanismo, eram totalizantes, utópicos, idealizados. Quando as pessoas iam atuar como urbanistas, faziam-no a partir de uma teoria, não da realidade. Carlos Nelson tem, inclusive, uma frase a respeito: "Afinal, modelos são bons porque servem para pensar. Todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos podem e devem ser sonhos; porém, quando viram regras incontornáveis transformam-se em pesadelos. Aí, o melhor a fazer é acordar". Isto ele escreveu no artigo "Enredos e cidades: uma história antiga e uns ensinamentos recentes", de 1984.³³ Em suma, esse é um primeiro marco de seu pensamento: aproximar teoria e prática, o mundo, a vida nas cidades.

³³ Todos os trabalhos (publicados) de Carlos Nelson Ferreira dos Santos estão listados na bibliografia, no final deste volume.

³⁴ Gilberto Velho (org.) 1980.

A Ação Popular foi criada em 1962 com o objetivo de contribuir para a transformação radical da sociedade brasileira na transição para o socialismo. Após a fundação, conquistou a presidência da UNE com Vinicius Caldeira Brandt, fortalecendo sua posição no movimento estudantil. Sua atuação provocou reações da Igreja Católica, que afirmava que a organização não representava o pensamento cristão, e condenava suas alianças com movimentos de ideologia marxista. Após o golpe militar de 1964, a AP passou a preparar quadros para a revolução, dividindo-se entre o humanismo cristão, base ideológica de boa parte dos militantes, e os princípios maoístas, que preconizavam a incorporação de militantes ao trabalho no campo e nas fábricas. Em 1972 os setores maoístas foram incorporados ao PC do B, e o restante dos militantes alterou o nome da organização para Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A repressão atingiu fortemente a AP, sobretudo em 1972 e 1973, quando a maioria de seus membros, incluindo a direção, foi presa, morta ou exilada. Ver DHBB, 1984.

Quando Carlos Nelson começou a ser interessar por urbanismo?

Ainda na faculdade. Numa coletânea organizada em livro pelo antropólogo Gilberto Velho, *O desafio da cidade*, Carlos Nelson assina um artigo muito esclarecedor, em que ele conta como um arquiteto virou antropólogo;³⁴ começa dizendo que, na faculdade, ele era um estudante do seu tempo, no início dos anos 60.

A senhora foi sua contemporânea?

Sim, mas sou socióloga de formação. O curso de arquitetura dura cinco anos, e o de sociologia, quatro; formamo-nos juntos. O Carlos engajou-se na JUC, a Juventude Universitária Católica, organização do movimento estudantil. Acho que chegou a participar da AP, mais como simpatizante. Na época, os estudantes preocupavam-se com a realidade brasileira, e isso se contrapunha aos ensinamentos da faculdade, extremamente tradicionalistas. No artigo que citei, ele conta que participou de um jornal chamado *Arquitetura e Realidade*, começou a se ligar à prática e chegou às favelas,

problema importante, na época. Em suma, ingressou no urbanismo através da favela; seu interesse pelo assunto começou bem antes do projeto de Brás de Pina, que foi em 6B.

Antes de ser contratado pelo Ibam, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Carlos Nelson trabalhou em algum escritório de arquitetura?

Ele montou um escritório chamado Quadra com outros três colegas – os nomes são importantes, porque o grupo Quadra viria a ter um enorme peso: Sylvia Wanderley, que morreu recentemente; **Rogério Aroeira Neves**, pessoa interessantíssima, e Sueli de Azevedo, que foi da prefeitura do Rio. Acho que Fernando Casério, já falecido, também integrava o grupo. Esse grupo de jovens arquitetos começou a trabalhar com áreas pobres, favelas, e foi chamado para assessorar a Federação das Favelas do Estado da Guanabara, a Fafeg – não consigo identificar no Rio de Janeiro outro grupo de profissionais que tenha assessorado movimentos sociais naquela época. E foi através dessa assessoria à Fafeg que eles entraram em Brás de Pina, ou seja, foi através da assessoria a um movimento social que eles entraram no campo da experimentação de uma nova forma de urbanização. Isso foi pioneiro.

Isto ocorreu durante o governo Negrão de Lima, não é?

Sim. O governo Lacerda tinha feito muita pressão para remover a favela de Brás de Pina, mas foi durante o governo Negrão de Lima, seu sucessor, que foi criada a Codesco, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades. Sílvio Ferraz foi o responsável pela Codesco para o projeto de urbanização de Brás de Pina. Havia ainda uma arquiteta, Gilda Blank, que também trabalhou no projeto; ingressou no BNH e atualmente está na Caixa Econômica Federal, ou seja, milita até hoje na área habitacional.

Brás de Pina foi uma experiência-modelo?

Ah sim, foi um marco na história das políticas habitacionais, sobretudo porque se contrapôs a uma tendência autoritária, de erradicação de favelas. Desde a década de 30 já se falava em urbanização e melhorias nas favelas, mas a maneira como foi levado adiante o projeto é que era extremamente inovadora.

Carlos Nelson e o grupo Quadra chegaram a atuar na Codesco?

Eles foram absorvidos. Essa história toda está contada em detalhes num livro fundamental do Carlos Nelson, *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Ali estão descritos os três casos: Brás de Pina, Catumbi e Morro Azul, e é possível perceber a forma inovadora de urbanização. Acho que nesse livro ele começou a formular algumas idéias sobre o que são os pobres e os favelados.

Rogério Dias Costa Aroeira Neves (1939-2002) formou-se em arquitetura na UFRJ em 1964 e logo no ano seguinte seguiu para Louvain (Bélgica) para fazer pós-graduação em urbanismo. Nesse período uniu-se a colegas de faculdade (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sueli de Azevedo e Sylvia Wanderley), fundando a Quadra – escritório de arquitetura que se tornou famoso pelos projetos inovadores de intervenção urbana em favelas. Aroeira foi também um excelente fotógrafo, sendo o responsável pelos registros do grupo. Quando a Quadra foi desfeita, ingressou no antigo BNH, mais tarde incorporado à CEF. Apesar de não ter trabalhos publicados divulgando suas idéias, seus colegas de área sempre ressaltaram seu espírito crítico e independência teórica, indicando a influência que exerceu em sua geração.

Que idéias inovadoras eram essas?

O Carlos Nelson fez uma importante inversão no tratamento vigente nas pesquisas sobre pobres e favelados: primeiro, transformou-os de objeto em sujeito do trabalho de pesquisa. Segundo, passou a dar aos investimentos feitos pelos moradores nas favelas importância do ponto de vista patrimonial e arquitetônico. Terceiro, reconheceu que os favelados sabem o que querem, têm suas prioridades inclusive simbólicas; isso é fundamental no seu pensamento.

Do ponto de vista da forma de urbanização, o que havia de novo no projeto?

Uma influência importante para toda a nossa geração, minha e do Carlos Nelson, foi John Turner, arquiteto e urbanista que desenvolveu durante anos um trabalho nas *barriadas* de Lima, no Peru, e divulgou a perspectiva do urbanismo “de baixo para cima”, ou seja, a partir dos moradores.³⁵ Desenvolveu, inclusive, uma importante teoria relacionando estágios da urbanização e fases da vida, relações que os habitantes desenvolvem com o espaço e sua situação social. John Turner esteve no Rio de Janeiro em 1968 e foi levado a visitar conjuntos habitacionais e favelas; na ocasião, pronunciou uma frase que ficou famosa: “Mostraram-me soluções que são problemas e problemas que são soluções”. A frase transformou-se numa espécie de bandeira para combater a erradicação de favelas.

No caso de Brás de Pina é importante destacar, entre outros aspectos, que os próprios moradores desenhavam os projetos de melhoria de suas casas. Os arquitetos apenas aconselhavam: “É melhor botar a porta para lá, e a janela para cá”. Em suma, adaptavam a partir de alguns padrões.

Existe material arquivado sobre esse projeto? Plantas, desenhos...?

O material existe. Aliás, esse é um outro capítulo: o acervo do Carlos Nelson. Parte dele está no Ibm e parte levei para a UFF; nele estão fotos, plantas, desenhos... Acho que muita coisa ficou com a Sylvia Wanderley, que faleceu recentemente, em 2000; Isabel Cristina Eiras também ficou com alguma coisa, que eu me lembro, os originais dos livros. Isabel e eu ficamos de procurar os filhos da Sylvia para ver se podemos juntar todo esse material, principalmente da experiência fundamental de Brás de Pina.

Cada livro do Carlos Nelson coroa uma fase de sua atividade

A obra de Carlos Nelson mostra uma lenta, mas constante, evolução em direção à antropologia.

É importante recordar seus livros, porque eles coroa cada fase de sua vida intelectual e profissional. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, originalmente sua

³⁵ Ver John Turner, “Barriers and Channels for Housing Development in Modernizing Countries”, *Journal of Aip*, v.33, 1967 e “Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras”, *Revista Arquitetura*, 1968.

dissertação de mestrado, corresponde a uma fase em que ele está envolvido com os movimentos sociais, com a urbanização das favelas; é quando ele começa a discutir quem é realmente o morador de favela, a partir da definição do que é ser “um pobre favelado”.

Já a tese de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, *Formações metropolitanas no Brasil: mecanismos estruturantes*, é sobre a formação das regiões metropolitanas; o Carlos começa a discutir a metrópole e a articulação entre núcleo e periferia. Essa tese representa um momento de sistematização final de um ciclo de seu pensamento. Uma das primeiras sistematizações neste novo campo está presente em um artigo que considero muito importante: “Velhas novidades na urbanização brasileira”, publicado em coletânea organizada pela Lícia Valladares.³⁶ Ali, pela primeira vez, ele articula melhor o mecanismo da relação entre núcleo e periferia na urbanização brasileira, procurou entender como cresce a periferia através de uma equação do custo social *versus* o custo econômico – lembro que ele escrevia esta equação no quadro-negro. O Carlos Nelson dizia: “No modelo metropolitano brasileiro, a periferia se forma quando o custo social começa a ficar altíssimo, tendendo para o infinito, enquanto o custo econômico tende para zero. O loteamento é colocado à venda sem infra-estrutura, muitas vezes em locais inóspitos, sem transporte etc. Isto significa, para a população que o ocupa, um alto custo social; em compensação, seu preço é baixo. À medida que o morador constrói – às vezes junto com o loteador – e pressiona o poder público para obter melhorias, há o início da ‘inversão da equação’. Aí, as pessoas começam a vender suas casas e se transferem para outro lugar, indo formar uma nova periferia”. É muito bonito como formulação e, se não me engano, foi nesse artigo que ele enunciou mais claramente essa idéia do mecanismo de dependência núcleo-periferia.

³⁶ Lícia Valladares, 1980.

O mestrado em antropologia no Museu Nacional apareceu, então, como um caminho natural?

Inteiramente. Foi justamente a partir da experiência em Brás de Pina. O Carlos já tinha o olhar antropológico – aliás, ele relata tudo isso no artigo “Quando um arquiteto vira antropólogo”, publicado no livro do Gilberto Velho, já citado. Era um conhecimento que ele não obtinha nas macroteorias. No Museu ele foi aluno do Anthony Leeds, um antropólogo que fez, junto com a esposa, Elizabeth Leeds, um importante trabalho no Rio de Janeiro, mas seu orientador de tese foi o Gilberto Velho.³⁷ O Carlos Nelson também tinha muito respeito intelectual pelo Luís Antônio Machado, que trabalhou com ele na Codesco.

³⁷ Estes professores estavam trabalhando sobre a cidade nos anos 70 e publicaram pesquisas e ensaios a respeito. Ver Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, 1978; Gilberto Velho, 1973 e Gilberto Velho (org), 1980.

Quando Carlos Nelson vai para o Ibam?

O Centro de Pesquisas Urbanas é de 68, e ele foi contratado em 72 ou 73, não sei ao certo. Ana Maria Brasileiro ainda era a chefe do Centro de Pesquisas Urbanas, e em 75 ou 76 ele a substituiu. Em meados de 1976, quando fui me informar sobre o primeiro trabalho que faria para o Ibam, sobre o metrô, ele ainda era técnico, mas quando fui finalmente fazer o trabalho, no final de 1976, ele já era o chefe do CPU.



A tese sobre formação e funcionamento das periferias surge junto com trabalhos do Ibam; o Carlos Nelson fez até vários trabalhos para a Finep sobre o assunto, que acabaram virando uma trilogia de estudos sobre o tema e que existem na biblioteca do Ibam. O primeiro enfocava a ótica da população – esse ele desenvolve mais na tese de doutorado – e os outros dois indagavam como a periferia se forma, a partir da ótica dos empresários e da ação pública, isto é, do Estado. Se eu não me engano, estes dois últimos foram coordenados por Isabel Eiras de Oliveira. Esses três estudos formam um relevante conjunto da compreensão da política urbana no Brasil.

Quem eram seus interlocutores? Quem eram seus adversários intelectuais?

No CPU do Ibam não havia muita disputa, pois ele, de certa forma, o controlava; havia um grande respeito por seu trabalho – lembro do Carlos Nelson andando pelos corredores e dizendo: “Agora vou ver como está o meu latifúndio”. Essa imagem se espalhava no restante do Ibam. Sempre que eu encontrava um dos diretores, ele me perguntava: “Como vai o feudo do Carlos?” Ele exercia um domínio muito grande, era uma personalidade muito forte. Isto fazia parte de suas contradições. O Carlos era polêmico: ou você o odiava ou o amava.

É importante mencionar que, dentro do Ibam, seu grande interlocutor era o diretor executivo, Diogo Lordello de Mello; ambos tinham grande afinidade. Discutiam bastante, mas o professor Lordello o respeitava muito, e por isso o Carlos mantinha o equilíbrio dentro do Ibam. Cleuler Loyola de Barros, que substituiu o professor Lordello, também aprendeu a respeitá-lo.

A equipe do Centro de Pesquisas Urbanas era numerosa?

Depende da época, porque o Ibam “inchava ou emagrecia”, conforme a existência ou não de projetos. Muita gente passou por lá: Luís César Queirós, Paulo Fernando Cavaliere, Maurício de Abreu, Maria Tereza Lobo, Olga Bronstein. O Centro foi um importante celeiro de pessoas que pensavam a questão urbana no Rio de Janeiro, um nome respeitável na área. Lá foram realizados trabalhos muito importantes, não só em dimensão como em inovação, no campo do urbanismo.

Apesar de Carlos Nelson ter pensado muito a cidade do Rio de Janeiro e ter trabalhado em periferias cariocas com o escritório Quadra, no Ibam era muito pequena a articulação com o poder público do Rio. Por quê?

A formulação e a implementação da política urbana passava-se muito dentro da esfera federal; e a prefeitura do Rio já tinha um núcleo de planejamento vindo de épocas anteriores. O Ibam fazia grandes convênios com órgãos federais; a Sarem, do Ministério do Interior, por exemplo, cobria parte das demandas dos municípios, e outra parte era coberta pelo BNH. Em suma, trabalhamos muito para prefeituras fora do Rio de Janeiro; na Baixada Fluminense, por exemplo, lembro de trabalhos liderados pela Lélia e o Eduardo Mendes de Vasconcelos.

Um dos trabalhos de que mais gostei de participar foi com Furnas. Foi impressionante, porque o Carlos Nelson conseguiu “vender” para a empresa a idéia de que ela tinha que fazer observação participante para avaliar os impactos na área que ia inundar. O antropólogo Arnaldo Chaim fez o trabalho de campo em São Sebastião do Paraíba, e eu fiz aqui no Rio várias entrevistas na diretoria de planejamento de Furnas; depois isso foi entregue à empresa como um trabalho de avaliação das implicações da inundação de um município no estado do Rio de Janeiro. E foi um trabalho muito importante; o Carlos Nelson conseguiu que uma estatal patrocinasse um trabalho de avaliação com método antropológico, e dizia uma série de coisas que nos anos 80 ninguém gostava de ouvir, evidentemente.

A senhora nos disse algumas vezes que Carlos Nelson era muito polêmico. Quem o criticava?

Sobretudo alguns marxistas, porque ele se contrapunha ao esquema macroteórico tradicional de visão da cidade e começa a recuperar autores não marxistas, como Max Weber, ou marxistas mais flexíveis. Mas o meio acadêmico de esquerda o contestava muito. Carlos Nelson teve grandes debates em seminários e conferências com Milton Santos, com Paul Singer, entre outros. Muito interessante foi um grande debate ocorrido no I Encontro Nacional para a criação da Anpur, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, em 1983; me parece que alguns acadêmicos não queriam aceitar o Ibam como membro da Anpur, e isto deu margem a muitas críticas e mágoas recíprocas.

Em um de seus escritos, Carlos Nelson diz que achava curioso porque estudava o mesmo lugar mas chegava a conclusões completamente diferentes das de outros pesquisadores. Toda a discussão com o pessoal de São Paulo, por exemplo, tinha a ver com as periferias; alguns as interpretavam como expressões de uma super-exploração do trabalho. Nesse quadro de subsistência, a casa só tinha o valor de uso. Já o Carlos interpretava de forma distinta: sabia que havia um sistema capitalista, uma exploração do trabalho, mas para o pobre a casa tinha também um valor econômico; ou seja, não só valor de uso mas valor de troca, algo que podia ser transacionado no mercado com possibilidade de lucro. Assim, o pobre construía sua casa para abrigo e eventualmente para o mercado.

O Carlos Nelson apresentava a questão pelo ângulo do consumo e não pelo ângulo da produção, e isso mudava completamente a perspectiva de análise. Isso fazia parte daquela inversão que ele começou a fazer, em que os pobres passaram a ser tratados como sujeitos, fazendo parte de uma sociedade e partilhando os valores dessa sociedade. Portanto, sua crítica a alguns acadêmicos apontava para o fato de eles não perceberem o que realmente estava acontecendo, não viam os pobres como sujeitos da transformação de uma desvantagem em vantagem, desconheciam como efetivamente se davam as relações sociais. Esse foi um atrito que marcou época.

Mas no Centro de Pesquisas Urbanas não havia debate, não é?

O Carlos Nelson era uma pessoa muitas vezes autoritária, tinha essa contradição: um grande *feeling* democrático e de justiça junto com um viés que se mostrava autoritário. No Centro, todos os trabalhos eram lidos e discutidos por ele, não saía nada sem sua leitura – senti uma grande diferença depois de sua morte, em 1989. Ele era o interlocutor teórico e prático de todo mundo, sugeria alterações de redação, perguntava, criticava. Obsessivo, fazia controle de qualidade; se achava bom, divulgava, mesmo sem concordar muito. Fazia parte de suas contradições. Acabou formando as pessoas, deixando uma marca.

O desenvolvimento urbano municipal tinha que ser viabilizado a partir das necessidades locais

Carlos Nelson participou dos cursos de especialização oferecidos pelo Ibam?

Dava alguns módulos, mas não coordenava; os cursos eram dados pela Ensur, a Escola Nacional de Serviços Urbanos. Em geral, as pessoas gostavam muito. O Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal, o Cemum, por exemplo, foi importantíssimo para a área do urbanismo, pois tratava de metodologia e projetos de desenvolvimento urbano. Foi iniciado pelo **Hélio Modesto** e pela Adina Mera, uma urbanista argentina, figura muito importante; os dois tinham uma perspectiva de voltar o desenvolvimento urbano para os municípios, para uma visão local.

Um importante teórico dessa metodologia de conhecimento para o desenvolvimento das cidades era o Francisco Whitaker Ferreira, que tinha toda uma discussão sobre como realizar trabalhos locais, dentro do planejamento urbano. Nos anos 60, esse era um campo em que atuava o Serfau, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, do governo federal; os municípios eram absolutamente dependentes do poder central. Então, a proposta, muito cara aos objetivos do Ibam, era a de viabilizar o desenvolvimento urbano municipal a partir das necessidades locais.

Essa visão era defendida pelo Hélio Modesto e a Adina Mera, que criaram o Cemum, um curso de especialização que durava oito meses. Alguns módulos eram aulas teóricas dadas no Rio de Janeiro, e para isso eram chamadas pessoas que trabalhavam com infra-estrutura e urbanização em geral; depois os alunos passavam três meses num município e tinham que elaborar um plano de desenvolvimento com viabilidade econômica, social e política. À época em que eu fiz o curso, isto era muito delicado, pois estávamos em pleno governo Médici, 1972, 73; era, no mínimo, suspeito, chegar no município para fazer um plano de desenvolvimento.

Os coordenadores desses cursos do Cemum eram pessoas com visão local; João Carlos Serran, Marcos Mayerhofer Rissin e Alexandre Carlos de Albuquerque Santos, além da própria Adina Mera, foram alguns dos coordenadores do Cemum.

O arquiteto **Hélio Modesto** (1921-1980) formou-se em 1946 e fez curso de urbanismo em Londres (1949-51). Funcionário municipal, chefiou o Serviço de Planejamento da Fundação da Casa Popular (1952) e o escritório técnico, pelo lado brasileiro, de elaboração do Plano Doxiadis (1963-65); participou da Comissão Nacional de Localização da Nova Capital (1955), da Comissão de Planejamento do Aterro do Flamengo e da equipe do PUB-Rio (1978). Trabalhou no projeto da Sagmacs para as favelas do Rio de Janeiro. Professor de urbanismo da FAU-UFRJ, deu também cursos de urbanismo e de planejamento urbano no Ibam. Participou de órgãos de classe dos arquitetos, do IAB, do Clube de Engenharia. Foi consultor, assessor, professor de cursos no Ibam e autor do projeto de sua sede. Ver Maria Cristina da Silva Lerne (coord.), 1999.

Qual era a clientela desses cursos?

Em geral, funcionários das prefeituras, muita gente de outros estados. A Ensur tinha essa função: capacitação das prefeituras. Havia aulas de administração pública, orçamento, cadastro, e a parte mais pragmática, de ensinar como lidar com os instrumentos de gestão do município. O Ibam sempre esteve voltado para o município, a capacitação do poder público local. Eu mesma era funcionária do estado e fui fazer o Cemum; era muito ligada ao Hélio Modesto, com quem iniciei minha relação com o urbanismo.

Hélio Modesto fez parte do grupo que foi estudar urbanismo no exterior?

Sim. O Hélio estudou em Londres com um grande urbanista chamado Johnson Marshall, que era da Universidade de Edimburgo, na Escócia, escola que foi referência fundamental para várias gerações de urbanistas. Já a história da Adina Mera só conheço de livro. Sei que era uma mulher lindíssima, tinha sido modelo na Argentina; alta, bonita, supercriativa. Veio para o Brasil e se interessou em estudar urbanismo; fez o curso da UFRJ e se tornou urbanista, junto com esse grupo do Hélio Modesto e do Hélio Marinho. Foi esse grupo que iniciou a institucionalização do planejamento no poder público. Essa história eu só conheço de livros. Muitos urbanistas de hoje passaram pelo Ibam, como Marlice Azevedo, diretora da Escola de Urbanismo da UFF, que cursou o Cemum e depois foi para a França.

Foram essas as pessoas que levaram adiante a institucionalização do planejamento urbano. O Ibam foi um núcleo de agregação dessas idéias no início dos anos 70, além de ter dado algumas crias importantes: em São Paulo, gente que passou pelo Ibam, como a Clementina D'Ambrósio e outros, criou um órgão do governo estadual ligado à administração e ao desenvolvimento local dos municípios; na Universidade do Brasil, desde a década de 50 existia o curso de urbanismo, feito pela Adina Mera e pelo Hélio Modesto. Outro nicho importante era a Secretaria de Planejamento do estado da Guanabara, onde estavam os Hélios, como eram conhecidos: Hélio Modesto e Hélio Marinho, assim como Iedo Pitanguy e Lígia Oliveira. A partir de 1975, depois da fusão da Guanabara com o estado do Rio, parte desse grupo formou o núcleo de planejamento urbano na prefeitura do Rio de Janeiro.

Carlos Nelson também foi professor na Universidade Federal Fluminense, não é?

Foi. O curso da UFF está fazendo 30 anos; surgiu como Departamento de Arquitetura e Urbanismo dentro da Escola de Engenharia da UFF e depois tornou-se independente. O Carlos Nelson entrou depois de sua criação, substituindo Marlene Fernandes; ajudou a firmar o curso, junto com Afonso Accorsi, Marlice Azevedo e outros,

e ficou como professor quase até o final da vida. Sua tese de concurso para professor titular deu origem ao livro *A cidade como um jogo de cartas*.

O que representou esta tese no conjunto de sua obra?

Naquele estudo, como de outras vezes, o Carlos Nelson mostrou sua capacidade de aliar reflexão e atuação prática; a própria tese nasceu de um plano elaborado no Ibam para seis municípios de Roraima. Ele já vinha pensando uma série de coisas a respeito das cidades; afastou-se um pouco dos problemas do loteamento, da periferia e começou a discutir a própria intervenção na cidade: o que é um plano diretor, o que é intervenção urbana. O trabalho, liderado por ele, foi realizado por uma equipe composta por Alberto Lopes, Maurício Kleiman, entre outros. O Carlos começa a pensar na vida da cidade como um jogo; para jogar é preciso conhecer as regras. O resultado é muito interessante, porque traduz as regras urbanísticas para todos: o prefeito e a população. O projeto tinha a intenção de ser objetivo e pedagógico, isto é, ensinar a população a “jogar o jogo da cidade”, as regras que regem os diferentes jogadores. O Carlos Nelson começa a juntar a visão do que seria a intervenção urbana com o que estava se passando nas cidades brasileiras; isto é que vai culminar no *A cidade como um jogo de cartas*.

Foi seu último livro?

Sim. Depois só escreveu artigos. Seu último artigo tem apenas três ou quatro páginas e foi publicado na *Revista de Administração Municipal*, cinco meses antes de sua morte em julho de 1989. Chama-se “Planos e diretores” e é muito simples, porque quando foi chegando ao final da vida, o Carlos Nelson foi simplificando cada vez mais seu pensamento, fruto de uma trajetória teórica e prática altamente sofisticada. No fim, ele começou a pensar em projetos localizados de intervenção urbana – por isso o classificam de pós-modernista. Suas idéias lembram um pouco o atual programa Rio Cidade.

Ele dizia: “Num país como o Brasil, qualquer coisa que se faça para melhorar, é ótimo para a cidade; assim, devemos fazer coisas que potencializem o que existe. Não se deve pensar em grandes esquemas, grandes planos. E mesmo que se tenha uma idéia do que vai ocorrer, vai sempre acontecer diferente; sempre haverá uma nova e diferente síntese. E a cidade é feita de sínteses. Na hora em que se mexe nela, outras sínteses surgem.” Essa era a sua visão!

Que leitura atualizada se pode fazer do pensamento de Carlos Nelson?

Esta leitura da intervenção urbana, hoje predominante, já era parte de suas preocupações. O Carlos Nelson entendia que a cidade pode ser vista por várias óticas; a cidade é esse conjunto, essa multiplicidade de óticas, e é isso que faz com que seja realmente uma cidade.

Pode-se considerar o Programa Favela-Bairro um “filhote” das idéias de Carlos Nelson?

Em parte sim, mas no final da vida o Carlos Nelson estava trabalhando muito mais com planejamento e intervenção urbanística do que com a favela, por isso mencionei o Rio Cidade. Mas concordo que a concepção do Favela-Bairro é próxima das idéias do Carlos.

O prefeito Luiz Paulo Conde e seu secretário de Habitação, Sérgio Magalhães, referem-se aos livros de Carlos Nelson?

Já vi referências do Sérgio Magalhães a respeito, principalmente à questão da cultura, do lado simbólico, coisa de que o Carlos Nelson falava muito. Foi na antropologia que ele encontrou esse lado da importância da representação, do simbólico como um elemento de identificação da cidade. Mas, para mim, quem primeiro iniciou a redescoberta da importância do pensamento de Carlos Nelson foi Ermínia Maricato, quando era secretária de Habitação do governo Luiza Erundina em São Paulo. Ela veio ao Rio para um seminário e falou do Carlos Nelson, da experiência de Brás de Pina e como estava sendo importante para o seu trabalho. Nesta ocasião, aliás, estava presente na platéia, entre outros representantes dos movimentos sociais, o padre Artola, um catalão, figura central em Brás de Pina. Ele reagiu contra, já que fora um dos que se sentiram ameaçados pela atuação do Carlos Nelson. Outro que sempre se referiu ao Carlos Nelson, fora do pequeno grupo de estudiosos da cidade e urbanistas, foi o João Carlos Sampaio, que foi prefeito de Niterói entre 1993 e 1997.

Atualmente, estou muito satisfeita porque há um *revival* do pensamento de Carlos Nelson. A Lícia Valladares recuperou Carlos Nelson e vem falando publicamente de sua importância; pesquisando no Urbandata, constatou que ele foi o autor que mais escreveu sobre favelas – e as pessoas não dizem nada a respeito.³⁸

O Carlos Nelson era realmente uma pessoa polêmica. Era capaz, por exemplo, de dizer desaforos em público para alguém, num debate. Lembro da visita do Manuel Castells ao Brasil; o Carlos estava no auge de sua crítica ao Castells, que ele considerava formalista. O Castells dizia que não havia uma cultura urbana, enquanto ele dizia o contrário, que o urbano tinha uma especificidade cultural. Houve um grande seminário na ABI, e chamaram o Carlos Nelson para compor a mesa com o Castells; ele foi, disse uma frase malcriada e foi embora. Ficou todo mundo pasmo. Quer dizer, era uma pessoa capaz de dizer as piores na frente do sujeito, por isso suscitou muita hostilidade. Acho que isto explica um pouco esse esquecimento, esse ostracismo. Só agora se começa a falar novamente em Carlos Nelson.

Mas era também uma pessoa extremamente interessante. Por exemplo, apesar de ter brigas fantásticas com pessoas do BNH, ele conseguiu convencer o Banco a contratar o CPU do Ibm para fazer uma grande pesquisa de avaliação dos conjuntos habitacionais. Foi um trabalho de dois anos, em que ele conseguiu introduzir a

³⁸ Banco de dados de informações sobre pesquisa urbana no Brasil, o Urbandata reúne dados bibliográficos sobre produção científica, instituições de planejamento urbano e pesquisadores do Brasil urbano. Ver [website](#) na Bibliografia.

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1942) é, desde 1979, catedrático de sociologia e planejamento urbano e regional na Universidade de Berkeley, Califórnia. Foi professor na École Pratique des Hautes Études em Sciences Sociales em Paris, trabalhou em centros universitários em Madri, Barcelona e foi professor visitante em 15 universidades da América Latina. Publicou 20 livros traduzidos em várias línguas. Entre seus livros publicados no Brasil, encontra-se *Cidade, democracia e socialismo* (RJ, Paz e Terra, 1980), obra fundamental para todos os que se dedicam aos estudos urbanos.

metodologia que queria, ao lado da metodologia desejada pelo Departamento de Pesquisa do BNH. O Carlos Nelson brigou, brigou e conseguiu. Apesar de alguns atritos extremamente sérios, ele tinha uma tremenda capacidade de trabalho e conseguia o reconhecimento das pessoas. Elas diziam: "Vamos deixá-lo fazer, porque vai sair um bom trabalho". Considero isso o máximo de respeito.

Isabel Cristina Eiras

Isabel Cristina Eiras de Oliveira é arquiteta e urbanista. Docente da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, *mestre em Geografia pela UFRJ* e doutoranda na mesma área e universidade. Foi monitora de disciplinas ministradas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF (1977-1979) e trabalhou com Carlos Nelson no Centro de Pesquisas Urbanas do Ibam (1977-1989). Coordena o projeto de edição e publicação de trabalhos de Carlos Nelson, sob o título de *Viver e pensar a cidade*, e foi supervisora editorial do livro *A cidade como um jogo de cartas*, do mesmo autor.

A entrevista foi concedida no dia 18 de setembro de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi.

Muitos alunos vinham assistir às aulas daquele professor tão especial e interessante

Fale-nos sobre seus primeiros contatos com Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

Conheci Carlos Nelson em 1975, no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF, onde fui sua aluna. Ficamos próximos por uma circunstância especial: minha turma teve o privilégio de tê-lo como professor em três disciplinas seguidas, na área de teoria da arquitetura e de urbanismo; o curso estava se montando, e não havia muitos professores.

Logo no primeiro semestre em que fui sua aluna, fiquei apaixonada. Claro, era uma figura apaixonante! As aulas eram incríveis, muitos alunos vinham assistir às aulas daquele professor tão especial e interessante. Nessa ocasião, ele me falou que estava dando aulas na pós-graduação da UFRJ, mas na UFF era sua primeira experiência na graduação; talvez por isso as aulas fossem tão densas e interessantes.

Já naquela época comecei a atuar como monitora, colaborando com ele ao longo do semestre nas coisas que eram necessárias, na produção de textos. Ainda não havia máquina xerox na universidade, então eu conseguia que alguém datilografasse em *stencil*, e depois reproduzia para toda a turma. No final de 1976, Carlos Nelson me chamou para trabalhar no Ibam como sua estagiária; ele tinha acabado de assumir a direção do Centro de Pesquisas Urbanas. Quando cheguei ao Instituto, no início de 1977, ele reuniu todos os técnicos do CPU e disse: "Quero apresentar a vocês a Isabel. Estão todos proibidos de pedir qualquer coisa a ela, pois ela veio para cá para trabalhar comigo". Aí foi aquele mal-estar, aquela situação desconfortável, especialmente para mim.

Mas, por conta disso, nossos laços foram se estreitando. Era uma convivência intensa na UFF e no Ibam, o que permitiu a criação de um clima de camaradagem muito forte entre nós. Para mim, foram inúmeras descobertas quotidianas, primeiro, porque ele atuava e desenvolvia seu trabalho em cima de questões que muito me preocupavam como estudante de um curso de arquitetura e urbanismo, especificamente a discussão e as proposições para áreas ocupadas por favelas. Segundo, porque ele sempre estimulava ou introduzia problemas novos. Um deles foi proposto pelos próprios alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF, especificamente pela minha turma. Em certa ocasião lhe dissemos: "Você vive falando de pobreza, de favela. Em nenhum momento você toca no assunto dos loteamentos, que têm pobreza tão grande quanto nas favelas".

Foi assim que na UFF, nós, estudantes, começamos a desenvolver um trabalho de pesquisa em loteamentos na periferia da cidade, estimulados pelo professor Carlos Nelson. Até então, ninguém, ao menos que eu saiba, tinha se dedicado a estudar esse problema em profundidade, procurando entender o processo em curso, conhecer sua dinâmica. A turma foi dividida em grupos responsáveis por temas como cortiços e cabeças-de-porco, edifício Barata Ribeiro nº 200 (na época), loteamentos periféricos, favelas, moradores de rua.

Na mesma época, também no Ibam, se desenvolvia extensa pesquisa sobre a habitação dos pobres. Especificamente, os conjuntos habitacionais estavam sendo estudados com critérios de análise bastante diversificados e com a realização de múltiplos

levantamentos. Esse foi um trabalho longo e cuidadoso, que durou dois anos e resultou em dez volumes sobre os conjuntos habitacionais. Paralelamente, outra pesquisa de caráter etnográfico se desenvolvia buscando estudar os loteamentos periféricos. Em suma, houve uma confluência de estudos sobre a temática da habitação popular; no Ibam o estudo era vinculado ao BNH, que financiava a pesquisa sobre os conjuntos habitacionais, o próprio CPU-Ibam desenvolvia a pesquisa de caráter etnográfico; enquanto isso, na UFF, os alunos há algum tempo já se dedicavam aos loteamentos periféricos, o que, logicamente, era uma coisa mais livre, realizada por estudantes de graduação.

Isso nos levou, na pesquisa da UFF, a um loteamento singular, que até hoje é muitas vezes lembrado: o Jardim Catarina, em São Gonçalo, um imenso loteamento com 30 mil lotes. Estudando sua planta e a partir de várias entrevistas pudemos identificar a estratégia daquele empresário imobiliário e com outras pesquisas descobrimos que era uma estratégia bastante comum aos que atuavam na oferta de lotes na periferia. Posteriormente, já nos anos oitenta, Carlos Nelson utilizou o Jardim Catarina como caso em estudo que resultou em sua tese de doutorado.

Que estratégia era essa?

Uma delas era começar pela venda da parte considerada o *filé mignon* daquelas terras, próximo às vias de circulação e, portanto, do transporte; ali, também com a chegada dos novos e primeiros moradores, se estruturava o núcleo básico de comércio e serviços que serviria a esta população original. Depois, o loteador passava a vender lotes mais distantes, obrigando o poder público a fornecer infra-estrutura, por demanda dos próprios moradores. Assim, o empresário imobiliário ia conseguindo vender aos poucos estes lotes mais distantes e de menor qualidade, reservando o restante do *filé mignon* para ser vendido por último, por preços maiores e inacreditáveis, enquanto o poder público arcava com a implantação dos serviços necessários, sem qualquer ônus para o empresário imobiliário.

Isso foi muito interessante para nós, estudantes; ali demos os primeiros passos para tentar compreender a complexidade que cerca a atuação dos empresários imobiliários na periferia. E foi isso que levou, depois, a um trabalho mais profundo e específico sobre o Jardim Catarina, tratando da população moradora em loteamentos periféricos, depois a uma pesquisa sobre a atuação do poder público relativa aos loteamentos e, ainda, a outro trabalho sobre a atuação dos empresários imobiliários na periferia metropolitana – esta trilogia foi realizada pelo CPU-Ibam, com recursos da Finep.

Carlos Nelson tinha a capacidade de integrar profissionais de várias áreas

Já na UFF Carlos Nelson tinha uma abordagem multidisciplinar?

Sim, e era exatamente isso o que fascinava nos seus cursos; sua abordagem era completamente diferente, ele atuava de maneira peculiar e os conteúdos e os métodos eram bem distintos dos apresentados pelos demais professores ao ensinarem. Ele era

uma figura muito especial, pois além de transmitir seu conhecimento como arquiteto e urbanista, aprofundava seu próprio conhecimento em outras áreas. Considero que uma forte característica sua era a capacidade de integrar profissionais de várias áreas; com ele aprendi os benefícios da convivência estreita com sociólogos, geógrafos, antropólogos, advogados, economistas, administradores, além, é claro, do trabalho com outros arquitetos e urbanistas.

Era muito importante ainda a forma como ele tratava os temas e estimulava os alunos a perseguirem novos conhecimentos. Minha turma era insuportável; brigávamos com todos os professores – era típico da época – porque cobrávamos deles o estrito cumprimento do programa e sempre queríamos saber um pouco mais, aprofundar certos temas, ter acesso a determinados textos referenciais. Mas com o Carlos Nelson era diferente: ele podia romper a ementa que ninguém se importava, estava todo mundo completamente inebriado, porque ele trazia muita novidade na abordagem, nos conteúdos, além do estímulo que propiciava.

Por exemplo?

Os textos que ele apresentava: alucinados, mas muito atuais. Textos de fácil digestão, sobre coisas que estavam acontecendo. Ele trabalhava sempre com a atualidade, não recuperava apenas aqueles textos antigos, como alguns professores que sempre permaneciam ligados ao passado. Carlos Nelson trabalhava com o que estava acontecendo aqui e agora, ainda que eventualmente fosse necessário voltar atrás no tempo. A discussão que se travava em suas aulas sobre a apropriação do espaço, a forma como a população vivia, as demandas que apresentava, municiava enormemente os projetos que estavam sendo estudados nas demais disciplinas do curso. Considero extremamente importante sua contribuição de apresentar o aqui e agora e de estimular a pesquisa junto aos estudantes. O trabalho desenvolvido não decorria apenas das leituras realizadas; o mais forte era a pesquisa de campo, os relatórios preparados sobre o que víamos na escala 1:1. E ele ia trazendo também o que estava aprendendo lá no Museu Nacional: o registro de cunho etnográfico, o contato mais estreito e relaxado com o entrevistado, roteiros abertos.

Que leituras ele trazia do Museu Nacional?

Um pouco mais de orientação sobre comportamento no trabalho de campo. Ele dizia: “Vocês não podem chegar lá e fazer assim e assim; vocês têm que se comportar assim e assado.” Levava muitos artigos de jornal, discursos dos empresários imobiliários – naquela época, um dos principais porta-vozes era Moacyr Gomes de Almeida –, além de pesquisas do próprio BNH e as que se desenvolviam no Ibam. Distribuíamos também sua própria produção, às vezes textos inéditos, que discutíamos; trabalhos de outros profissionais, seus colegas. E era uma excitação! Todo mundo ia a campo sábado e domingo, ninguém reclamava, os alunos achavam aquilo tudo ótimo. Nas aulas recuperávamos as dificuldades que tínhamos enfrentado no campo, e ele dizia: “Vocês não pensaram na hipótese de fazer diferente?” Era uma troca permanente, e a gente aprendia fazendo, com os nossos erros. Hoje reconheço plenamente o valor pedagógico do erro.

Era um professor severo?

Criou fama de severo, mas na verdade não era. Divertia-se muito fazendo esse papel, mas dali a pouco era novamente o professor completamente envolvido, amigo, mas também inquieto. Não tinha um padrão fixo de comportamento. Outra coisa bem interessante é que tínhamos aulas muito avançadas para os padrões da época; sentávamos em círculo, cada um olhando para o outro. Sob o ponto de vista pedagógico, o trabalho dele era muito inovador. Mas, ao mesmo tempo, havia provas, que ele rubricava uma a uma – para impedir que alguém colasse, trouxesse pronto de casa. Então, era possível ver a convivência entre tradição e inovação. Por tudo isso, Carlos Nelson foi parainfo de várias turmas, além da minha. Será sempre uma referência para mim.

Enquanto dava aulas na UFF, ele estava escrevendo a tese de mestrado?

Sim, mas sua tese concentrou-se mais na questão dos movimentos sociais e enfocou a análise de três casos em que ele teve intensa participação como profissional arquiteto e urbanista: Brás de Pina, Morro Azul e Catumbi.

Ele discutia com os alunos?

Sim. Sempre discussões acaloradas, densas, instigantes e sinceras. Como disse, o trabalho se desenvolvia a partir do que estava acontecendo aqui e agora. Nós chegamos ao estudo da cidade através do estudo do bairro do Catumbi. Ali foi possível observar a ação do poder público, que em nome de um discurso de progresso, da modernidade, agiu contra a vontade daquela população, e o alto custo desse progresso, foi pago pelos moradores. Foi um pouco por esse caminho que aprofundamos a discussão sobre a cidade. Saímos da parte para o todo.

A multidisciplinaridade foi a marca da passagem de Carlos Nelson pelo Ibam

Nessa época, o Ibam também já era um centro interdisciplinar?

O Centro de Pesquisas Urbanas tinha outro caráter antes de Carlos Nelson assumir a direção e mudar o tom dos trabalhos. Suas inquietações levaram à composição de equipes e à formulação de propostas dentro de uma visão mais integradora, assim como à busca de recursos que garantissem a implementação das propostas e o desenvolvimento dos trabalhos. Talvez por sua inquietude, talvez pela experiência anterior de ter realizado trabalho pioneiro junto às favelas com uma equipe só de arquitetos e urbanistas, Carlos Nelson passou a defender a constituição de equipes multidisciplinares. Também já tinha tido uma experiência de trabalho junto à Codesco, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, que reunia profissionais de diferentes áreas.

Essa multidisciplinaridade, penso, marcou a nova estrutura montada no CPU-Ibam; todos os trabalhos lá desenvolvidos tinham uma característica muito inovadora, exatamente porque a presença de profissionais de várias áreas impedia que se ficasse na

mesmice arquitetônica e urbanística e possibilitava a produção integrada de conhecimento. Carlos Nelson gostava de desenvolver pesquisas, mas estava sempre interessado em resultados concretos.

A cada possibilidade de um novo trabalho, ele reunia tudo o que já tinha sido produzido lá e avançava mais um pouco; isto pode ser notado em todos os artigos que escreveu. Ainda não existia computador, e era possível observar que em cada novo artigo Carlos Nelson acrescentava uma idéia nova, em função da temática que estava abordando; botava uma pitada de novidade. No artigo seguinte ele já trabalhava em cima dessa novidade, e assim ia. Essa é a sensação que tenho hoje, quando penso nos trabalhos que foram desenvolvidos durante o tempo em que convivi com ele no Ibam, entre 1977 e sua morte, em 1989.

Na época, o Ibam oferecia plenas condições para o desenvolvimento do trabalho do Carlos Nelson, pois permitia a realização de pesquisas extremamente inovadoras, mas fornecia também um campo concreto de atuação junto a prefeituras.

Exatamente. E, a partir desses trabalhos de maior monta, envolvendo grandes agências de fomento, é que se buscava manter na instituição uma linha própria de pesquisas urbanas. Por exemplo, no final dos anos 70, quando se realizou o grande trabalho para o BNH, foi também elaborado um estudo específico de cunho etnográfico nos loteamentos da região metropolitana do Rio, em Nova Iguaçu, São João de Meriti e em São Gonçalo, sobretudo. Estes estudos serviram de base para outros, sobre periferias de grandes cidades brasileiras, em que se observou que os fenômenos eram extremamente parecidos. O Rio tornou-se referência permanente nos trabalhos de Carlos Nelson, não só sobre favelas, como também sobre a apropriação periférica, sobre o planejamento municipal, sobre a evolução urbana, sobre a legislação urbanística, dentre inúmeras outras abordagens.

Estes trabalhos estão publicados na *Revista de Administração Municipal*?

Não, mas todos os trabalhos desenvolvidos durante sua coordenação estão disponíveis na biblioteca do Ibam. Tratam do Jardim Catarina, São Gonçalo, Itaboraí, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, basicamente essa periferia metropolitana mais próxima. Lembro que quando o Carlos Nelson estava fazendo a dissertação de mestrado, voltei a Brás de Pina, ainda como sua estagiária, para atualizar os dados e para ver o que tinha acontecido desde a realização do projeto de urbanização, no final dos anos 60 – dez anos depois, mais ou menos.

Você acompanhou de perto toda essa produção? A dissertação de mestrado, a tese de doutorado, a tese de professor titular na UFF?

Claro, e ajudei na montagem e estruturação de todas elas. Muitas vezes Carlos Nelson me chamava, me mostrava um novo texto e perguntava: "O que você acha?". Eu dava palpites. Às vezes, era preciso uma informação extra que requeria um levantamento de dados, e eu ia atrás.



Brás de Pina, 1978.
Dez anos depois da urbanização.

Carlos Nelson tinha enorme capacidade de polemizar: duelava com Manuel Castells e com Milton Santos

Em *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, livro que resultou de sua tese de mestrado, percebe-se uma grande virulência contra o sociólogo Manuel Castells.

Ele estava possesso com o Castells. Naquele momento, Manuel Castells começa a falar uma série de coisas e vira o queridinho da intelectualidade. Castells é assim mesmo: você ama, daqui a pouco começa a não gostar muito, aí ele entra na terceira fase, e você volta a amar, daí a pouco... Muitos profissionais se referem ao "velho" Castells, ao "novo" Castells, ao "novíssimo" Castells.

A briga do Carlos Nelson era com o velho Castells, daquele famoso livro sobre os movimentos sociais. Ele ficava possesso, primeiro, por causa dessa idéia de que tudo o que vem de fora é o certo, o correto, o bom, desprezando o que estava sendo produzido aqui. Muita coisa interessante estava sendo feita no Brasil, e isso não era considerado; tudo o que o Castells dizia era o máximo! Na dissertação, o Carlos Nelson começou a mostrar que as afirmações do Castells não se aplicavam ao Rio de Janeiro; algumas delas, que eu classificaria como bombásticas, não se adequavam à realidade carioca. Na hora em que percebeu isso, ele ficou muito feliz em poder contestar o Castells, que era a estrela da hora. O Carlos Nelson tinha uma frase ótima: "Só há estrela quando o céu está escuro".

Mas o Carlos Nelson também tinha um lado extremamente vaidoso. Eu mesma assisti a verdadeiros duelos – isto mesmo, duelos – entre ele e Milton Santos, o advogado e geógrafo; duas figuras muito fortes, o que dava ao embate um charme todo especial. Vi os dois se enfrentarem no Congresso Brasileiro de Arquitetos realizado em Minas Gerais e assisti e tive notícias de outros debates polêmicos em encontros da Anpur, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, por exemplo. O Carlos Nelson tinha uma enorme capacidade de polemizar, por isso duelava defendendo com firmeza suas idéias. Muitas vezes ele não se dispunha ao embate e, nessas ocasiões, apresentava argumentos tão fortes que a discussão não prosperava.

Ele fez um grande esforço para construir um centro de estudos e pesquisas extremamente sério, dinâmico, inovador, produzindo coisas novas, inquietando-se com o que estava acontecendo no mundo. E com essa vantagem de poder trabalhar em vários pontos do Brasil. Isso também auxiliava bastante a formulação de noções para se chegar gradativamente a conceitos mais densos.

Pode-se considerar o Favela-Bairro um "filhote" das idéias de Carlos Nelson?

Pessoalmente, considero que tudo o que está sendo feito hoje no programa Favela-Bairro era fatal que viesse a ser realizado. Desde os anos 60, não há nada de novo na formulação. Eu diria até que naquela época as iniciativas do Grupo Quadra e a ação da Codesco foram mais avançadas, mais revolucionárias do que o que está sendo feito hoje.

Milton Santos (1926-2001), advogado formado pela Universidade da Bahia (1948), optou pelo magistério de geografia (1949). Doutor pela Universidade de Strasbourg, na França (1958), tornou-se livre-docente na UFB em 1960. Nomeado por Jânio Quadros subchefe da Casa Civil (1961), foi preso após o golpe de 64 e depois exilado na França, de onde seguiu carreira internacional em vários países. No Brasil, ensinou na Unicamp (1975), USP (1978 e 1982), UFRJ (1979-83) e a partir de 1989, na USP. Sua obra compõe-se de mais de 40 livros e 300 artigos nas principais revistas de geografia do mundo. Doutor *Honoris Causa* de 17 universidades nacionais e estrangeiras, é detentor do Prêmio Vautrain Lud de 1994, equivalente a um Prêmio Nobel na área de Geografia. Fonte: Roberto Schmidt de Almeida, 2000.



Favela de Brás de Pina, imagens antes da urbanização, 1968

Hoje a diferença é de escala. Mas a concepção toda não traz novidade alguma; isso foi pensado nos anos 60, o que significa que estamos atrasados mais de 30 anos no que se refere às áreas ocupadas por favelas. O que se faz hoje tem a ver com o que foi produzido naquele período pelos quatro jovens arquitetos do grupo Quadra e que o Carlos Nelson depois tocou adiante em diferentes trabalhos no CPU-Ibam. Coisas que eles fizeram na época em termos de método, de estratégia, tudo era avançado demais. Claro que hoje se está atuando em escala muito maior.

O Favela-Bairro padece da necessidade de um contato mais estreito entre a população, técnicos e o próprio poder público. O Carlos Nelson tinha uma expressão que aparece em alguns textos seus e que norteava sua produção: “trabalhar para e trabalhar com”. Da segunda maneira é bem diferente; muda a metodologia, o enfoque, o envolvimento, portanto vai mudar também o resultado. Seu entendimento era que só trabalhando “com” é que se poderia, de fato, contribuir com a população que, sem possuir os conhecimentos técnicos necessários conta, entretanto, com outros tantos conhecimentos que nós, técnicos, não possuímos.

Por que Carlos Nelson foi cursar o doutorado em São Paulo?

Acho que essa foi outra atitude dele muito boa. Carlos Nelson sempre foi primeiro aluno em tudo, tinha domínio de vários idiomas; aliás, 1969 e 1970 ele passou nos Estados Unidos, no MIT, como *visiting scientist*. Ele era ainda muito jovem, tinha possibilidade de fazer mestrado, doutorado, pós-doutorado em qualquer lugar do mundo, porque circulou por vários países dando conferências. Para mim, ele não tinha especial interesse no mestrado nem no doutorado, só fez para enfrentar seus oponentes.

Ele e o grupo Quadra enfrentaram muitas barreiras dentro da própria profissão, isso antes de Carlos Nelson chegar ao Ibam. No Quadra, ele e os demais profissionais que

lá atuavam – Rogério Aroeira Neves, Sueli de Azevedo e Sylvia Wanderley – diziam, propunham e realizavam coisas que incomodavam bastante o poder público, os empresários, os colegas... Obviamente, a resposta é um certo desprezo; eles eram vistos como esquisitos, meio loucos, estranhos, uma vanguarda mesmo. Certa vez eu o vi, em conferência ou debate, não me lembro, tendo que engolir a acusação de não ter nem doutorado. Um dia, imagino, ele cansou: “Ah, é? Precisa? Então, com licença.” Fez mestrado, emendou no doutorado, fez concurso para professor titular.

Escolheu São Paulo porque na USP estava o único doutorado em arquitetura e urbanismo do Brasil, não havia outro.

Os intelectuais paulistas reagiam muito à visão de Carlos Nelson sobre a cidade.

É verdade. Ele via a cidade a partir do morador, de suas inquietudes e, especialmente, a partir de uma perspectiva antropológica. Para ele, o indivíduo era extremamente importante, mas era desconsiderado por muitos arquitetos e urbanistas. Ainda que incorporassem a figura humana nas propostas, nos projetos, os princípios que norteavam muitos dos trabalhos realizados na época pouco tinham a ver com o indivíduo, em especial com o morador pobre de nossas cidades. Este não contava, porque não participava, não opinava. Mas Carlos Nelson estava em busca de uma cidade que, de fato, tratasse seus habitantes como cidadãos; não era nessa linha que os profissionais em geral estavam pensando ou atuando e nem a que o poder público estava adotando. Ele estava na contramão.

Dizia coisas que desconcertavam as pessoas. Dono de inteligência prodigiosa, derrubava os argumentos de todos, o que provocava mais ódio ainda. Mesmo em congressos internacionais, com profissionais de outros países, ele tinha brigas horrorosas, defendendo a participação do indivíduo no planejamento, no plano e nas intervenções urbanas, no projeto, portanto.

Entretanto, ele não considerava que os movimentos sociais urbanos pudessem promover a revolução.

Carlos Nelson era muito cético em relação a qualquer revolução, mas entendia que o espaço urbano precisava ser considerado em toda a sua abrangência. Não se pode esquecer que a cidade resulta de seus habitantes, de quem nela mora, trabalha, vive enfim. Não se devia, portanto, ficar discutindo a cidade de uma maneira esotérica, como um campo só de especialistas.

Outra característica do Carlos: seu estilo. Para ele, sempre foi um exercício feroz escrever de maneira simples, para que todo mundo entendesse; às vezes seu texto parece até meio jornalístico. Frases supercurtas, afirmativas. E, ao mesmo tempo, muito



46



47

*Obras de urbanização
em Brás de Pina, 1969*



Participação dos moradores na urbanização, Brás de Pina, 1969

irônico; a ironia aparece quando surgem situações paradoxais no próprio discurso, becos sem saída, dificuldades. É só dar uma olhada nos títulos de seus textos: "De como as pessoas moram nas favelas cariocas"; "Considerações sobre as possibilidades de planos de urbanização de favelas"; "Sobre a Mangueira e sobre as favelas da Guanabara em geral"; "Voltando a pensar em favelas por causa das periferias".

Outros títulos: "Associações de bairros e associações de moradores: estarão as pranchetas mudando de rumo?"; "Transportes de massa: condicionantes ou condicionados?"; "Técnica e favelas"; "Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo"; "A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta"; "Entre Rio de Janeiro e Brasília, a arquitetura de sempre". Nesse momento, Carlos Nelson já começa a fazer macro-análises, modelos de apropriação da cidade do Rio de Janeiro, que não diferem em nada da forma de apropriação de Brasília, ainda que o desenho urbano seja diferenciado.

Os textos "O campus universitário" e "Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo?", refletem o resultado das propostas pós-Brasília em seções das cidades incorporando as idéias progressistas racionalistas. Depois, "Para cada forma de dominação, a utopia que merece", apresenta uma discussão mais filosófica, e "Moço, eu vim por causa do movimento ou a crença numa cidade democrática nesse mundo" enfoca o papel dos habitantes de nossas cidades e a importância de se considerar nos projetos urbanos seus desejos e necessidades.

Aqui já entramos em 1982: "Em 30 anos passou muita água sob as pontes urbanas"; "Metrópoles e outras cidades brasileiras, bem antes de 60 e muito depois de 80"; "Novos espaços ou um poder que com o tempo ficou velho", "Quase 500 anos de planejamento autoritário, e agora?". Depois deste artigo, ele resolveu que tinha que voltar atrás para aprofundar o entendimento sobre as cidades e produziu "Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade", recuperando sua própria produção.

O Carlos Nelson se recusava a ficar discutindo de maneira distanciada do cotidiano urbano, pois as discussões indicavam certas coisas e a cidade, por sua vez, apresentava outras; era por aí que se davam os embates, os atritos. Já "Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo" é um artigo belíssimo e extremamente atual, envolvendo criticamente as questões relativas ao patrimônio histórico.

Essa recuperação ligeira de alguns de seus artigos, a partir de seus títulos, possibilita mostrar como ele vai crescendo em observação, em conhecimento produzido. "As cidades, os comportamentos e as leis"; "Questionar, mas com paixão" – aqui ele já estava doente; "A cidade, como pôr um pinga em seu i"; "O futuro está aí, seremos todos agentes de Nostradamus?"; "As cidades enormes ou como aprendi a gostar delas com o doutor Strangelove"; "Uma flor para a paixão"; "Gênese das morfologias urbanas" – esse era um discurso muito em voga na época, se eu falar sobre morfologia com meu vizinho, ele vai achar que sou louca; "O território ideal dos arquitetos não existe em parte alguma mas está aqui mesmo", chamando os arquitetos para uma ação efetiva sem se manterem apenas no resguardado espaço da teoria; e "Planos e diretores", outra idéia bem interessante e provocativa.³⁹

³⁹ Dos artigos mencionados, os que foram publicados estão listados na bibliografia no final deste volume; os demais são textos inéditos.

Os títulos são mesmo bastante originais.

Pode-se perceber como ele foi crescendo em escala: da favela para a periferia, daí para uma discussão mais antropológica, a agregação de outros profissionais, tudo isso lhe permitiu começar a pensar a cidade em sua complexidade. Ele se baseou também em autores que pensavam e produziram trabalhos importantíssimos nos anos 60 e que estavam muito antenados com os avanços obtidos pela ciência na época, e é interessante registrar que muitos desses profissionais foram posteriormente considerados malditos. Alguns deles permaneceram em voga, outros foram esquecidos, mas cabe frisar que esta produção intensa dos anos sessenta antecede e antevê a grande revolução tecnológica e científica que vivemos hoje. Carlos Nelson estava bem à frente do seu tempo. Seu trabalho se baseia em sua própria vivência, é claro, e nestes autores de diferentes áreas do conhecimento que permitiram melhor compreensão das situações complexas em que Carlos Nelson se viu envolvido, tanto em Brás de Pina, como no Catumbi, e nas cidades em geral.



49



50

Que autores influenciaram o pensamento de Carlos Nelson?

Michel Foucault, Jean-Pierre Vernant, Françoise Choay, Ivan Illich, Gaston Bachelard, Michel de Certeau, Manfredo Tafuri e muitos outros. Christopher Alexander, por exemplo, foi importante referência para ele e tem trabalhos importantíssimos produzidos nos anos 1960; Jane Jacobs, que em 61 publicou *Vida e morte de grandes cidades*, trabalho até hoje extremamente atual e instigante foi outra grande referência;

*Detalhe de fachada
no bairro do Catumbi.*

*Construção do Sambódromo,
Catumbi, anos 1980.*

⁴⁰ Jane Jacobs, 1961;
Kevin Lynch, 1982.

Kevin Lynch, que ele conheceu em sua passagem pelo MIT.⁴⁰ Todos eles estavam trabalhando com perspectivas novas, que combinavam com as de Carlos Nelson. No MIT ele consolidou muitas idéias, encontrou, creio, um pedacinho de sua tribo.

E no Rio de Janeiro? Lícia Valladares, Luís Antônio Machado, entre outros, estudavam a cidade. Tiveram contato com Carlos Nelson?

Lembro de alguns trabalhos que foram desenvolvidos pelo Ibam e o Iuperj – ali participaram a Lícia e o Machado – e pelo Ibam e a Casa de Rui Barbosa – ali participou o Maurício Abreu, que já tinha trabalhado no CPU-Ibam. Essa articulação com profissionais de outras áreas de conhecimento e que também estudavam e pensavam a cidade se materializou em publicações, como, por exemplo, *Habitação em questão*.⁴¹ Foram produzidas algumas coletâneas, como as que Lícia Valladares se encarregou de organizar e que juntavam as idéias daqueles que estavam pensando criticamente a cidade.⁴²

⁴¹ Lícia Valladares (org.), 1980.

⁴² Lícia Valladares (org.), 1983.

É grande e diversificado o número de pessoas que passaram pelo CPU do Ibam durante a gestão de Carlos Nelson.

Sim. Várias e multidisciplinares eram as equipes que atuavam no CPU, desenvolvendo trabalhos inovadores nas mais diversas áreas, para variados clientes. Além disso, o Ibam possuía a Escola Nacional de Serviços Urbanos, onde eram oferecidos cursos para profissionais atuantes nas administrações públicas municipais. Você viaja por todo o Brasil e encontra pessoas que por lá passaram. Tudo o que saía dali circulava com certa rapidez, porque havia muita gente fazendo cursos. Nós, que trabalhávamos no CPU, dávamos aula no próprio Ibam, formávamos muita gente, além disso, participávamos de seminários, conferências, congressos em várias cidades brasileiras. Por isso, algumas dessas idéias se disseminaram Brasil afora.

A prefeitura do Rio abria pouco espaço para Carlos Nelson, porque o julgava avançado demais

Grande parte da obra de Carlos Nelson focaliza o Rio de Janeiro, uma metrópole que concentra todos os problemas. Paradoxalmente, é muito pequena a associação com o poder público carioca.

É verdade. Acho que seu pensamento incomodava, ou se chocava com o pensamento que vigorava nas administrações e demais instituições do Rio de Janeiro. Lembro que no final dos anos oitenta, já bem doente, ele foi chamado pela prefeitura, especificamente pelo IplanRio, para fazer palestras para os técnicos de primeiro e segundo escalões. O corpo técnico da prefeitura abria pouco espaço para o pensamento do Carlos Nelson, talvez porque o julgasse avançado demais. É possível que também fizessem objeção porque no CPU-Ibam eram desenvolvidos trabalhos para cidades brasileiras médias ou mesmo pequenas e talvez por isso considerassem que era impossível

aplicar aqui o que vinha sendo proposto e executado nessas cidades. Quando, na verdade, penso que no Rio não havia era decisão política de se tentar uma nova experiência. Agora, ele também cumpria um papel importante ao insistir que o rei estava nu: em seus artigos, o tempo todo ele mostrava não só o que poderia ser feito na cidade do Rio de Janeiro, mas como a cidade se comportava, porque ele a estudava e construía suas teorias em cima da própria cidade. Essa teoria era, por sua vez, repassada para as demais cidades do país, mas pouco aplicada no Rio de Janeiro.

Como Carlos Nelson se relacionou com a Famerj, movimento hoje muito esvaziado?⁴³

Creio que primeiro deve-se mencionar a Fafeg – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara. Com esta federação Carlos Nelson e o Quadra tiveram estreita relação, lá pelos idos dos anos sessenta e início dos setenta. O Jó Resende, que presidiu a Famerj e depois foi vice-prefeito do Rio entre 1985 e 89, ia muito ao Ibam, participava de encontros e seminários. Também houve uma integração muito grande com o Betinho e com as pessoas que depois vieram a fundar o Viva Rio. Que eu me lembre, nunca houve um trabalho institucional entre a Famerj e o Ibam; as pessoas iam lá conversar com o Carlos Nelson, que dava uma espécie de consultoria informal. Muitas vezes ele ia à Famerj fazer uma conferência, da mesma maneira que fazia para os empresários imobiliários, porque, acredito, era o momento em que esses grupos tinham condição de ter uma visão agregada da cidade, coisa rara.

O Carlos Nelson promovia seminários no Ibam, para os quais convidava as associações de moradores, as entidades de classe, os institutos e as organizações em geral. Buscava sempre juntar os grupos existentes, no sentido de ver se dali saía alguma coisa concreta, realizável. Sua preocupação eterna era com o fazer algo, realizar, avançar a partir dos entendimentos entre os diferentes atores da cena urbana.

Carlos Nelson influenciou a ação de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro na criação do Corredor Cultural?

Acredito que sim. No artigo que já citei, “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, ele faz referência a Augusto Ivan. Profissionais sérios, consistentes e antenados com as mudanças necessárias sempre discutem com seus pares e executam com responsabilidade e qualidade seu trabalho a partir de suas crenças. Os dois eram muito amigos, eu encontrava o Augusto na casa do Carlos, lá se conversava muito sobre a cidade. A mesma coisa acontecia com o Rogério Aroeira Neves, a Olga Bronstein, o Maurício Abreu, a Maria Lais Pereira da Silva, e muitos outros profissionais e amigos. Carlos Nelson era muito festeiro. Ele promovia encontros, organizava festas, reunia as pessoas e conversa-se sobre o que estava acontecendo nas cidades, em geral no Rio de Janeiro, em algumas dessas reuniões ele mostrava as coisas mais recentes que estava fazendo.

Seguindo esta preocupação com o cotidiano das cidades e a partir da conversa com os amigos, ele fez um guia do Rio, que surgiu da demanda dos muitos estrangeiros que vinham ao Ibam visitá-lo ou desenvolver algum trabalho conjunto,

⁴³ A Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) foi registrada oficialmente em janeiro de 1978 como sociedade civil sem fins lucrativos, congregando um total de 17 associações de moradores ou entidades similares. Ver Francisco Alencar, 1990.

Herbert José de Souza, o Betinho, sociólogo mineiro (1935-1997), foi um dos fundadores da Ação Popular (AP) Assessor do MEC e da direção da Supra no governo João Goulart (1961-64), exilou-se no Uruguai depois do golpe de 64. Voltou ao Brasil e viveu na clandestinidade até 1971, quando partiu para o Chile, onde ficou até a queda do governo Allende (1973). Viveu no Canadá (1973-77) e no México (1977-79), retornando ao Brasil em 1979, após a lei da anistia. Em 1981 fundou o Ibase, Instituto de Análises Sociais e Econômicas, em 1988 assumiu o cargo de ombudsman do povo do Rio de Janeiro no governo de Saturnino Braga. Articulou o Movimento pela Ética na Política, durante o impeachment do presidente Collor. Em 1993 iniciou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que criou mais de três mil comitês no país. Já o Viva Rio nasceu em dezembro de 1993 como resposta ao clima de insegurança que pairava sobre a cidade. Organização não governamental sem fins lucrativos, desenvolve campanhas de paz e diversos projetos sociais em cerca de 400 comunidades de baixa renda em 34 municípios do estado. Ver websites do Ibase e do Viva Rio na Bibliografia.

pessoas que ele encontrava em seminários e congressos mundo afora. Era sempre um problema, porque ele levava essas pessoas ao samba, ao futebol, e não havia registro daquilo que a pessoa estava vendo e o que poderia ver na cidade. Assim, ele decidiu fazer um guia muito simples; a primeira versão é bastante singela. O Guia conta um pouco a história política, econômica, social e, por decorrência, espacial da cidade, aponta os marcos referenciais, naturais, arquitetônicos, fala de urbanismo e das singularidades cariocas: carnaval, festas juninas, feijoada, define o que é ser carioca. “Carioca é quem come feijão preto, é quem vai à praia para se queimar.”

Carlos Nelson era carioca?

Não, era fluminense, nasceu em São Gonçalo. Depois mudou-se para Niterói e estudou no Colégio Santo Inácio, aqui no Rio. Acho que abraçou de verdade a cidade na hora em que veio fazer o curso de arquitetura e urbanismo na UFRJ. Morava em Niterói, ia e voltava diariamente. A partir daí, creio que a cidade de Niterói ficou pequena. Veio para o Rio e se instalou definitivamente. Apaixonou-se.

Diogo Lordello de Mello

Diogo Lordello de Mello foi um dos fundadores do curso de Administração Municipal da Fundação Getúlio Vargas, sendo um dos mais antigos professores da EBAP. Esteve diretamente envolvido na criação do Ibam e dirigiu este Instituto por muitos anos. Ocupava sua direção quando da criação do Centro de Pesquisas Urbanas que veio a ser o principal local de gestão e de irradiação do trabalho de Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

A entrevista foi concedida no dia 23 de agosto de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi.

A criação do Ibam resultou da ação de líderes municipalistas

Quais são as origens do Instituto Brasileiro de Administração Municipal?

O Ibam nasceu no II Congresso Nacional de Municípios, realizado em São Vicente (SP), em 1952; foi criado como órgão de assessoramento técnico da Associação Brasileira de Municípios, organizadora do Congresso. Essa vinculação tornava a existência do Instituto muito precária, pois ele não dispunha de corpo técnico nem de pessoal de apoio. Assim, lutei bastante para que a Assembléia Geral do Ibam eliminasse essa ligação. Durante muito tempo, as relações entre o Instituto e a ABM ficaram meio estremecidas, mas se recompuseram e hoje são muito boas.

Que forças políticas contribuíram para a criação do Ibam?

A criação do Ibam resultou da ação de líderes municipalistas, que lançaram um manifesto dirigido a todos os prefeitos e vereadores. Esse manifesto foi assinado, entre outros, por Rafael da Silva Xavier, que foi diretor-geral da Fundação Getúlio Vargas; Cleanto de Paiva Leite, que veio a ser o primeiro diretor executivo do Instituto e era, nessa ocasião, diretor do BNDES; Rômulo Almeida, chefe da Assessoria Econômica do presidente Getúlio Vargas, José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti, Osório Nunes, entre outros.

Quais eram as principais atividades do Ibam?

Consultoria *in loco*, consultoria a distância, pareceres e respostas por telefone, por escrito ou pessoalmente de consultas sobre direito, finanças, contabilidade feitas pelas prefeituras e câmaras municipais filiadas; treinamento e publicações, inclusive da *Revista de Administração Municipal*. Em 1965 foi lançado o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu*, o Cemuam, Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal, com oito meses de duração: quatro no Rio de Janeiro, em sala de aula, e quatro em municípios, dois ou três do interior do Brasil. São José dos Campos era o município preferido, assim como toda a sua redondeza, e os alunos eram acompanhados o tempo todo pelo professor.

De que tratava o curso de pós-graduação?

Basicamente de metodologia e projeto de desenvolvimento municipal e urbano. O curso era dirigido pela dra. Adina Mera, urbanista argentina radicada no Brasil, com a colaboração de urbanistas como Hélio Modesto – autor do projeto da sede atual do Ibam –, Francisco Whitaker Ferreira e Victor Olavo Prochnik.

O constante interesse pela atividade de treinamento levou o Ibam a criar em 1968 a Escola Nacional de Serviços Urbanos, a Ensur, que além do Cemuam lançou

outros dois cursos de oito meses: administração municipal e engenharia de sistemas urbanos, além de outros mais curtos, de dois meses, uma semana; e um por correspondência. Todos financiados pela Sarem, a Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios, órgão do Ministério do Planejamento – extinta no fim do governo Sarney, infelizmente.

Uma característica interessante dos cursos da Escola Nacional de Serviços Urbanos permanece até hoje: a Escola não tem corpo docente, só um diretor e uma secretária. Mas os professores são os técnicos dos diversos centros do Ibam. Isso chamou a atenção do Banco Mundial, que me convidou para duas reuniões, uma no Quênia e outra na Virgínia (Estados Unidos), para falar dessa experiência de uma escola que usa os técnicos para dar aulas.

E como funcionavam os cursos de oito meses?

Eram quatro meses de teoria e quatro de prática. A parte teórica abrangia os temas da área – urbanismo, por exemplo, ensinava engenharia urbana –, e a parte prática era realizada como trabalho de campo. A Adina Mera introduziu um método que achei muito estranho, pois nunca tinha visto aquilo, mas deu certo: ela não dava aula, passava tarefas aos alunos. Eles apresentavam os trabalhos, que eram discutidos e comentados por ela; não era como nossas aulas convencionais. Também convidava pessoas para fazer palestras. Não pensei que fosse funcionar, mas foi um êxito! O curso foi um grande sucesso.

Atualmente, após a extinção da Sarem, como são financiados os cursos do Ibam?

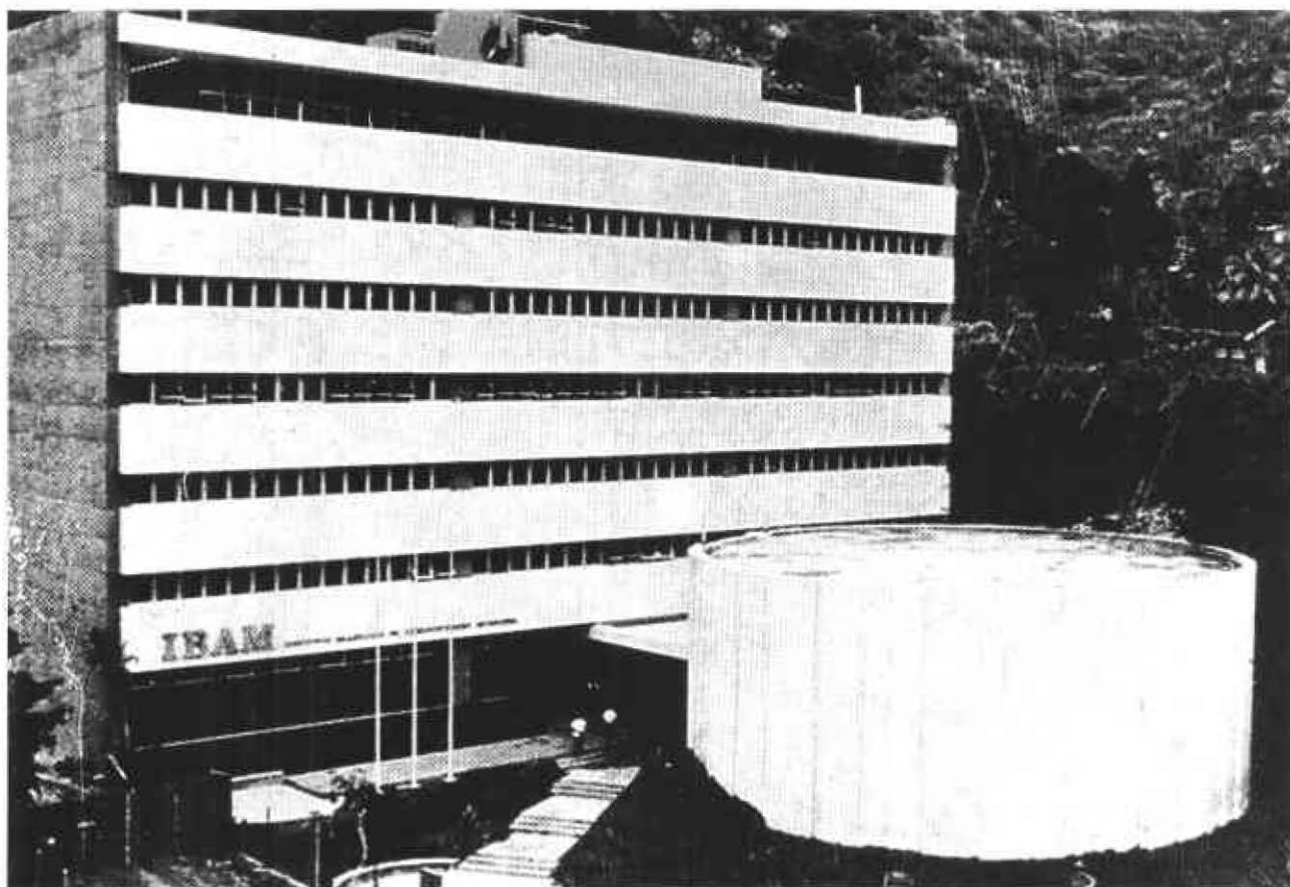
São custeados por instituições. As câmaras de vereadores e prefeituras filiadas pagam com desconto, e o funcionário da prefeitura ou câmara que não é filiada, paga mais. No Ibam oferecemos também dois cursos de dois meses, um para reciclagem de professoras, que teve muito êxito, e outro para atualização de bibliotecárias. A Sarem não queria financiar, já que não era sua área, mas consegui com o Jarbas Passarinho, então ministro da Educação, que o MEC financiasse. Esses cursos tiveram enorme êxito. As professoras ficavam encantadas; nunca vi alunos mais entusiasmados do que elas.

Como funcionavam os cursos por correspondência?

Eram bem interessantes; chegamos a ter mais de cem mil alunos – hoje voltamos a oferecê-los, e estamos com cerca de dois mil alunos.

Cem mil alunos?!

Isso mesmo, sendo que mais de 65 mil concluíram esse curso; os alunos eram, sobretudo, funcionários públicos municipais. Uma vez fui à casa de um secretário de Finanças de um município de Mato Grosso, e na sua sala havia cinco certificados de cursos por correspondência feitos por ele.



Prédio do Ibam

Que outras áreas foram objeto da atuação do Ibam?

Além do treinamento, o Ibam começou a atuar muito ativamente no campo de consultoria e pesquisa urbanas, sobretudo a partir de 1968. Nesse ano foi criado o Centro de Pesquisas Urbanas, graças a uma doação de 220 mil dólares feita pela Fundação Ford: 120 mil foram investidos na formação de especialistas em desenvolvimento urbano em universidades americanas, e cem mil destinaram-se à implementação do CPU no Ibam.

Foi nessa época que Carlos Nelson Ferreira dos Santos ingressou no Ibam?

Sim, foi contratado como técnico do CPU, que depois veio a dirigir. Carlos Nelson não foi estudar fora, pois já tinha uma formação muito boa. Mas vários outros técnicos foram para os Estados Unidos, com bolsa de estudo. Iam principalmente para a Universidade do Sul da Califórnia – a Fundação Ford indicava as universidades.

Como Carlos Nelson chegou ao Ibam? O senhor o contratou pessoalmente?

Fui eu quem o admitiu, mas não me lembro quem o indicou; ficou na direção do CPU até falecer, em 1989. O Carlos Nelson exerceu uma grande liderança. Publicou

um livro muito interessante, resultado de trabalhos do Ibam, intitulado *Quando a rua vira casa*, estudo sobre a evolução das favelas, das ruas.

Mais tarde, o CPU foi extinto, não é?

Sim, na atual estrutura administrativa do Ibam, o CPU foi substituído pelo Centro de Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente, que continua a manter o Instituto muito ativo nas áreas de consultoria e pesquisas, como a elaboração de planos diretores, desenvolvimento urbano, projetos de lei de código de obras e de uso do solo urbano, estudos de meio ambiente e gestão de resíduos sólidos. Esses serviços têm sido prestados a vários governos municipais de todas as regiões do país, financiados pelas próprias prefeituras, bem como com o apoio financeiro, no caso do meio ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. O Centro tem também prestado assistência ao Ministério do Meio Ambiente, na elaboração de subsídios para a Agenda 21 brasileira, no componente "cidades sustentáveis". Outro projeto interessante que vem sendo desenvolvido desde 1997 é o da Eletrobrás: "Rede de cidades eficientes em energia elétrica", voltado para o combate ao desperdício de energia pelos governos municipais. Muito interessante.

No campo do treinamento, a Ensar tem ministrado cursos de uma semana para funcionários públicos e para ONGs, sobre temas variados, como gestão ambiental urbana, legislação urbanística e ambiental, elaboração da Agenda 21, elaboração de planos diretores urbanos e geoprocessamento. O treinamento em geoprocessamento permite facilitar o levantamento do mapa do município, sobretudo para fins urbanísticos e também tributários; o cadastro fiscal do município, referente ao IPTU, é atualizado graças a esse geoprocessamento.

Fizemos esse trabalho para a prefeitura de Aracaju, com fins tributários, sobretudo, mas também urbanísticos. No coquetel de encerramento no hotel Othon Palace, o prefeito da cidade me disse que tinha ficado muito contente com o trabalho porque, pela primeira vez em muitos anos, Aracaju ia ter um plano de desenvolvimento urbano. Assim, além do cadastro tributário, passou-se a ter o urbanístico.

O Ibam tem também participado, sempre de forma ativa, apresentando trabalhos, fazendo palestras ou como membro de grupos de trabalho, em congressos e seminários nacionais e internacionais sobre desenvolvimento urbano e meio ambiente. Devo mencionar ainda que o Instituto tem também publicado vários livros e documentos de trabalho, assim como artigos sobre desenvolvimento urbano e de meio ambiente na *Revista de Administração Municipal – Municípios* – nome atual da antiga *Revista de Administração Municipal* – que chegou ao nº 224, em março-abril de 2000, o 45º ano de existência ininterrupta. E sempre publicando artigos sobre urbanismo, desenvolvimento urbano, meio ambiente, entre outros assuntos.

Duas novas áreas foram incluídas nas atividades do Ibam nos últimos anos: "mulher e políticas públicas" e "proteção à criança e ao adolescente", com o apoio da Unifem e Unicef das Nações Unidas e do Ministério da Justiça e outros órgãos do governo federal.

Agenda 21 é o documento que contém os compromissos visando fixar no mundo um padrão de desenvolvimento auto-sustentável no século XXI. Aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Agenda 21 deve ter suas diretrizes internalizadas nas políticas públicas de cada um dos países signatários, o que gerou a Agenda 21 Brasileira.

Desde o governo Lacerda o Ibam vem atuando na cidade do Rio de Janeiro

Quais foram os contatos mais importantes entre o Ibam e a prefeitura do Rio?

Tivemos uma experiência muito interessante quando César Maia foi prefeito pela primeira vez, entre 1993 e 1997. Em 30 de dezembro, dois dias antes de tomar posse, ele compareceu ao Instituto com o Luiz Paulo Conde, que ia ser seu secretário de Urbanismo, para nos contratar para uma assessoria. Já tínhamos experiência em prestar assessoria na área de desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Houve experiências anteriores? O Ibam atuou na elaboração do Plano Diretor do Rio?

Não. Geralmente, atuamos naqueles municípios que têm carência técnica para elaborar um plano diretor. Em outros casos, assessoramos o órgão de planejamento municipal que está elaborando o plano, para complementá-lo, enriquecê-lo com informações. Mas temos atuado muito no Rio de Janeiro.

O Ibam costuma fornecer quadros para a administração estadual ou municipal?

Não, só de vez em quando, como aconteceu recentemente com a Hélia Nacif e a Maria da Graça Neves, que foram para a prefeitura com o Luiz Paulo Conde.

O Ibam abrigou a pesquisa de Janice Perlman, não foi?

Isso mesmo, esse foi um caso curioso. Conheci-a na fila da ponte aérea de Brasília para o Rio. Conversamos um pouco, e ela estava muito triste, porque o tema de sua tese já tinha sido objeto de uma tese de um aluno da Universidade de Brasília e ela também não tinha onde trabalhar, assim ia voltar para os Estados Unidos. Eu disse: “Ofereço-lhe um lugar no Ibam, no Rio, e consigo alguns alunos da Fundação Getúlio Vargas para fazer a pesquisa.” Ela ficou encantada. Sua pesquisa abordava favelas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte; foi publicada em português com o título de *O mito da marginalidade*, muito interessante. Hoje ela é diretora do Projeto Megacidades, que tem sede em Nova Iorque.⁴⁴

⁴⁴ Janice Perlman, 1977

Em sua tese, Janice Perlman desmentiu a idéia do favelado como marginal. Contou-me coisas muito curiosas: em Belo Horizonte, quando perguntou aos moradores da favela o que eles queriam para a filha, eles responderam: “Um marido, que ela tenha um bom marido.” No Rio, a resposta era: “Um bom emprego.”

- O arquiteto que virou antropólogo: Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Ela vem muito ao Brasil e vai sempre a Curitiba, ainda que não seja uma megacidade. Mas não dispensa uma visita ao Jaime Lerner, porque Curitiba é um exemplo interessantíssimo de administração. Das 21 megacidades do mundo, só duas são brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo.

▪

▪

▪





Construção da
Avenida Perimetral, meados da
década de 1960, Rio de Janeiro.

Administrando o quotidiano: O dia-a-dia do urbanista

Depoimentos de

**Pedro Teixeira Soares
Hélia Nacif Xavier**

Pedro Teixeira Soares

Arquiteto e urbanista, formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, foi técnico da Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) e da Secretaria de Planejamento do estado da Guanabara. Foi secretário municipal de Planejamento e Coordenação Geral na gestão do prefeito Marcos Tamoio. Foi diretor adjunto da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e presidente da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (Fiderj). Atualmente é assessor da Secretaria Municipal de Urbanismo.

A entrevista foi realizada em duas etapas. A primeira foi concedida no dia 12 de junho de 2000 aos pesquisadores Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Lúcia Lippi. A segunda foi concedida no dia 16 de outubro de 2000 aos pesquisadores Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta.

Os anos do governo Juscelino foram muito importantes para a formação de arquitetos no Brasil

Fale sobre suas origens e sua formação.

Sou carioca. Nasci em 1935 em Botafogo, onde morei até me casar. Antes de entrar na faculdade de arquitetura, estudei dois anos de agronomia na Universidade Federal Rural, mas tive a revelação de um outro campo de cultura quando comecei a namorar a Vera, filha de Vera Pacheco Jordão e do editor José Olympio. Meio de brincadeira, fiz um projeto para a casa da família em Saquarema, na Região dos Lagos. Por acaso, eles eram vizinhos do Sérgio Bernardes, e a mãe da minha namorada lhe mostrou o projeto. Ele disse: "O arquiteto errou aqui e aqui", ela achou graça: "Isto não foi feito por um arquiteto, mas pelo meu futuro genro, que está estudando agronomia." O Sérgio se espantou: "Ele está maluco?! Mande-o conversar comigo."

Esse talento para o desenho arquitetônico já vinha da infância?

Já. Sempre prestei muita atenção a casas; reproduzia de memória a casa da fazenda do meu avô. O curioso é que não se trata de algo familiar, porque minha família materna é de comerciantes, os Oliveira Castro, e na minha família paterna o meu avô foi diretor do Tesouro Nacional, presidente do Tribunal de Contas da União; meu pai era advogado e foi procurador da Fazenda Nacional a vida inteira. A coisa mais próxima de um arquiteto era um tio-avô, João Teixeira Soares, um fascinante engenheiro do tempo do Império, que construiu a estrada para o Corcovado e a Paranaguá-Curitiba. Fundador do Clube de Engenharia, era uma pessoa muito à frente do seu tempo, foi amicíssimo de Paulo de Frontin.

Pois bem, o Sérgio Bernardes me animou muito a abandonar a agronomia pela arquitetura. Assim, quando fui convocado para servir ao Exército, tranquei a matrícula na Universidade Rural e fiz vestibular para arquitetura. Isso num período importantíssimo para a formação de arquitetos: entre 1956 e 60, quando a faculdade ainda funcionava na Praia Vermelha. Primeiro, era o governo Juscelino, época da maior oferta de trabalho que o Brasil já viu; se você quisesse ganhar o dobro, bastava trabalhar o dobro. Segundo, a geração dos fundadores da arquitetura moderna no Brasil estava no auge da produção: Sérgio Bernardes, Affonso Eduardo Reidy, Henrique Mindlin, Jorge Moreira, os irmãos Roberto. E onde arregimentavam mão-de-obra para produzir os projetos? Na faculdade de arquitetura. Você tinha a chance de conhecer um aluno veterano que já trabalhava com um desses arquitetos que dizia: "Conheço um menino do segundo ano, que tem talento e está precisando trabalhar." Isto quase sempre bastava para o camarada chamar você para um teste no escritório.

Algum desses grandes arquitetos era professor da escola?

Nenhum deles. Aí é que reside o radicalismo do pessoal que estudou na Praia Vermelha. Com a certeza dos 20 anos, afirmávamos que quem sabe faz, quem não sabe

Sérgio Wladimir Bernardes nasceu em 9 de abril de 1919, no Rio de Janeiro, tendo se formado em 1948 pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Recebeu inúmeros prêmios como arquiteto e urbanista, destacando-se por seus projetos de residência, entre estes a casa de Lota Macedo Soares em Petrópolis, Rio de Janeiro (1951-1953). Em 1963 obteve sala *hors concours* na VII Bienal de São Paulo e, na década de 60, foi o responsável pelo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e pelo plano diretor para as favelas da Guanabara. Como urbanista, também assinou os projetos da cidade-porto Presidente Stroessner, no Paraguai, e da cidade de Albufeira, em Portugal. Ver dados em Lauro Cavalcanti (org.), 2001.

ensina. Nenhum desses luminares ensinava na escola, e mais, nos mostravam coisas que os professores da escola não mostravam, pois estes falavam o tempo todo de arquitetura romana, gótica etc.

O senhor também começou cedo?

Não, primeiro trabalhei num escritório de desenho, onde desenhei para o Sérgio Bernardes, para o Francisco Bolonha e para o Jorge Moreira. Era já uma atividade bem remunerada, enquanto o estágio num escritório não pagava quase nada, pois a pessoa estava trabalhando para aprender. Do segundo para o terceiro ano, eu me casei e passei a trabalhar como se arquiteto fosse: fazia projetos para uns amigos meus que tinham uma construtora, e uma outra pessoa assinava. Assim ganhei algum dinheiro.

Quem eram os professores da faculdade de arquitetura?

Teoria da arquitetura era dada por **Wladimir Alves de Sousa**, excelente arquiteto, mas que nós considerávamos do grupo dos professores. Esnobávamos, apesar de sermos amigos e colegas do seu filho, o hoje pintor Jorge Eduardo Alves de Sousa. O Carlos Flexa Ribeiro era um fascinante professor de história da arte e me convidou para ser seu assistente; não pude aceitar, porque era uma atividade não remunerada. História da arquitetura era dada pelo **Paulo Santos**, também bom arquiteto, funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O catedrático de composição de arquitetura era Archimedes Memória, e seu filho, Tales Memória, era o assistente. A cadeira de urbanismo era dada pelo Sabóia Ribeiro, que depois foi diretor da escola.

Como era o ensino de urbanismo?

Uma sucessão de nomes e coisas, como "cidade jardim" etc. Não contribuiu nada para eu entender o Rio de Janeiro; talvez teoria e história da arquitetura tenham contribuído mais para esse fim. Agora, por conta própria, na base de revistas de arquitetura e no que se aprendia nos escritórios, tomamos contato com a Bauhaus, com o ensino do Lúcio Costa. Quando Juscelino foi construir Brasília, o Oscar montou o primeiro escritório naquele grande salão na sobreloja do prédio do Ministério da Educação e recrutou seu pessoal entre arquitetos recém-formados e em formação, todos lá da faculdade; teve gente que trancou matrícula para participar daquela aventura de planejar e construir uma cidade.

Pelo que vemos, o senhor teve um aprendizado na faculdade e outro fora.

Praticamente todos os verdadeiros catedráticos estavam fora da escola. Então, o que a gente aprendeu de arquitetura moderna no Corbusier, com a cabeça do Lúcio e do Oscar, ficou. Só se falava em Le Corbusier na cadeira de grandes composições de arquitetura. Por exemplo, lembro que vi na revista *Life* a reportagem da inauguração do Museu Guggenheim, em Nova Iorque, e fiquei fascinado. Aquele disco pousado numa

Wladimir Alves de Souza (1908-1994) formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no ano de 1930. Em 1932 foi nomeado professor catedrático da ENBA. Segundo Lauro Cavalcanti, "aliou-se aos 'conservadores' contra a criação da Divisão dos Modernos no LXVI Salão Nacional de Belas Artes e, como restaurador, opôs-se à tendência modernizante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". Seus principais trabalhos nesta área foram a restauração do Convento de Santa Teresa, em Salvador; da Fazenda *Samambaia, dos prédios e portões da Floresta da Tijuca e da casa da Marquesa de Santos*, no Rio de Janeiro. Projetou a casa modernista de Raymundo Castro Maya (1957), o Banco Moreira Salles e o Banco Lar Brasileiro, no Rio de Janeiro, e o Banco do Norte, em Recife. Foi diretor da ENBA por duas vezes, membro do Conselho do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e diretor-adjunto do Museu Nacional de Belas Artes. Ver dados em Cavalcanti (org.), 2001.

Paulo Ferreira dos Santos, além de funcionário do Sphan, teve longa carreira universitária. Foi professor de Arquitetura no Brasil na Faculdade Nacional de *Arquitetura da Universidade do Brasil*; de Técnicas das Construções na Escola Técnica do Exército e de Arquitetura na Escola Politécnica da Universidade Católica; e docente de Construção Civil e Arquitetura na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Ver dados em Santos, Paulo Ferreira dos. *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1951.

O arquiteto norte-americano **Frank Lloyd Wright (1869-1959)** desejava criar uma arquitetura nova, independente dos estilos tradicionais, que fosse capaz de responder às necessidades da vida moderna. Ao longo de sua carreira, onde construiu mais de trezentos edifícios e exerceu grande influência em pelo menos três gerações de arquitetos, nunca realizou um projeto em colaboração com outros arquitetos e nem participou de concursos. Contribuiu imensamente para a formação do movimento moderno, atingindo extraordinária liberdade nas escolhas formais e sendo um ponto de referência para a pesquisa em curso. Ver Leonardo Benevolo, 1998.

Gregori Warchavchik, arquiteto russo, veio para o Brasil em 1923 contratado pela Companhia Construtora de Santos.

Publicou no Brasil, em 1925, um manifesto em favor da arquitetura moderna e em 28 constrói a primeira residência nesse estilo em São Paulo, provocando intensa polêmica. Participou, a convite de Lúcio Costa, da reestruturação do curso de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. Sua obra abrange inúmeras residências, em especial os conjuntos de casas econômicas em série nos bairros da Mooca (São Paulo) e Gamboa (Rio de Janeiro), em colaboração com Lúcio Costa. Ver Maurício Lisovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá, 1996.

esquina era maravilhoso! Mas não se discutia Frank Lloyd Wright na escola. Sabíamos de sua existência porque o Gregori Warchavchik, que era meio seu filho intelectual, fora sócio do Lúcio Costa.

O senhor não pensou em participar da construção de Brasília?

Não, porque, como disse, casei-me no final do segundo ano, e com família ficava mais difícil. Mais tarde, no final da década de 60, pensei em aceitar o convite do Carlos Flexa Ribeiro, que tinha sido meu professor; naquele momento, ele era diretor de Educação da Unesco e estava arregimentando arquitetos do mundo inteiro para trabalhar naquele gigantesco projeto de restauração de Veneza. Com cinco filhos para criar, não pude aceitar o convite.



Mercado da Praça XV.

Pelo que pudemos observar, até meados dos anos 60, os arquitetos tinham dois destinos principais: o Patrimônio e os grandes escritórios.

Ah, sim. Nos escritórios se tocavam os projetos, e no Patrimônio defendia-se o que já estava construído. Mas naquele momento não se pensava em proteger nada construído a partir do século XVIII. Estava-se iniciando a construção da Perimetral, e ia-se demolir o mercado da Praça Quinze, uma estrutura maravilhosa. Propus a um assistente do Paulo Santos, da cadeira de história da arquitetura, que o trabalho da turma fosse um

levantamento de desenho e de fotografia daquela estrutura que estava sendo posta abaixo. Mas isso era um pouco demais para o gosto da cadeira e preferiram nos mandar fazer levantamentos de casas de fazenda. O velho mercado ficou sem documentação, e depois da demolição só sobrou o Albamar, que ainda está lá. Outra coisa que é mais ou menos dessa época: na rua do Ouvidor, em frente à editora do meu sogro, existia uma loja de roupas masculinas chamada Torre Eiffel. A estrutura era de ferro, toda importada de Paris, *art nouveau*, lindíssima. Com aquelas escadas, aquelas coluninhas, as estantes todas no segundo andar, uma clarabóia, uma maravilha! Foi feita uma proposta para seu tombamento, mas o Patrimônio recusou.

Só havia interesse pela arquitetura colonial?

E, mesmo assim, com grandes restrições a transformações de uso. Uma coisa que o Patrimônio custou muito a entender é que não se pode preservar cerca de 1.200 casarões no Pelourinho sem permitir que aquilo tenha outra utilização, que se possa esvaziá-los por dentro, fazer uma estrutura nova, moderna, e conservar apenas as fachadas.

No Rio, todo o planejamento urbano ficava a cargo da Secretaria de Obras

Um ano depois de formado, o senhor ingressou no setor público.

Sim, porque toda a euforia das grandes construções e projetos revolucionários acabou de uma hora para outra, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 61. Eu tinha montado um escritório de arquitetura com dois sócios, e agüentei a crise até dezembro daquele ano, quando encontrei Lota de Macedo Soares, muito amiga de minha sogra e amicíssima do Carlos Lacerda. Eu lhe disse que estava procurando emprego; já tinha três filhos, e o mercado de construção no Rio tinha estagnado. Ela me mandou procurar o Enaldo Cravo Peixoto, superintendente da Sursan, que me contratou.

Naquele momento, a Sursan era o grande braço armado do Executivo para obras que não fossem rodoviárias; estas ficavam a cargo do DER, o Departamento de Estradas de Rodagem. A Sursan era a grande empresa pública da Guanabara, encarregada de obras de saneamento, água e esgoto, coleta de lixo, urbanização etc. Requisitava arquitetos e engenheiros da antiga prefeitura do Distrito Federal e os contratava a preço de mercado; a Sursan sempre pagou muito bons salários. Só para dar uma idéia, eu entrei como arquiteto auxiliar – ainda não tinha tempo suficiente de formado para ser enquadrado como arquiteto pleno, só faria isso em 65 – ganhando 80% do salário do arquiteto pleno, e em três meses comprei um fusca, que era o carro brasileiro mais barato que existia.

Que projetos o senhor tocou na Sursan?

Comecei trabalhando numa divisão de concorrências, que contratou as obras mais importantes do governo Carlos Lacerda. Na obra do Aterro do Flamengo, trabalhei

com Lota de Macedo Soares, presidente do Grupo de Trabalho, detalhando projetos do Reidy e do Jorge Moreira – depois que o Reidy morreu, o Jorge Moreira assumiu seu lugar – e em contato com o Burle Marx, enfim, aquele grupo que defendia o Aterro com unhas e dentes, liderados pela Lota.

O senhor trabalhou na obra do Guandu, de abastecimento de água?

Não na primeira etapa; só trabalhei na concorrência para a segunda etapa. Trabalhei na concorrência do túnel Rebouças e na do viaduto dos Marinheiros, depois, já no governo Negrão de Lima, fui para o Departamento de Urbanização da Sursan. Este sim, tratava da execução do urbanismo: fez as pistas e as passarelas do Aterro, por exemplo. Era chefiado pelo Carlos Freire, no meu tempo, e, depois, pelo Joaquim Chaves. E a Sursan era dirigida nessa época, cerca de 1968, pelo Raimundo de Paula Soares.



*Viaduto dos Marinheiros,
Praça da Bandeira.*

Também fizemos, no Departamento de Urbanismo, o viaduto San Tiago Dantas, que liga a praia de Botafogo à rua Farani, como parte do acesso ao túnel Santa Bárbara. Esse viaduto tem uma história engraçada, porque correspondeu a uma época em que,

por causa dos túneis, o DER estava fazendo engenharia rodoviária dentro da malha urbana e começou a fazer um monte de coisas: agulhas, meios-fios que não eram paralelos etc. A coisa começou a complicar, porque havia o projeto de um viaduto em curva, uma curva muito bonita, mas ele era um caixote. O Paula Soares disse: "Isso não pode ficar na praia de Botafogo, um lugar ostensivamente urbano. Não se pode construir ali um viaduto como se fosse na via Dutra."

No Departamento de Urbanismo, começamos a reestudar o problema. Já que o viaduto teria que ser em curva, fizemos uns tantos acertos, um trabalho de *design*, e a equipe técnica calculou. Mas esse *design* deu um trabalho danado; já imaginaram desenhar aquela forma sem computador?! Tivemos que fazer por geometria descritiva, um trabalho dos diabos! Mas foi feito, e ficou tão bom que recebeu elogios do Lúcio Costa. Sua filha, Maria Elisa, veio me dizer: "Papai gostou."

Em 1970 o senhor integrou a equipe de transição que implantou o governo Chagas Freitas, não é?

Isso mesmo. Francisco de Mello Franco ia ser nomeado secretário de Planejamento e me convidou. Apresentou-me ao Chagas, que eu não conhecia, e passei a fazer parte do grupo de trabalho. Em 71 fui nomeado chefe do Escritório de Planejamento Urbano, órgão responsável pelo urbanismo no estado da Guanabara.

Durante o governo Carlos Lacerda o que existia era a Secretaria de Governo, que tinha como centro a Coordenação de Planos e Orçamentos. Ali havia um setor chamado Escritório de Programação Urbana, que tentava harmonizar os programas de ordem urbana, como limpeza, construção de ruas, iluminação pública etc., com os recursos orçamentários disponíveis.

Quando Mello Franco foi chamado pelo Chagas, propôs transformar a Secretaria de Governo em Secretaria de Planejamento, até por um certo mimetismo em relação ao governo federal. E o Escritório de Programação Urbana foi transformado em Escritório de Planejamento Urbano, porque a Guanabara era uma cidade-estado, com funções estaduais e municipais. Então, começou-se a trabalhar essa linha de projetos de urbanismo, ainda sem qualquer tradição, porque até ali tudo o que dizia respeito ao planejamento urbano ficava a cargo da Secretaria de Obras. A Comissão do Plano da Cidade, existente desde 1950, era vinculada ao gabinete do prefeito, depois ao do governador da Guanabara, mas o Departamento de Urbanismo e depois o Departamento de Engenharia Urbanística eram ligados anteriormente à Secretaria de Obras. Essa Comissão fez o plano de ligações Norte-Sul: Perimetral, Aterro, abertura dos túneis Santa Bárbara, Rebouças, Major Rubens Vaz e o da Pompeu Loureiro.

Chagas Freitas teve dois secretários de Obras. Inicialmente, nomeou o Carlos César Machado, diretor do Departamento de Edificações durante o governo do Negrão, demitido após a queda do viaduto Paulo de Frontin. Em seguida, assumiu o Emílio Ibrahim, originário do DER, de perfil inteiramente diferente, que nomeou como assessor especial para edificações o César Seroa da Mota.

O desabamento do elevado Paulo de Frontin ocorreu ao meio-dia do dia 20 de novembro de 1971, no momento em que um caminhão betoneira de 2,5 toneladas – transportando oito toneladas de cimento e pedra – passava sobre o viaduto na altura do cruzamento com a Rua Haddock Lobo. Vinte mil toneladas de concreto desabaram do elevado e a destruição atingiu mais de 100 metros de sua estrutura. Além do caminhão, um ônibus e dezenas de automóveis foram esmagados pelo desabamento, que provocou a morte de 27 pessoas, deixando outras 28 feridas. Ver Jornal do Brasil, 21 e 22 de novembro de 1971.



Francisco de Mello Franco criou o Conselho de Planejamento Urbano, promovendo alterações significativas na estrutura administrativa.

Sim. O Conselho era presidido por ele, como secretário de Planejamento; o secretário de Obras era membro nato. E os outros membros eram representantes de órgãos: Clube de Engenharia, IAB, Patrimônio, Ademi (representando a construção civil), e dois membros de escolha direta do governador; na época foram Wladimir Alves de Sousa e Roberto Burle Marx.

Inicialmente, esse grupo começou a rever os licenciamentos concedidos pelo Negrão. Foram chamados todos os que estavam com projeto aprovado mas não iniciado, e alguns foram embargados, como o Ninho das Águias, na rua da Quitanda, com 52 andares; a Chácara da Gávea, um monte de prédios que seriam construídos acima da cota cem, e o Hotel Leblon; todos são daquele tempo. O Conselho evitou umas tantas barbaridades, mas não conseguiu evitar outras, como a torre do Rio Sul, o edifício do Banco Irmãos Guimarães e o do Bockel, na Cinelândia: coisas completamente fora de escala dentro da cidade.

Como o Conselho de Planejamento Urbano se relacionava com o Escritório de Planejamento Urbano, que o senhor chefiava?

O Escritório funcionava como Secretaria Executiva do Conselho, por isso no início foi muito absorvido por essa função. Mas, além disso, eu designava pessoas para fazer parte de grupos de trabalho para realizações específicas na cidade. O autódromo, por exemplo, foi realizado por um grupo liderado por um arquiteto do Escritório de Planejamento Urbano chamado David Cardeman.

Nessa altura já estavam definidas as linhas gerais da Barra da Tijuca?

Ah, sim, elas foram formuladas em meados da década de 60. Para sua implementação, no início do governo Negrão de Lima foi criado o GTBJ, Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá, que se transformou em Sudebar, Superintendência do Desenvolvimento da Barra da Tijuca. O Grupo de Trabalho foi criado para a realização do Plano Lúcio Costa e teve caráter consultivo, na primeira fase da ocupação. Era um órgão do DNER, visto que o Lúcio foi contratado para esboçar um plano a partir de um eixo viário, que ligava Jacarepaguá à Rio-Santos; essa foi a justificativa para se utilizar os recursos do Fundo Rodoviário Nacional na abertura do túnel Rebouças e da auto-estrada Lagoa-Barra.

Legalmente, a ocupação da Barra foi feita por consulta prévia. O que é isso?

Como o Plano dava muito pouca indicação do que se tinha que fazer, era preciso uma consulta prévia. O cidadão chegava no GTBJ e dizia: "Tenho um terreno e quero lotear dessa e dessa maneira; em vez de construir cada casinha no centro do terreno, quero juntar todas as casas aqui. Posso?" O técnico do GTBJ analisava o terreno e respondia: "Você tem 1.4 de índice de aproveitamento da terra, tem 50% da área loteável. Pode construir assim." Ou: "Não, com esse tipo de terreno não pode." Em seguida, o proprietário pagava essa consulta prévia visada pelo GTBJ e dava entrada no Departamento de Edificações.

Acontece que nada disso era publicado, e muita subjetividade sempre gera conflito, confusão. Por isso elaboramos o Decreto nº 323, que listava as instruções normativas, para acabar com a consulta prévia. Mas foi impossível, porque o superintendente da Sudebar era o Almir Machado, genro do general Hugo Abreu, que veio a ser chefe da Casa Militar do presidente Geisel. *Ai não se pôde mexer muito, não é?* Mais tarde, com a edição do Decreto nº 3.046, de 1981, extinguiu-se com a Sudebar e a consulta prévia.

O governador Chagas Freitas tinha noção do volume de negócios que a ocupação da Barra traria?

Tinha. Nesse ponto, era muito bem assessorado. Empresário, dono de jornal, grande investidor em imóveis, amigo dos empresários. Para ele, essa parte não tinha muito mistério. Mas politicamente era um cacique e se comportava como tal. Com toda aquela cara de garoupa de peixaria, o dr. Chagas era um encanto de pessoa, super-atencioso, mas era um cacique. Representava a zona da Leopoldina com mão de ferro, suas votações naquela região eram sempre espetaculares. Tanto que a grande paulada que levou foi depois de uma espetacular vitória na Assembleia Legislativa em 1970: atiraram-lhe a fusão em cima. Ele tinha o controle sobre 90% da Assembleia, portanto, numa eleição que ainda era indireta, faria o sucessor que quisesse em 74.

A Fundrem pretendia substituir as prefeituras nas decisões sobre uso do solo

Com a fusão, extinguiu-se o Conselho de Planejamento Urbano. O que foi feito de seu acervo e de suas principais atribuições?

Quando fui nomeado secretário municipal de Planejamento pelo Marcos Tamoio, trouxe os acervos do Conselho e do EPU e incorporei algumas atribuições do Conselho. Isso foi possível porque o EPU era um órgão municipal, para tratar do Rio de Janeiro; assim, transformei-o na Secretaria Municipal de Planejamento. Ou seja, eu fiquei onde estava, com os funcionários, os móveis e os utensílios; quem veio de fora foi o Ronaldo Costa Couto, que chegou com a Secretaria Estadual de Planejamento para o mesmo prédio, trazendo a Fundrem, a recém-criada Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana. Estabeleceu-se um conflito por espaço, físico e político, como é natural. Os funcionários todos me tratavam com deferência, porque sabiam que eu era anterior àquela "invasão dos hunos"; então, me davam preferência na água, no café... Daí os ciúmes.

Havia alguma superposição de atribuições entre sua Secretaria e a Fundrem?

Havia, realmente. No Conselho Deliberativo da Fundrem tinham assento o governador, o secretário estadual de Planejamento, o presidente da Fundrem e um representante do município da capital, que era eu, por delegação do Tamoio. A Fundrem chegou com idéia de substituir os Executivos de todos os municípios nas decisões sobre

uso e parcelamento do solo, por exemplo; toda a legislação aprovada pelas prefeituras nessa matéria tinha que ser submetida a ela. Ora, com Maricá ou São Gonçalo isso talvez funcionasse, mas com o município do Rio de Janeiro, que tinha quadros melhores que os da Fundrem, em termos de conhecimento e vivência dos problemas da cidade, não fazia nenhum sentido. Além disso, tanto o secretário de Planejamento quando a maioria dos técnicos da Fundrem eram “estrangeiros”: costumávamos dizer que eram reféns do chofer: se mandassem ir para o Leblon e o chofer fosse para a Tijuca, nunca descobririam.

Assim, a Fundrem começou de maneira imposta, violenta mesmo. Uma das únicas coisas positivas que se fez, e o resultado foi muito aquém do imaginado, foi um convênio sobre lixo. Tínhamos acabado de criar a Comlurb e tomado uma importante medida: acabar com a queima de lixo domiciliar, o que aumentou muito a qualidade do ar no Rio de Janeiro. Eu fui encarregado de propor aos municípios mais próximos que a Comlurb desse assessoria sobre coleta e disposição final de resíduos sólidos; o quadro da companhia estaria à disposição da Fundrem. Fizemos um convênio com Caxias para a construção do aterro sanitário em seu território para a disposição final do excesso de lixo do Rio. O resultado foi o atual “lixão” de Gramacho. Mas, em todo caso, a intenção da execução de serviço de interesse comum é essa, não é verdade? Quem pode ensina, quem não pode tenta aprender.

E quanto à ocupação do solo, houve problemas com a Fundrem?

Houve, porque eu me recusei a assinar a deliberação do Conselho, que sacramentava essa submissão dos municípios a ela. Vieram com um argumento bobo: “Mas a resolução já está numerada, não podemos adiar.” Eu fiquei firme: “Então, renumerem. Sou apenas um delegado do prefeito do Rio de Janeiro e tenho ordens para não assinar.” Mas o Ronaldo Costa Couto insistia, o Talma defendia a posição da Fundrem... O fato é que não assinei.

O Marcos Tamoio tinha topete, e nós o apoiamos: “O homem nomeou você, ele que o demita; o prefeito da capital é demissível *ad nutum*.” Mas depois o Samuel Szttyglik, meu subsecretário, foi nomeado meu sucessor na Secretaria Municipal de Planejamento e assinou.

O senhor concorda com a opinião de que a Fundrem foi uma espécie de usina de projetos para o estado?

Sim, concordo. Foram formulados diversos projetos para a Região Metropolitana. Apenas o prazo de maturação foi insuficiente. A Fundrem acabou em menos de 20 anos. Tive muitos amigos na Fundrem, inclusive Maurício Nogueira, seu primeiro diretor de Planejamento, que fez um macrozoneamento industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que jamais foi regulamentado. Quem fez mais coisas para o interior do estado foi a Lysia Bernardes, na Diretoria de Geografia da Secretaria Estadual de Planejamento: elaborou pequenos planos de ocupação urbana para todos os municípios do estado do Rio. Foi realmente um trabalho muito competente. E a Fiderj, a Fundação Instituto do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, que eu vim a presidir mais tarde, fez durante o governo Faria Lima um maravilhoso zoneamento agrícola e agro-industrial do Norte Fluminense.

Marcos Tamoio era engenheiro e tinha sido secretário de Obras do governo Carlos Lacerda. Como era sua atuação? Tentava interferir nas ações de sua Secretaria?

Ele era carioca, engenheiro, amigo dos seus amigos, de todos os empresários. Pessoalmente, era dono de uma imensa firma de terraplanagem e de uma financeira que emprestava dinheiro para imóveis. Mas enquanto eu fui secretário não senti a menor pressão de sua parte até um ponto, que passo a relatar. Antes de elaborar o Decreto nº 322, fizemos um levantamento da carência de vagas em Copacabana. O Samuel Szttyglic queria contratar uma consultora, mas nós tínhamos acabado de assumir, sequer tínhamos sede própria. Eu recusei: "Estamos cheios de arquitetos sem nada para fazer. Vamos botar essa turma na rua para levantar prédio por prédio em Copacabana; quantas vagas, quantos andares existem."

Pegamos o levantamento aéreo, recortamos, tiramos cópia, e cada um ia para a rua com uma prancheta com duas quadras: durante a manhã levantavam uma, à tarde levantavam outra. Ao cabo de uma semana, já tínhamos o material todo pronto dizendo: "Esta é a situação de Copacabana." Aí vimos coisas do arco da velha. Primeiro, metade dos prédios do bairro não tinha garagem de espécie alguma. Segundo, alguns automóveis passavam a semana inteira estacionados na avenida Atlântica e só saíam no fim de semana. Então, não havia vaga para o comércio, para coisa nenhuma.

Aí o Tamoio chamou seus amigos empreiteiros: Sérgio Dourado; Carlos Carvalho, da Carvalho Hosken; Júlio Coacy, da Real; Carlos Moacyr, da Gomes de Almeida, Fernandes... Juntou todo mundo na Secretaria de Obras e mostrou a minuta do decreto, com a exigência de vagas de garagem e novos limites de gabarito. Todos leram, muito amáveis, e saíram muito cordiais.

O Tamoio estava saindo para almoçar e me ofereceu uma carona. Perguntou o que eu tinha achado da reunião, e eu respondi: "Acho que erramos em algum lugar, porque eles estão muito satisfeitos". Não passou uma semana e me telefona o Luís Carlos Velho, diretor do Departamento de Edificações: "Corra para cá, porque deu entrada um processo com 14 andares de garagem no embasamento e mais os 13 permitidos para Copacabana em cima, isso na rua Pompeu Loureiro!" Ou seja, o sujeito queria construir um prédio de 28 pavimentos! Daria vista para o mar.

Fomos ao Tamoio, que nos disse: "Chame o homem aqui, porque estou vendo que o construtor entrou como uma substituição de projeto. Diga que você o interpretou como um estudo de viabilidade para um edifício-garagem de 14 pavimentos na rua Pompeu Loureiro e que, se ele não estiver interessado em construir só isso, você desapropriará o terreno, e a prefeitura fará o edifício-garagem." Era uma excelente idéia! O homem foi lá, ele fez essas ameaças todas, e o sujeito desistiu. Mas não era um camaráda radical, pelo menos nesse período.

Por que o senhor pediu demissão da Secretaria de Planejamento?

Em novembro de 76 haveria eleições municipais. Quando fui a Brasília para cuidar do orçamento do município, que era meio polêmico, fui abordado no voo de volta pelo deputado Álvaro Valle, que veio dizendo que o presidente Geisel fazia muita questão da vitória nessas eleições, porque as considerava um plebiscito sobre o seu

governo. E que o Geisel estava preocupado, porque o Rio de Janeiro sempre foi uma área de oposição: até o prefeito era do MDB – o Tamoio era inscrito no partido. O Geisel teria encarregado a ele, Álvaro Valle, de coordenar as adesões à Arena, para aumentar as chances de vitória do governo.

Chego ao Rio e me deparo com o início de uma pressão pela filiação à Arena – eu ainda trabalhava no Palácio Guanabara, ao lado do Ronaldo Costa Couto. E começou uma coisa ridícula: o Ronaldo filiou todo mundo, inclusive a secretária e o contínuo que servia café. E a pressão passou para o município, liderada por gente do gabinete do Tamoio. Um dia me ligaram: “Pedrinho, você é o único que faz restrições a entrar para a Arena...” Eu me espantei: “Nunca disse nada disso!” Insistiram: “Pois é, mas o fulano e o beltrano já vieram aqui, disseram que entram para a Arena com muito prazer e que passam a pressão adiante, para os seus subordinados...” Fica a sugestão, mas não pense que se trata de qualquer forma de pressão.” E ficou nisso.

Em seguida, veio o Ronaldo Fabrício, prefeito de Niterói, que já era da Arena, desculpar-se com o Faria Lima por não poder apresentar uma grande quantidade de fichas de filiação, porque em Niterói todos os seus subordinados já pertenciam ao partido. Eu já tinha feito tudo o que a Secretaria de Planejamento podia fazer: o orçamento, o endividamento, o organograma da prefeitura inteira. Aí fui ao Tamoio e disse: “Não vou entrar para a Arena. Quando o Brasil tinha 14 partidos, não entrei para nenhum; não será agora que só tem dois, que vou entrar para o que vai perder. E digo mais: estou ganhando pouco, tenho cinco filhos, e não posso ficar mais aqui.”

O Tamoio argumentou: “Mas é uma pena, Pedrinho. Por que você não pega umas consultorias por fora?” Respondi: “Porque não faz o meu gênero; nunca fiz isso e não vou começar agora. Muito obrigado e até logo.” Ele ainda pediu: “Então, diga que foi por razões particulares.” Eu retruquei: “E são, mesmo, razões particulares minhas, que não preciso revelar a ninguém.”

Mello Franco, que estava na Embratur desde o final do primeiro governo do Chagas, me chamou para seu adjunto. Ficamos lá até 1979, quando o Chagas assumiu novamente o governo, agora de todo o estado do Rio de Janeiro. Mello Franco veio ser de novo secretário de Planejamento, e me nomeou para presidir a Fiderj, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro. No nebuloso episódio da substituição do prefeito Israel Klabin, Mello Franco e todo o primeiro escalão de sua secretaria pediram demissão. Chagas aceitou prontamente e nomeou Júlio Coutinho para a prefeitura. Em 81 fui efetivado como arquiteto do município e lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

Que diferenças o senhor encontrou na estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento?

Antes havia três superintendências: Orçamento, Planejamento Urbano e Modernização Administrativa; quando retornei, havia apenas alguns órgãos a mais, como por exemplo, a Coplan, a Comissão do Plano da Cidade. Mas ainda tinha o Orçamento. Muito enfraquecido, porque a Secretaria de Fazenda sempre quis influir no orçamento. No fundo, a Secretaria de Fazenda é, tecnicamente, uma coletoria; tem que cuidar da receita, enquanto o Planejamento cuida da despesa. Não se pode deixar misturar, pois vira uma confusão danada.

A Superintendência de Planejamento Urbano já estava dividida em estruturação urbana e legislação. Fui trabalhar com a legislação, porque o PUB-Rio tinha criado o Projeto de Estruturação Urbana, dividindo o planejamento físico da cidade por unidades espaciais de planejamento e tinha recomendações de prioridade de ações em cada área.⁴⁵ Continuei no município, e lá estou até hoje.

O primeiro governo Brizola perenizou as favelas e incentivou as invasões de terrenos públicos e privados

Algumas leis importantes regulam o uso do solo no Rio de Janeiro, como os Decretos-lei nº 6.000, de 1937, nº 991, de 1962 e nº 3.800, de 1970. Que alterações significativas foram introduzidas por essa legislação?

O Decreto nº 6.000 já permitia a construção de torres, edifícios muito altos, desde que afastados das divisas, e um exemplo típico fica no início da praia de Botafogo: o edifício Caparaó é um prédio dos anos 40 com 20 pavimentos, em centro de terreno, muito recuado na frente, com afastamentos laterais razoavelmente pequenos, mas acima do gabarito. O decreto dizia que, construindo no alinhamento, seria preciso respeitar determinada altura; se o prédio fosse recuado, seria possível romper o gabarito, mas era preciso manter afastamentos laterais iguais aos de fundos.

Depois, Carlos Lacerda fez o Decreto nº 991, que permitiu ultrapassar o gabarito original, desde que em centro de terreno – há vários prédios dessa época em Ipanema, na rua Prudente de Moraes, que possuía lotes não muito grandes, e era preciso juntar quatro ou cinco terrenos para construir um prédio.

Na sua opinião, o que marcou a passagem para o Decreto nº 3.800, de 1970?

Foi a fixação de um zoneamento absolutamente rígido: usos seqüestrados em áreas, zonas residenciais exclusivas, zonas unifamiliares; nas zonas comerciais, nos centros de bairro, gradação de uso e de intensidade de diversos usos. Isso era muito diferente do Decreto nº 6.000, que já previa zonas residenciais e comerciais, mas com rigidez menor. Além da área central, o Decreto 6.000 permitia o uso comercial nas ruas onde passavam as linhas de bonde; é por isso que há uma frente comercial contínua, que sai do centro da cidade, passa por Catete, Flamengo, Botafogo, Jardim Botânico, Leblon, volta por Ipanema, Copacabana, Leme e fecha na rua da Passagem. Nesse centro comercial linear, era possível, mas não obrigatório, fazer comércio; podia-se construir residências, de modo que a ocupação ficava mais fragmentada. O Plano Doxiadis introduziu o conceito de *zoning*: as zonas residenciais, as comerciais e as industriais. Muita coisa pôde ser aproveitada.

Então, o Plano Doxiadis não ficou no papel, como muitos pensam?

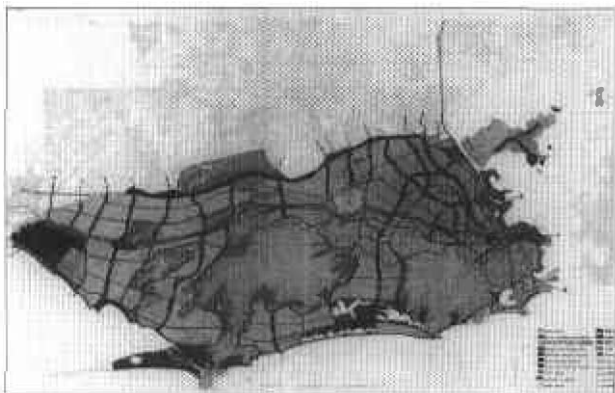
Isso mesmo. O Hélio Modesto, o Hélio Marinho e o Hélio Mamede trabalharam na Cedug, a Comissão de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara,

⁴⁵ O Plano Urbanístico do Rio de Janeiro, PUB-Rio (1976-77) foi a resposta municipal à política urbana elaborada em âmbito federal e estadual. O Plano, realizado por técnicos da prefeitura, pretendia orientar as ações da cidade, como parte integrante da região metropolitana. Não se trata de um típico plano diretor, limitando-se a ditar algumas diretrizes. Divide o município em seis áreas de planejamento (Aps) com características diversas. Ver Vera Rezende, 1982.

encarregada do contrato entre o governo da Guanabara e o escritório do Doxiadis. Essa Comissão fez os levantamentos necessários e guardou este acervo. A administração seguinte, o governo Negrão de Lima, seqüestrou o plano. Mandou recolher a maior parte dos exemplares e trancafiou numa casa na Vila Kennedy. Mas os técnicos da Cedug, que permaneceram trabalhando no estado, começaram um projeto de transformação da legislação vigente no Rio de Janeiro por meio da Lei de desenvolvimento urbano de 1967. Com o AI-5 e o conseqüente fechamento da Assembléia Legislativa, o poder executivo editou o Decreto 3.800, de 1970, que implantou na legislação as diretrizes do Doxiadis.

O principal problema era que um grupo estudava a mudança da legislação, e a Secretaria de Obras a aplicava. Por exemplo, todo o desenvolvimento do condomínio Selva de Pedra, aqueles terrenos da antiga favela da Praia do Pinto, foi feito já com base nos conceitos do Decreto nº 3.800: prédios em centro de terreno, afastados da divisa, com gabaritos altos, proporcionais ao que o decreto viria depois a consagrar.

O governo Brizola abandona a política de remoção de favelas. Como a cidade passa a conviver com essa nova realidade?



*Doxiadis "Master Plan"
para o ano 2000 (1964/65)*

Houve dois movimentos independentes a partir do governo Brizola: primeiro, com o fim das remoções, promoveu-se a ocupação permanente dos morros e outras áreas de favelas. Inicialmente, todo o investimento da poupança da população favelada era em eletrodomésticos: nos barracos havia geladeira, televisão, fogão etc. Mas o barraco era inteiramente provisório, pois qualquer dia podia ser derrubado. Quando o Brizola estatuiu como diretriz política de seu governo não remover mais nada, imediatamente as pessoas passaram a investir em alvenaria. Em seguida, foi dada autorização formal à Light para regularizar o fornecimento de energia elétrica.

O segundo movimento foi o incentivo explícito à invasão de terrenos públicos ou privados. Uma coisa! Eu acompanhei o nascimento de uma favela chamada Rio das Pedras, uma coisa horrorosa, ali em Jacarepaguá. Terrível! Houve uma denúncia de vizinhos de que a área da avenida Canal, do rio das Pedras, estava sendo ocupada por sete ou oito barracos; mandaram um engenheiro fazer uma vistoria e ele relatou a existência de 12 barracos. Aí, o processo percorreu todos os caminhos burocráticos, e lá pelas tantas, aparece o despacho: "Face ao prazo decorrido, pedimos outra vistoria." Tinham passado seis meses, e o engenheiro voltou de lá tendo constatado a existência de 92 barracos, sendo 15 de alvenaria! Aí não saía mais.

Tempos depois, houve uma enchente no rio das Pedras, que arrasou com tudo, mas o governo Brizola tratou de construir novas casas para repor as destruídas, e mais algumas outras; a Secretaria de Desenvolvimento Social consolidou definitivamente a favela, e hoje existe até uma linha de ônibus Rio das Pedras-Gávea.

O primeiro governo Brizola pretendeu virar do avesso as posturas anteriores, herdadas do AI-5: fim do modo autoritário de governar, fim da interferência do governo federal e da subserviência do chaguismo etc.; entretanto acabou sendo um tiro n'água. Particpei entusiasticamente da campanha, mas logo me decepcionei, como, aliás, acon-

teceu com muita gente. Primeiro, o Brizola trouxe algumas pessoas que estavam afastadas do Brasil – dizia-se, brincando, que bastava ter sido cassado ou exilado para ter alguma chance no seu governo. Nesse primeiro momento, havia dois tipos de cassados, participando inclusive do financiamento da campanha: o corrupto e o político; veio muita gente inaceitável. Depois, caudilhescamente, como é o seu estilo, ele tomava conta de cada nomeação, inclusive na prefeitura.

Exatamente porque aquele pessoal tinha passado muito tempo fora do Brasil, muitas coisas se atrasaram. Um exemplo: o projeto de saneamento da Baixada de Jacarepaguá já estava pronto, e o BNDES já tinha liberado o financiamento. Tudo tinha sido feito durante o governo Chagas, um trabalho grande e sério. Pois o Brizola achou um absurdo gastar essa fortuna para um “projeto para ricos”. Mandou alterá-lo para incluir todo o esgotamento de Jacarepaguá para a bacia das lagoas. O então secretário de Obras e Meio Ambiente retirou o processo do BNDES e o modificou. Quando deu entrada novamente, o funcionário do Banco disse: “O projeto tem duas partes: a física e a econômica. Você não pode chegar aqui e dizer: ‘Vai custar mais tanto, mas a aprovação já está dada’ É outro processo, com outro custo.”

Foi aí que nos demos conta do alheamento do Brizola e do grupo formulador de sua política; o Brasil tinha mudado tremendamente. Qual foi a solução? Apelaram: “Somos perseguidos pelo governo federal.” Quando isso não era verdade, absolutamente. Por isso, esse tipo de coisa atrapalhou a primeira administração na prefeitura. Não houve nada de muito relevante, a não ser o projeto “Cada família um lote”, o Sambódromo, e depois o projeto dos Cieps. Na realidade, a construção de escolas foi um pretexto para utilizar o dinheiro do Fundo de Educação na construção do Sambódromo; como vocês sabem, durante o ano os camarotes do Sambódromo e parte da estrutura das arquibancadas são convertidos em salas de aula.

Quem foi o principal formulador urbanístico do governo Brizola?

Não havia ninguém, em termos doutrinários. Acho que o mais próximo disso era o vice-governador Darcy Ribeiro, uma cabeça polivalente. Na época prevaleciam ainda estruturas federais, como o Ipea, o Ministério do Interior, o Serfhaú etc. Em seu primeiro mandato como prefeito, entre 83 e 85, o Marcelo Alencar conseguiu aprovar uma lei municipal de desenvolvimento urbano, que refletia a que estava sendo feita em Brasília; foi a obra do seu primeiro mandato. Ele dizia que só aquela lei justificava o tempo que tinha passado na prefeitura.

O governo do Saturnino foi bastante inovador, mas planejava-se demais e executava-se muito pouco

O primeiro prefeito eleito do Rio de Janeiro foi Roberto Saturnino, em 1985.⁴⁶ Mudou alguma coisa em relação aos prefeitos nomeados?

O Saturnino, que tinha um perfil de PMDB, foi eleito junto com o Jó Resende, que tinha um perfil de PT; mas estavam ambos no PDT. Saturnino é um político enérgico,

⁴⁶ As eleições diretas para prefeito de capital, extintas pelo Ato Adicional nº 3, de 05.02.1966, foram restabelecidas em 1985.

mas seu perfil é mais de legislador do que de governante. E faltou execução; planejava-se muito e executava-se pouco.

Por mimetismo em relação ao governo federal, o Saturnino criou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – foi quando o governo federal criou o Ministério do Desenvolvimento Urbano – para onde transferiu o Departamento de Edificações, que estava na Secretaria de Obras. Isto significou reunir no mesmo órgão, depois de muitos anos, o planejamento, o licenciamento e a fiscalização; a partir daí, elaborar a legislação, licenciar as obras e fiscalizar seu desenvolvimento passou a ser tarefa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O secretário era o arquiteto Flávio Ferreira, e seu chefe de gabinete era o Sérgio Magalhães; pela primeira vez, tivemos um secretário com títulos acadêmicos: doutorado nos Estados Unidos. Bom arquiteto, falava de cidade, já tinha essa linguagem de cidade... No fundo, ninguém entendia muito o que estava acontecendo, acho que em lugar nenhum do mundo. Depois da invasão do automóvel, estavam todos a fazer obras viárias, vias expressas e não-sei-mais-quê. Degradando a cidade para caber mais carro.

Não podemos nos esquecer de que todo o plano do Lúcio Costa para a ocupação da Barra da Tijuca, por exemplo, foi feito com o mesmo conceito rodoviário de Brasília. Ele acabou de construir Brasília em 60 e em 67 já estava fazendo o plano da Barra. Agora, não podia ficar igual, porque na Barra as terras tinham dono, ao contrário de Brasília. As pessoas não se dão conta de que é muito fácil dizer: “Aqui vai ser assim porque eu quero”, quando as terras não têm dono. Recentemente, o *Jornal do Brasil* decidiu fazer uma matéria sobre o Lúcio e ouviu muitas pessoas, inclusive eu. Uma pergunta que me fizeram foi: “O que foi desobedecido no Plano Lúcio Costa para a Barra?” Eu respondi: “Menos de 10%. O Lúcio Costa estava à testa, porque foi assessor da Secretaria de Planejamento e da de Desenvolvimento Urbano até morrer. Discutiu passo a passo todos os decretos.”

Mas ele não previu aqueles prédios altíssimos na avenida Sernambetiba.

Quando em 1981 houve a regulamentação do hotel-residência, perguntaram a ele onde poderiam construí-los. Hotel-residência é hotel? O Lúcio entendeu que é. Depois que construíram prédios residenciais multifamiliares, disfarçados de hotel-residência e com altura de hotel, ele se revoltou: “Eu não previ essa quantidade de coisas altas.” Não previu, mas aconteceu. Não houve desobediência; aquilo estava contido nas potencialidades do Plano. Podemos discutir a obsolescência precoce daquele Plano, o que é outra coisa.

Agora, o Flávio Ferreira tinha outra concepção urbanística. Trouxe para a política de planejamento urbano uma série de críticas à legislação pois, como muitos pós-modernos, ele considera a torre desestruturante da quadra francesa, da quadra contínua edificada, das fachadas iguais, do gabarito único das grandes ruas – a postura **haussmanniana**, que deu Paris, Barcelona e uma porção de outros lugares; grandes perspectivas, ruas retas. É bonito, sem dúvida alguma. O Plano Agache é isso: quadras contínuas, prédios encostados um no outro, algumas galerias cobertas.

A reforma urbana empreendida por **George Haussmann** em Paris (1853-1870), segundo Jaime Benchimol, transformou a capital francesa no modelo de metrópole industrial moderna que passou a ser imitado mundialmente. O centro de Paris foi rasgado por um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de todos os lados, pondo fim aos populosos quarteirões populares e ao emaranhado de ruas estreitas e tortuosas. Haussmann deu aos bulevares o caráter de grandes artérias, capazes de atender ao tráfego pesado e articular os principais terminais de circulação de trabalhadores e de mercadorias. Outra grande novidade urbanística foram as praças abertas ao grande público, concebidas como pulmões localizados em lugares de maior tráfego. Em 17 anos, Haussmann realizou um conjunto sem precedentes de obras urbanísticas que, além das avenidas e parques, incluíam mercados públicos, estações e quarteis, canalizações de água e esgoto. Ver Jaime Larry Benchimol, 1990.

Como já vimos aqui, o Decreto nº 3.800, de 1970, consolidou no Brasil o conceito de torre – já havia um ou outro prédio alto, como o Caparaó, de que falamos; a Mesbla, no Passeio Público; o edifício de A Noite; alguns em Copacabana, prédios art déco muito bonitos. O decreto diz que, se o prédio estiver suficientemente afastado das divisas, pode ter altura ilimitada, a não ser em lugares proibidos por outra legislação – o gabarito dos hotéis de Copacabana foi limitado pela parábola de tiro do forte Copacabana. Mas em lugares onde não havia outras limitações, para se incentivar o ramo hoteleiro, permitiu-se a altura ilimitada. Construídos no meio de uma quadra, esses prédios provocaram realmente sua desestruturação.

O Flávio era muito contrário a isso, pois o urbanismo que ele defendia tinha sido aprendido com os grandes mestres europeus. Reformulou o decreto, fixando mais alguns limites: o prédio pode ser construído afastado das divisas, mas a área total edificada tem que ser igual à obtida caso o prédio fosse construído encostado; a altura pode ser ultrapassada, mas o volume deve permanecer o mesmo. Com isso, não há qualquer ganho especial em lembrar terrenos contínuos.

Paralelamente, ele criou um grupo de trabalho para consolidar e simplificar a legislação da época. Contratamos algumas firmas e dissemos o seguinte: "Teremos que fazer projetos de estruturação urbana para essas Unidades Especiais de Planejamento. Nós fornecemos o levantamento aéreo das UEPs, e nele vocês vão inserir a legislação atual, sem qualquer crítica. E outra coisa: vamos fixar regras para a construção de residências unifamiliares, multifamiliares, hotéis, estabelecimentos comerciais etc. Assim, quem quiser erguer um prédio de apartamentos no Grajaú, vai pegar o caderninho do bairro e procurar as regras para prédios multifamiliares na área. Não precisa saber mais nada além disso." Era um maneira diferente de fazer o código de obras. Além disso, eu pedi ao Flávio: "Vou fazer uma radiografia da cidade. Peça ao prefeito para mantê-la imóvel durante três ou quatro meses, porque se ele modificar a legislação nesse meio-tempo, nunca conseguirei terminar o trabalho."

O Saturnino agüentou dois meses, mas aí vinha a eleição, vinham as pressões, e o trabalho ficou pela metade; essa foi uma experiência frustrada. Uma pena, porque perdemos uma grande oportunidade de organizar tudo.

O vice-prefeito Jó Resende era egresso de movimentos comunitários. Que influência isso teve nas ações de governo?

Ele tinha um conceito ainda inédito de participação popular e criou os Conselhos Governo-Comunidade. Você discutia no local com as associações de moradores – afinal, ele próprio tinha presidido a Associação de Moradores do Cosme Velho e depois a Famerj, como representante da Associação dos Mutuários do BNH. Mas o Jó é uma pessoa de temperamento difícil. Autoritário, fala alto, é espaçoso, muito espaçoso. A partir dos Conselhos Governo-Comunidade, interferia em todo o governo; tudo passava pelo seu gabinete.⁴⁷

⁴⁷ Ver depoimento de Jó Resende sobre sua passagem na vice-prefeitura do Rio de Janeiro em Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire, 2001.

Em 1986, quando se iniciou a sucessão estadual, o Jó assumiu politicamente a posição de organizar a campanha do Darcy Ribeiro na cidade do Rio de Janeiro. E pegou pesado, não propriamente para eleger o Darcy, mas para evitar a eleição do Moreira Franco, que ele odiava, não sei por quê. Lembro que, às vésperas da eleição, fizeram uma "pajelança" no Maracanãzinho, e o Jó Resende perdeu inteiramente as estribeiras; ele urrava! Berrava coisas assim: "Não vou deixar nenhum cabo eleitoral do Moreira subir em nenhuma favela do Rio de Janeiro." Ele não tinha qualquer poder para isso, mas ameaçava. Com o final do governo, sumiu do mapa.

Como funcionavam os Conselhos Governo-Comunidade?

Do ponto de vista de gestão, deram algum resultado positivo, foram importantes. Por exemplo, antes de fechar uma pista inteira da rua Jardim Botânico para construir uma câmara subterrânea da Light em frente à ABBR, o vice-prefeito convocou uma reunião com a Light, a CEE, a Associação de Moradores do Jardim Botânico e de áreas que possam ser afetadas por retenções de trânsito, como São Conrado e Barra, e todos participam, dando sugestões, propondo alternativas.

A gestão de uma obra dessas era monitorada pelo gabinete do vice-prefeito?

Sempre. Era o gabinete do vice-prefeito que julgava se a obra requeria a convocação do Governo-Comunidade para dizer por que não se faz assim, não se faz assado. Agora, cada um só era chamado para uma área de seu conhecimento específico. Eu jamais compareci a uma reunião sobre problemas de Santa Cruz; quem ia era alguém com experiência na região. Mas a Secretaria de Desenvolvimento Urbano sempre participava de tudo.

E o que faltou para essa experiência dar certo?

As representações patronais, como Associação Comercial, Federação das Indústrias, Sindicato da Construção Civil etc. estavam habituadas a exercer sozinhas essa influência, atuando diretamente junto às autoridades, sem coordenação nem formalidade. Convidadas, compareceram uma vez, e nunca mais apareceram.

Como Roberto Saturnino foi levado a decretar a falência do município do Rio?

Considero seu governo bastante criativo para a cidade, extremamente inovador. O fracasso de sua gestão foi absolutamente sem culpa, não foi uma má gestão do administrador que gastou errado; o Saturnino fez o que podia fazer, mas teve as receitas bloqueadas. A partir de 1987, depois que saiu do PDT, então, tudo piorou mais ainda.

Qual foi o legado do governo Saturnino para a política de desenvolvimento urbano?

Sobrou pouca coisa: fizemos apenas um código de construção multifamiliar, comercial e de serviços – o de construção unifamiliar já estava feito. E fizemos mapas, que aqueles escritórios apresentaram, mas com a legislação daquele momento; até hoje usamos mapas daquele tempo. São 55 Unidades Especiais de Planejamento: bairros ou conjuntos de bairros que foram considerados coerentes em 1978, no PUB-Rio e depois consagrados no Plano Diretor de 1992. O PUB-Rio era “filho” do Plano Doxiadis. Foi onde primeiro se disse: “Não tem sentido fazer uma legislação única para uma cidade com esse território. Vamos tomar unidades menores, com alguma coerência, e legislar sobre ela.” O foco mudou, mas era preciso ter primeiramente um macrozoneamento, as grandes manchas; em seguida, um plano de transportes, de hierarquização de áreas, que interligasse essas UEPs; é como um cacho de uvas.

Mas o processo começou torto. Começou no Grajaú, e por quê? Porque a recém-eleita vereadora Benedita da Silva fez uma lei determinando que o gabarito máximo do Grajaú seria de três pavimentos, até que se aprovasse o projeto definitivo. Tivemos que obedecer à lei da Benedita. Foi um início sem regra, sem coerência, mas tínhamos que tocar assim mesmo. Aí veio a briga do Saturnino com o Brizola e sua saída do PDT. O partido retaliou violentamente, inclusive retirando vários quadros da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Flávio Ferreira e Sérgio Magalhães foram com o Saturnino para o PSB e ficaram até o final do governo, mas outros que se identificavam mais com o PDT foram obrigados pelo partido a pedir demissão. Entre os últimos estava João Sampaio que mais tarde brilhou como prefeito de Niterói.

O transporte urbano no Rio de Janeiro sempre foi um setor muito delicado. Como foi a atuação do governo nessa área?

O Rio sempre teve grandes dificuldades na área de transportes, porque só cabe ao município a concessão de linhas municipais e de autônomo a táxis. *Mais nada.* Isto é uma deformação que interfere fisicamente na cidade. Há duas enormes faixas de ferrovias que constituem bloqueios urbanos tenebrosos, funcionam precariamente, e são praticamente paralelas a eixos rodoviários. Trata-se de uma deseconomia cavalgar! Depois, o metrô, que sequer é metropolitano. A Linha Um, logo no começo, só servia para transportar *office boy*, pois ia da Glória à Central do Brasil; depois é que foi estendida. E o município não tinha qualquer ingerência, porque os trens eram federais e o metrô era estadual.

Nessa área, não havia praticamente relações, mas com o transporte rodoviário o relacionamento sempre foi tenso. A Fetranspor manda no município, ninguém consegue organizar; eles querem linhas dobradas, para ter duas ocupações. Só depois da posse de César Maia na prefeitura é que o município começou a ter uma certa independência, impondo tarifa única e uma série de outras medidas.

Parece que o Plano Diretor foi entregue por Jeová ao Marcelo Alencar, no alto do Corcovado, sob raios e trovões

Nas eleições de 1988, Marcelo Alencar é eleito prefeito e Arnaldo Mourthé ocupa a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O senhor permaneceu na Secretaria?

Continuei no mesmo lugar. O Mourthé saiu em 90, para ser candidato a deputado federal. Foi nesse período que iniciamos os estudos para elaborar o Plano Diretor, finalmente aprovado em 92. Esse Plano já foi feito de acordo com a Lei Orgânica do Município, uma exigência da Constituição de 88. Aliás, foi ela a grande responsável pela recuperação que o governo Marcelo Alencar trouxe para o Rio de Janeiro. Como a base territorial da Constituição é o município, a arrecadação cresceu uma brutalidade. O Marcelo pegou uma cidade falida e uma receita hipertrofiada. Resultado: tirou o Rio da falência em tempo recorde e ficou com as glórias.

Tanto a Lei Orgânica quanto o Plano Diretor sofrem desse defeito brasileiro herdado de Portugal, de dizer coisa demais: só falta fixar o preço do quilo do tomate. O Plano Diretor ficou com esses cacoetes detalhistas e saiu com cara de diretriz de governo: pode fazer, vamos fazer aquilo. Além disso, ficou um plano populista, com a marca do PDT e grande influência dos movimentos populares. Todos os instrumentos financeiros criados por ele destinam a arrecadação exclusivamente para área de especial interesse social; não se pode fazer nada que não seja, no discurso, para resgatar o déficit habitacional.

O Plano foi aprovado em 1992, como lei complementar à Lei Orgânica do Município, e a regulamentação conteria quatro documentos: regras para edificação, uso e ocupação do solo, licenciamento e fiscalização. O Marcelo Alencar enviou os projetos de regulamentação à Câmara em dezembro e deixou o governo em janeiro de 93, quando assumiu o César Maia. Foi um plano para ser implementado pelo sucessor.

O senhor participou da elaboração do Plano Diretor?

Não, porque criei a fama de dizer o que penso na hora imprópria. Fizemos algumas reuniões iniciais, e eu disse coisas que não agradaram; fui posto à margem. Primeiro, eu já discordava da necessidade de existir um plano diretor; para mim, foi *lobby* de consultorias na Constituição de 88. É absurdo obrigar um município de 20 mil habitantes a ter um plano diretor; isso não acontece em nenhum país do mundo. Deve-se corrigir rumos, mas o crescimento da cidade tem que ser espontâneo, à exceção daquelas que nasceram de uma concepção voluntarista, como Brasília.

Segundo, o Plano Diretor já tinha sido desmoralizado no Brasil desde os anos 70, na época do Serfhou, precursor do BNH, um serviço federal que elaborava planos diretores para cidades do interior. Funcionou na PUC, na casa do Grandjean de Montigny, um lugar muito bonito para trabalhar. Com a fundação do BNH, criou-se o Planasa, o

Plano Nacional de Saneamento: o cliente era a companhia estadual de saneamento, e o BNH fornecia os recursos. Na época, o Brasil tinha pouco mais de três mil municípios e 22 estados, e a capacidade de pagamento das companhias estaduais era muito maior do que a dos *municípios*. Cada estado *criou* a sua: Cedae, Sabesp etc., e para se candidatar a recursos de saneamento o município tinha que ter um plano diretor. Foi uma corrida! Escritórios reproduziam planos diretores em mimeógrafos, entregavam aos prefeitos e faturavam um dinheiro alto.

Com esse plano, os prefeitos obtinham uma carta de crédito para os recursos de saneamento. Com o dinheiro, uns construíram fonte luminosa, muitos ergueram estádios municipais batizados com o próprio nome, o diabo. Assim, a idéia do plano diretor já estava muito desgastada, mas voltou com força na Constituição de 88.

Qual foi a posição do governo César Maia em relação ao Plano Diretor?

Mandou recolher os projetos, para estudar melhor. Tornou a enviá-los, e estão tramitando na Câmara até hoje. Não se fez nada. Passou a época da revisão do Plano Diretor, e este não foi revisto.

A quem interessa essa procrastinação?

Não sei. A impressão que dava é que o Plano tinha sido entregue por Jeová ao Marcelo Alencar, no alto do Corcovado, debaixo de raios e trovões, porque não podia ser mexido. Bobagem, o Plano não existe para engessar coisa nenhuma.

Quando assumiu a Secretaria de Urbanismo, no início de 1993, o Luiz Paulo Conde me chamou e perguntou: "O que você acha do Plano Diretor?" Respondi: "Não gosto, mas é lei." Ele perguntou o que havia de errado, e eu respondi: "Não há nada de errado. Apenas diz que você é obrigado a fazer, no prazo de três anos, 55 Projetos de Estruturação Urbana para as 55 Unidades Especiais de Planejamento; só aí são 55 leis. Além disso, é necessário elaborar, em prazos variados, outras tantas leis." Peguei um exemplar do Plano e marquei as leis que deveriam ser feitas, todas com prazo final de três anos. Mas eram apenas 180 dias para a lei do uso do solo, para o código de obras e para os regulamentos de fiscalização e de parcelamento da terra. Fiz as contas: seriam mais de cem leis. Quer dizer, o Executivo era obrigado a elaborar cento e poucos projetos de lei, todos com exposição de motivos, para enviar ao Legislativo, que não tinha prazo para apreciar. Ao final, enviaram-se sete ou oito projetos, que simplesmente não foram apreciados. Houve completo desinteresse em cumprir o Plano Diretor, que alguns identificam com a existência do Plano Estratégico.

Como parte do Plano Diretor foi criado o Conselho Municipal de Política Urbana, o Compur. Qual era sua composição?

Esse Conselho tinha sido criado ainda no governo do Marcelo e desde o início do governo do César Maia estava em briga com o Executivo, pois se colocava como

“guardião da virgem”. O Conde me nomeou assessor técnico do Compur, com uma missão de pacificação. Sua criação já revelava vontade de sofrer, porque as secretarias tinham voz, mas não voto – é claro que o funcionário do governo já ficava na defensiva, porque podia falar mas não votar. Agora, todos os membros com direito a voto eram de fora do governo: Ademi, Ampec, Sinduscon – do lado dos construtores – e mais Firjan, Instituto dos Arquitetos, Clube de Engenharia, Famerj, Faferj. Todos votavam, todos gritavam, todos diziam coisas; o time dos empresários não se entendia com o time de moradores, enquanto o time dos profissionais se juntava contra todos.

E quem tentava coordenar isso, o governo?

É, o governo trazia uma assessoria técnica, que era eu, e uma assessoria administrativa. Mas a principal atividade do Conselho era contrariar o governo, dedicava-se a isso com afinco. Fui para lá com a missão de fazer a paz, mas foi impossível. Finalmente, o Conde, já prefeito, extinguiu o Compur, em julho de 98. A partir daí, fui para o seu gabinete, como assessor.

O Compur tinha sido criado por iniciativa da Câmara de Vereadores, antes que o Executivo o fizesse. Mas criaram um órgão que aumentou a despesa, ato que é prerrogativa do Executivo. Enquanto o Compur não o incomodou muito, o Conde deixou as coisas prosseguirem; quando sentiu que era impossível lidar com ele, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade e extinguiu o Compur.

Por que a insistência nesses Conselhos?

Tenho a impressão que o Conselho seria o grande fórum da participação popular. Agora, o Plano Diretor hipertrofiou suas funções de fiscalização sobre o Executivo, inclusive sobre o corpo de funcionários; o Compur tinha poderes para requisitar processos, marcar depoimentos, interrogar funcionários públicos. Ora, isso é função do Ministério Público. Além do mais, a lei que criou o Conselho o fez consultivo, mas ele começou a assumir posturas típicas de um conselho deliberativo; era um governo paralelo, quase. Quando prefeito, o César Maia vetou a participação do Compur na aprovação das operações interligadas, dizendo: “Só conheço um conselho não eleito com poder de veto sobre o Executivo: o Conselho de Segurança da ONU. A Câmara tem essas funções, mas é eleita.”

Além do Plano Diretor, foi elaborado também um plano estratégico para o Rio de Janeiro, a partir da contratação de uma consultoria espanhola, liderada por Oriól Bohigas e Jordi Borja.

Por inspiração do Conde, o César Maia contratou essa consultoria dos catalães para fazer um plano estratégico para o Rio. Parte do que fizeram em Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992 foi exatamente uma revalorização do espaço público, tor-

nando-o novamente atraente para a população, que tinha fugido porque o espaço público estava sujo, inseguro, escuro, decadente, em suma; o próprio comércio tinha se refugiado dentro dos *shoppings*, onde tudo isso está aparentemente controlado. Depois do sucesso obtido em Barcelona, eles resolveram vender essa experiência, e um dos que compraram foi o governo da cidade do Rio de Janeiro. O Bohigas é o intelectual da história, os outros foram os executores. Mas sua visão de planejamento, dele e do seu pessoal, foi de grande utilidade. Acho que, de tempos em tempos, um olhar de fora é fundamental, porque quem está muito envolvido fica sempre repetindo as mesmas coisas. É preciso uma lufada de ar fresco. Apenas, Rio e Barcelona têm realidades políticas bastante diferentes, até porque os secretários da prefeitura de Barcelona são vereadores, então não há choque com a Câmara.

O Plano Estratégico gerou diversas propostas, entre as quais os projetos Favela-Bairro e Rio Cidade. Logo depois das primeiras palestras, os catalães foram levados para conhecer as favelas e propuseram pensar nelas como uma coisa permanente, que estará lá para sempre. Assim, era preciso fazer alguma coisa, diminuir progressivamente a diferença entre o que é favela e o que não é. Não disseram nenhuma novidade, mas nós vínhamos de uma complicada tradição de convivência com a favela, que variava desde a remoção pura e simples até a completa leniência: não fazer nada, deixar como estava.

Ora, a partir do primeiro governo Brizola, a favela passou a ser uma opção permanente de moradia, portanto, era fundamental torná-la mais habitável: botar água e esgoto, regularizar o fornecimento de energia elétrica, construir vias de acesso. Isso é o Favela-Bairro. Agora, é suficiente ou não? É caro ou não? Não existe resposta para isso. Considero a falta de apropriação de custo real o grande calcanhar de Aquiles desses projetos. O custo real inclui contratação de consultores, viagens de pesquisa, pagar passagem e hotel, isso tudo tem que ser incluído no custo do projeto.

Favela-Bairro e Rio Cidade requereram alterações na legislação urbana?

Não, porque toda a legislação se refere ao uso do espaço privado; não há lei para o que se faz em espaço público. Quando o poder público quer invadir um espaço privado, simplesmente muda o alinhamento. Assim, essa parte da área pública, do desenho urbano, tinha ficado muito abandonada, desde que o automóvel invadiu a cidade e que urbanismo passou a ser abertura e alargamento de vias para fazer caber carros. Em termos de espaço público, o Rio de Janeiro já foi uma cidade caprichadíssima – nunca devemos esquecer que a abertura da avenida Rio Branco é uma operação urbana do começo do século XX, e seu alinhamento é até hoje o mesmo deixado pelo prefeito Pereira Passos: não tem recuo progressivo, não tem desarrumação. Estão lá a calçada de pedra portuguesa, a arborização, a grade de ferro fundido no pé da árvore. É uma via de Primeiro Mundo.

A gestão dos espaços públicos feita pelos dois últimos governos – César Maia e Luiz Paulo Conde – tentou superar um atraso de décadas, de acúmulo de coisas ordinárias, vagabundas. Uma vez, contei 38 tipos de poste e outros suportes verticais entre o

Palácio Guanabara e a rua Marquês de Olinda, em Botafogo, distantes menos de 1 km; alguns postes não tinham qualquer função: um belo dia houve ali um cabo de ônibus elétrico, depois acabou o ônibus elétrico, tirou-se o cabo, e o poste ficou lá. Muitas pessoas são contra a cidade grande, alegam que é impessoal, transforma você num número na multidão. É verdade, mas é também infinitamente mais rica em possibilidades de encontro e de troca. Por isso, não se pode desprezar o espaço público.

■

Hélia Nacif Xavier

Arquiteta e urbanista, é mestre pelo Curso de Planejamento Urbano e Regional da COPPE/UFRJ. Foi do quadro técnico da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem) e da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Foi criadora e coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente Urbano do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Foi secretária municipal de Urbanismo na gestão do prefeito Luiz Paulo Conde.

A entrevista foi concedida no dia 12 de dezembro de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmento.

O urbanismo permite ao arquiteto dar uma contribuição social mais significativa

A senhora é arquiteta formada na turma de 1973 da UFRJ. Que dilemas principais enfrentava o ensino daquela época?

Eu sentia uma deficiência muito grande no ensino do curso de arquitetura e por isso procurei fazer vários estágios. A vida universitária passava por um momento muito triste, pois estávamos em plena vigência do AI-5; havia grande cerceamento à liberdade, em diversos níveis. Fora isso, passávamos também por uma revisão curricular, uma etapa de muitas modificações estruturais, e percebíamos que as coisas não estavam sendo muito acertadamente conduzidas. Enfim, enfrentávamos também nossas próprias dúvidas; afinal, tínhamos 18, 19 anos.

Assim, comecei a estagiar em várias áreas de meu interesse e onde eu sentia que a escola não respondia às minhas dúvidas e demandas de conhecimento; com isso, mudei muito de estágio. Fui trocando, até chegar ao escritório do **Zanine** que foi um marco na minha opção por urbanismo. Não sei por quê, cismei numa época que era uma falha no meu currículo eu não saber fazer um telhado, e vi que não consegui aprender na faculdade. Pois bem: morando em Niterói e estudando lá no Fundão, comecei a estagiar no escritório do Zanine, que ficava no início da Barra da Tijuca.

Foi boa a experiência?

Foi muito interessante, porque conheci um outro lado da arquitetura, o da arquitetura dirigida à elite social. Até então, eu tinha estagiado na Divisão de Obras do Ministério da Fazenda, instituição pública; num escritório particular que trabalhava para bancos; num escritório de engenheiros que fazia projetos de casas, residências de classe média e, de repente, fui trabalhar para o arquiteto que projetava para uma camada social mais alta. A arquitetura tem isso: grande parte de seu trabalho destina-se a quem pode pagar um projeto sofisticado. Ali não só aprendi a fazer telhado, mas também como era mantida aquela relação entre clientes ricos e um arquiteto de *griffe* – aliás, observei mais do que aprendi. Estou frisando isso porque, para mim, foi muito importante constatar que não me agradava este lado excludente e impositivo da arquitetura. Aquelas pessoas compravam o produto dele independentemente de ter algum valor cultural ou funcional, de gostarem ou não. Compravam porque o “Zanine estava na moda”, a despeito da beleza, estética, qualidade e exclusividade de seu produto.

Dali parti para uma experiência em construção civil. Naquele momento existia um *boom* imobiliário em Niterói, que possuía uma legislação urbanística insuficiente para fazer frente ao processo de crescimento; é verdade que a infra-estrutura também era bastante precária para atender ao aumento deste crescimento, gerado pela construção da ponte Rio-Niterói. Na zona mais densamente habitada, como Icaraí e Ingá, o fornecimento de água já era falho e o de esgoto, praticamente inexistente. Apareceu, então, a oportunidade de trabalhar em uma construtora de edifícios projetados para o mercado imobiliário. Achei que seria uma experiência interessante e fui trabalhar nessa empresa,

José Zanine Caldas nasceu em Belmonte, Bahia, em 1919. Faleceu no dia 20 de dezembro de 2001, em Vitória, Espírito Santo. Ele próprio fala de sua formação: “Minha escola foi a obra e a maquete. Minhas bibliotecas foram as estruturas antigas e as serrarias. Minha briga, que continua, foi contra o colonialismo cultural”. Seus primeiros trabalhos foram realizados em oficina de maquetes. Sua familiaridade e competência com o artesanato de madeira o levou a criar uma fábrica de mobília no Rio de Janeiro. Foi para São Paulo e trabalhou na FAU-USP como assistente de Alcides Rocha Miranda. Foi também Alcides Rocha Miranda quem o levou em 1962 para trabalhar no Instituto Central de Arte da Universidade de Brasília. Em 1964 projeta sua primeira casa na Joatinga. Vai para Nova Viçosa, Bahia, onde monta escritório e oficina, celeiro de inúmeros projetos famosos. Cria a Fundação DAM (Centro de Desenvolvimento das Aplicações das Madeiras do Brasil) em 1983 visando formar uma nova geração de construtores dentro e fora da universidade. É descrito por colegas e admiradores como um misto de operário, arquiteto autodidata, bruxo, filósofo, artesão. Por não ser arquiteto formado Zanine teve problemas com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), órgão responsável pelo credenciamento profissional. Ver *Zanine, sentir e fazer*. Coordenação de Suely Ferreira da Silva. Rio de Janeiro, Agir, 1995.

mas logo entendi que ali não se fazia arquitetura. A única preocupação era colocar um gabarito no terreno, para ver qual era o melhor aproveitamento econômico, a melhor rentabilidade que a edificação permite alcançar.

Nesse momento, a senhora já estava formada?

Ainda não, cursava o quinto ano. Meu professor – Elias Kauffman – responsável pela cadeira de Planejamento V e VI, orientou os dois trabalhos de prática inicial em planejamento urbano. O primeiro deles foi para o estaleiro Verolme, em Angra dos Reis – o que nos propiciava a abordagem em uma escala maior do que a quadra. Éramos quatro na equipe, sob a supervisão do professor Elias Kauffman: Fernando Soto, um hondurenho que hoje vive na Nicarágua, e duas arquitetas que depois foram para Curitiba. O trabalho consistiu em propor a organização do espaço total do estaleiro, com suas partes administrativas, residências operárias, residências do pessoal de nível técnico; em suma, organizar racionalmente a porção das terras destinadas ao apoio à atividade produtiva.

O segundo trabalho já foi o da graduação. Havia um concurso no BNH, cujo tema era a proposta para um projeto de conjunto habitacional integrado, dentro da filosofia do Plano Nacional de Habitação. O Fernando Soto e eu, que éramos as cabeças mais políticas do grupo, decidimos inscrever o trabalho de graduação no concurso; em vez de fazer uma proposta de conjunto habitacional integrado, resolvemos propor a reurbanização de uma favela. Na época era uma idéia defendida pelo grupo da Chisam e da Codesco, um grupo de profissionais que trabalhava com habitação na Guanabara. E selecionamos uma favela em Niterói, a favela do Morro do Estado, muito grande e muito antiga. Nessa época, eu já estava estagiando na companhia de turismo do antigo estado do Rio (Flumitur) – fui a primeira arquiteta contratada pela empresa para exercer atividade técnica; anteriormente só havia profissionais do sexo masculino nestas funções –, estruturando um núcleo de arquitetura e urbanismo cuja função seria controlar o uso e a ocupação do solo nos municípios turísticos do estado do Rio de Janeiro, além de dar assessoria às prefeituras na melhoria urbana para apoio ao turismo.

Pois bem, tiramos o primeiro lugar no concurso do BNH, o que para nós foi uma surpresa, porque nossa proposta era contrária à filosofia habitacional do Banco naquela época. Foi quando conheci Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Fernando Soto e eu divergíamos sobre o momento certo para estudar a teoria e para traçar o plano de ação. Eu, muito pragmática, queria ir logo para a favela, e fui sozinha – naquele tempo a gente podia subir na favela sem problemas.

A favela já contava com uma associação de moradores?

Sim. Fiz contato com eles e comecei a estudar o assunto *in loco*. Expliquei logo que não se tratava de erradicação, o maior medo deles. E comecei a ganhar espaço na discussão com o Fernando Soto, propondo que fôssemos conversar com o Carlos Nelson para ver se tínhamos mesmo que estudar toda a teoria primeiro. O Carlos Nelson nos aconselhou: “Nem tanto ao mar nem tanto à terra. É preciso ir à favela sim, porque aí vocês verão a teoria de uma forma diferenciada.” Enfim, fizemos um trabalho muito bom, que foi até publicado pela prefeitura de Niterói.⁴⁸

48 Hélia Nacif Xavier, Fernando Soto, Maria Lúcia de Matos Soares, Ana Hirsch e Lena Saicedo. *Niterói: estudo de reurbanização de favela. Morro do Estado*. Niterói, Prefeitura Municipal de Niterói, 1974.

O BNH concedeu dois primeiros lugares: um para um grupo liderado pelo Paulo Saad, que projetou um conjunto integrado em fibra de vidro, inteiramente de acordo com o BNH; e o outro para nós, que propusemos fixar a favela e reurbanizar a área. O diretor da área do concurso achou que nosso projeto era muito interessante e merecia uma análise dos desdobramentos, por isso nos ofereceu uma bolsa de estudos de pós-graduação, para desenvolver esse projeto no BNH. Mas eu já era arquiteta da Flumitur e me preparava para o mestrado na Coppe-UFRJ, pois estava cada vez mais convencida de que meu caminho era mesmo o urbanismo. Minha escala de compreensão era mais abrangente, e eu achava que poderia dar uma contribuição maior para a questão social, que sempre me mobilizou muito; e o espaço urbano permite esta oportunidade.



O BNH surgiu da experiência da Secretaria de Serviços Sociais do governo Carlos Lacerda, durante a gestão de Sandra Cavalcanti. Quando a senhora começou a lidar com a favela ainda existia a polêmica entre erradicação e urbanização das favelas?



*Comunidade de Grota, Madureira.
Antes e depois do Favela-Bairro*

Obviamente, a questão urbana é muito polêmica, e há grupos defendendo idéias opostas. Acho que tem que ser assim mesmo, pois não se pode trabalhar com cidade sem politização; é possível evitar a partidarização, mas não há como não ser político. Na época, existiam os grupos de contestação à política urbana oficial, e o Carlos Nelson conseguia algum espaço para expor suas idéias. O arquiteto sempre foi uma categoria muito politizada, apesar de sua ação ser muito elitizada e muito dependente do Estado. Na parte do urbanismo, então, não havia como não trabalhar para o Estado, ou com o Estado.

Mas na época havia os grupos que acreditavam numa intervenção de caráter mais amplo, mais social – as propostas do Favela-Bairro, executadas por Luiz Paulo Conde, têm origem no debate daquela época. Antes, as intervenções em favelas eram ou populistas ou pontuais. Não se pensava a favela como um bairro, uma área pertencente à cidade, não se pensava em facilitar a vida de seus habitantes, instalando postos de saúde, creches, escolas etc. Em grande parte, foi o Carlos Nelson o responsável pela fixação desses conceitos. Ele nos ajudou muito e nos deu os elementos básicos para interpretarmos a realidade do Morro do Estado.

Quando a senhora ingressou no curso de Planejamento Urbano da Coppe?

Já convicta de que queria trabalhar em urbanismo, primeiro eu fiz concurso para o Cemum, um curso de pós-graduação de nove meses que existia no Ibm, um curso muito pragmático, que tinha uma bolsa do governo federal. Não passei. Mas me dei conta de que necessitava de base conceitual, até para contrabalançar meu lado pragmático, e em 1976 fiz concurso para o curso de Planejamento Urbano e Regional da Coppe (um verdadeiro vestibular). Dois fatores pesaram na minha aprovação: a entrevista e a indicação da professora **Lysia Bernardes**.

Lysia Bernardes (1924-1991), geógrafa especializada em planejamento regional e urbano, trabalhou no IBGE entre 1944 e 1977, quando se transferiu para os Ministérios do Planejamento e do Interior. Professora da Coppe-UFRJ, era casada com Nilo Bernardes (1922-1991), também geógrafo do IBGE. O casal morreu em desastre de automóvel. Ver Roberto Schmidt Almeida, 2000.

Em 1975 tive a oportunidade de trabalhar com a Lysia Bernardes. Quando foi indicado para comandar a fusão dos estados do Rio e da Guanabara, o almirante Faria Lima formou um grupo de trabalho sobre o planejamento no novo estado do Rio Janeiro. Dona de uma *inteligência ímpar* – uma das *raras inteligências que já conheci* –, a Lysia também possuía um conhecimento específico sobre o estado do Rio e da Guanabara e passou a chefiar a equipe deste grupo de trabalho. Procurando um arquiteto júnior para a equipe, selecionou-me para trabalhar com ela; trabalhei durante dois meses nesta jornada.

A Lysia foi a minha grande orientadora profissional; devo a ela todas as minhas referências de trabalho e o meu respeito aos geógrafos. Com isso, fui deixando o campo dos arquitetos e ingressando no urbano, com os geógrafos, que têm uma compreensão de espaço que inclui a dimensão social, do cidadão, além da visão espacial. Antes, eu sentia que os arquitetos olhavam o espaço como uma oportunidade para o desenho. Mesmo sendo interessante esta perspectiva – gosto muito do desenho, não é à toa que estudei arquitetura e não engenharia –, quando se trabalha com a cidade, o espaço é do cidadão. Aí concordo 100% com o Milton Santos: é preciso observar as relações sociais e encontrar uma forma de o desenho contribuir para essas relações.

O trabalho com Lysia Bernardes já lidava com planejamento urbano?

Sim. A diretriz da Lysia vigorou não só para a cidade do Rio de Janeiro mas para toda a Região Metropolitana: como preparar os municípios para uma outra situação, como prepará-los para adotar o orçamento-programa, os cadastros técnicos, ferramentas básicas para planejar e arrecadar. Entrava também a organização do espaço, e o arquiteto Maurício Nogueira foi muito importante no planejamento territorial da Região Metropolitana. Mas a visão mais abrangente de um sistema de planejamento veio indiscutivelmente da Lysia Bernardes. Evidentemente, minhas funções não eram as de uma formuladora de política. Eu tinha 23, 24 anos, era recém-formada e trabalhava fazendo os gráficos, os desenhos, tirando cópias xerox, juntando matérias, tarefas mais operacionais e rotineiras. Mas tive o enorme prazer de receber as vibrações desses profissionais tão capacitados ali reunidos.

Após essa experiência, então, a senhora ingressou na Coppe?

Sim, no Programa de Planejamento Urbano e Regional do Programa Integrado de Transporte da Coppe/UFRJ. Naquele momento o curso passava por disputas internas, relacionadas a visões diferentes entre planejadores de tendência mais quantitativa e os mais qualitativos. Prevaleceram os quantitativos, porém com novos *professores contratados* para onentar trabalhos sobre conceitos e metodologias de caráter genérico.

O caso de minha tese foi curioso. A Lysia Bernardes não tinha nem mestrado nem doutorado e era reconhecida na Coppe na categoria “notório saber”; orientava teses e participava de *bancas de avaliação* – sua *produção intelectual era vasta*, e seu acervo foi doado à biblioteca da pós-graduação do Instituto de Geociências da UFRJ. Foi minha orientadora pelo interesse que tinha no bairro de Laranjeiras, objeto da minha tese. Recentemente, quando fui fazer doutorado, encaminhei-me para a geografia, e o professor Maurício de Abreu, que *tinha participado de minha banca de mestrado*, aceitou ser meu orientador de tese.



O casal Lysia e Nilo Bernardes em pesquisa de campo.

⁴⁹ Sérgio Roberto Lordello dos Santos, *Expansão Urbana e estruturação de bairros do Rio de Janeiro: o caso de Botafogo*. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, 1981 (tese de mestrado em planejamento urbano); Hélia Nacif Xavier, *Transformações recentes em um bairro residencial Laranjeiras: o papel da legislação urbanística*. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, 1981 (tese de mestrado em planejamento urbano).

O que a atraiu para a geografia?

A compreensão da dimensão social e ambiental do espaço, a inclusão da questão econômica e social. O arquiteto Sérgio Lordello, meu contemporâneo de faculdade, foi uma referência profissional muito forte na minha vida, também orientado pela Lysia; defendemos nossas teses na mesma época, em 1981 e procuramos geógrafos para nos ajudar. Ele fez uma tese sobre Botafogo, e eu sobre Laranjeiras.⁴⁹ Na década de 80 trabalhou-se bastante a problemática dos bairros, muito em função da organização acelerada das associações de moradores.

A Associação de Moradores de Laranjeiras organizou-se em 1980, e eu ajudei nos primeiros tempos. Fruto desta participação, resolvi estudar a evolução urbana do bairro, mas não queria fazer uma tese sociológica sobre o movimento, a participação cidadã. Considero equivocado o arquiteto querer ser geógrafo ou sociólogo; eu sou uma arquiteta que trabalha interdisciplinarmente.

Havia uma movimentação muito grande na associação de moradores, por conta da chamada “especulação imobiliária”. As pessoas consideravam que Laranjeiras estava perdendo as suas características, porque primeiro houve um êxodo em direção à Barra e em seguida um refluxo, por causa das despesas com os deslocamentos. A lei urbanística do Rio de Janeiro era geral e não condizia com as características do bairro. Optei por analisar a legislação do bairro e sua evolução, correlacionando com a da cidade do Rio de Janeiro. O professor Maurício Abreu estava terminando seu trabalho sobre a evolução urbana do Rio, e eu tive acesso a muitos dados.

A Lysia aceitou ser minha orientadora e trabalhou também com sua memória: nascida e criada no bairro, tinha enorme interesse em recuperar a história da evolução da área. Ajudou a fundar a Associação de Moradores de Laranjeiras e ajudou, inclusive, a contrabalançar posições radicais nos embates de negociação com a prefeitura para mudança da legislação urbana do bairro.

A Região Metropolitana requer programas especiais porque agrega a maioria da população, da arrecadação e dos problemas

O mercado imobiliário influenciava muito a elaboração da legislação?

Registra-se sempre uma interferência forte: ou o poder público ensejava incentivos ao mercado imobiliário ou o mercado interferia negociando com a prefeitura. Hoje, vejo que esta relação não é assim tão direta; descobri, por exemplo, que não se pode abrir ruas acima da cota 60, porque contam que o governador Chagas Freitas olhou de sua janela e disse: “Não quero construção acima daquele ponto ali, porque não quero nada que atrapalhe a minha vista” – o Rio de Janeiro vive da proteção à vista de onde você mora, na Zona Sul. Quando ele disse isso, surgiu a restrição à ocupação em encosta acima da cota 60. Não teve pressão do mercado imobiliário nem qualquer estudo técnico; houve apenas um desejo do governador.

Em 1976 a senhora foi trabalhar na Fundrem, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Foi a convite da professora Lysia Bernardes?

Sim. Eu já tinha terminado os créditos do mestrado e estava começando uma pesquisa sobre o movimento pendular na Região Metropolitana. A Fundrem congregou bons quadros de direção e técnico. O Ronaldo Costa Couto era secretário de Planejamento, e a Lysia assumiu a Superintendência de Planejamento do Estado; o Maurício Nogueira ocupava uma diretoria de Planejamento na Fundrem. A equipe do grupo de trabalho da fusão foi toda aproveitada na Fundrem e na Secretaria de Planejamento e foi até ampliada, pois a Fundação pagava muito bem e com isso conseguiu contratar bons quadros técnicos.

Havia duas linhas básicas de trabalho: assistência técnica para implantar o sistema de planejamento e assistência para exercer o planejamento do controle do uso do solo metropolitano. Havia uma Diretoria de Planejamento físico-territorial e uma Assessoria Técnica para o sistema de Planejamento. A Assessoria Técnica desenvolvia um trabalho de articulação com os municípios, organizados em grupos: norte, leste e oeste metropolitano; eu fui coordenadora da articulação com o leste metropolitano.

Em que consistia essa articulação?

Na implantação de um sistema de planejamento municipal, como os orçamentos-programa plurianuais, cadastros predial e técnico, controle do uso do solo e outros temas ligados à modernização administrativa para melhorar a gestão das cidades metropolitanas. Eu coordenava as ações com Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá. Ia de três a quatro vezes por semana a esses municípios; duas vezes por semana, eu ficava no escritório da Fundrem com os responsáveis pelas outras sub-regiões para integrar a ação, garantir a visão metropolitana. O foco da articulação era, portanto, ajudar as prefeituras na sua organização, para elas gerenciarem bem as cidades, de modo a dependerem menos do governo, em suma, andarem com as próprias pernas. Esse trabalho foi todo desmontado nos governos seguintes.

Hoje o estado do Rio é completamente desarticulado; o interior está totalmente decadente. Niterói ainda conseguiu seguir um caminho próprio, mas o resto vive com muita dificuldade, principalmente com os problemas de saneamento e habitação. Hoje os municípios também vivem a desordem no uso e ocupação do solo. Todo aquele trabalho de assistência técnica para os Planos Diretores mostrou-se insuficiente para manter o controle. Os urbanistas acreditaram que um plano era suficiente para definir e organizar as cidades de fato e de direito, pensar o urbanismo como agregador de todas as políticas públicas. A cidade do Rio de Janeiro continuou adotando essa vertente até o Plano Diretor de 1992.

A Fundrem foi uma experiência muito rica, muito intensa, que me abriu novas perspectivas para pensar a ação. O geógrafo Milton Santos fez uma pesquisa sobre pobreza na Região Metropolitana do Rio, outros estudos também foram produzidos e suas conclusões e propostas auxiliaram na ação metropolitana ainda durante um tempo. Depois foi declinando a idéia do processo de planejamento no governo do estado e no Rio de Janeiro, encerrada a questão metropolitana em 1988.

Depois da Constituição de 88 o estado perdeu muito campo de ação, mas é importante que ele retome a liderança na recuperação dos municípios metropolitanos.

É possível fazer um banco de projetos, retomar ações de assistência técnica, estimular a formação de consórcios municipais para enfrentar problemas comuns: saneamento, transporte, saúde... Muitos municípios precisam de um financiamento que já está disponível nas agências federais, mas faltam projetos. Então, por que não dar assessoria a esses municípios, de forma que eles tenham os seus bancos de projeto? E no caso das regiões metropolitanas, assumir que elas são regiões especiais que requerem programas com atenção especial, porque agregam a maior parte da população do estado, a maior arrecadação, o maior PIB, o maior salário e, ao mesmo tempo, a maior concentração de problemas urbanos, sociais, ambientais e de violência.

A senhora é favorável à criação de uma *authority* para as regiões metropolitanas?

Acho muito difícil, só se for um outro nível de poder. Mas como está, não acredito que o governo do estado interfira na autonomia dos municípios. Seria muito bom se tivéssemos um nível de governo metropolitano. Outra alternativa mais viável seria o governo federal recuperar a questão urbana e financiar programas de combate à pobreza, saneamento, transporte na Região Metropolitana.

No governo do prefeito Conde, tive a oportunidade de participar de um fórum de municípios capitais das regiões metropolitanas. A idéia era agregar estas cidades pelos problemas, por sua arrecadação e poder de voto. Curitiba e Porto Alegre fizeram coisas acertadas: têm trabalhado com suas regiões metropolitanas de forma a preparar os municípios em torno, com o objetivo de diminuir a pressão pelos serviços ofertados pela capital.

Quando a senhora saiu da Fundrem?

Em 1985. Peguei os governos Faria Lima e Chagas Freitas; saí no meio do governo Brizola, porque senti que a Fundrem tinha mudado o rumo. Fui trabalhar no setor privado, na área de meio ambiente. No primeiro governo do Brizola, lançamos um projeto de regularização de loteamentos e parcelamentos irregulares na Região Metropolitana, um trabalho muito interessante. Este trabalho de regularização foi concebido em parceria com o Iuperj, e hoje continua no município do Rio de Janeiro. Sabíamos que o parcelamento da terra era uma grande questão; ao retalhar a terra define-se a estrutura da cidade. Além de definir a estrutura física, o loteamento recebe população que gera esgoto, demanda por água, transporte, equipamentos, e os loteadores inescrupulosos não implantam estes serviços. Então, o loteamento fica irregular e com isso gera mais um problema: a questão fundiária. O morador fica sem o "habite-se", o que impede seu acesso aos documentos de propriedade.

Enfim, em 1985, pedi afastamento e fui trabalhar na área de meio ambiente na Promon, uma consultoria em engenharia, coordenando os Relatórios de Impacto Ambiental. A questão ambiental ganhava relevância desde 1981, era um tema em ascensão. Resolvi ampliar meu foco sobre a questão urbana e fui trabalhar com a vertente ambiental; não fui trabalhar com o "verde", mas com o "cinza". Essa experiência em consultoria ajudou-me muito, gerencialmente.

Os urbanistas perderam espaço para os vereadores no planejamento da cidade

Em 1987, a senhora foi trabalhar na recém-criada Secretaria de Urbanismo do município do Rio de Janeiro. Desta vez o tema passava a ter a atenção merecida?

Sim, com a eleição do Roberto Saturnino para prefeito do Rio, fundiram-se partes da extinta Secretaria de Planejamento Urbano e o setor da Secretaria de Obras responsável pelo licenciamento do uso do solo na cidade – o primeiro titular da pasta foi o arquiteto Flávio Ferreira. Quando lá cheguei, em 87, a Secretaria estava organizada basicamente em três Superintendências: para o planejamento urbano; para a elaboração de planos e leis de bairros ou conjuntos de bairros; e para o licenciamento de edificações e parcelamento privados. Havia também um setor responsável pelos Projetos Urbanos, que se resumia a controlar o cadastro já existente de projetos aprovados (PAs) e de projetos aprovados de loteamento (PALs). Mas não era dada a importância devida a este setor, que também deveria propor projetos urbanos para as áreas públicas. Só quando o arquiteto Luiz Paulo Conde foi secretário de Urbanismo no governo César Maia, quase 15 anos depois, é que esse setor foi reorganizado e assumiu funções de planejamento e intervenção na cidade.

Naquela época, a ação da SMU estava concentrada em três áreas: elaboração do macrozoneamento do Rio de Janeiro – não chegou a ser concluído nem nas gestões seguintes –, elaboração dos Projetos de Estruturação Urbana (PEUs) – adequação da legislação geral às características do bairro ou conjunto de bairros – e aplicação da legislação urbanística vigente – Decreto nº 322/76 e suas sucessivas alterações. É importante ressaltar que até 1992 toda norma de uso e ocupação do solo era aprovada por decreto do Poder Executivo. Outras ações, além das de rotina, complementaram estas três: projetos de regularização de loteamentos irregulares e clandestinos; projeto de renovação urbana da Cidade Nova; estudos de circulação e transporte.

Chegou a ser elaborada alguma diretriz geral de planejamento urbano?

Não, e justamente por não haver uma visão geral norteadora das políticas de desenvolvimento urbano, ou pelo menos de planejamento físico-territorial, os Projetos de Estruturação Urbana não se baseavam em diretrizes gerais de ocupação; cada coordenação de área de planejamento adotava o que melhor lhe convinha. Articulava-se minimamente, e de forma aleatória, com os setores responsáveis pela aplicação das leis e consultava setores ditos “representativos” da população através de reuniões sem preparação adequada. Digo isso porque considero esses aspectos responsáveis pelo aumento dos problemas existentes, em vez da promoção do desenvolvimento adequado de certas áreas.

Estou à vontade, porque aponteí tudo isso à época, assim como sugeri que a elaboração e aplicação dos PEUs estivessem intimamente articuladas. Mas a falta de comunicação entre os setores da Secretaria – aliás, reprodução do modelo do setor pú-

blico em geral – impediu o enfrentamento deste problema. Mais tarde, em sua gestão na SMU, o Conde determinou que deveria existir uma metodologia única norteadora dos PEUs; apesar da boa iniciativa, a elaboração dos PEUs ficou muito mais complexa, e portanto mais demorada para a implementação.

A questão do tempo é muito séria no planejamento das cidades brasileiras: a defasagem entre a realidade dos acontecimentos e a resposta do setor público na correção ou previsão dos fatos é tremenda! Hoje, considero o caso do Rio muito pior, por duas razões: primeiro, todo e qualquer tipo de legislação urbana, seja nova ou apenas ajuste, tem que ser analisada pelo Poder Legislativo; segundo, o direito urbano passou a comandar o urbanismo, cerceando soluções para a cidade muitas vezes com argumentos administrativos. Considero isto um excesso, que contribui muito para ampliar a defasagem entre prevenção e ocorrências, entre previsão e ajuste. Saímos do “excesso de poder do Executivo” e caímos no “excesso de poder da Câmara de Vereadores”, que tem-se mostrado despreparada ou desinteressada do problema. O urbanista perdeu espaço nesta luta, e as cidades não esperam paradas o resultado deste embate.

Outro ponto digno de registro é a participação da sociedade; também aí saímos da total falta de consulta para o excesso de articulações com representantes que muitas vezes não representam coisa nenhuma. Finalmente, existe grande falta de informação sobre o uso e ocupação do solo: este conhecimento é atualmente complexo, pelo excesso de leis, e está concentrado nas mãos de profissionais do setor privado, que elaboram os projetos; do setor público, que os analisam; e dos advogados ligados ao direito urbano.

Em 1988, o Rio de Janeiro foi castigado por fortes chuvas, e o Banco Mundial ofereceu recursos para recuperar a cidade e a Região Metropolitana. A senhora trabalhou nesse projeto?

Trabalhei. Na época, não havia recursos nacionais disponíveis para fazer frente a emergências. O Banco Mundial ofereceu um financiamento para combater os efeitos das inundações e desmoronamentos. O projeto tinha duas partes: obras de recuperação e prevenção, e planejamento preventivo; a Lysia Bernardes, o Márcio Müller dos Santos e eu trabalhamos nessa parte de prevenção. A Lysia era consultora, e nós fizemos um trabalho muito interessante; foi quando tomei contato com imagens de satélite, sensoriamento remoto. As imagens de satélite são ferramentas fantásticas para auxiliar a questão ambiental e urbana. Que instrumental novo nos estava sendo ofertado! Através dele, conseguimos montar um sistema de informação geográfica para o estado do Rio de Janeiro, procuramos os *softwares* mais avançados para montar um sistema de gerenciamento. Embora o Plano de Ações Preventivas não tenha sido implementado, conseguimos realizar outros trabalhos, como a pesquisa sobre os vazios urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Bom, a importância da problemática urbano-ambiental começava a crescer, atraindo financiamentos nacionais e internacionais. Por isso aceitei um convite do Ibam para montar o Núcleo de Meio Ambiente Urbano. Afastei-me do governo do estado, mas justamente nesse momento, início de 1993, o Conde assumiu a Secretaria de Urbanismo do governo César Maia e me convidou para subsecretária; não pude aceitar, porque tinha assumido o compromisso com o Ibam. Além do aspecto ético, para mim

era também muito importante o desafio: pensar a questão urbano-ambiental e como o Ibam poderia contribuir para difundir esta inovação pelos municípios brasileiros.

Como o Ibam sobreviveu à morte de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em 1989, um de seus mais criativos colaboradores?

O baque foi muito forte. Além disso, começou a se estreitar o espaço de atuação, garantido desde sua criação. Outras consultorias, ligadas ao governo ou não, haviam surgido e competiam muito com o Instituto, que já enfrentava dificuldades para se apresentar como “notório saber” em administração municipal. O Ibam continua sendo uma referência nacional e internacional para trabalhar a questão municipal, mas o fato é que acabou aquela situação da década de 50, em que ele era o único a deter o saber sobre gestão municipal; o Instituto teve muita dificuldade para se adequar aos novos tempos. Como secretário de Urbanismo, o Conde contratou bastante o Ibam para elaborar a metodologia de PEU e acompanhar sua implementação, para confeccionar manuais de equipamento urbano e outros trabalhos, inclusive um *workshop* para definição do futuro projeto Favela-Bairro.

Quais foram suas principais ações à frente do Núcleo de Meio Ambiente Urbano?

Concebi o Núcleo, estruturei-o, levei os temas aos municípios, o que foi muito positivo. Fizemos também alguns trabalhos curtos, como estudos sobre reforma do Estado. Sugeri que o Ibam trabalhasse com ONGs e sindicatos para que eles pudessem participar melhor da gestão da cidade, porque ainda hoje considero a participação mais reivindicativa do que propositiva. Depois desenvolvemos um trabalho grande para o setor de meio ambiente do Banco Mundial. Utilizando uma metodologia nova, fizemos uma consulta sobre a gestão do saneamento e meio ambiente nas nove Regiões Metropolitanas e mais cinco cidades de porte médio. Foi um trabalho bastante interessante, que contribuiu positivamente para a discussão da revisão de posição das companhias estaduais de saneamento e apontou a necessidade de integração entre meio ambiente e gestão do saneamento.

Essa consulta foi muito mobilizadora e muito oportuna politicamente. O PMSS, que era o Programa de Modernização do Setor de Saneamento, também estava sendo financiado pelo Banco Mundial; era um programa interessante, porque o Brasil avançou muito na parte da água e pouco na do esgoto. Além disso, durante o período militar, tudo era centralizado: habitação, saneamento, modelo de gestão. Com a redemocratização, esse modelo caiu e não foi substituído; apenas a Caixa Econômica fazia algumas tentativas tímidas no campo de financiamento da descentralização.

Assim, essa consulta foi importante, porque veio junto com o término dos convênios entre os municípios e as companhias estaduais de água e esgoto, uma mudança do cenário anterior, em que estas dominavam os serviços; a nova demanda requeria companhias de saneamento que levassem em conta a reivindicação dos municípios. Obviamente, as companhias de saneamento estaduais não queriam abrir mão dessa posição inicial. Por isso, muita negociação teve que ser feita; em Minas, por exemplo, a

companhia estadual passou a dialogar com os municípios para definir a alocação dos investimentos. Foi a forma mais democrática de garantir sua posição.

Ao terminar este trabalho, a senhora volta para o governo do estado do Rio e continua a trabalhar com saneamento?

Isso mesmo. Em 1995 fui trabalhar num programa urbano de recuperação de loteamentos de baixa renda na Região Metropolitana. Esse programa tinha um lado social bastante interessante, porque não se tratava de intervenção em área de pobreza total; o investimento tinha que ter algum retorno, através da cobrança de impostos. Dentro desse programa desenvolvi também a proposta de um componente de geração de trabalho e renda, mas os responsáveis políticos pelo governo do estado não conseguiram perceber a importância que tinha esta ação inovadora dentro de um programa de urbanização.

Estava desistindo do setor público e me organizando para entrar na vida acadêmica – prestar concurso para professora na UFRJ e fazer o doutorado em geografia na UFRJ, quando o Conde foi eleito prefeito e convidou-me para assumir a Secretaria de Urbanismo, substituindo-o no seu posto anterior.

Luiz Paulo Conde foi ousado, trouxe de volta o debate sobre a cidade e modernizou a gestão urbana

A gestão de Luiz Paulo Conde na Secretaria de Urbanismo, entre 1993 e 1996, conferiu mais peso político ao cargo, não?

Sem sombra de dúvida! O Conde retomou a polêmica sobre a cidade, questionando os caminhos que lhe haviam imposto. Achei isso interessante. O Conde teve a coragem de denunciar a burocratização no trato da questão urbana no Rio, teve a coragem de trazer à discussão os temas que eu estava percebendo de diversas formas e que nunca tive oportunidade de explicitar de forma mais ampla. Ele começou a apontar todas as incoerências do planejamento utópico da cidade, a gestão urbana desordenada, o processo louco de crescimento, e da forma mais feia do mundo. Isso não estava levando a nada. O Plano Diretor e a Lei Orgânica do Município engessaram a cidade na parte dos instrumentos urbanos, embora sejam reconhecidos como inovadores e propositivos na parte de habitação e meio ambiente.

A senhora participou das discussões sobre o Plano Diretor?

Não, eu estava no Ibam e também não comungava com o pensamento urbanístico daqueles que conduziam a elaboração do Plano. Nessa época, trabalhei muito com o sul do Brasil, porque os financiamentos para o meio ambiente vinham muito para o sul. Por isso, tive oportunidade de acompanhar um pouco as discussões sobre a elaboração do Plano Diretor de Porto Alegre, aquele sim, considerado inovador, e há muito tempo: trabalha com as vertentes do planejamento, da prevenção e com instrumentos de

operação urbana, transferência de potencial construtivo, operação interligada. Vi esta conduta em Porto Alegre, feita de forma clara e eficiente.

O engessamento do Rio de Janeiro pode ser uma consequência da ocupação desenfreada de outras épocas?

Realmente, há um trauma muito grande, em virtude da intensidade das edificações, principalmente na Zona Sul e na Barra da Tijuca; foi muito predatória a ocupação. Uma cidade com uma fragilidade tão grande no quadro ambiental e urbano, mais a fragilidade da história que se desenrolou aqui nesse território. O Rio de Janeiro foi muito violentado, devastado, a despeito de continuar lindo. O Rio de Janeiro continua lindo. Mas quando se olha para a orla ocupada da Lagoa, por exemplo, e se vê um prédio que sai totalmente do *skyline*, ali na curva do Cantagalo, e interfere no desenho da paisagem, sentimos os efeitos de uma ocupação não tão harmônica quanto a exuberância da beleza carioca exigia.

Outro exemplo é a ocupação da Barra da Tijuca, para a qual foi feito um plano, que é seguido. Aqueles prédios altíssimos já estavam previstos no Plano Lúcio Costa e eram projetos do Niemeyer. Eles já estavam lá. Não foi igual a Brasília, em que o Juscelino Kubitschek chegou, desapropriou tudo, comprou a gleba e tornou tudo espaço público. A Barra da Tijuca estava lá, cheia de terrenos privados; o Plano propôs algumas ocupações e estabeleceu parâmetros para edificação onde não havia nada já fixado. O Plano é seguido e reflete nas construções um partido urbanístico adotado. A Secretaria de Urbanismo deveria enfrentar um ajuste nas suas definições, mas a verdade é que os prefeitos temem mexer com o Plano da Barra, talvez por receio do que possa vir da Câmara dos Vereadores. Até o Conde, que se mostrou um administrador ousado, explicitando suas divergências quanto ao estado do urbanismo no Rio, teria dificuldade de enfrentar uma revisão do Plano Lúcio Costa.

Por que Luiz Paulo Conde adotou a idéia da gestão, se é homem de projeto?

Porque já havia feito esta avaliação sobre as limitações da Secretaria de Urbanismo, como arquiteto que licenciava projetos e como cidadão do Rio. Ele também via as falhas do licenciamento de edificações, e pediu para que o ajustasse à modernidade. Sempre considerou equivocado o pensamento estreito em que se transformou a linha dos que passaram a atuar em planejamento urbano, e com toda a razão. A ação sempre ficava secundarizada pelo processo de longas discussões. Enquanto isso, as cidades seguem seu rumo espontâneo.

Quando me convidou para ser secretária, declarou que precisava melhorar a Secretaria, ter uma outra forma de pensar a cidade. Só que ele tinha a idéia de transformar a Secretaria num instituto igual ao Ippuc de Curitiba, colocando lá dentro todas as funções de urbanismo, mas acontece que nem o Ippuc é assim. Depois, as funções de linha têm que ser mantidas no primeiro escalão; quem aprova, quem tem o poder de polícia administrativa é a secretaria, que é um órgão do primeiro escalão.

Quais foram as principais diretrizes de Luiz Paulo Conde na Secretaria de Urbanismo?

O Ippuc, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, foi criado em 1966, após a aprovação do Plano Preliminar Urbanístico de Curitiba, elaborado para substituir o Plano Agache, de 1942. Transformado em uma autarquia, o Ippuc passou a ter como objetivo acompanhar o processo de crescimento da cidade de um modo planejado. Ver dados sobre o Ippuc no website: <http://www.ippuc.pr.gov.br>

Primeiro, juntou a ação no IplanRio com a SMU. Lançou o Rio Cidade, o Favela-Bairro, programas de impacto. São intervenções urbanas cujo grande mérito foi o de trazer o projeto ao debate, além das melhorias físicas e sociais de que o Rio de Janeiro necessitava. Anteriormente, as coisas se passavam assim: um prefeito fazia o Rio Orla; o outro vinha e realizava obras no Complexo do Alemão; um terceiro construía a Linha Amarela.

O exemplo da Linha Amarela é interessante – vou avançar um pouco para a gestão do Conde como prefeito. O César Maia construiu a Linha, e o Conde garantiu os acessos aos bairros atravessados por ela. Essa é a visão de um urbanista: não basta uma via passar apenas cortando um bairro; é importante construir acessos, para beneficiar aquele lugar também, não é mesmo? Os acessos abertos permitiram o crescimento do Grande Méier, de uma forma fantástica, maravilhosa. A cidade tem que melhorar, ela toda; não é só a zona sul que tem que morar bem, todo mundo tem que ter esse direito.

Enfim, o Conde trouxe a polêmica como ação, explicou que o planejamento e a gestão não estavam enfrentando a realidade, e o Rio estava num impasse. O novo paradigma passou a ser maior flexibilidade na gestão urbana e ação com resultados na melhoria dos espaços, requalificando-os, devolvendo a rua, o espaço público ao cidadão.

Espero ter contribuído para democratizar a gestão urbana, tornando-a mais descentralizada e transparente

A senhora foi nomeada secretária de Urbanismo do prefeito Luiz Paulo Conde com a missão de reformular e modernizar a Secretaria. Quais foram suas principais iniciativas nessa direção?

Logo de início, chamei a Fundação Getúlio Vargas e a Secretaria de Desenvolvimento Institucional da prefeitura para ajudar na reestruturação da SMU. Trabalhamos paulatinamente a descentralização da gestão urbana, reforçando as unidades locais e colocando juntas as equipes de controle urbanístico com as de planejamento. Cnamos Escritórios de Urbanismo por área de planejamento, aos quais estavam interligados outros departamentos do licenciamento urbano de edificações. Todas as unidades foram ligadas em rede computadorizada, com sistemas integrados aos cadastros centrais; a informática democratiza o acesso à informação, além de torná-la clara.

Lançamos um *Cd-Rom* com o zoneamento urbano – até então a prefeitura não tinha publicação oficial de sua legislação urbana; iniciamos a informatização dos PAs e PALs e do sistema de licenciamento, pois alguns documentos manuseados diariamente têm até cem anos de idade. Colocamos em meio magnético dados sobre o licenciamento – segundo um plano de gestão da informação; sobre as análises e aprovações de projetos; abrimos o *site* da Secretaria na Internet, explicando sua função, seus serviços e apresentando a questão urbana no Rio, desde sua evolução; detalhamos a forma de cobrança de equipamentos urbanos e urbanização exigidos pela lei para empreendimentos acima de determinado porte, canalizando recursos para aumento de escolas e hospitais. Todos os Termos de Obrigação colocados no computador, de forma clara e visível.

Em outra vertente, a Secretaria passou a oferecer cursos de aperfeiçoamento profissional, abrindo espaço para os mais jovens e contribuindo para a inovação necessária à renovação. Descentralizei a análise dos projetos e dos problemas urbanos realizando reuniões com as equipes das coordenadorias, nas áreas onde ocorriam esses projetos. A cada ano avaliávamos nosso plano estratégico para verificar o alcance de metas e seus desdobramentos. Iniciamos o debate entre técnicos de planejamento e de controle, com vistas à revisão futura da legislação urbanística do Rio. Enfim, considero que movimenter a Secretaria para conferir maior visibilidade às suas informações, maior profissionalismo e introduzir inovações na forma de pensar e agir sobre a cidade. Criamos também o Instituto de Urbanismo, uma autarquia responsável pelo projeto urbano e por informações sobre a cidade, ligado à Secretaria de Urbanismo (o Instituto Pereira Passos, desmembrado da Empresa Municipal de Informática, o IplanRio).

Ao longo de toda a sua gestão, a senhora sempre ressaltou a importância da polêmica para discutir o futuro do Rio de Janeiro.

Ah, sim, eu fui muito polêmica. Poemizei mesmo, e não me arrependo. Logo que assumi, adotei duas linhas de administração: primeiro, o funcionário tem que ser responsável perante a sociedade, dos atos que aprova tem que prestar contas. Com a descentralização com responsabilização, o funcionário passou a assumir os ônus e os bônus de seus atos. Hoje também existem o Ministério Público, a ação civil pública, todos esses elementos que, bem tocados ou não, são exemplos da participação crescente da sociedade. Considero porém que precisam ser mais bem capacitados sobre o tema urbano e deixarem de ser guiados pela mídia.

Segundo, trabalhei para melhorar o desempenho da máquina administrativa, para driblar a visão compartimentada. Antes, um grupo via o macro, o segundo via o médio, e o terceiro licenciava. O que de fato sucede é que a cidade é mudada pelo licenciamento pontual (e inesgotável) de edificações; com isso, o pensamento sobre a porção macro e média da cidade estava sempre atrás, a reboque dos acontecimentos.

No Brasil inteiro, as mudanças ocorrem pontualmente. Quando uma empresa grande compra uma gleba para implantar um empreendimento, há condição de exigir dela sua responsabilidade de urbanização, meio ambiente e atendimento aos parâmetros urbanos; o controle é mais visível. A mesma coisa não ocorre na soma de mudanças provocadas por ocupações de pequeno porte – licenciadas ou não – que provocam alterações difíceis de serem previamente controladas. Até porque a fiscalização é praticamente inviável numa cidade de porte e com o emaranhado de leis em vigor, como é o Rio de Janeiro. Controla-se muito pouco, e o licenciamento é fruto de uma ação reduzida: um grupo pequeno de funcionários exige as normas para um pequeno grupo de empresas cumprirem; o resto da cidade, as áreas pouco nobres ou que perderam o interesse para o mercado imobiliário, são submetidas a menos leis, a menor controle e muito menor atuação na melhoria urbana.

O máximo de exagero no licenciamento urbano eu vi em Miami Beach: a prefeitura definia a cor dos prédios, por causa da renovação do distrito *art déco*. Mas lá moram cem mil habitantes; é uma prefeitura bem estruturada, com muito dinheiro. Eles davam uma paleta de cor, e todos tinham que seguir. Agora, a Grande Miami, com dois milhões de habitantes e um monte de latinos pobres, imaginem, não controlava nada. E havia uma lei que dizia que a administração tinha que licenciar ventilador de teto. Uma piada! Fui lá para ver os instrumentos de flexibilização, e não vi muitos.

Estes instrumentos de flexibilização são aplicáveis ao Rio de Janeiro?

Mudou o paradigma do urbanismo no mundo inteiro, então não adianta ficar com o discurso contra a globalização, contra o plano estratégico, contra instrumentos urbanos modernos. A Lei Orgânica é super-elitista, fixa a altura de prédio colado na divisa, define coisas que não competem a ela. Aí vem o Plano Diretor, cujas partes de meio ambiente e habitação são ótimas, e engessa a parte urbana, num estilo totalmente voltado ao planejamento e controle total (da área nobre principalmente). Não adianta trabalhar com um grau de idealização e a cidade correr para outro lado.

Um exemplo: a ocupação de encostas tem regras que não condizem com o que se assistiu no Rio. Por que, então, não mudar? Os instrumentos que o Rio possui são rígidos. Logo que assumi, enviei emendas ao Plano Diretor, introduzindo na operação urbana instrumentos mais flexíveis e largamente utilizados em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, para falar só no Brasil.

Qual foi a reação da Câmara dos Vereadores?

Fui alvo de uma CPI, pois a oposição alegou que queríamos retirar poder da Câmara e concentrar tudo no Executivo. Um dos vereadores chegou a mover ação contra a prefeitura, porque queria que o Conselho de Urbanismo licenciasse operações interligadas junto com a Secretaria. Mas esta ação era inconstitucional, e o procurador geral do município obteve a ordem para a extinção do Compur, o Conselho de Política Urbana.

Mas não é importante haver um conselho para discutir as linhas de política urbana?

Acho que sim, o urbanismo tem que ter um conselho. Mas no Compur, a Secretaria de Urbanismo, que o mantinha, não tinha direito a voz; além disso, recusavam qualquer proposta da SMU e achavam que o tempo de decisão era infinito. Seguimos todas as determinações e enviávamos todas as propostas para eles, que não analisavam e eram contra. No mesmo dia em que foi extinto o Compur, mandei uma nova proposta de Conselho Urbano, e o prefeito enviou à Câmara. Os vereadores jamais se pronunciaram, contra ou a favor. Acho que estas pessoas trabalharam contra a cidade. Mesmo sendo contra a proposta, devem se pronunciar e apresentar alternativas, alimentar a discussão para se chegar a um resultado concreto.

Foi também enviado à Câmara um projeto de lei de uso do solo em 1997, não foi?

Sim, mas ele é antigo, e como decorre do Plano Diretor, engessava totalmente a ação. Chamei um grupo de fora da Secretaria, demos os parâmetros e pedi que estudassem propostas. Mandeí não só essa lei, como todas as previstas no Plano Diretor e mais os PEUs; o material sequer entrou em pauta para análise. E isso porque as coisas ficaram muito complexas. Para vocês compreenderem como é complicado o número de PEUs previstos no Plano Diretor, o Conde fez um concurso pelo IAB para a elaboração dos PEUs de Campo Grande, Taquara e Méier. Levaram dois anos fazendo o trabalho, e só no final da minha gestão consegui enviar os três à Câmara. Como exigir que os vereadores analisem um projeto de lei complementar em dois minutos? É difícil. Por isso, reafirmo que ficou muito complexo regular a questão urbana. O esforço de simplificar leis, torná-las mais flexíveis e traduzir a informação dos técnicos e funcionários públicos é básico para ampliar a participação da sociedade de forma positiva.

Que instrumentos de flexibilização foi possível implementar?

Aqueles que já existiam na legislação do Rio, mas que não tinham uma sistemática clara na aplicação. Por exemplo, na Barra da Tijuca, exige-se para áreas de urbanização nova, que atingem 500 "habite-se", a construção de uma escola, além da urbanização da área – está previsto no Código de Obras do Zoneamento de 76. Acontece que essas áreas eram subdivisões de uma grande gleba, e diversos proprietários respondem por parcelas dela. O certo é que se cobre o percentual relativo a cada parte, mas o que estava ocorrendo é que se abria mão dessa obrigatoriedade, porque uma só empresa não atingia 100% da gleba. Resultado: fizemos um decreto, que o prefeito assinou, obrigando cada empresa ao pagamento em conta aberta pelo Tesouro Municipal, de percentual relativo à sua construção, os recursos passaram a ser aplicados na construção de escola-padrão.

O Conde trouxe a inovação da forma de gestão público-privada, recuperou o conceito e ação dos projetos urbanos na cidade. A cidade inteira teve obra do Conde. Não é só um projeto grande, quem circula na cidade, vê. Trouxemos uma descentralização administrativa, uma forma de ver a cidade juntando quem planeja com quem executa a lei, trabalhamos juntos, mas delegando e desconcentrando o poder.

Isso significou uma mudança na cultura institucional?

Sim, e nós começamos a fazer; agora espero que o Alfredo Sirkis continue.⁵⁰ Eu fazia reuniões constantes com essas equipes descentralizadas e reforcei o pessoal do planejamento, os novos quadros. O licenciamento tem que ser menos burocrático, mais ágil e mais transparente. Procurei trazer instrumentos modernos, não só para a administração, mas para a forma de pensar e fazer a legislação. Conseguimos traduzir a ope-

⁵⁰ O vereador Alfredo Sirkis (PV-RJ) assumiu a Secretaria Municipal de Urbanismo em janeiro de 2001.

ração urbana presente nos Códigos, em instrumentos viabilizadores de um planejamento responsável e transparente.

Por exemplo: com a evolução tecnológica, a Light pode reduzir ou embutir suas linhas de alta tensão que ocupam uma faixa de terra bastante extensa, o que beneficiaria Madureira. Ora, seria ótimo conseguir um espaço liberado no centro de Madureira, onde poderiam ser construídas habitações, entremeadas com comércio, com praças. Então, foi feito um estudo de operação urbana, onde o espaço liberado pela Light poderia ser alvo de negociação em que todos ganhariam: cidadãos, prefeitura, empresa. Na hora em que as negociações das operações forem assinadas em termos claros e estiverem disponíveis no computador, elas passam a ser instrumentos negociais e que preservam o interesse público.

Houve discussões com a população?

Ainda não. Por enquanto, foi só uma proposta enviada à Light. Se a empresa tiver interesse real em diversificar a ocupação da área liberada, aí sim, deverá haver conversas intensas.

Uma iniciativa que tomamos, mas não funcionou porque o Crea não quis, foi fazer um convênio para que a população pobre pudesse ter acesso a arquitetos e engenheiros para construir suas casas, preços baixos para legalizar sua habitação. O processo de licenciamento é muito caro, e é ele que permite que, depois, o imóvel seja incluído no Registro de Imóveis. Então, seria muito bom ter um arquiteto a quem a população com menos poder aquisitivo pudesse ter acesso: ele faria uma planta, orientaria a construção de forma que ela pudesse ser aprovada pela prefeitura. A operação urbana é isso, é juntar o interesse privado, o interesse público, o interesse da população e fazer chegar a um objetivo coletivo.

Outra coisa: a revisão de PAs onde as ruas não serão ampliadas. As ruas de Santa Teresa serão alargadas? Claro que não, porque o bairro é tombado pelo Patrimônio. Assim, revoguei todos os PAs de Santa Teresa. Se é uma área tombada, para que prever alargamento de rua? Este é um caso em milhares de áreas da cidade onde os PAs devem ser revistos. Outra situação era a construção em lugar previsto para recuo: o proprietário não quer demolir, e a prefeitura fica cerceada se não desapropriar. O código que define a propriedade é dos anos 30: ele defende a propriedade, não deixa o poder público demolir nada dentro da propriedade privada.

Em outras cidades do mundo, como está evoluindo esse problema?

Há "séculos" se faz isso, há "séculos"! Desde a década de 70 já chegou a nós na Coppe o questionamento a esse tipo de plano rígido. Barcelona já flexibilizou há muito tempo a ação urbana, a Espanha toda, aliás; Portugal também. Essas áreas de renovação urbana fazem parte de uma operação. Portugal não fez a Expo? Aquela área foi objeto de operação, as empresas privadas financiando a maior parte. Aqui no Brasil não, o poder público financia sozinho o mercado imobiliário, toda a operação urbana.

Agora está em discussão o Estatuto da Cidade.⁵¹ Como a senhora o avalia?

Hoje, avalio diferentemente de antes de ser secretária de Urbanismo. Certas previsões do Estatuto vão contribuir para engessar mais ainda a gestão urbana. Tem aspectos positivos, claro, mas preciso analisá-lo a partir de minha experiência na SMU, ver se ele contém formas de captação de recursos, através da atividade imobiliária, que flexibilizem o zoneamento rígido e tragam dinheiro para se fazer ações de melhoria na cidade: metrô, trem, conjunto habitacional, saneamento. É muito importante para a cidade ter instrumentos de captação da operação urbana, porque isso é que vai contribuir para melhorar o que falta nas áreas pobres.

Acho que o Ibam poderia atuar mais, ensinando sobre cidade e seus instrumentos de gestão, porque o que se recebe de consultas ou de requerimentos burocráticos totalmente equivocados dá pena; é muito esforço gasto para nada. O cidadão precisa ser mais informado para poder reivindicar melhor. Muitas vezes, a pessoa pede ao estado uma coisa que é do município, e vice-versa.

A questão urbana sempre foi muito fechada, privilégio de especialistas, políticos, empresários e máquina administrativa. O máximo que a Zona Sul do Rio – que se julga bem informada – assimilou, foi gabarito e intensidade de uso; não conheceu outros parâmetros definidores da ocupação e guardou o discurso generalista, e equivocado, dos institutos acadêmicos do Rio.

Além disso, o discurso foi muito ideologizado, não?

Muito, pois no meio disso tudo está a universidade, que usa a ideologia da forma que lhe convém. Se pudesse – tentei fazer isso com a MultiRio –, eu teria uma instituição só para educar sobre a cidade: programas sobre cidade e cidadão, para democratizar as informações sobre questões que são de difícil compreensão, aparentemente. O que precisa é explicar, traduzir e simplificar. É só querer. Agora, é interessante saber até que ponto os políticos realmente querem que a sociedade seja informada; quanto maior a desinformação maior a possibilidade de manipulação.

Como a senhora analisa a evolução das cidades brasileiras, do ponto de vista urbanístico?

Infelizmente, sou obrigada a concluir que o que vemos hoje no Brasil é a falência do urbanismo. Todas as cidades brasileiras cresceram de uma forma muito feia; contra todos os planos de organização, o que se vê é uma desorganização generalizada. A praia da Boa Viagem em Recife, por exemplo, não pode ser aterrada para ampliação, por causa dos arrecifes. Entretanto, a orla é pontilhada de prédios altos que fazem sombra na praia às três e meia da tarde. Não que eu seja contra o prédio alto; apenas depende de onde ele é erguido. Na lagoa Rodrigo de Freitas, ali na altura do corte de Cantagalo, os prédios vinham seguindo um certo gabarito; de repente, apareceu um que sai da linha de contorno do morro. O Morro da Urca foi escondido pelos prédios em sua volta.

⁵¹ Em julho de 2001, o Estatuto da Cidade foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001). A medida estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana.

Sou contra a proibição de ocupação das encostas, porque isto favoreceu a ocupação ilegal, tanto por população de baixa renda, como pela de alta renda. Não considero a favela a melhor solução encontrada; a melhor seria morar no plano, com água, esgoto e transporte: sem risco. Agora, temos que enfrentar o problema gerado, porque ele já é a nossa realidade. Mas ninguém vai me convencer de que é bom morar nos píncaros, onde todas as soluções são mais complicadas: acesso, água, esgoto, a própria construção. O financiamento das ações é caro. O correto seria oferecer transporte público muito bom e barato para que a classe trabalhadora pudesse morar bem, em qualquer local, mas com infra-estrutura e saneamento. Para mim, esta seria uma política acertada. E foi nessa linha que trabalhamos, até onde foi possível. O Rio de Janeiro é uma cidade surpreendente; cada parte é um universo: não se pode ter um pensamento urbano generalizado.

O urbanismo poderia ser o espaço de uma grande discussão sobre a cidade?

O que me parece é que ele é um espaço mal ocupado pelos profissionais que se preocupam em prever e ajustar o desenvolvimento urbano. Assim, fica mais direcionado para o uso político que gera votos: leis urbanas voltadas aos interesses do mercado imobiliário, execução de projetos que conferem grande visibilidade ao governante, reurbanização de áreas degradadas, principalmente em assentamentos populares. O planejamento e a gestão urbana não interessam tanto ao governante e aos vereadores, a nenhum político, porque não é uma moeda forte de troca. Por sua vez, a legislação e a estruturação da cidade, a criação ou reforço de áreas de exclusão social (ou inclusão) são peças fundamentais para o jogo político, de poder e de negócios.

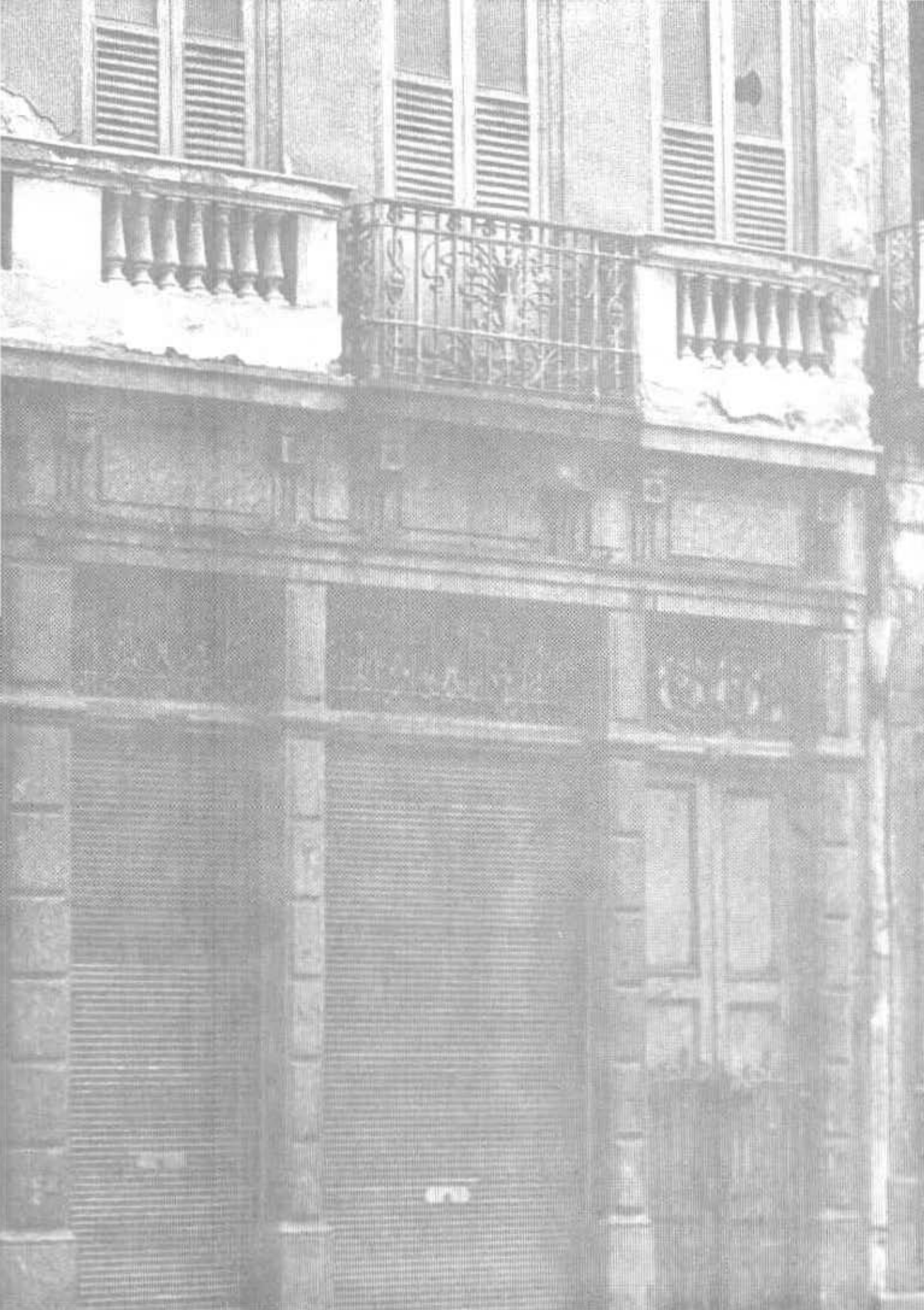
Para citar um exemplo: o trabalho de regularização de loteamentos irregulares e clandestinos, que a Fundrem propôs em 84 com o Iuperj. Na época, o arquiteto Edgard Gonçalves da Rocha, que presidia o IplanRio, pegou a idéia e a implantou, e até hoje está em vigor no Rio de Janeiro. Quando trabalhei no Ibam, eu apresentava esta experiência como a única política pública do Rio de Janeiro que não sofria interrupção. Hoje consigo entender por quê: não sei se é ou não um mérito, mas cheguei à conclusão de que ela não pára porque interessa a quem está governando, é uma grande máquina de votos. Não estou aplicando juízo de valor, apenas constato.

A estratégia dos governos na área urbana é realizar projetos, seja de recuperação, novas áreas, habitação, equipamentos de lazer. É o caso dos Cieps, do Favela-Bairro, do Rio Cidade, do Baixada Viva; faz-se um *marketing* com isso. Têm grande visibilidade e são compreendidos pela população, principalmente a grande massa de excluídos. Vejam bem, esses projetos são necessários para atacar o caos em que se transformaram as cidades nestes últimos 25 anos, mas o que quero salientar é que deve existir também uma estratégia para que os políticos permitam a ação preventiva, assim como a atualização e a maior eficiência do planejamento do desenvolvimento urbano.

Concluindo, acho que conseguimos avançar, mostrar que as coisas podem e devem ser feitas de outra forma e não ficar trabalhando para só um grupo social. Uma

cidade democrática é isso. Procuramos devolver à população uma cidade com uma administração moderna e mais eficiente na questão urbana. As reações vieram e virão, sem sombra de dúvida; é o preço da mudança, da inovação. Leva algum tempo para absorver. Esperamos ter contribuído para aumentar a crença de que serviço público pode ser eficiente, democrático, ético, que possa atender aos anseios do conjunto de moradores de todas as categorias e grupos sociais e políticos.

■





Casario do bairro
da Lapa, 1985.

Novas experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural

Depoimentos de

Francisco de Mello Franco

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro

Francisco de Mello Franco

Membro de tradicional família de homens públicos, é formado em engenharia civil, com cursos de especialização em processamento de petróleo e em análise econômica. Fundador e primeiro presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) entre 1967 e 1970, foi secretário de Planejamento e Coordenação da Guanabara durante o governo Chagas Freitas (1971-75), assumindo a seguir uma diretoria da Embratur, de onde retornou ao governo do estado, agora como secretário de Planejamento do novo estado do Rio de Janeiro (1979-80), mais uma vez convidado pelo governador Chagas Freitas. Ao deixar o governo transferiu-se para Brasília, onde ocupou a 1ª subchefia da vice-presidência da República (1980-85). Foi ainda presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, atual Iphan, do Ministério da Cultura. Atualmente é diretor do Instituto Antônio Houaiss.

A entrevista foi concedida no dia 20 de fevereiro de 2001 aos pesquisadores Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmento.

Desde jovem, interesse-me pela questão urbana e pelos assuntos do patrimônio histórico nacional

Embora não seja economista, o senhor foi duas vezes secretário de Planejamento no Rio de Janeiro.

Sou engenheiro civil, com especialização em análise econômica e petróleo. Naquele tempo, a Petrobrás oferecia um curso de *petroleum process engineering*, para o qual trazia professores americanos; você podia se especializar em manutenção, perfuração, pesquisa ou refinação – eu escolhi refinação de petróleo. Trabalhei na empresa até 1964, quando o Roberto Campos foi nomeado ministro do Planejamento e me levou como seu assessor. Depois disso, custei a voltar à Petrobrás, porque, na Seplan, eu fundei a Finep e fui seu primeiro presidente; de lá vim para o Rio como secretário de Planejamento do governador Chagas Freitas. Em seguida, fui para a Embratur, levado pelo ministro Severo Gomes, então ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel. Voltei para o Rio como secretário de Planejamento do segundo governo Chagas – desta vez, depois da fusão. Ao sair do governo, o vice-presidente Aureliano Chaves me chamou para ser seu assessor na vice-presidência da República. Mudei-me para Brasília e lá fiquei até 1985, quando retornei finalmente para a Petrobrás; aposentei-me pouco tempo depois.

Em suma, minha atividade profissional desenvolveu-se inteiramente dentro do setor público; jamais trabalhei na iniciativa privada até me aposentar. Em 1993 o ministro da Cultura Antônio Houaiss me nomeou presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; lá fiquei até o final do mesmo ano, quando ele deixou o Ministério. Criamos então o Instituto Antônio Houaiss, com o objetivo de elaborar um grande dicionário da língua portuguesa, que estou fazendo desde 97.

Após a morte de Houaiss, continuei, em companhia de Mauro de Salles Villar, à frente do projeto, e o dicionário será lançado ainda este ano. É uma atividade privada, amparada pelo sistema de patrocínio do Ministério da Cultura, embora ainda não seja uma empresa.

Quando o senhor começou a se interessar pela questão urbana?

Desde jovem. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi fundado em 1937 e dirigido por mais de 30 anos por um primo-irmão de meu pai, **Rodrigo Mello Franco de Andrade**. Desde a fundação ele convidou meu pai para ser membro do Conselho do Patrimônio, função que desempenhou durante 50 anos; daí minha relação com os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Em geral, meu pai dava pareceres jurídicos sobre as intervenções necessárias para a criação de um procedimento, porque na realidade o Patrimônio é uma interferência pública no direito privado. As pessoas custaram a aceitar isso, e a criação dessa jurisprudência exigiu décadas de esforço permanente, em que a atividade jurídica era muito importante.

Um belo dia, o velho Rodrigo me disse: “Vou me aposentar. Não aguento mais! Olhe o tamanho da verba que o Ministério destinou ao Patrimônio. Isso não é mais

Antônio Houaiss (1915-1999), professor e filólogo. Em 1938 iniciou o curso de letras clássicas na Universidade do Distrito Federal e integrou a primeira turma da Faculdade de Filosofia. Ingressou na carreira diplomática, sendo mais tarde nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek para a delegação permanente do Brasil junto à assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU). Teve importante papel na mudança da posição diplomática brasileira em relação ao colonialismo e, por isso, foi cassado pelo regime militar em 1964, encerrando sua vida diplomática. Foi trabalhar no mercado editorial, principalmente na organização de enciclopédias e dicionários. Tomou posse na Academia Brasileira de Letras em 1971. Foi ministro da Cultura na presidência Itamar Franco entre os anos de 1992 e 1993. Ver 3 Antônio e 1 Jobim, histórias de uma geração: o encontro de Antônio Callado, Antônio Cândido, Antônio Houaiss e Antônio Carlos Jobim. Entrevistas a Zuenir Ventura. Organização e apresentação Marília Martins e Paulo Roberto Abrantes. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.

O Dicionário Houaiss da língua portuguesa foi publicado em 2001 pela Editora Objetiva, do Rio de Janeiro.

Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969), membro da elite mineira, estudou direito no Rio, em Belo Horizonte e em São Paulo, aproximando-se das figuras que viriam a ter papel importante no movimento modernista iniciado em 1922. Nomeado chefe de gabinete do ministro da Educação Francisco Campos em 1930, indicou Lúcio Costa para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes. Em 1936, por sugestão de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, é convidado a organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), cargo que exerceu até 1967. Ver Terezinha Marinho (org.), 1986.

possível". Fui falar com Roberto Campos, de quem era assessor, e ele me pediu para levar Rodrigo ao seu gabinete. Conversaram um pouco, e o ministro disse: "Rodrigo, vou triplicar o seu orçamento". Depois disso, o ministro Campos começou a me usar um pouco nessa área.

A discussão ainda se restringia ao preservacionismo?

Sempre. Além disso, havia aquela cultura mineira que fervia na casa de meu pai. Seus amigos, como Lúcio, Carlos Drummond, eram homens que viviam aferrados à idéia de preservação do patrimônio mineiro. Quanto ao Rio de Janeiro, Rodrigo me falava muito do Plano Agache, que ele tinha por muito importante. Depois, veio a eleição de Carlos Lacerda, quando foi chamado o grego Constantino Doxiadis. Lembro que me interessei por isso, porque conversava muito com o velho Rodrigo sobre o Doxiadis e suas relações com a evolução do Rio, mas sempre informalmente, tomando um drinque e fumando um cigarro. Uma das coisas que o Rodrigo mais me contava era o esforço que Lúcio e ele – o velho Rodrigo dirigia o Patrimônio e Lúcio chefiava seu Arquivo – fizeram para documentar o patrimônio brasileiro; todo o grande arquivo do Patrimônio foi feito por Lúcio, talvez a maior obra cultural oculta do Brasil. Quem for ao sexto andar do Palácio Gustavo Capanema, antigo prédio do MEC no Rio, verá uma cena comovente: metros e metros de arquivos com desenhos de Lúcio, em que ele fez o registro de igrejas, com croquis de suas fachadas. É um trabalho valioso, uma realização prodigiosa. Foi uma vida inteira dedicada ao patrimônio histórico.

No governo Costa e Silva, como presidente da Finep o senhor já pôde ter uma interferência concreta na vida urbana do Rio, não?

Realmente, por minha interferência, a Finep financiou os estudos da ponte Rio-Niterói, para integrar a antiga província fluminense ao Rio. O governo começou a abrir a estrada Rio-Santos, que cruzaria a Barra da Tijuca, e com isso era preciso planejar a urbanização daquela região. Na Guanabara, o governo Negrão de Lima beneficiou-se dessa decisão porque, sendo a Rio-Santos uma estrada federal, recursos do DNER foram utilizados para melhorar várias vias cariocas.

Carlos Lacerda já tinha usado esse recurso para construir o túnel Rebouças, não é?

Sim, Carlos usou muito isso; o túnel Rebouças faz parte da BR-101, uma rodovia federal. Assim como aquelas obras realizadas ao lado do hospital Miguel Couto, passando pela praça Sibelius, para chegar ao túnel que passa por trás da PUC, tudo foi feito com recursos do DNER. Hoje aquilo é uma rua, mas na concepção original faz parte da BR-101. Mesmo a orla da Lagoa, que sai do Rebouças e vai até o Miguel Couto, faz parte da BR-101 – é a auto-estrada Lagoa-Barra.

O senhor ainda estava na Finep quando foi convidado a assumir a Secretaria de Planejamento da Guanabara?



Túnel Rebouças.

Sim. O general Médici tinha assumido a presidência da República e deu uma entrevista afirmando que todos os governadores teriam ajuda financeira para elaborar seus planos de governo. Chagas Freitas tinha sido eleito governador da Guanabara e foi ao ministro Reis Veloso, do Planejamento, saber se ele, como único governador de oposição, também teria direito à ajuda. Veloso confirmou e o mandou à Finep falar comigo. Acontece que Chagas era primo-irmão de Carlos Chagas, que era casado com uma irmã de meu pai – foi em sua casa que eu o conheci.

Quando me encontrou na Finep, Chagas pediu-me para fazer um esboço de plano de governo, e eu comecei a fazer. Uma vez por semana, eu comparecia ao edifício De Paoli, ali na avenida Rio Branco, onde ficava sua equipe, a fim de discutir minhas idéias para o Rio; quando terminei, entreguei o documento a Chagas.

Lacerda e Negrão governaram a Guanabara como cidade, e eu queria transformá-la em estado

Em que consistia o projeto?

Carlos Lacerda e Negrão de Lima tinham governado a Guanabara como uma cidade; eu queria inverter isso, transformando-a verdadeiramente em estado. Assim, era preciso criar zonas industriais e uma certa zona agrária, com produção primária no oeste. Essa não era uma visão urbanística, mas de distribuição racional do território, para fins de governo estadual. O que facilitava era que a Guanabara somava a arrecadação de ICM do estado e do município; a situação fiscal era bastante confortável.⁵²

⁵² Sobre o projeto de estadualização da Guanabara, ver Marly Motta, 2000.

Mas o projeto oferecia também sugestões de caráter urbanístico. Para fazer alguma coisa que valesse a pena, estudei o Plano Agache, que meu pai tinha em casa – hoje é uma raridade bibliográfica, mas eu fiquei com o de meu pai. Além disso, eu tinha também o Plano Doxiadis e o Plano Lúcio Costa para a Barra da Tijuca. Assim, fui formando minha opinião, muito influenciado pelo Doxiadis e por Lúcio; ambos os planos se somavam, porque foi o Doxiadis quem propôs o porto de Sepetiba, achava que lá devia haver um porto.

Eu era membro do Conselho Fiscal do Porto do Rio de Janeiro, como funcionário federal. Sabendo que o porto do Rio calava apenas 11 metros, passei a me interessar pelo plano do governo Carlos Lacerda de instalar o porto de Sepetiba. Consultei Lúcio Costa, que achou perfeito, e comecei a fazer o plano de “deitar” a Guanabara: balizado pelos eixos rodoviário e ferroviário, que caminham no sentido leste-oeste, pensei em levar para o extremo oeste a indústria pesada, fixando um ponto de atração no porto de Sepetiba.

Quando entreguei o plano, Chagas me disse: “Você fez tudo isso, agora tem que executar; você vai ser meu secretário de Planejamento”. Financeiramente, não foi boa idéia, porque eu ganhava mais na Finep, mas o convite era irresistível. Muito melhor do que ficar como assessor na Seplan e presidente da Finep, onde eu já estava havia quatro anos. Assim, renunciei a tudo e vim para cá, para tentar executar aquelas idéias. E tratei de trazer para chefiar meu gabinete – cuidei de transformá-lo numa espécie de Secretaria executiva – um engenheiro de portos, Carlos Teófilo, porque a idéia central girava em torno do porto de Sepetiba. Ele deveria ter força suficiente para equilibrar a balança, atrair os investimentos. Teófilo começou a fazer o projeto do porto; ele era do Departamento de

Portos e Vias Navegáveis, conhecia todo mundo, foi tendo apoio. Sei que no final do governo Chagas, encontrei-me com o general Geisel, já presidente da República, no Jockey Club, e ele me disse: "Francisco, vou construir o seu porto." E realmente, a obra saiu.

Bem, se eu tinha criado um peso à esquerda, para equilibrar a Guanabara, e tinha dois eixos rodoferrviários ligando os dois trechos, eu tinha um centro a ocupar: a Barra da Tijuca. Esse centro é isolado por uma espécie de ferradura: de um lado, o maciço da Pedra Branca; do outro o da Gávea. Quem conhece bem o Rio sabe que só existe uma passagem lá por cima, num baixio da chamada Serra dos Pretos Forros, onde se pode cruzar. Fora isso, nada. A Barra é cercada por uma ferradura de montanhas e é muito grande. Uma vez, para mostrar a Chagas o tamanho daquilo, pedi a um arquiteto, Pedro Teixeira Soares, para desenhar Brasília na escala, dentro da Barra. Pois bem: Brasília cabe toda dentro da Barra.

Assim, ocupei-me em criar maior densidade naquela área. Eu tinha muita facilidade por causa do Lúcio Costa, que dirigia um escritório de implantação da Barra, lá na Via 11, hoje avenida Ayrton Senna.

Lúcio Costa dirigia o Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá, é isso?

Exatamente. Com 80 anos, ele ia para lá dirigindo um fusquinha. E tinha um poder total ali dentro. A Barra era diferente da experiência de Brasília, onde as terras eram devolutas; ali, os terrenos eram privados. Isso criava antagonismos, invejas, ciúmes, raivas e reações. E Lúcio, que não queria saber da parte jurídica, dirigia o escritório como um César; dizia: "Aqui pode construir uma torre; no vizinho não pode". O proprietário que tinha o terreno do lado ficava danado da vida, pedia isonomia, entrava na Justiça. Quando o governador Negrão aprovou o Plano Lúcio Costa, não criou condições técnicas para que aquilo pudesse ser executado com facilidade.

Era possível a desapropriação de toda a região?

Claro que era; bastava declarar de utilidade pública para fins de desapropriação, dizendo que interessava ao Rio de Janeiro. Mas quando você desapropria, tem que ter dinheiro para pagar; estava no final do governo Negrão, e era um negócio para centenas de milhões de dólares. Com o temperamento do Negrão, ele deixou aquilo rolar. Não o critico, ele tinha razão. Estava sem dinheiro, achava a Barra uma boa idéia, e a primeira coisa era dar o pontapé inicial; depois, alguém resolveria.

Foi no governo Chagas Freitas que o escritório transformou-se em Sudebar, Superintendência do Desenvolvimento da Barra da Tijuca?

Isso mesmo. Deu um outro *status*, deu mais força ao órgão. O Chagas nomeou como superintendente o Almir Machado, genro do general Hugo Abreu, que viria a ser chefe da Casa Militar do Geisel; a Sudebar ficou subordinada à Secretaria de Obras. Mas sempre com Lúcio, que era uma espécie de Deus ali dentro, o rapaz lhe obedecia e fazia aquela parte que o Lúcio tinha horror de fazer. Na Secretaria de Planejamento, eu estava acima da Sudebar e da Secretaria de Obras; estava no grande plano, mas tinha que via-

bilizar a idéia. A proposta de horizontalização me levou ao Jockey Club, que tinha um terreno na Barra; sugeri ao Francisco Eduardo de Paula Machado que construísse ali um segundo Jockey; quase construíram. Acabei desapropriando aquilo tudo e dei início à construção do autódromo e ao projeto do Riocentro.

Uma coisa o Chagas não quis fazer: o Lúcio previa a transferência do centro administrativo da Guanabara para a Barra da Tijuca, na Pedra da Panela.



Barra da Tijuca com a aparência que manteve até a década de 1970.

Hoje instalou-se ali a favela do Rio das Pedras.

Se tivéssemos ocupado aquele espaço, isso não teria acontecido. Eu lutei, lutei, mas Chagas um dia mandou por um amigo um recado para mim, para eu não insistir, porque ele tinha medo de parecer imitador do Juscelino. Desisti, porque afinal ele era o governador. E me pediu que projetasse um edifício ali na Cidade Nova, para instalar o centro administrativo. Foi a minha Secretaria a responsável por aquele prédio; o Pedro Teixeira Soares e o Hélio Modesto fizeram o projeto. Mas jamais gostei daquilo; fui visitar uma única vez, porque me contrariava muito, no sentido estratégico; senti que estava consolidando um Rio que eu não queria.

Também fui derrotado por Chagas no elevado sobre a avenida Rodrigues Alves. Quando o ministro Andreazza terminou a construção da ponte Rio-Niterói, propôs erguer aquela "coisa" por cima da Rodrigues Alves. Eu achava aquilo detestável, porque tinha certeza que a cidade ~~tenha~~ ia a crescer pela Saúde, pois já que eu ia fazer o porto de Sepetiba, o porto do Rio seria rapidamente abandonado. Por isso, o certo seria abrir uma via bonita, arborizada, sem precisar daquela coisa lá em cima. Tanto insisti que Chagas me

disse: “Vou pedir ao ministro Andreazza que utilize uma técnica de construção que permita a demolição amanhã.” Não sei se já repararam, mas é o único viaduto do Rio em que as vigas de sustentação são de aço. Mas os pilares são de concreto!

Aquilo é uma porcaria. Se você está embaixo, não tem nada; se está em cima, reze para seu carro não enguiçar. Já aconteceu comigo. Um dia, fui dar uma aula em Niterói, e o táxi enguiçou às 11:30h da noite. Foi assustador! Aquilo ficou uma porcaria de solução urbanística.

O que se propunha para a Barra da Tijuca em termos de transportes e saneamento?

A idéia dos transportes nos parecia muito facilitada pelo cruzamento da BR-101, que por ali passava; a Guanabara não carecia de sistema de transporte para o oeste, com os dois eixos rododiferroviários que a cortavam. Para o saneamento, nossa proposta era o emissário submarino, este que estão pensando em construir agora – o Brasil anda a passos de cágado.

No primeiro governo, a ocupação da Barra ainda era muito incipiente. Quando voltei, quatro anos depois, já havia prédios construídos que utilizavam o sistema de fossas; alguns nem isso tinham. Fui advertido de que as praias e lagoas estavam ameaçadas pela poluição e chamei um grupo de empresas para estudar o assunto. Fizemos o projeto do emissário submarino, Chagas aprovou e propôs enviá-lo à Assembléia Legislativa. Vamos começar a execução, quando deixei a secretaria; resultado: o trabalho não foi sequer iniciado.

O Conselho de Planejamento Urbano tinha a função de livrar o governador das pressões da especulação imobiliária

Durante o primeiro governo Chagas Freitas, o senhor criou o Conselho Superior de Planejamento Urbano. Como era sua composição?

O Conselho foi pioneiro no Brasil por sua composição, em que o governo era minoritário; só éramos membros eu, o secretário de Obras e o procurador-geral. E tínhamos dez outros membros, escolhidos a dedo entre a melhor gente do Rio de Janeiro; chamei Lúcio, Roberto Burle Marx, Haroldo Graça Couto, construtores, arquitetos e professores universitários.

Um dia, lancei na mesa para discussão a questão de São Conrado, que estava começando a ficar uma coisa terrível, e incumbi Lúcio de fazer uma sugestão para nós. Marcamos a reunião seguinte num belvedere que havia no alto do Hotel Nacional. Lá de cima, Lúcio espiou, espiou, e deu a sugestão. A estrada da Gávea. À direita da estrada da Gávea, o prédio que existisse seria respeitado, e as casas jamais poderiam ser transformadas em edifícios. À esquerda, Lúcio propôs a construção de prédios soltos das divisas e com gabarito de 15 andares, para não repetir Copacabana. Idéia do Lúcio.

O Conselho trabalhava a longo prazo, como nesse caso de São Conrado, mas também atuava *ad hoc*. Um dos membros fazia uma denúncia, o Conselho estudava e recomendava uma solução ao governador, que quase sempre acatou. Por exemplo, co-

meçava a ser construído um prédio na rua da Quitanda, o Ninho das Águias. Tinha 52 andares, vários deles de garagem e dava acesso por uma rua; um negócio impossível, que ia acabar com o Centro do Rio. Tinha sido todo vendido, e corruptamente aprovado. Chagas saltou de pára-quedas dentro da Secretaria de Obras, demitiu responsáveis, instalou uma comissão de inquérito, que verificou a corrupção e impediu a construção. Em várias ocasiões o Conselho agiu assim, *ad hoc*. E ao mesmo tempo organizava-se para dar sugestões normativas, de alteração da legislação em vigor.

Após a fusão, o Conselho foi extinto.

Sim, porque ele era muito incômodo. A idéia era essa mesmo, gerar um incômodo para o poder público, porque a legislação existente era muito curiosa. Dizia mais ou menos assim: "Estão aqui os prismas de ventilação, os afastamentos, os gabaritos a que você tem que obedecer, estão aqui todas as regras para você construir." Em seguida, vinha um artigo dizendo: "Entretanto, se seu projeto for considerado um projeto especial pelo governador, não há necessidade de obedecer a nada disso." Ou seja, qualquer pessoa que tivesse boas relações com o governador – e nessa cidade-estado todos os poderosos tinham acesso a ele – e quisesse plantar um espigão no meio da avenida Rio Branco, procurava o homem e pedia que ele considerasse aquilo um prédio especial. O governador ficava numa situação terrível.

Foi com esse argumento que convenci Chagas a aceitar o Conselho, porque ele era procurado pelos homens mais poderosos do Rio, pedindo projetos especiais. E isso era muito mais incômodo do que um Conselho que negasse coisas, e ele pudesse dizer: "Gostaria de atender ao seu pedido, mas este Conselho terrível me impede." Era um anteparo para evitar desgastes para o governador.

Como era um colegiado composto de homens ilustres, entre 60 e 70 anos, todos vitoriosos em suas atividades, era mais fácil reuni-los para estudar um caso como o de São Conrado, do que conseguir que eles se sentassem numa sala e trabalhassem durante dois meses elaborando uma nova legislação. Por isso, começamos a pensar que talvez devêssemos seguir o caminho dos países anglo-saxões, que criam o seu direito consuetudinariamente. Ou seja, através de intervenções *ad hoc* o Conselho daria as sugestões, que passariam a prevalecer para a cidade inteira. Tenho certeza de que o Rio seria outra coisa hoje, se o Conselho tivesse sido mantido.

O Conselho tomou alguma decisão importante em relação à Barra da Tijuca?

Lúcio Costa era o consultor-chefe da Barra e membro do Conselho, de modo que não havia por que o Conselho formular um plano para a região. Mas nunca tivemos qualquer dúvida sobre coisas da Barra, nas reuniões do Conselho; quando propus, por exemplo, construir o autódromo, Lúcio aprovou imediatamente, porque ele queria ocupar aquelas áreas. Foi com sua bênção que fizemos o autódromo, o projeto do Riocentro, e terminamos a segunda galeria do túnel Dois Irmãos. Para o Conselho, a Barra era uma zona plenamente atendida e com planejamento suficiente, posto que prevalecia o Plano do Lúcio. A idéia de desenvolver a Barra era mais minha, como secretário de Planejamento, do que do Conselho, pois eu tinha preocupações que ultrapassavam os aspectos urbanísticos, eu tinha responsabilidades estratégicas de governo do estado.



Túnel Dois Irmãos

Entre os dois governos Chagas Freitas, houve a fusão entre a Guanabara e o estado do Rio, promovida pelo governo Faria Lima. Durante esse período, a Barra da Tijuca deixou de ser prioridade?

Não só a Barra, como todo o Rio de Janeiro. Logo que assumiu o governo, o almirante Faria Lima deu uma entrevista afirmando que o Rio era um município como outro qualquer, nesses termos. Não posso nem dizer que ele tinha raiva do Rio; a maior justiça que posso lhe fazer é dizer que ele não entendia nada de Rio de Janeiro. E como não tinha escolhido o prefeito – Marcos Tamoio foi indicação do general Golbery, chefe da casa civil de Geisel –, resolveu criar uma prefeitura hipertrofiada, cheia de responsabilidades, aliviando o orçamento do governo estadual. Assim, transferiu todos os encargos de educação e saúde para o município, para ficar com o dinheiro e menos obrigações. Faria Lima não se sentia comprometido com a cidade. Além disso, quis fazer a fusão entre uma cabeça e um corpo que não tinham nada a ver um com o outro; foi o executor de uma idéia torta. Não teve remédio.⁵³

⁵³ Sobre o governo Faria Lima, ver a entrevista do mesmo em Marly Motta e Carlos Eduardo Sarmento (orgs.) 2001.

Como o senhor avalia a gestão de Marcos Tamoio na prefeitura do Rio?

Deixei com ele 20 volumes escritos sobre o planejamento estratégico do Rio. Ele executou o Riocentro, concluiu o autódromo. Não sei se via as coisas exatamente como eu, mas não antagonizou. Apenas quanto ao porto de Sepetiba, Tamoio não se interessou, e o porto era decisivo. Uma coisa que lhe pedi muito, ele não fez, que não deixasse demolir o Palácio Monroe. Naquele tempo, o prefeito não tinha onde trabalhar, e ele fixou-se na idéia de comprar a embaixada inglesa. Eu considerava inacreditável o prefeito se ocultar numa casa de luxo na Zona Sul, achava que o prefeito tinha que estar no meio da cidade. E disse ao Tamoio: “Não faça isso! Pegue o Monroe. Você vai ficar ao lado do Obelisco, na porta da avenida Rio Branco, no coração da cidade”. Não se interessou, e Geisel mandou derrubar. Nós tínhamos gastado um dinheirão para passar com o metrô tangenciando o prédio, para não ameaçar as fundações... Colocaram tudo abaixo.

O Palácio Monroe era o pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Saint Louis, Missouri (EUA) em 1908; em seguida, foi desmontado e reconstruído no Rio de Janeiro. De 1914 a 1921 abrigou a Câmara dos Deputados. Em 21 integrou o conjunto de pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência. De 1925 a 1960 abrigou o Senado Federal e foi demolido em 1976, teoricamente para viabilizar as obras do metrô.

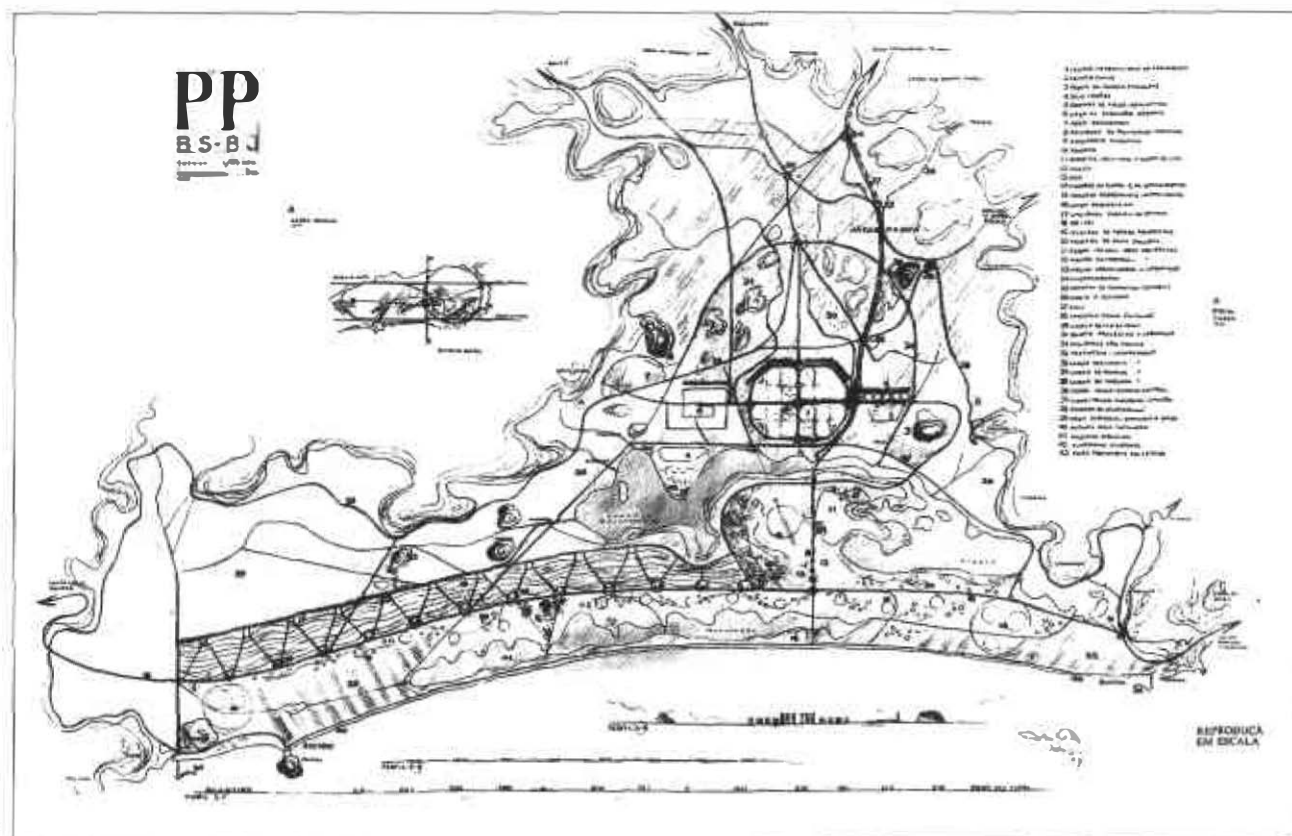
Cabia ao governo fazer do Plano Lúcio Costa um programa institucional, limitando a arbitragem informal de seu criador

Hoje, é muito negativa a avaliação sobre a Barra da Tijuca. Oscar Niemeyer, por exemplo, afirma que o poder público foi tímido na desapropriação da área e acabou cedendo a pressões de proprietários. Como o senhor, que participou do esforço de urbanização da região, vê a ocupação da Barra?

No fim da vida, Lúcio abjurava o que aconteceu com a Barra. As coisas iam bem enquanto ele controlou aquele escritório com mão de ferro; era o fiel daquilo tudo. Não havia quem fizesse o que ele não queria. Mas não era uma situação institucionalizada. Isso não tinha acontecido em Brasília, porque lá as terras eram devolutas, ele podia ser arbitrário: “Aqui pode ter hotel, aqui não pode”. Particularmente, acho que não deveria haver um setor hoteleiro – “São” Lúcio que me perdoe. A pessoa tem que ter o direito de se hospedar perto da família que está visitando, mas em Brasília todos os hotéis ficam no coração da cidade, no cruzamento das asas com o corpo.

Acontece que lá o Lúcio podia fazer aquilo, e fez. Agora, na Barra não podia, tinha que ser por entendimento. Naquele tempo, eu era muito forte como secretário de Planejamento, e muitas vezes era procurado. Eu ouvia tudo e ia conversar com Lúcio, mas ele arbitrava, ele tinha a palavra final. E não era fácil. Mas ele se afastou de tudo uns dez anos antes de morrer. Primeiro, porque já estava esgotado, cansado de lutar por coisas óbvias, naquele jogo de pressão, de que ele não gostava. Ele pertencia a uma geração de heróis solitários: o Oscar faz arquitetura sozinho, ele era o urbanista que fazia sozinho, mas agora não é mais possível, são grupos que partilham decisões e responsabilidades. E Lúcio não era um homem dessa formação.

A medida que o tempo ia passando, ele ficava cada vez mais amargurado, sem autoridade administrativa para impedir certos abusos. O erro não foi dele, porque não lhe cabia a estratégia de execução do Plano; o que lhe cabia era uma proposta de ocupação. Agora, é uma coisa terrível o governo entregar a um homem a intervenção empírica numa área, sem lhe oferecer meios para fazer valer sua opinião. Lúcio podia dizer: "Acabou a faixa das torres, agora não tem mais torres". Ai o proprietário força um pouco e constrói mais uma torre. Com isso, o lugar foi se descaracterizando.



Plano Lúcio Costa
para a Barra da Tijuca

Acho que a Barra da Tijuca se desvirtuou muito por causa disso. Não estou do lado das pessoas que são acerbas críticas do que ocorreu ali. Há fanáticos defensores do plano original: o próprio Lúcio, sua filha, seu grupo. Com toda a razão, porque o Plano era muito bonito. Lúcio dizia que a orla marítima, por exemplo, não devia ter duas pistas, mas uma única, muito pequena e com um ar agreste, como ele gostava. Como é, a partir de certo trecho. Ele não queria repetir Copacabana e Ipanema.

Mas sem uma presença firme do Poder Executivo, havia o risco permanente de ocupação informal, como veio a ocorrer nas margens das lagoas, tomadas por favelas. Esse desenho de ocupação não abria espaço à ocupação irregular?

O Lúcio fez um desenho estético de ocupação daquela área, mas não previu válvulas de descompressão. Seu estudo para a Barra é uma coisa pequenina, que ele fez, instado pelo velho Rodrigo Mello Franco e pelo Negrão, que gostava dele; era um risco, como ele chamava. Cabia ao governo desenvolver o risco numa coisa factível, com competência, usando arquitetos, engenheiros, economistas, técnicos de todo tipo. Mas não, o governo optou por fazer um pequeno escritório, em que Lúcio seria o árbitro de projetos que fossem apresentados. No começo, o desvio era pequeno; de repente, a Barra virou um boom, e ele perdeu o controle. Nenhum homem sozinho poderia segurar aquilo.

Quando eu era secretário do Planejamento, Lúcio ainda controlava tudo, pois a ocupação estava no início. Mas depois, em contato pessoal e quando fui presidente do Patrimônio, ele já estava completamente desencantado. Achava que a Barra tinha saído inteiramente do rumo e não se envolveu mais.

O senhor se sente bem na Barra da Tijuca?

Vou pouco, mas não chego a desgostar. Os moradores sentem um pouco o aumento da violência, dos engarrafamentos, mas eu considero um desafogo para a Zona Sul. Se cresceu tanto, é porque havia uma demanda reprimida. Abriga uma população imensa e alguns lugares ainda são muito bons. Circulo por ali me lembrando daquele tempo em que desenhamos aquelas ruas, e não acho miserável, não. Não tenho competência para julgar até onde foi a descaracterização. Lúcio tinha um temperamento ácido, achava que tinham descaracterizado tudo e que a coisa não tinha mais retorno.

Dada a quantidade de terra disponível, a favelização das margens das lagoas destoa um pouco das propostas originais de ocupação racional e regular da Barra.

De certa forma, a favelização se explica pelo excesso de trabalho que aquela ocupação exige e a forma com que atuam as empresas de construção civil; contratam pessoas que, morando em outras áreas, ficam ali durante muito tempo e depois não saem mais. Quando estão fazendo uma grande obra em algum lugar da Barra, os empreiteiros trazem operários até do Espírito Santo; o sujeito vem, depois não volta.

Além disso, há as distâncias. É difícil morar na Barra e trabalhar na avenida Rio Branco. Não é possível que a Barra continue eternamente dependente do automóvel, é preciso transporte de massa. Naquele tempo, planejamos um monotrilho, meio fácil porque não se trata de roda de aço sobre trilho de aço, mas de roda de borracha, que sobe em qualquer inclinação. Seria fácil sair de um entroncamento com o metrô e levá-lo em forma de monotrilho até a Barra, mesmo passando por cima de certas áreas da montanha.

Lúcio Costa chegou a analisar essa sugestão?

Levamos a ele, que aprovou. O monotrilho trafega por elevados. Nas estações o usuário deveria subir uma escada e pegar o trem lá em cima, ao contrário do metrô, que anda embaixo da terra. Logo no início do segundo governo, pedi a Chagas para nomear o meu chefe de gabinete, o Carlos Teófilo, presidente da Companhia do Metropo-



litano, porque estava convencido de que nossa interferência no transporte era decisiva. Assim, elaboramos na Secretaria de Planejamento um projeto de levar o monotrilho até a Barra, integrado ao sistema metropolitano. Quando saí da Secretaria, deixei tudo pronto; nos arquivos do Metrô deve haver um anteprojeto avançado, inclusive com a parte de protendido desenvolvida.

Pensou-se em metrô também?

Não na nossa proposta. Na campanha para as eleições de 2000, lembro de um candidato a prefeito que falou em levar o metrô até a Barra. Não sei. Para vocês terem uma idéia, aqui no Rio o metrô enterrado custa mais ou menos cem milhões de dólares por quilômetro, contando tudo: carros, equipamento; já o monotrilho custava, naquela época, dois ou três milhões de dólares por quilômetro. São apenas pequenos pilares e vigotes nos 20 metros de afastamento dos pilares, um carro comum. Agora, com capacidade para transportar um número menor de usuários. O metrô pode levar até 80 mil passageiros por hora, enquanto que

o monotrilho ia até 30, 35 mil. Mas é indispensável para aquela área; enquanto não for feito, a Barra não terá condições de funcionar bem. Experimentem ir para lá numa sexta-feira e depois voltar. É um negócio terrível! Os moradores ficam muito isolados.

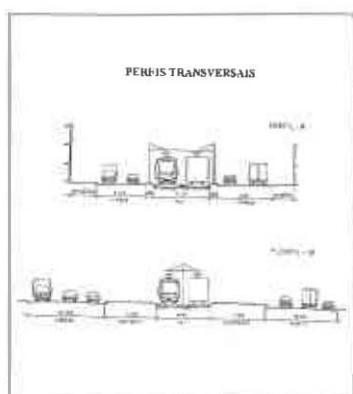
Esse isolamento chegou mesmo a gerar um movimento pela emancipação.

Pois é, chegaram a pensar em transformar aquilo tudo em um município independente, mas no plebiscito promovido, a maioria votou contra. De qualquer forma, a população fica mais ou menos condenada a procurar trabalho perto da moradia, ou seja, no setor de serviços; ninguém vai instalar uma indústria ali.

Um dia, pedi ao então prefeito César Maia que me recebesse – tínhamos boas relações – e lhe entreguei o projeto do monotrilho. Ele agradeceu, disse que era uma contribuição importante, por que estava com um grupo estudando o assunto. Mas não foi adiante, não consigo entender por que; acho que há razões mais políticas do que técnicas. O monotrilho poderia desmontar o poderosíssimo cartel montado pelas empresas de ônibus no Rio de Janeiro.

O senhor foi secretário de Planejamento da Guanabara, que era uma cidade-estado, e de todo o estado do Rio de Janeiro. Qual das duas experiências o satisfaz mais?

Certamente o governo da Guanabara. Era um estado rico, com uma arrecadação muito boa, e melhores possibilidades para o futuro. Com administrações racionais poderia ter sido um grande estado, experiência única no país. Afinal, o Rio de Janeiro, queiram ou não, é a verdadeira capital do Brasil. Para mim, foi muito criativo. Eu jamais voltaria ao governo estadual, porque é horrível: a disputa, a pequenez, a visão ruim e distorcida dos verdadeiros problemas da população. Indiscutivelmente, a visão municipal é muito melhor, sua dimensão é mais humana, mais próxima das nossas reais necessidades. O município é mais saboroso.



Projeto do monotrilho da Barra da Tijuca.

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro

Arquiteto e urbanista pela FAU/UFRJ, com cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano no Bouwcentrum International Education em Rotterdam-IHS, Holanda (1974 a 1978). Funcionário da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (1968 a 2001), trabalhou nas secretarias de Obras e de Planejamento e Coordenação Geral (1968 a 1979), foi coordenador do Projeto Corredor Cultural por diversos períodos entre 1979 e 1993 e diretor geral do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (1982-1984). No Instituto Municipal de Planejamento e Informática (IplanRio), foi responsável por vários projetos de urbanização do Centro da cidade (1989-1993). Foi subprefeito do Centro (1993-2000) e chefiou a Diretoria de Urbanismo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos durante o ano de 2001. É professor da Faculdade de Arquitetura Bennett desde 1980 e secretário-geral do Instituto Light de Desenvolvimento Urbano e Social, a partir de dezembro de 2001.

A entrevista foi realizada em duas etapas. A primeira foi concedida no dia 20 de outubro de 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi. A segunda foi concedida no dia 31 de outubro de 2000 aos pesquisadores Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta.

Minha passagem pela Europa reforçou a idéia de que era possível fazer no Rio intervenções de preservação

O senhor se formou em arquitetura em 1968. Na época já se discutia urbanismo?

Embora a escola se chamasse Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, era muito restrita a discussão sobre o assunto; aprendíamos história da arquitetura, história da arte, mas tudo ligado ao projeto arquitetônico; a cidade era vista mais como um somatório de prédios do que como uma rede interligada. Mais tarde, em 1979, fiz lá mesmo uma graduação de dois anos em urbanismo.

Por que o senhor escolheu o urbanismo?

Porque comecei a trabalhar muito cedo com este assunto, ainda estudante: em 1967 entrei como estagiário na Secretaria de Obras, durante o governo Negrão de Lima – dois anos depois fui efetivado como arquiteto. Um dos primeiros trabalhos de que participei foi marcando os prédios da Lapa que seriam demolidos para a implantação da avenida Norte-Sul naquele trecho. Trabalhei também no projeto e nas obras do aterro de Copacabana. Fora do governo eu havia trabalhado no projeto da Codesco em Brás de Pina e no Morro União. Fazíamos o levantamento físico das edificações das favelas e depois aplicávamos os questionários sociais – os coordenadores da pesquisa preferiam usar os estagiários de arquitetura, porque eram mais objetivos do que os de sociologia. Alguns estagiários acabaram contratados pela Codesco, mas eu não, porque já estava na Secretaria de Obras e não tinha mais muito tempo disponível.

Quando o senhor despertou para o urbanismo em termos profissionais?

Acho que a partir daquele trabalho na Lapa: apesar de indicar os prédios que seriam demolidos, fiquei encantado com eles e com muita pena por saber que iriam abaixo; havia alguns curiosíssimos, prédios pequeninhos, com 1,20m de fachada. Então, independentemente dos trabalhos desenvolvidos na Secretaria, projetos de viadutos e outras coisas em que os arquitetos trabalhavam, comecei a me interessar pelas regiões mais antigas, como a conhecida como Saara e o Largo de São Francisco, curioso para saber por que aqueles lugares tinham um ambiente diferente do restante do Centro;⁵⁴ cheguei a escrever em 1977 um texto sobre o Largo de São Francisco, que chamei de “Preservação e renovação, um estudo de caso”, uma iniciativa absolutamente individual, em que propus algumas medidas para a preservação e a renovação da área. É verdade que o fato de ter nascido em Minas Gerais, que tem grande intimidade com cidades históricas, pode ter tido alguma influência nessa minha curiosidade pelas construções antigas.

Mas na época a intervenção urbana privilegiava as demolições e as construções ditas modernas.

⁵⁴A Saara, Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, reúne o comércio popular de um conjunto de 11 ruas e de mais de 1.200 lojas de árabes, judeus e coreanos no Centro do Rio de Janeiro. Ver José Inácio Parente, 2001.

Sem dúvida, embora houvesse mais gente curiosa: Letícia Hazam era uma delas. Arquiteta, tinha estudado na Itália, trazia um conhecimento e um interesse muito grande pelos centros históricos; conversávamos muito. Outro que se tornou meu amigo foi o Marlo Costa e Sousa; falávamos sobre o assunto dentro da Secretaria de Obras. Enfim, acho que começou ali um movimento para sistematizar o conhecimento da história da arquitetura da cidade, embora o trabalho prático continuasse na linha do desenho de projeto urbano, dentro da idéia vigente, de que a cidade ia se renovar perpétua e ininterruptamente. Trabalhei em vários projetos desse tipo. Cheguei até a desenhar uma das alças do viaduto de Ramos.

Em 1974 o senhor foi para a Holanda com uma bolsa de estudos, não é?

Sim. Consegui uma bolsa do governo holandês para fazer um curso de especialização em habitação popular. Era um curso intensivo de seis meses: todos os dias, de 8h às 17h, bastante pesado. Chamava-se *Bouwcentrum International Education*, hoje *Institute for Housing Studies*; tratava-se de uma instituição especializada em habitação de baixa renda para o Terceiro Mundo.

Quando retornei ao Brasil, voltei mais interessado ainda nessa história da preservação. Na Europa vi muitas cidades antigas, que eles conservavam, onde não se demolia nada, não se construíam viadutos no meio da cidade, as ruas não eram alargadas; enfim, cidades completamente diferentes das nossas e muito mais amenas para a população, cidades mais confortáveis, mais eficientes, embora não tivessem nenhum dos símbolos que aqui eram tidos como sinais de progresso, como ônibus mais rápidos nas ruas, poucos sinais de trânsito, passarelas para pedestres. Naquela época, achava-se que nem sinal de trânsito deveria haver mais no Rio: o problema da travessia do pedestre seria resolvido com a construção de mais passarelas.

Minha passagem pela Europa reforçou a idéia de que era possível fazer intervenções de preservação. O Rio não era, do ponto de vista arquitetônico, uma cidade antiga, mas tinha lugares interessantes, que mereciam ser preservados.

Em 1978 o senhor voltou à Holanda, desta vez convidado pelo governo holandês.

Sim, fui convidado a voltar e participar do que eles chamavam de *Special Programme*, um curso para ex-estudantes do Bouwcentrum. Como eu poderia levar um tema para desenvolver, propus um trabalho sobre a resistência dessas áreas antigas no Centro do Rio, e eles aceitaram. Quando cheguei lá, tomaram um susto, porque imaginavam alguma coisa como Quito ou Cidade do México, que ainda têm residências no centro histórico. Quando fiz a primeira descrição do trabalho, dizendo que não morava



Arcos da Lapa,
Rua Joaquim Silva, 1987.

mais ninguém no Centro do Rio, os holandeses ficaram meio desnorteados, pois imaginaram que eu ia lidar com a preservação de residências em área central.

55 Jane Jacobs, 1961

Acabaram me enviando para um professor americano que dava aulas lá, Michael Rodell, mas que também não sabia nada sobre esse assunto. Ele me deu para ler o livro da Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades*; é uma obra maravilhosa, espécie de bíblia de urbanismo.⁵⁵ Este livro me acompanhou durante todo o tempo em que eu desenvolvia meu trabalho na Holanda e, de certa forma, até hoje. Depois apareceu no curso o Patrick Crooke, um inglês do DPU, Development Planning Unit, de Londres, que foi dar umas aulas e também me orientou um pouco; aliás, foi ele quem deu o título do meu trabalho: "Multi-functional development of the inner city", escrito em 1978.

Naquela época, a política de preservação adotada pela Sphan, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo menos nas grandes cidades brasileiras, era a da preservação de monumentos isolados e, em sua grande maioria, exemplares notáveis da história e da arquitetura brasileira; todo o resto não tinha maior importância. A legislação municipal, por sua vez, era muito permissiva: podia-se construir em todos os lugares, os gabaritos eram liberados, a ponto de ter sido possível erguer a torre da Universidade Cândido Mendes, de 42 andares, no pátio do Convento do Carmo.

No trabalho, eu analisava as razões de, no Centro do Rio, terem sobrevivido aquelas morfologias antigas. A primeira dizia respeito à legislação. Se, por um lado, ela liberava o gabarito das edificações, por outro, os PAs, isto é, os Planos de Alinhamento, eram tão absurdos, alargavam tanto as ruas, que o que sobrava dos lotes não era edificável. Era mais negócio manter do jeito que estava do que realizar os alinhamentos determinados pela Secretaria de Obras, então responsável pelo planejamento e fiscalização do uso do solo no Rio de Janeiro.

Segundo, os vários projetos de ligações viárias existentes. Só para se ter uma idéia, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy havia feito o projeto da avenida Norte-Sul, que começava na Glória, passava pela rua da Lapa em elevado, entrava por onde é hoje a rua República do Paraguai, rasgava aqueles quarteirões do Largo de São Francisco, atravessava a avenida Presidente Vargas, entrava na rua da Conceição – que tem seis metros de largura! – passava por trás da Central do Brasil e emendava num viaduto que vai para São Cristóvão. Uma loucura, a tal avenida Norte-Sul!

Ao propor um plano desse tipo, o próprio governo congelou a área, pois é muito difícil vender um imóvel ameaçado de desapropriação. Mas esses imóveis tinham valor de uso para o comércio local, e isso contribuiu para a preservação da área. Além do mais, havia o valor simbólico dos prédios; as pessoas que os utilizavam haviam criado um grande apego a eles por tradição familiar e não tinham grande interesse em se mudar: eram justamente pessoas ligadas aos antigos imigrantes árabes e judeus que tinham uma história de forte ligação afetiva com a área. A criação da Saara, Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, está ligada a um movimento dos comerciantes, ameaçados de desapropriação, para permanecer no local.

Saara: exposição de fotos da área, Projeto Museu de Rua, Corredor Cultural, RioArte, Centro.



A quarta razão é econômica. Vários desses imóveis pertencem a ordens religiosas, e muitos deles foram doados com cláusula de inalienabilidade. Mesmo que pudessem vender, algumas dessas ordens, como Candelária, Lampadosa, São Francisco, são muito pesadas, muito burocratizadas e têm enorme dificuldade para lidar com comercialização de imóveis; possuem imóveis invadidos ou com aluguel muito baixo. Enfim, essa foi outra restrição que contribuiu para a preservação.

Finalmente, eu observava no trabalho que, aparentemente, o Centro da cidade havia delimitado muito cedo uma área de prestígio, quando houve a primeira grande reforma, durante a administração do prefeito Pereira Passos: o eixo da avenida Central, hoje avenida Rio Branco. A avenida já estava na quarta geração de prédios, mas essa renovação não havia contaminado a vizinhança; a rua Uruguaiana, por exemplo, apesar de muito próxima, não se modernizou. Ao contrário, na avenida Rio Branco os prédios passaram de quatro para dez pavimentos, depois para vinte e cinco, e hoje alguns já atingiram quarenta andares.

Nas conclusões, eu indagava: por que não preservar definitivamente essas áreas, já que aquelas forças atuaram para a sua permanência tal como eram, não atrapalharam o desenvolvimento do Centro da cidade? Propunha uma legislação adequada e a revogação de todos os PAs e projetos que pesavam sobre a área e não tinham mais sentido; a era dos grandes viadutos e alargamentos das ruas já havia passado.

As reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no Distrito Federal (1902-1906) constituíram o primeiro grande plano de urbanização para a cidade do Rio de Janeiro, sendo diretamente influenciado pelas reformas empreendidas por Haussmann em Paris. As avenidas foram o principal instrumento do plano de remodelação e saneamento e atendiam basicamente à circulação urbana e, no que se refere ao Centro e suas adjacências, incluindo a Zona Portuária, tratava-se de dar vazão ao crescente tráfego urbano, incompatível com a estrutura física da cidade. O plano de melhoramentos previa a abertura de alguns grandes eixos de circulação, como a avenida Beira-Mar, e o alargamento e prolongamento de várias ruas. Incluía também obras de pavimentação asfáltica, construção de casas para operários, canalização de rios, abertura de praças, construção de mercados, do Teatro Municipal, entre outras coisas. Ver Jaime Larry Benchimol, 1990; José de Oliveira Reis, 1977.

A atuação do poder público contribuiu para degradar totalmente a área do Catumbi

Ao voltar da Holanda, o senhor encontrou uma nova administração no Rio de Janeiro. O governo Israel Klabin sensibilizou-se com esse trabalho?⁵⁶

Completamente, foi uma coisa quase inacreditável. Israel Klabin foi uma figura importante para um novo comportamento dentro da prefeitura. Embora não tenha feito nenhuma obra, ele propôs discussões, implantou coisas interessantíssimas. Criou o Fundo Rio, destinado a obter e gerenciar recursos da prefeitura para investimentos em favela, uma novidade; criou a Fundação Rio, ligada à Secretaria de Educação, também destinada a intervir nos aspectos culturais da cidade; transformou a recém-criada Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, numa secretaria com um poder enorme – a grande secretaria, até então, tinha sido a de Obras, um império; era ela quem projetava, quem construía, quem legislava e quem licenciava edificações na cidade.

O governo Klabin tirou boa parte do poder da Secretaria de Obras e transferiu para a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, embrião da atual Secretaria de Urbanismo. E levou gente nova para lá, alguns, como o secretário Mateus Schneider, ligados ao setor privado, acho que trabalhava na Klabin. Chegou todo mundo com uma cabeça mais nova, mais arejada; o próprio prefeito era um homem mais culto, viajado, mais cosmopolita e trouxe ares completamente diferentes para a administração municipal.

Na prefeitura, como em todo o setor público, temos redes de relações mais próximas, de pessoas conhecidas. Assim, o Armando Mendes, meu colega de turma na faculdade, me chamou para desenvolver na Secretaria o trabalho que eu havia feito na

⁵⁶ Israel Klabin foi prefeito do Rio de Janeiro entre março de 1979 e junho de 1980.

Holanda. O PUB-Rio já estava elaborado; acho que foi o primeiro plano da cidade com uma visão mais holística e onde a questão ambiental entrava muito fortemente. O trabalho que eu havia feito estava muito dentro deste espírito.

Aliás, o Armando Mendes foi uma pessoa importantíssima para que nosso trabalho deslanchasse. Ele era o superintendente de Planejamento na ocasião, e foi depois presidente da Feema, secretário de Planejamento em São Gonçalo (RJ). Foi dele a idéia *de desenvolver meu trabalho lá dentro, e foi ele quem o batizou de Corredor Cultural*, coisa que ninguém entendia muito bem o que era. A explicação dele era simples: se existe a figura do corredor de tráfego, por que não poderia existir um corredor cultural? Sei que saí da Secretaria de Obras e fui para a de Planejamento, passei para a área urbanística do pensamento, da formulação e da proposição de novas leis.

O senhor participou do projeto do Catumbi?

Sim, mas embora o problema se arrastasse desde os tempos de Negrão de Lima, só entrei no circuito no governo Klabin. O projeto para o Catumbi fazia parte de um plano maior, *para a área chamada de Cidade Nova e foi feito na mesma época e pelo mesmo grupo* que projetou, na antiga Praia do Pinto, esse conjunto de prédios que virou a Selva de Pedra, no Leblon; ele tinha o mesmo padrão de edifícios altíssimos e de renovação completa da estrutura urbana existente. Esse tipo de intervenção urbana deu certo na Praia do Pinto porque tiraram a favela, a zona se valorizou imediatamente e não houve nenhuma dificuldade em vender os terrenos, que estavam situados numa zona muito valorizada da cidade, o Leblon. Ora, no Catumbi não era bem assim, primeiro, porque não desapropriaram tudo, não demoliram tudo, não tiraram os moradores, e aquilo virou um enorme embaraço para o poder público. Ali conviviam no mesmo espaço estruturas bastante complicadas, como um presídio, uma zona de prostituição e muitas favelas: São Carlos, Mineira, Catumbi, Coroa. *Em suma, nada a ver com a Zona Sul do Rio de Janeiro.* Desde o governo do Negrão, o estado vinha desapropriando e demolindo, desapropriando e demolindo. Resultado: criou-se ali um espaço completamente degradado, que o próprio governo ajudou a degradar, uma maluquice.

Depois da fusão, veio o governo Marcos Tamoio, que não mudou de atitude. Já o Klabin, logo que assumiu, disse: “Completar o plano em vigor representará um custo muito alto: será necessário desapropriar tudo, depois demolir e reconstruir.” Foi então que ele pediu que elaborássemos um projeto para a área; aí começou o projeto Catumbi, parte de um projeto mais amplo, para toda a Cidade Nova. Estabelecemos o seguinte: “Em alguns locais é melhor acabar de demolir, porque está tudo em ruínas; então, vamos limpar a área, desenvolvê-la e vendê-la; em outros é melhor consolidar o que existe e outros ainda é preciso preservar.”

Começamos a pensar na região com as particularidades de cada sub-área, porque ali dentro havia lugares bastante diferentes; havia um Catumbi formado por famílias italianas, espanholas, portuguesas, descendentes de uma população que havia migrado para ali há quase um século; tinha a zona do Mangue, que acabou virando a Vila Mimosa e não tinha nada que ver com esse grupo. Nessa ocasião, Carlos Nelson Ferreira dos Santos apareceu na Secretaria de Planejamento, trazendo as pessoas do bairro: “seu” Ítalo, que está lá até hoje; Sílvio Cataldo, um daqueles velhos defensores do bairro, e outros moradores. Se não me engano, a Associação de Moradores do Catumbi foi uma das primeiras da cidade.

Eles eram bastante organizados, não é? Publicavam até um jornal.

Organizadíssimos. Era um grupo de pressão muito forte, composto por gente de classe média e média baixa, que lutava desde a passagem do viaduto que se construiu ali, na saída do túnel Santa Bárbara, durante o governo Lacerda. A região estava perdendo população, porque as desapropriações e demolições expulsaram metade do bairro. Além da associação, eles fundaram uma cooperativa, que até hoje tenta construir prédios, para que as pessoas voltem. Essa é uma luta enternecedora, tem mais de 30 anos. E os velhinhos todos, os que não morreram, ainda estão lá.

A prefeitura era então um corpo fechado, muito forte, não por maldade, mas porque naquele momento arquitetos e urbanistas achavam que sabiam tudo. Pois bem, o Carlos chegou com o grupo do Catumbi e disse: "Vocês precisam ouvir esse pessoal, eles é que moram lá; é preciso que vocês escutem o que eles têm a dizer". E foi uma experiência bem interessante, rica; vendo a porta aberta, eles trouxeram suas reivindicações, tudo muito objetivo, sem reclamações descabidas.

Lembro que projetamos uma rua de pedestres e eles acharam tudo ótimo. Um dia, o Carlos Nelson me disse: "Augusto, eles estão sem graça de dizer, mas detestaram a idéia. É melhor você conversar com eles, tentar extrair uma opinião. Rua de pedestre vai matar o comércio, porque de carro as pessoas passam e vêem que há uma vidraçaria, um lava-a-jato, e o dia que precisarem de algo voltam, o pedestre é geralmente o morador do bairro e toda a sobrevivência do comércio depende da passagem de automóveis, para poderem ver as possibilidades que a rua oferece." E nós, com a maior boa vontade, achando que rua de pedestres ia valorizar o bairro.

Convocamos uma reunião, e eu perguntei: "Vocês estão gostando mesmo? Se não, podem dizer, porque nós pensamos que estamos agradando". Ai eles abriram o jogo: "Não vai dar certo". E contaram a história toda, que o bairro não era só residencial, era também comercial e dependia da passagem dos ônibus, dos carros, tinha supermercado, precisava dos estacionamento, as pessoas iam fazer compras, tinham que ter um acesso mais facilitado.

A partir daí, começamos na prefeitura a praticar essas idéias de diálogo permanente. O Armando Mendes era muito receptivo a essas novidades, e incentivou a equipe toda a receber influências de fora – o Klabin também fazia muita questão disso. Por isso, o primeiro esboço do projeto do Corredor Cultural foi apresentado no Bar Luis, na rua da Carioca, um dos mais tradicionais botequins da cidade. Começamos a sair do gabinete, fomos aos sindicatos, às universidades. E as experiências foram muito boas: com o pessoal do Catumbi, da Saara, da Sarca, a Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca; foi um casamento feliz, digamos.

A saída de Israel Klabin da prefeitura interrompeu esse diálogo com a população?

É claro que houve um refluxo, porque o governo Júlio Coutinho veio com uma visão muito fechada novamente; e nós não sabíamos de nada do que estava ocorrendo.⁵⁷ Ficamos lá fazendo os estudos, mas não saiu nenhuma legislação. Só com a posse de Jamil Haddad, no primeiro governo Brizola, em 1983, é que as coisas seriam retomadas;

⁵⁷ Júlio Coutinho foi prefeito do Rio de Janeiro entre junho de 1980 e março de 1983.

saiu o decreto do Corredor Cultural. Logo depois o prefeito Jamil Haddad foi substituído por Marcelo Alencar, que mandou mensagem de lei para a Câmara de Vereadores; a lei que criou o Corredor Cultural é de 1984.

Israel Klabin havia criado as Câmaras Técnicas, novidade inventada por ele. Eram pessoas de fora da prefeitura nomeadas pelo prefeito para opinar sobre um plano num determinado lugar. No caso do Corredor Cultural, a Câmara Técnica era *heavy metal*, digamos assim: Rachel Jardim, que é escritora, coordenava; os membros eram José Rubem Fonseca, Nélida Piñon, Sérgio Cabral, Ítalo Campofiorito e Aloísio Magalhães – substituído depois por Lélia Coelho Frota. Gente da melhor qualidade.

Esse grupo, ao mesmo tempo que às vezes dava as opiniões mais desconcertantes possíveis, trouxe para os técnicos da prefeitura uma outra maneira de ver a cidade, mais poética, menos comprometida com os clichês do urbanismo; não via apenas o projeto, de forma mecânica, mas olhava a cidade como um espaço simbólico, da memória, da identidade. Acho que aí o trabalho começou a se enriquecer bastante. Para a prefeitura, foi uma maravilha, porque esse grupo deu uma legitimidade extraordinária ao Corredor Cultural. Todos sabemos que o José Rubem Fonseca não dá entrevistas, não é? Pois passou a falar sobre o Corredor Cultural. A Rachel Jardim e a Nélida Piñon falavam, os outros também, e o Corredor ganhou a imprensa. Esse grupo foi fundamental para que o projeto vingasse.

As principais reações contrárias ao Corredor Cultural aconteceram dentro da própria prefeitura

O senhor também participava dessa câmara?

Apenas como observador e portador das idéias da Câmara Técnica para a *equipe de projeto*. Coordenava a *parte de planejamento*, de desenho, de legislação e tentava transpor algumas idéias da Câmara Técnica para o projeto. Os membros da Câmara Técnica propunham, além das sugestões para o projeto em si, a realização de eventos, por exemplo, para valorizar o espaço do Centro: música nas igrejas, publicação de guias com texto de boa qualidade. Enfim, foi um grupo bem interessante, não dá para esquecer.

Houve resistências ao Corredor Cultural?

Houve, e bastante fortes, mas não do setor imobiliário. Acho que os grandes edifícios estavam se deslocando para Botafogo, para a Barra da Tijuca, não havia muito interesse naquela área do Centro da cidade; o eixo mais prestigiado continuava a ser a avenida Rio Branco, que estava fora da área do projeto do Corredor Cultural.

Por incrível que pareça, a reação maior aconteceu dentro da prefeitura. Na própria Secretaria de Planejamento havia conflito de idéias, na Secretaria de Obras não se queria abrir mão dos projetos de viadutos, de alargamento de ruas. Quem desempatou foi o prefeito Jamil Haddad e seu irmão Samir, que era secretário de Obras e de Planejamento – acumulou as duas Secretarias – e tinha um encanto especial por esse

trabalho. Antes, durante o governo do Júlio Coutinho, o próprio prefeito não aceitara a preservação do prédio da Fundação Progresso, na Lapa, e foi ordenada sua demolição. Houve um grande movimento de defesa do prédio, do qual participaram alguns arquitetos, d. Zoé Chagas Freitas, o pessoal do Circo Voador, a equipe do Corredor Cultural, e ele foi mantido.



69

Na Secretaria de Planejamento havia dois grupos estudando o Centro: um abordava o Corredor Cultural e o outro estudava o grande Centro de negócios. Aí o conflito de idéias era total: este último afirmava que o Centro precisaria renovar drasticamente os espaços, portanto os gabaritos teriam que ser ainda mais elevados e, por isso, o Corredor Cultural era absolutamente incompatível com a demanda de crescimento daquela zona. Foi uma guerra dura, porque eram pessoas bem informadas, preparadas – vinham da Coppe, da UFRJ – com muito mais conhecimento teórico do que nós; esse grupo teve um peso realmente grande, a ponto de, num determinado momento, chegarmos a achar que perderíamos aquela guerra.

*Demolição da Fundação Progresso,
Lapa, 9 de julho de 1982*

Eles se basearam nos dados do Plano de Integração de Transportes, que quantificava demandas para localizar estações do metrô. E nós, que não conhecíamos essas operações mais complexas, ficávamos meio sem argumentos quantitativos, porque não sabíamos lidar com dados do planejamento mais sofisticado. Nossa discussão ficou um pouco desequilibrada, pois o grupo, digamos, rival, era muito forte dentro da prefeitura. Se juntarmos a pressão da Secretaria de Obras por alargamento de ruas e construção de viadutos, podemos ver que a luta era desigual. Mas, por outro lado, o país estava em crise, o mundo estava enfrentando a crise do petróleo; o mercado imobiliário no Centro estava estagnado; quer dizer, aquela propalada demanda não parecia real. Mas foi realmente uma grande pressão.

Quanto ao mercado imobiliário, surpreendentemente para nós, apoiou o projeto, a revista da Ademi publicou a história do Corredor Cultural em capítulos, em três números seguidos, com destaque: vinhetas, fotos antigas e muitos elogios ao projeto. A única pressão significativa foi da Bolsa de Valores, que queria erguer um prédio de 43 andares. Mesmo assim, a lei do Corredor Cultural fixou o gabarito da área em 25 pavimentos e o Sphan ainda baixou para 13 andares.

Como foi a tramitação da lei na Câmara dos Vereadores?

Durou de 1979 até 1984, mas foi aprovada por unanimidade. Até foi bom que demorasse um pouco, porque deu tempo para amadurecer certas coisas, e o projeto foi bem divulgado. Acho que os políticos perceberam que não havia ninguém contra, até os jornais eram a favor. Para o Rio de Janeiro, era um orgulho ser a primeira grande cidade brasileira a ter o poder local preservando seus prédios.

Como eram suas relações com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan?

Começaram a acontecer realmente nesse período do Corredor Cultural, porque, paralelamente a esse estudo da prefeitura, o Sphan estava preparando uma portaria, que acabou saindo depois, de proteção para um conjunto de monumentos nacionais tombados, edificados no morro da Conceição. O próprio setor de Patrimônio federal estava passando por modificações, porque o **Aloísio Magalhães**, nomeado secretário, tinha trazido, ou recuperado, conceitos importantes como a idéia de preservar bens imateriais, ou seja, era um período perfeito para a circulação de novas idéias. Para o Sphan, o conjunto arquitetônico do Corredor Cultural não tinha a mesma relevância de Salvador, de Ouro Preto, era coisa modesta, mas se encaixava muito bem no novo quadro de preservação do patrimônio no Brasil.

Da mesma forma, foram muito boas as relações com o pessoal do Inepac, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, responsável pelo patrimônio no âmbito do governo estadual, pois as pessoas todas se conheciam e dialogavam. Na época, o Inepac estava tombando o conjunto da rua da Carioca. Foi um momento de boa vontade geral com essa questão.

Uma das coisas que o Corredor Cultural fez foi fechar ruas. Como eram as relações com os empresários de transportes urbanos?

Na verdade, na área do Corredor Cultural não houve problemas, porque o Centro da cidade já tinha inúmeras ruas reservadas a pedestres: a região da Saara, a rua do Ouvidor, a rua Uruguaiana, o Largo da Carioca, a Treze de Maio, grande parte da Cinelândia. Que eu me lembre, o Corredor Cultural só fechou um conjunto de ruazinhas que envolvem o Arco do Telles, junto com a Secretaria de Obras e o Centro Cultural Banco do Brasil. Mas por ali não passava ônibus, então não tivemos qualquer problema. Passei a ter contato com o setor quando estive no IplanRio desenvolvendo projetos de reurbanização da própria rua Uruguaiana e da Lapa; isso foi uma coisa complicada, não

Aloísio Magalhães (1927-1982), designer e artista plástico consagrado, autor do *símbolo do 4º Centenário do Rio de Janeiro*, foi diretor do Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, no período final do regime militar. Em sua gestão é apresentada uma nova configuração à política cultural do governo federal. O CNRC se incorpora ao Iphan em 1979 tendo Aloísio como diretor. Entre suas idéias está a de reelaborar a dicotomia erudito/popular e conferir status de patrimônio histórico e artístico nacional às manifestações populares e das etnias indígenas e afro-brasileiras. Maria Cecília Londres Fonseca, 1977.

do ponto de vista dos ônibus, mas do trânsito da cidade. Onde tivemos algum problema com ônibus foi no Largo de São Francisco; lá havia um terminal com cerca de 20 linhas. Quando se propôs o fechamento, isso foi negociado com os empresários, que acataram. Para não deslocar para muito longe, distribuimos os terminais pela rua do Lavradio, a rua Pedro II e a rua do Senado. Tivemos problemas com a Secretaria de Transportes, que não queria tirar os ônibus de lá. Aí realmente foi necessária uma pressão política do presidente do IplanRio, que era forte no governo Marcelo Alencar, para que eles aceitassem essa transferência.

O senhor participou das discussões que precederam a elaboração da Lei Orgânica do Município? Ela fixa diretrizes para a preservação urbana, não?

Sem dúvida. Participei de alguns seminários, mas não da formulação. A Lei Orgânica consolidou todas as áreas de proteção que a cidade já tinha, e o Corredor Cultural é uma delas. Outros projetos de preservação foram incorporados, como o da região da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, por exemplo. Hoje existem mais de dez mil prédios preservados no Rio de Janeiro, um acervo bastante grande para um período relativamente curto. E sempre com essa perspectiva de proteger os conjuntos arquitetônicos, em que o Rio de Janeiro teve um papel pioneiro no país. Por exemplo, o Bairro Peixoto e o Lido, em Copacabana; a ilha de Paquetá; todo o bairro de Santa Teresa.

Hoje, acredito que é vital uma parceria entre setor público e iniciativa privada para preservar o Centro, porque suas atividades podem se deslocar para outras áreas com impactos muito negativos sobre a zona central, deteriorando definitivamente as áreas antigas. Por isso, os setores que lidam com a preservação precisam de uma visão empresarial dessas regiões, até porque as regras do jogo já estão fixadas, já se sabe o que se quer preservar, e existem áreas ainda propícias à renovação e que podem trazer benefício para todo o conjunto.

Que destino terá o Cais do Porto?

Não sei, é um mistério. Acho que ali sente-se mais a mão pesada do governo federal, do Ministério dos Transportes; é complicadíssimo negociar. Vejam o caso da Supervia, empresa que assumiu o controle dos trens no Rio e é dona da estação da Leopoldina: está desativando a linha de trem e quer fazer ali um *shopping*, já está com um projeto na prefeitura para ser licenciado. Se as Docas tivessem essa mentalidade de aproveitar aquele patrimônio no Cais do Porto, seria ótimo, mesmo que não privatizasse. Mas é muito difícil convencê-los; são administrações curtíssimas, políticas, em geral, que não têm um compromisso muito grande com o desenvolvimento da cidade.

Carlos Nelson não era de esquerda nem de direita; foi um arauto da crise das ideologias

O arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos desempenhou um papel fundamental na mudança de atitude do poder público em relação à população de importantes áreas da cidade. Como o senhor o conheceu?

Ainda como estudante universitário – ele mais adiantado que eu na faculdade. Ambos morávamos em Niterói e tomávamos a mesma barca; era o grupinho da Arquitetura, que atravessava mais ou menos na mesma hora. O Carlos e eu ficamos amigos e juntos fizemos parte do movimento estudantil, da JUC, a Juventude Universitária Católica – o Carlos tinha uma formação religiosa muito forte, pelo menos quando jovem. Mas já era uma figura meio ímpar com relação ao próprio movimento estudantil, não se deixava amarrar pela política mais partidária.

De que maneira os problemas apontados por ele influenciaram realmente a ação urbana no Rio de Janeiro?

O Carlos Nelson foi pioneiro no discurso de juntar as questões da cidade. Até então, os governos trabalhavam com alguns condicionantes, como trânsito, circulação viária, que eram determinantes nos projetos urbanísticos a partir da década de 50; na realidade, era uma postura mais rodoviária do que viária, porque as poucas pessoas com especialização na área eram mais ligadas à construção de estradas. Por outro lado, havia a prática de exercer os controles através de instrumentos urbanísticos, como o uso e a altura de edificações; uma coisa muito limitada, do ponto de vista da complexidade do espaço urbano.

Pois bem, o Carlos Nelson veio realmente com a idéia da cidade como lugar de encontros, onde pessoas e idéias circulavam. Outra coisa: a cidade como portadora de enorme carga simbólica, e esse simbolismo não era apenas abstrato, mas físico, construído; as histórias da cidade também influenciavam o destino dos locais. Muitas vezes um projeto não dava certo porque aquele espaço carregava uma determinada carga simbólica diferente do imaginado por quem desenhou o novo projeto.

Um dos exemplos mais característicos, me parece, foi o da Cidade Nova, que ficou marcada como um espaço pobre, do migrante de baixa renda, embora fosse uma passagem entre o Centro e São Cristóvão, o bairro imperial. E, finalmente, um lugar que sofreu muitas intervenções: abertura da avenida Presidente Vargas, do túnel Rebouças, do túnel Santa Bárbara, com um complexo viário; o metrô e, por último, o Sambódromo. Todos diziam que aquele lugar não dava certo, mas não se indagavam muito por que; não se olhava para seu passado, e nem mesmo para o seu presente: ali existe um presídio, uma zona de prostituição, várias favelas.

Constantin Doxiadis, o grego que esteve aqui durante o governo Lacerda, descobriu que aquilo era o filé *mignon* da cidade, porque estava num entroncamento importantíssimo: a chegada da avenida Brasil, a chegada da Zona Norte, da Zona Sul e a entrada do Centro; e nenhum projeto proposto a partir dessa descoberta deu certo, a não ser os viários. As únicas coisas que vingaram ali, em termos de construção, foram a sede dos Correios e a sede administrativa da prefeitura. Novamente o governo ocupando a área. A carga simbólica negativa ficou bem marcada, com o prédio da prefeitura sendo apelidado de “Piranhão”.

O Carlos Nelson trouxe a compreensão de que qualquer coisa feita naquela área contando com uma adesão do mercado provavelmente não daria certo, porque a imagem negativa da região era muito forte, e ainda é; considero que sua grande contribuição foi dizer como é que se lida com isso. Foi aí que passamos a sair dos gabinetes para ouvir a população. Normalmente, trabalhava-se na prefeitura com desenhos, mapas,

e traçando viadutos, rampas, sem saber onde aquilo passaria ou como ficaria depois. O próprio Sambódromo é um exemplo típico; o desenho de Oscar Niemeyer publicado nos jornais é mais do que simbólico: um campo vazio, uns morros vazios, com algumas árvores, e o Sambódromo no meio. Acontece que, de um lado, havia uma favela, o morro da Coroa, do outro, já aparecia o morro do Pinto; o Sambódromo, na realidade, foi uma intromissão num contexto absolutamente construído, uma intromissão sem qualquer cortesia. Foi um equipamento urbano gigantesco, que desestruturou definitivamente aquela área e criou inúmeros problemas para a integração dos bairros vizinhos.

A prefeitura incorporou as proposições de Carlos Nelson?

Acho que sim. É evidente que ele não era um profeta; verbalizou um pensamento que estava latente em algumas áreas, questões que já existiam, mas que naquele momento ninguém estava discutindo. O Carlos Nelson era muito veemente, muito enfático. Às vezes, era desconfortável quando falava, porque você se sentia quase humilhado; ele era de uma inteligência absolutamente brilhante, de grande capacidade de síntese, e era uma figura forte. Ninguém podia deixar de ouvi-lo, era obrigatório ouvir o Carlos Nelson. Ele era desconcertante, porque não era bem de esquerda, nem era bem de direita e muito menos de centro; acho que foi um arauto da crise das ideologias.

Atualmente, a prefeitura está mais preparada para discutir, o próprio país mudou, as pessoas pressionam mais. Foi um espaço conquistado, sem dúvida, até porque a discussão teórica já estava surgindo internamente. A prefeitura não era mais uma ilha, pois seus funcionários começavam a perceber que eram moradores, viviam a cidade, não eram seres extraterrenos, como muitos antes se achavam. Considero que aquele foi um período muito rico, e o Carlos Nelson estava, certamente, no centro dele.

Havia alguma articulação institucional entre a prefeitura e o Ibam?

Muitos técnicos da prefeitura circulavam pelo Ibam e o grupo do Carlos pela prefeitura, mas não era um intercâmbio; era um voluntariado de ambos os lados. Existia boa vontade da prefeitura e interesse do Ibam, que liberou o Carlos Nelson para o diálogo. Mas o que existia, sobretudo, era a sua personalidade, que fascinou todo mundo num determinado momento. Irritou bastante alguns, mas, de modo geral, fascinou um grupo que estava precisando ver novos caminhos. Acho que o Carlos abriu os olhos para essa possibilidade e para todos os que queriam trabalhar de uma maneira diferente e ver a cidade de uma outra forma. A grande contribuição do Carlos foi no sentido de ouvir a cidade, ouvir as pessoas. E olhar mais, porque o que havia era um urbanismo praticado dentro dos gabinetes; a partir do Carlos passamos a ir para a rua, olhar o ambiente em que iríamos intervir, conversar com as pessoas, os grupos, antes de fazer qualquer coisa.

Depois, ele e eu fizemos trabalhos juntos. Eu fui diretor-geral do Fundo Rio, e montamos juntos um trabalho chamado *Como as crianças vêem a cidade*, que acabou sendo publicado depois que ele morreu – o livro foi terminado pelo antropólogo Arno Vogel que participara de todo o desenrolar do projeto.⁵⁸ E foi um trabalho feito com as escolas públicas, uma parceria entre o Ibam e a prefeitura, um trabalho institucional, que envolveu quase trinta escolas municipais, todos os seus professores e alunos.

⁵⁸ O livro foi organizado por Arno Vogel, Sueli M. de Azevedo, Cinthia Mosse Alhndeff e Tânia Cláudia Laudeauzer. Rio de Janeiro, Ibam/CPU, 1984.

⁵⁹ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1981

Em seu livro *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, Carlos Nelson afirma que o Catumbi acabou se deteriorando muito.⁵⁹

É verdade, mas não na velocidade anterior e, principalmente, não pela ação das picaretas do governo. Ao contrário, o governo passou a atuar decididamente na sua preservação. O Carlos Nelson dizia: "O bairro contém formas arquitetônicas muito simpáticas, e essas pessoas estão acostumadas a aumentar suas casas, de uma forma harmônica com a casa antiga." Então, a legislação de proteção do Catumbi foi elaborada de forma a respeitar os acréscimos feitos pelos próprios moradores, o que era uma maneira legítima de ajudar a preservar o bairro. Assim é que foi criada a zona especial de preservação do bairro do Catumbi.

O governo Brizola ficou identificado como o ponto final na ameaça de remoção das favelas

Durante o governo Jamil Haddad, entre 1983 e 1984, o senhor esteve na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social como diretor-geral do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, o Fundo Rio.

Isso mesmo. Era um fundo que geria os recursos a serem prioritariamente aplicados em favelas. Na verdade, fui para lá antes, ainda no período Júlio Coutinho. Vicente Barreto era o secretário de Desenvolvimento Social e chamou uma pessoa amiga minha para dirigir o Fundo Rio; essa pessoa não pôde aceitar e sugeriu o meu nome. Eu estranhei o convite: "Não entendo nada de administração financeira, sou arquiteto e especializado em patrimônio." Mas o Vicente, que é uma pessoa bastante enfática, disse: "**Você é um quadro da prefeitura. Quadro é quadro, não tem querer.**" Achei que seria uma experiência interessante e fui para lá, um pouco no escuro.

O Fundo Rio havia sido criado na época do prefeito Israel Klabin, junto com a Fundação Rio, para a área de cultura. Inicialmente, o Klabin pensou em alimentar os dois com percentuais do orçamento municipal, além de recursos externos, para ter uma certa mobilidade. Quando cheguei, realmente havia alguns financiamentos experimentais do Unicef para aplicar em *mutirão* de saneamento, em saúde e em escolas comunitárias. Já havia agentes de saúde e de educação trabalhando nos lugares, e existia o Projeto Mutirão, em que a prefeitura dava os recursos e os moradores participavam com a força de trabalho. Posteriormente, tudo isto continuou na administração Jamil Haddad, e cresceu, porque também havia dinheiro do BID, para financiar um grande projeto para a favela do Jacarezinho.

O senhor atuava dentro das comunidades?

Não. Eu ia lá porque queria, mas na verdade o Fundo Rio só administrava os recursos financeiros dos projetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; não tinha participação no conteúdo de nenhum projeto. Era estranho mesmo. Os recursos chegavam, e eu era o ordenador de despesas: assinava os cheques, pagava as pessoas,

resolvia problemas com o Tribunal de Contas. Enfim, se eu quisesse, seria um dia-a-dia muito ocupado só com a assinatura de cheques e despachos em processos. Na realidade eu me envolvi com todos os projetos administrados pelo Fundo Rio. Discutia os conteúdos e ia ver pessoalmente os resultados.

Consta que somente a partir de 1983, com o primeiro governo Leonel Brizola, foi permitida a construção de casas de alvenaria em favelas, mas o senhor está nos dizendo que o Projeto Mutirão é anterior.

Certamente é anterior. Acredito, entretanto, que aquele foi um momento de transição, a partir do qual as favelas se consolidaram. A Light logo em seguida iniciou um programa de eletrificação de favelas. Surgiram programas como o Geração de Renda e apareceram novas formas de atuação. A Cedae já tinha um programa de saneamento, o Proface, anterior ao governo Brizola. E alvenaria, absolutamente, já existia; aumentou com a certeza de que as casas nunca mais seriam destruídas. Aliás, edificação em favela nunca foi, e nem é até hoje, objeto de licenciamento.

Naquela ocasião, as favelas já estavam sendo mapeadas. É curiosíssimo, porque nos levantamentos aerofotogramétricos elas não existem. Se daqui a cem anos algum geógrafo quiser estudar as favelas do Rio de Janeiro, vai reparar que esses levantamentos as apagavam; eram espaços em branco. Mas já existia o IplanRio, que estava cadastrando tudo. Talvez, como carga simbólica, o governo Brizola tenha ficado identificado como o ponto final na ameaça de remoção das favelas. O discurso sobre as favelas ficou mais politizado.

O senhor sofreu algum tipo de patrulhamento ideológico?

Fui tachado de chaguista pelo pessoal que entrou na Secretaria com o governo Brizola, mas funcionário público já está habituado a ser identificado com o governo antigo quando se inicia um novo. Ainda mais porque aconteceu um grande aparelhamento político da máquina pública, como eu nunca havia visto antes. Apesar de tudo, acabei ficando mais dois anos no Fundo Rio: o período Jamil Haddad e depois o do Marcelo Alencar.

O secretário de Desenvolvimento Social do governo Jamil Haddad foi Roberto Ribeiro, que depois se elegeu vereador; acho que era pastor, ligado à igreja evangélica. Depois entrou a Edialda Nascimento. Eu ainda estava no Fundo Rio quando houve uma grande enchente na qual morreram muitas pessoas no Pavão-Pavãozinho. Houve problemas na condução do assunto e a Edialda deixou a Secretaria sendo substituída pela Dilza Terra, que ficou uma temporada; foi quando eu saí.

Não houve mudanças conceituais significativas; apenas a Secretaria de Desenvolvimento Social foi se tornando cada vez mais forte e passou a ser chamada de “prefeitura dos pobres”: tudo quanto era assunto de pobreza caía lá. E mais: a Fazenda Modelo era vinculada à Secretaria, os camelôs se cadastravam lá. Ela foi inchando, assumindo vários aspectos da questão da pobreza no Rio de Janeiro; acabou como um verdadeiro império. Muito tempo depois, a Secretaria de Habitação absorveu várias competências suas, como as ligadas a infra-estrutura, saneamento, reassentamento, até virar o programa Favela-Bairro. Os camelôs passaram para a Secretaria de Fazenda e a SMDS,

bastante reduzida em suas atribuições iniciais, tem hoje um perfil mais de assistência social, voltada para a população de baixa renda.

Por que o senhor deixou o Fundo Rio e foi para o RioArte?

Eu já conhecia a secretária Dilza Terra; tínhamos amigos comuns e já havíamos conversado um pouco sobre as favelas – ela era ligada ao PT e aos movimentos sociais, me parece. Quando ela assumiu, pensei: “Ótimo! Vem aí alguém com quem será possível conversar.” Pois foi muito pior que os outros. Entrou com ela uma equipe desconfiadíssima, que estranhava tudo o que havia lá; ficou impossível trabalhar. Tudo o que se encaminhava, não andava; havia quase uma auditoria no gabinete. Eu não conseguia falar com a secretária, não conseguia despachar com ela, não conseguia nada. Na ocasião, fui chamado para ir para o RioArte, por causa do Corredor Cultural; eles estavam precisando de alguém que coordenasse o projeto.

Embora fosse um cargo muito abaixo do que o que eu estava ocupando, era um lugar de pessoas mais acolhedoras, e um ambiente mais técnico. Eu já conhecia o trabalho, a história do Corredor me interessava; estava essa situação intragável na Secretaria. Foi muito complicado sair de lá. Avisei que ia embora, mas a secretária se recusava a me liberar. Eu argumentei: “Não dá mais para trabalhar aqui. É impossível.” Graças a Deus, a professora Maria Yedda Linhares, secretária de Educação, me nomeou, e eu voltei à Dilza: “Estou nomeado, já foi publicado; estou indo embora.” Ela não gostou, mas foi assim que consegui sair.

Voltei para a área de onde havia saído, onde fiquei muitos anos, até 1989. Já era o início da segunda gestão *Marcelo Alencar*, agora eleito. Fui chamado pelo presidente Edgar Monteiro da Rocha para implantar e coordenar o setor de Projetos Urbanos do IplanRio; negocie e consegui ficar metade do expediente no IplanRio e metade no Rioarte. Não era comum mas a prefeitura às vezes tem estas vantagens.

Quais eram as atribuições do RioArte?

Eram várias, entre outras, a de abrigar o projeto Corredor Cultural. O prefeito Marcos Tamoio em sua gestão havia acabado com o órgão municipal de patrimônio; por isso, ainda não existia nenhuma instituição de preservação da cidade. Foi feita uma lei específica para um projeto de preservação, o Corredor Cultural, que acabou sendo vinculado ao RioArte, um órgão de cultura. O projeto sempre foi um corpo meio estranho ali, pois o RioArte tinha um perfil mais ligado às artes e o Corredor Cultural tinha uma vertente muito forte ligada ao licenciamento de obras nas edificações, mas funcionava muito bem.

O governo Marcelo Alencar marca o início de um novo período de grande aceitação das intervenções urbanas por parte da população.

Acho que esse processo recomeça, sem dúvida alguma, no governo Marcelo Alencar, um processo de intervenção no espaço público, principalmente no Centro da cidade. A região ficou muito tempo sem investimentos governamentais, durante os sucessivos governos ligados ao PDT, assim não só o Centro, mas também a zona sul ficaram

meio abandonados. Na verdade, o Centro já estava fora de prioridade desde os anos setenta. A própria invasão de camelôs tomando todas as calçadas do Centro já vinha do período Chagas, Júlio Coutinho na prefeitura. O prefeito Marcos Tamoio tinha cuidado bastante das praças, mas em geral fora da zona central da cidade. O governo Marcelo Alencar retomou um pouco a herança de Carlos Lacerda, de investir na requalificação do espaço público. No Centro, as intervenções na Lapa, no Largo de São Francisco, nas ruas Uruguaiana e Sete de Setembro e no Largo da Carioca foram muito significativas desse período. Na Zona Sul, o projeto Rio Orla também fez parte desta filosofia de intervenções.

As Subprefeituras foram criadas com o objetivo de controlar as administrações regionais sob sua jurisdição

Foi a partir de suas atividades e de sua preocupação com o Centro da cidade que César Maia o nomeou subprefeito em 1993?

Acho que sim. Olhando para trás, tenho a impressão de que fiz uma espécie de cursinho para chegar à subprefeitura do Centro. E, de verdade, era esse o meu desejo. Lembro que quando li que o prefeito César Maia criara as subprefeituras e que já havia escolhido alguns subprefeitos, faltando escolher o do Centro, falei para a minha mulher: "Ele podia escolher a mim". Eu não o conhecia, embora tivesse votado nele. Pois naquela manhã, cheguei no RioArte e recebi um telefonema do Luiz Paulo Conde, secretário de Urbanismo, me convidando para almoçar. No final do almoço, ele me disse: "Gostaria de indicar o seu nome para subprefeito do Centro. Acho que você fez um bom trabalho no Corredor Cultural, vi sua experiência no IplanRio, penso que seria interessante você ficar no Centro. Você aceitaria?" Respondi: "Você não vai acreditar no que eu vou contar." E relatei a conversa com minha mulher. Foi assim que fui nomeado.

Com a criação das subprefeituras, César Maia retomava um modelo introduzido por Carlos Lacerda, das administrações regionais. Como foi essa montagem?

César Maia fazia muitas reuniões de governo e contou que se inspirou no Lacerda com os prefeitinhos. Em sua avaliação, o que fora criado como uma instância administrativa descentralizadora tinha, com o passar do tempo, sido aparelhado eleitoralmente. Nas palavras do próprio César Maia, os administradores regionais tinham virado "gerentes de currais eleitorais dos políticos responsáveis por sua nomeação". Ficaram desmoralizados frente à população, que sabia que eles não eram parte da máquina de governo, eram uma coisa estranha, apêndices que entravam e saíam. E dentro da máquina administrativa também não eram respeitados.

O prefeito não extinguiu as Regiões Administrativas, porque era uma estrutura grande, já montada; a idéia era ter os subprefeitos para controlar essa máquina. No início eram cinco os subprefeitos, um para cada área de planejamento da cidade: eu, Solange Amaral, Eduardo Paes, João Mendes e Gilson Luna. Pouco tempo depois houve uma subdivisão da AP3 (o equivalente à Zona Norte). Assim permaneceu durante um bom

tempo. Hoje acho que são vinte as subprefeituras. Muitos foram saindo depois para seguir carreira política; eu fui o que ficou mais tempo, oito anos. Então, me parece que a idéia inicial era essa: os subprefeitos que eram depositários da confiança do César Maia controlariam os administradores regionais sob sua jurisdição e representariam o poder político do prefeito naquela área.

Na minha subprefeitura, o prefeito me chamou e disse: “Você escolhe três administradores: Centro, Zona Portuária e Santa Teresa, e eu escolho três: Paquetá, Rio Comprido e São Cristóvão.” Escolhi três mulheres: a arquiteta e professora Nina Rabha para a Zona Portuária, a socióloga e planejadora urbana Olga Bronstein para o Centro, e a escritora e ex-diretora da área de patrimônio histórico, Rachel Jardim, para Santa Teresa.⁶⁰

⁶⁰ Em janeiro de 2001, as três administradoras foram substituídas por Lúcio Parreira dos Santos (Zona Portuária), Carlos Alberto Pinto Loureiro (Centro) e Luís Fernando Xavier (Santa Teresa).

O senhor nunca foi tentado a se candidatar?

Não, não tenho perfil para o Legislativo. O próprio César Maia brincava, nas reuniões com o secretariado e os subprefeitos: “Sabemos que o único candidato aqui é o Augusto Ivan”. Todo mundo caía na gargalhada. Não acho graça no trabalho da Câmara, o Executivo me agrada mais; deve ter algo a ver com a formação profissional; gosto de ver as coisas acontecendo no dia-a-dia, na prática.

Os subprefeitos receberam muito espaço e poder. Participávamos da discussão do orçamento, levávamos propostas; em caso de disputa com algum secretário, o César Maia tendia a apoiar o subprefeito. Lembro perfeitamente que isso aconteceu num caso bastante curioso.

A população de São Cristóvão reclamava que tinha perdido a praça em torno do Pavilhão: não havia mais brinquedos, ninguém freqüentava, o coreto estava completamente degradado, a população de rua morava nos banheiros públicos. Fizemos um projeto e íamos licitar a obra, quando a Ângela Fonti, secretária de Obras, me comunicou: “Não posso fazer. Não tenho dinheiro.” Eu argumentei que o prefeito tinha aprovado, mas ela insistiu: “Ele não confirmou.”

Bom, o prefeito não falava muito com a gente, fazia tudo através de bilhetes. Então, enviei-lhe um: “Prefeito, preciso da sua ajuda para fazer o Campo de São Cristóvão, porque a Ângela disse que não está podendo”. Ele encaminhou meu bilhete a ela, sem recomendar coisa alguma apenas com um ponto de exclamação no final, mas ela não se convenceu. Tive que insistir em novo bilhete: “Prefeito, a Ângela não entendeu. É preciso ser mais enfático”. Aí ela recebeu outro bilhete: “Ângela, vamos fazer o Augusto Ivan feliz. Faça a obra.” Ela fez. Era preciso sempre insistir; aliás, ele próprio dizia que quem não insistia não conseguia.

Volta e meia fala-se em tornar o Centro da cidade uma área residencial. Houve algum investimento nessa direção?

O assunto é complexo, porque primeiro é preciso definir o que é o Centro, seus limites geográficos. É um tema do agrado da imprensa, que de vez em quando o explora, mas nunca fica bem explicitado. Existe um Centro de negócios, onde é praticamente inviável ter gente morando. E eu acho que é sobre ele que se fala, porque é a região que fica mais vazia. A estrutura dos prédios é complicada para moradia, porque eles foram

projetados para ter escritórios. Além do mais, os pobres, que adorariam morar no Centro – e até moram, nas ruas –, não têm dinheiro, porque é uma área cara. Os ricos, que podem pagar, não querem. Em suma, é uma guerra perdida imaginar que o Centro só vai ser animado com moradia, é preciso pensar em outras alternativas.

Quando foi presidente da Fundrem, logo depois da fusão, Jaime Lerner alimentou essa discussão aqui no Rio, mas ele vinha com uma imagem de Curitiba; o nosso modelo é americano, o de centro de cidade mais voltado para as atividades de trabalho. Já na periferia imediata do Centro, aí sim, acho que existe alguma chance para moradia; regiões como a Zona Portuária, os morros da Saúde, da Conceição e do Pinto, a região da praça Cruz Vermelha e da Lapa; nessas áreas há gente morando. O que é preciso é fixar as pessoas que aí moram e melhorar a infra-estrutura de apoio à atividade residencial, para que também elas não abandonem o Centro.

No Caju, que não é central, mas é muito próximo, quase 90% da população é de favelados; são sete favelas. Não havia uma única praça. No primeiro dia em que fui ao local como subprefeito, fiquei chocado. Aí montamos um programa e construímos três de início, para mostrar que a região não era só cemitério, usina de lixo e equipamentos do porto do Rio. O César Maia e o Conde são adorados lá. O primeiro pedido da Associação de Moradores do Caju foi um sinal de trânsito, que não existia; depois começaram a pedir quebra-molas, para as crianças poderem atravessar de um lado para o outro. Era uma área que nunca foi tratada como um bairro residencial.

No Centro há várias favelas, algumas bastante violentas, que freqüentam o noticiário policial. O senhor mantinha algum contato com as lideranças desses morros?

Pessoalmente não, mas os administradores regionais, sim. No caso das favelas da Zona Portuária, a Nina Rabha tinha contato com todo mundo, por isso não havia necessidade da minha presença. Já que existe um bom administrador regional, eu não preciso estar presente o tempo todo. Neste caso o meu papel é o de abrir caminho para resolver os problemas que as administrações regionais não conseguem. No momento, estou redigindo um relatório sobre o funcionamento da subprefeitura do Centro, para entregar ao meu substituto.⁶¹

⁶¹ Augusto Ivan foi substituído na subprefeitura do Centro por Breno Arruda

Quais os temas tratados no relatório?

Estou listando os trabalhos em andamento. O Rio Cidade da rua Visconde de Niterói, na Mangueira, já foi licitado, e os recursos para a obra virão do governo do estado; são três milhões e meio de reais. O projeto do Favela-Bairro do morro da Providência já foi licitado e certamente vai sair, porque essa é a última favela da Zona Portuária que não teve nenhuma obra significativa. É importante fazer o Favela-Bairro lá; afinal, trata-se da favela mais antiga do Rio. Paquetá conta com mais de cinco milhões de reais da Petrobrás para investimento; são recursos negociados pela prefeitura. Em vez de multar a empresa pelo vazamento de petróleo na Baía de Guanabara, a prefeitura negociou o repasse dos recursos para a ilha do Governador e para Paquetá.

O senhor trabalhou com César Maia e depois com Luiz Paulo Conde. Sentiu alguma diferença de estilo?

Eles se complementavam muito quando ambos estavam juntos na administração: César Maia no atacado, como ele dizia, e Conde mais nos projetos. Quando o Conde foi eleito, senti diferença nas relações de rotina. Ele se interessa mais pelos projetos, enquanto o César Maia se dedicava mais à administração da cidade propriamente dita, andava na rua, observava tudo. Com o Conde, por exemplo, era impensável fazer uma obra qualquer, mesmo simples, sem projeto: era preciso encaminhar um desenho, que ele olhava, comentava e enviava para o Instituto Pereira Passos detalhar. É claro que o acabamento saía muito melhor, mas a agilidade ficava mais comprometida. Já o prefeito César Maia gostava das coisas rápidas, descomplicadas, como ele próprio classificava, pelo menos era assim com as questões ligadas à minha esfera de trabalho.

Outra diferença diz respeito ao temperamento dos dois: Conde apesar de ser mais bonachão e gostar mais de conversar, é centralizador. Nada ocorreu na subprefeitura, em termos de projeto, sem seu total conhecimento. Já o César Maia, era de menos conversa, decidia mais rápido, não se interessava muito pelo detalhe e muitas vezes só ia saber de uma coisa depois de pronta, caso fosse o que ele chamava de varejo. No trato pessoal ambos sempre foram muito educados e gentis.



Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IplanRio/Jorge Zahar Editor, 1997.
- AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro; remodelação, extensão e embelezamento*. Paris, Foyer Brésilien, 1930.
- ALENCAR, Francisco. *As associações de moradores vinculadas à Famerj e a construção de uma educação para a cidadania através da politização de base*. Rio de Janeiro, FGV, 1990. Dissertação de Mestrado.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ, 2000. Tese de doutorado.
- ANDRADE, Geraldo Edson (depoimento a). *Carmen Portinho; por toda a minha vida*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1999.
- AZEVEDO, Cecília. "Essa pobre moça indefesa; estátua da Liberdade da Vila Kennedy". In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa; imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- BLAKE, Peter. *Os grandes arquitetos – Frank Lloyd Wright e o domínio do espaço*. Rio de Janeiro, Record, 1966. Volume 3.
- BONDUKI, Nabil G. (org.). *Afonso Eduardo Reidy*. São Paulo, Instituto Lina Bo Bardi, 1999.
- BONDUKI, Nabil G. *As origens da habitação social no Brasil*. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.
- BORJA, Celio de Oliveira (coordenação de Marly Silva da Motta). *Celio Borja*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- BRITTO, Alfredo. "Rio contemporâneo". In: *Rio – guia para uma história urbana*. Rio de Janeiro, Fundação Rio, 1980. Volume 5.
- BRITTO, Alfredo; XAVIER, Alberto & NOBRE, Ana Lulza. *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo, PINI, 1991.
- BURGOS, Marcelo Bauman. "Dos parques proletários ao Favela-Bairro; as políticas públicas no Rio de Janeiro". In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.). *100 anos de favela*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- CAMPOS, Roberto. *Lanterna de popa*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. "O urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao concerto das nações". In: RIBEIRO, Luís César Queiroz & PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo, nação; gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- CARDOSO, Ruth. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & SORI, Bernardo (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo: arquitetura moderna dos anos 30/40*. Rio de Janeiro, Taurus, 1995.
- _____. (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura (1928-1960)*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.
- _____. "Encontro moderno: volta futura ao passado". In: *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Iphan, 1995.
- DIAS, Fernando Correia. *O movimento modernista em Minas*. Brasília, UnB, 1971.
- DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro (Organizado por BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de). Rio de Janeiro, Forense Universitária/Finep, 1984.
- DICIONÁRIO Mulheres do Brasil (Organizado por SCHUAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- DOXIADIS ASSOCIATES, Consultores para Desenvolvimento e Equilística. *Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, CEPE 1, Secretaria de Governo, 1967.
- DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. 3 vols.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora & FREIRE, Américo (orgs.). *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro, Grafiar, 2001.
- FLEMING, Laurence, Roberto Burle Marx, um retrato. Rio de Janeiro, Index, 1996.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro, UFRJ/Minc-Iphan, 1997.
- GOMES, Paulo Emilio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, cinearte*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel – RioArte/planRio*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1989.

IPIANRIO. *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

KAMITA, João Masao. *Experiência moderna e ética construtiva; a arquitetura de Alfonso Eduardo Reidy*. Rio de Janeiro, PUC, 1994. Dissertação de mestrado.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo, Perspectiva, 1977.

LE CORBUSIER. *Rio de Janeiro 1929-1939*. Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 1998.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo, Studio Nobel/Fau-USP/Fupam, 1999.

LIMA, Evelyn Furquin Werneck de. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.

LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de (orgs.). *Colunas da educação; a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro, Minc-Iphan/Fundação Getúlio Vargas-Cpdoc, 1996.

_____. "O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930". In: GOMES, Angela de Castro (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

LÚCIO Costa; *registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

MARINHO, Terezinha (org.). *Rodrigo e seus tempos – Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

_____. & SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

NOBRE, Ana Luiza. *Carmen Portinho; o moderno em construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1999. (Coleção Perfis do Rio; v. 25).

OLIVEIRA, Carmen L. *Flores raras e banalíssimas. A história de Lota de Macedo Soares e Elizabeth Bishop*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. "Metrópolis 'favelizada': Rio de Janeiro continua siendo...". In: HECK, Marina (coord.). *Grandes metrópolis de América Latina*. São Paulo, Fundação Memorial de América Latina/ Fondo de Cultura Económica, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Gomes de. *Desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro. Uma visão através da legislação reguladora da época – 1925-1975*. Rio de Janeiro, UFRJ/COPPE/IPUR, 1978. Dissertação de mestrado.

PARENTE, José Inácio. *Guia amoroso do Rio*. Rio de Janeiro, Interor Produções, 2001.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido*. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1969.

PEREIRA, Margareth da Silva. "Arquitetura brasileira e o mito". In: *Revista Gêvea; Revista de História da Arte e Arquitetura*. Rio de Janeiro, PUC, n.8, 1990, p.3-21.

_____. "Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L.C. & PECHMAN, R. (orgs.) *Cidade, povo e nação; gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favela e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Cidade inteira: a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Habitação, 1999.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *A Linha Amarela: Por onde passa e proximidades*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, 1998.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbana da cidade*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

_____. "Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965". In: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo, Studio Nobel; FAU-USP; FUPAM, 1999.

RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz & PECHMAN, Robert (orgs.) *Cidade, povo, nação, gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) *Aspectos humanos da favela carioca*. Suplemento Especial do Estado de São Paulo, 13 e 15 de abril de 1960.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Ver bibliografia anexa)

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth Campos da Silva; PEREIRA, Romão Veriano da Silva & SILVA, Vasco Caldeira. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo, Tessela/Projeto Editora, 1987.

SECRETARIA Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. *Plano urbanístico básico da cidade do Rio de Janeiro (PUB-Rio)*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

SCHIAVO, Cléia & ZETTEL, Jayme (orgs.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1997.

SCHMIDT, Benício Viero. "Estabelecimento de regiões metropolitanas e suas estruturas político-organizacionais". In: *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre, EdUFRGS/L&PM, 1983.

VALLADARES, Lícia; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel & CAILLAUX, Ana Maria Lustosa (orgs.). *URBANDATA. 1001 teses sobre o Brasil urbano: catálogo bibliográfico, 1940-1989*. Rio de Janeiro, IUPERJ; São Paulo, ANPUR, 1991.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

_____. (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

_____. (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

_____. "A gênese da favela carioca; a produção anterior às ciências sociais". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, outubro 2000, p.5-34.

_____. & SANT'ANNA, Maria J. (orgs.). *O Rio de Janeiro em teses. Catálogo bibliográfico 1960-1990*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1992.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

_____. (org.). *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

Fontes eletrônicas - sites:

Ibase: www.ibase.org.br
Ippuc: www.ippuc.pr.gov.br
Urbadata: <http://urbadata.iuperj.br>
VivaRio: www.vivario.org.br

Bibliografia

Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Livros, teses, artigos em coletâneas

"Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros". In: VALLADARES, Lícia (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

"Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?" In: VELHO, Gilberto (org.). *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. (Originalmente dissertação de mestrado no PPGAS/UFRJ sob o título "Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro", 1979).

Coordenador. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro, Finep/Ibam, 1982.

"Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe?" In: VALLADARES, Lícia (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Formações metropolitanas no Brasil: mecanismos estruturantes. Tese de Doutorado na FAU/USP, 1984.

A cidade como um jogo de cartas. Niterói, Eduff; São Paulo, Projeto Editores Associados, 1988. (Este livro foi realizado com base no estudo *Seis novas cidades em Roraima*, Ibam, Rio, 1985 e na tese para concurso de professor-titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, 1985).

Artigos publicados em revistas

"O caso dos transportes de massa frente aos sistemas urbanos: condicionadores x condicionados?". In: *Revista de Administração Municipal*, n.144 (13-32). Rio de Janeiro, Ibam, 1977.

"Transportes de massa – condicionadores ou condicionados?". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 144 (13-31). Rio de Janeiro, Ibam, set/out. 1977. Edição Especial.

"Voltando a pensar em favelas por causa das periferias". In: *Nueva Sociedad*, n.30 (22-39). Caracas, 1977 e nos *Anais do Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional*. Rio de Janeiro, PUC-NEURB (51-79), 1978.

"Associações de Bairro e associações de Moradores: estarão as pranchetas mudando de rumo?". In: *Revista Chão*, n. 1 (22-31), Rio de Janeiro, 1978.

"Metaurbanização – o caso do Rio de Janeiro". Com Olga Bronstein. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 149 (6-34), Rio de Janeiro, Ibam, out./dez. 1978.

"Entre o Rio de Janeiro e Brasília, a arquitetura e sempre". In: *Revista Summa*, n. 142 (68-74), Buenos Aires, 1979.

"O Campus Universitário no Brasil: aspectos ideológicos". In: *Revista Civilização Brasileira*, n. 16 (97-103), Rio de Janeiro, 1979.

"Brasília, o paradoxo das três vocações concentradoras". Com Jaerson Lucas Bezerra. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 155 (6-16), Rio de Janeiro, Ibam, abr./jun. 1980.

"Como vai a pesquisa urbana brasileira?" Com Paulo Fernando Cavallieri. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 154 (6-34), Rio de Janeiro, Ibam, jan./mar. 1980.

"Como projetar de baixo para cima – uma experiência em favela". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 156 (6-27), Rio de Janeiro, Ibam, jul./set. 1980.

"Condomínios exclusivos – o que diria a respeito um antropólogo?". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 160 (6-29), Rio de Janeiro, Ibam, jul./set. 1981.

"Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo?". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 160 (6-26), Rio de Janeiro, Ibam, 1981.

"Um tema dos mais solicitados: como e o quê pesquisar em favelas". De Rogério Aroeira Neves com a colaboração de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 161 (8-19), Rio de Janeiro, Ibam, out./dez. 1981.

"A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 165 (6-17), Rio de Janeiro, Ibam, out./dez. 1982.

"Moço, eu vim por causa do movimento ou a crença numa cidade democrática neste mundo". In: *Revista Projeto*, n. 44 (28-31), São Paulo, 1982.

"Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas". In: *Revista Espaço & Debates*, n. 11 (28-40), São Paulo, 1984.

"Metrópoles e outras cidades brasileiras: bem antes de 60, muito depois de 80". In: *Revista Espaço & Debates*, n. 13 (103-116), São Paulo, 1984.

"Loteamentos na periferia metropolitana". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 32 (20-39), Rio de Janeiro, Ibam, jan./mar. 1985.

"Quase quinhentos anos de planejamento autoritário – e agora?". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 176 (40-45), Rio de Janeiro, Ibam, jul./set. 1985.

"Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo". In: *Revista Projeto*, n. 86, São Paulo, 1986.

"Para cada forma de dominação a utopia que merece". In: *Revista Summarios*, n. 100/101, Buenos Aires, 1986 e na *Arquitetura Revista*, n. 3, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

"Porque ver as cidades com as crianças". Arno Vogel com a colaboração de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 181 (6-15), Rio de Janeiro, Ibam, out./dez. 1986.

"Princípios para desenhar cidades novas em Roraima". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 182 (20-25), Rio de Janeiro, Ibam, jan./mar. 1987.

"Questionar, mas (com) paixão". In: *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n. 9, São Paulo, Editora Pini, 1987.

"As cidades, os comportamentos e as leis". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 186 (38-44), Rio de Janeiro, Ibam, jan./mar. 1988.

"A cidade: como por um pinga em seu i". In: *Revista Projeto*, n. 111 (113-114), São Paulo, 1988.

"O futuro está aí – seremos todos agentes de Nostradamus?". In: *Revista Projeto*, n. 115 (139-142), São Paulo, 1988.

"As cidades enormes ou como aprendi a gostar delas com o Dr. Strangelove". In: *Revista Projeto*, n. 100 (111-114), São Paulo, 1988.

"O território ideal dos arquitetos não existe em parte alguma, mas está aqui mesmo". In: *Revista Projeto*, n. 118 (127-129), São Paulo, 1989.

"Assentamentos urbanos marginais e habitação: ações para superar a pobreza". Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Daniel Gonzales Putnam, Luis Boada Domenech e outros. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 190 (6-21), Rio de Janeiro, Ibam, jan./mar. 1989.

"Planos e diretores". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 190 (76-7 ou 16-17), Rio de Janeiro, Ibam, jan./mar. 1989.

"Blumenau: perspectivas para o ano 2000". In: *Revista de Administração Municipal*, n. 191 (64-80), Rio de Janeiro, Ibam, abr./jun. 1989.

Índices

Índice Onomástico:

- Manuel Antônio Pereira Nunes, 86
Adina Mera, 113-114, 133-134
Afonso Accorsi, 114
Afonso Eduardo Reidy, 6-8, 14-24,
27-39, 42-52, 143, 147, 205
Alberto Guerreiro Ramos, 61
Alberto Lopes, 115
Alberto Monteiro de Carvalho, 16
Afonso Augusto de Albuquerque
Lima, 96
Alceu Amoroso Lima, 79
Alcides Rocha Miranda, 15, 167
Alexandre Carlos de Albuquerque,
113
Alfred Hubert Donat Agache, 19-
20, 27-28, 38, 178
Alfredo Sirks, 182
Alomar de Andrade Baleeiro, 85
Almir Machado, 150, 194
Aloísio Magalhães, 209, 211
Álvaro Bastos do Valle, 152-153
Amarido da Fonseca, 69
Amaral Neto, 73
Ana Maria Brasileiro, 110
Ângela Fonti, 219
Anísio Medeiros, 22, 55
Anthony Leeds, 110
Antônio Carlos Peixoto de
Magalhães, 75
Antonio Houaiss, 191
Archimedes Memória, 53, 144
Arlindo Laviola, 49
Armando Mendes, 206-208
Arnaldo Blank, 95
Arnaldo Chaim, 112
Arnaldo Mourthé, 161
Arno Vogel, 214
Artola (padre), 97, 116
Artur Alonso (padre), 81
Ascânio Lopes, 55
Atílio Corrêa Lima, 32
Augusto Ivan de Freitas Pinheiro,
130, 219-220
Aureliano Chaves, 191
Benedita Souza da Silva Santos, 160
Bittencourt Sampaio, 54
Breno Arruda, 220
Bruno Giorgi, 56
Cândida (dona), 75
Cândido Torquato Portinari, 53, 56
Carlos Alberto Medina, 65-66
Carlos Alberto Pinto, 219
Carlos Carvalho, 152
Carlos César Machado, 148
Carlos Drummond de Andrade,
53, 55, 192
Carlos Flexa Ribeiro, 54, 69, 81, 85,
91, 144-145
Carlos Freire, 147
Carlos Frederico Werneck de
Lacerda, 21, 43, 51, 54, 60, 67-75,
78, 80-83, 85-86, 89-95, 97, 99,
108, 137, 146, 148, 152, 154,
169, 192-193, 208, 218
Carlos Leão, 29, 49, 53
Carlos de Lima Cavalcanti, 15
Carlos Moacyr Gomes de
Almeida, 121, 152
Carlos Nelson Ferreira dos Santos
8, 104-132, 135, 168-169,
176, 207-208, 212-215
Carlos Teófilo, 193, 200
Carlos Werneck, 43
Carmen Oliveira, 43
Carmen Velasco Portinho, 8, 17, 19,
21-22, 32-36, 40-41, 45-46,
49-51, 55
Humberto de Alencar Castelo
Branco, 78, 91-96
César Maia, 24, 78, 81, 99, 101,
137, 160-164, 174-175, 179,
201, 218-221
Clara Perelberg Steinberg, 40
César Seroa da Mota, 148
Antônio de Pádua Chagas Freitas,
46, 98, 148, 150, 153, 171, 173,
190-191, 193-198, 200
Christopher Alexander, 128
Cristiane Jalles, 9
Cleanto de Paiva Leite, 133
Clementina D'Ambrósio, 114
Cleuler Loyola de Barros, 111
Clóvis Monteiro, 79
Clóvis Salgado da Gama, 65
Coelho de Souza, 81
Arthur da Costa e Silva, 74-75, 96, 192
Darcy Ribeiro, 156, 159
David Cardeman, 149
Dilza Terra, 216-217
Diogo Lordello de Mello, 111
Constantino A. Doxiadis, 82, 89-90,
100-101, 113, 154-155, 160, 192-
193, 213
Dulce Magalhães, 79
Edgar Monteiro da Rocha, 217
Edgard da Matta Machado, 81
Edgard Flexa Ribeiro, 9
Edgard Gonçalves da Rocha, 185
Eduardo Nascimento, 216
Edison Passos, 38
Eduardo Mendes de Vasconcelos, 111
Eduardo Paes, 218
Eduardo Rios, 64
Elias Kauffman, 168
Elizabeth Leeds, 110
Emeric Marcier, 55
Emílio Ibrahim, 148
Emílio Moura, 55
Enalio Cravo Peixoto, 146
Enrique de Resende, 55
Ermínia Maricato, 116
Ernani Vasconcelos, 29
Ernesto Geisel, 152-153, 194, 198
Eugenio de Araújo Sales (dom), 64
Fábio de Macedo Soares Guimarães, 62
Florian Peixoto Faria Lima (governador),
153, 170, 173, 198
Feliciano Pena Chaves, 41-42
Fernando Caséno, 108
Fernando Soto, 168
Flávio Cavalcanti, 74
Flávio Ferreira, 157-158, 160, 174
Francisco de Mello Franco, 148-149,
Francisco de Paula Lemos Bafonha, 49,
54, 144
Francisco Campos, 191
Francisco Eduardo de Paula Machado, 195
Francisco Inácio Peixoto, 55
Francisco Whitaker Ferreira, 113, 133
Françoise Choay, 128
Frank Lloyd Wright, 144-145
Gaston Bachelard, 128
George Haussmann, 157, 206
Geraldo Moreira, 69
Gerúlio Dornelles Vargas, 20, 63-64, 133
Gilberto Velho, 107, 110
Gilberto Freyre, 61
Gilda Blank, 108
Gislon Luna, 218
Gladstone Chaves de Melo, 79, 81
Golbery do Couto e Silva, 198
Grandjean de Montigny, 14, 161
Gregori Warchavchik, 145
Guilhermino César, 55
Gustavo Capanema Filho, 34, 45, 53, 61
Gustavo Corção, 79
Haroldo Graça Couto, 196
Hélter Câmara (dom), 71-72, 81-82
Helena Madamirowa Antipoff, 63-64
Hélia Nacif Xavier, 9, 137
Hélio Beltrão, 74
Hélio Mamede, 43, 154
Hélio Marinho, 114, 154
Hélio Modesto, 43, 113-114, 133, 154,
195
Heloísa Munsee de Abranches, 97-98
Henrique de Toledo Dodsworth Filho, 38
Henrique Ephim Mindlin, 34, 143
Herbert José de Souza, o Betinho, 130
Hilgard O'Reilly Sternberg, 61
Hugo de Andrade Abreu (general), 150,
194
Humberto Mauro, 55
Iedo Pitanguy, 114
Isa Gouveia, 89
Isabel Cristina Eiras de Oliveira, 109, 111
Israel Klabin, 153, 206-209, 215
Ítalo Campofiorito, 209
Ivan Illich, 128
Jacques Lambert, 61
Jaime de Barros Câmara (dom), 72, 79
Jaime Lerner, 138, 220
Jamil Haddad, 208-209, 215-216
Jane Jacobs, 128, 205
Janice Perlman, 137
Jânio da Silva Quadros, 67, 124, 146
Jarbas Gonçalves Passarinho, 134
Jean-Pierre Verrant, 128
Jó Antônio de Resende, 130, 156,
158-159
João Carlos Sampaio, 116, 160
João Carlos Serian, 113
João Carlos Vital (prefeito), 51
João Cleofas de Oliveira, 63
João Fortes, 96
João Belchior Marques Goulart (Jango),
72, 82, 92, 130
João Mendes, 218
João Teixeira Soares, 143
Joaquim Chaves Caldas Filho, 147
Joel Cortes, 88
John Foster Dulles, 73
John Kennedy, 87
John Turner, 109
Johnson Marshall, 114
Jordi Boria, 163
Jorge Eduardo Alves de Souza, 144
Jorge Hue, 45
Jorge Machado Moreira, 15, 29, 32, 43,
49, 52, 143-144, 147
Jorge Magalhães, 90
Jorge Oscar de Melo Flores, 83
Jorge Zaur, 62
José Arthur Rios, 64, 68, 73-74, 81-85, 97
José Carlos Barbosa Moreira, 71, 73
José Eduardo de Macedo Soares, 42-43
José Inácio Peixoto, 55-56
José Maria dos Santos Araújo
Cavalcanti, 133
José Mariano Carneiro da
Cunha Filho, 38
José Olympio, 143
José Pacheco de Medeiros, 55-56
José Pessoa (marechal), 31-32, 51
José Piquet Carneiro, 54

- José Rubem Fomera, 209
 Julio Coacy, 152
 Júlio Coutinho (prefeito), 153, 208, 210, 215, 218
 Júlio de Mesquita Filho, 67
 Júlio Rodrigues, 97
 Juscelino Kubitschek de Oliveira, 32, 45-46, 49, 51, 53-54, 65, 67, 71, 143-144, 178, 191, 195
 Kevin Lynch, 129
 Lauro Cavalcanti, 9
 Laurence Fleming, 31
 Le Corbusier - Charles Edouard Jeanneret, 7, 15-16, 18-19, 28-30, 32, 34, 39, 45, 52, 144
 Joseph Lebrat (padre), 60, 66-67
 Lélia Coelho Frota, 209
 Leonel de Moura Brizola, 83, 92, 99, 154-156, 160, 164, 173, 208, 215-216
 Leonel Franca (padre), 79
 Letícia Hazam, 204
 Lício do Prado Valladares, 96, 110, 116, 129
 Lúcia Prado Lopes, 40
 Lúcia Oliveira, 114
 Lincoln Gordon, 72
 Lourenço de Almeida Prado, 81
 Lota (Maria Carlota) Costalat de Macedo Soares, 21, 40, 42-44, 143, 145-147
 Lucas Nogueira Garcez, 66
 Lúcio Pereira dos Santos, 219
 Lúcio Ribeiro da Costa, 7, 8, 12, 15-16, 20, 28-31, 34, 36, 38-39, 45, 49, 51-54, 143-145, 148-149, 156-157, 178, 190-191, 193-194, 195-200
 Luís Antônio Machado, 110, 129
 Luís Carlos Nunes, 15
 Luís Carlos Velho, 152
 Luís César de Queirós Ribeiro, 111
 Luís da Costa Pinto, 61
 Luís Fernando Fontenelle, 65
 Luís Fernando Xavier, 219
 Luís Viana Filho, 75
 Luiz Paulo Conde, 45, 78, 99, 101, 116, 137, 162-164, 166, 169, 173-179, 182, 218, 220-221
 Luiza Erundina de Souza, 36, 116
 Lysia Bernardes, 62, 151, 168-172, 175
 Magne (padre), 79
 Manfredo Tafuri, 128
 Manuel Bandeira, 191
 Manuel Castells, 116, 124
 Marcelo Nunes de Alencar, 156, 160-162, 209, 212, 216-218
 Marcelo Garcia, 69
 Marcelo Roberto, 20
 Marclio Marques Moreira, 97
 Márcio Müller dos Santos, 75, 175
 Marcos Mayerhofer Rissin, 113
 Marcos Tito Tamoio da Silva, 43, 142, 150-153, 198, 207, 217-218
 Margareth da Silva Pereira, 8
 Maria da Graça Neves, 9, 137
 Maria Elisa Costa, 148, 230
 Maria Lai's Pereira da Silva, 8, 105-106, 130
 Maria Tereza Lobo, 111
 Maria Yedda Linhares, 217
 Marieta de Moraes Ferreira, 9
 Mário de Andrade, 191
 Mário David Andrazza, 194-196
 Mário Trindade, 95
 Marlene Fernandes, 114
 Marilice Azevedo, 114
 Mario Costa e Souza, 204
 Marques Porto, 46, 50
 Marques Rebelo, 55
 Martins de Almeida, 55
 Mateus Schneider, 206
 Mauricio de Abreu, 111, 129-130, 170-171
 Maurício Campos de Medeiros, 65
 Maurício Kleiman, 115
 Maurício Nogueira, 151, 170, 172
 Maunício Roberto, 20, 143
 Mauro Bitar, 9
 Mauro de Salles Villar, 191
 Emílio Garrastazu Médici, 113, 191, 193
 Mem de Sá (senador), 92
 Mendes de Moraes (prefeito), 30, 33, 45, 49-51
 Michael Rodell, 205
 Michel de Certeau, 128
 Michel Foucault, 128
 Mies van der Rohe, 27, 29
 Miguel Alves de Lima, 62, 64
 Milton Santos, 112, 124, 170, 172
 Milton Roberto, 20
 Miro (Valdemiro) Abdalla Teixeira, 84-85, 98
 Wellington Moreira Franco, 159
 Nabíl Georges Bonluk, 29-30, 33, 36, 42
 Luis Gonzaga do Nascimento e Silva, 95
 Nazita Salgado, 55
 Francisco Negrão de Lima (prefeito), 42-43, 55, 76, 84, 90-91, 97, 108, 147-149, 155, 192-194, 200, 203, 207
 Néida Cuiñas Piñon, 209
 Nelson Romero, 63-64
 Nilo Bernardes, 62, 169, 171
 Nina Rabha, 219-220
 Niomar Muniz Sodré, 46
 Noel de Medeiros Rosa, 15
 Octávio Gouvêa de Bulhões, 93
 Olga Bronstein, 111, 130, 134, 219
 José de Oliveira Reis, 21, 37-38, 51
 Oriol Bohigas, 163-164
 Orlando Valverde, 62
 Oscar Niemeyer Soares Filho, 7, 15, 18-19, 29, 30-32, 38, 45, 49, 53-54, 55, 144, 178, 191, 198-199, 214
 Osório Nunes, 133
 Ottoni Alvim Gomes, 55
 Patrick Crooke, 205
 Paul Singer, 112
 Paula Nader, 96-97
 Paulo Bittencourt, 46
 Paulo de Camargo, 38
 Paulo de Frontin, 38, 143
 Paulo Fernando Cavaliere, 9, 111
 Paulo Saad, 169
 Paulo Ferreira dos Santos, 144, 145
 Pedro Aleixo, 92
 Pedro Ernesto, 38
 Pedro Teixeira Soares, 194-195
 Pereira Carneiro (condessa), 97
 Francisco Pereira Passos (prefeito), 164, 206
 Pio XI, 79
 Antonio Paulo Júnior (prefeito), 19
 Rachel Jardim, 209, 219
 Rafael da Silva Xavier, 133
 Rafael de Almeida Magalhães, 43, 73, 90
 Raimundo de Paula Soares, 44, 147-148
 Raimundo Ottoni de Castro Maya, 54, 144
 Raul Pila, 67
 Reis Veloso, 193
 Roberto Burle Marx, 15, 22, 31-32, 43, 45, 52-53, 55, 147, 149, 196
 Roberto de Oliveira Campos, 83, 93-95, 191-192
 Roberto Ribeiro, 216
 Roberto Saturnino Braga, 130, 156-160, 174
 Roberto Talma Sampaio, 151
 Rodrigo Mello Franco de Andrade, 53, 191-192, 200
 Rogério Azeiteiro Neves, 108, 126, 130
 Romeu Loures, 90
 Rômulo Barreto de Almeida, 133
 Ronaldo Costa Couto, 150-151, 153, 172
 Ronaldo Fabrício, 153
 Rondon Pacheco, 92
 Rosário Fusco, 55
 José Otacilio Sabóia Ribeiro, 9, 32, 34, 144
 Saldanha Coelho (deputado), 85
 Sami Jorge, 69
 Samir Haddad, 209
 Samuel Sztzgliig, 151-152
 Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque, 8, 59-60, 77-78, 80, 82, 84-85, 87, 90, 94, 169
 Sandra Raggio Salim, 98
 Santa Rosa, 55
 Sérgio Bernardes, 43, 74, 143-144
 Sérgio de Oliveira Cabral Santos, 209
 Sérgio Dourado, 152
 Sérgio Lamarão, 9
 Sérgio Magalhães, 116, 157, 160
 Sérgio Roberto Lordello dos Santos, 171
 Severo Gomes, 32, 191
 Sílvia Cataldo, 207
 Sílvia Ferraz, 108
 Sílvia Romero, 63
 Simões Filho, 64
 Solange Amaral, 218
 Sueli M. de Azevedo, 108, 214
 Sylvia Wanderley, 108-109, 126
 Tales Memória, 144
 Tancredo de Almeida Neves, 91
 Tarso da Silveira, 79
 Thomas Lynn Smith, 61-62
 Thomas Morus, 36
 Toledo Piza, 66
 Veiga Brito, 90
 Vera Pacheco Jordão, 143
 Vera Jordão Olympio, 143
 Vicente Barreto, 215
 Víctor Olavo Prochnik, 133
 Vinícius Caldeira Brandt, 107
 Walter Gropius, 27, 29
 Vladimir Alves de Sousa, 144, 149
 José Zanine Caldas, 167
 Zé Chagas Freitas, 46, 210

Índice temático:

- ABM (Associação Brasileira de Municípios), 133
 Ademi, 149, 163, 211
 Anpur (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 112, 124
 AP (Ação Popular), 107
 Arco do Teles, 54, 211
 Arena (Aliança Renovadora Nacional), 153
 Aterro do Flamengo, 42-43, 52, 56, 113, 146
 Alagados, favela dos, 75-76
 Autódromo da Barra, 149, 195, 197-198
 Barra da Tijuca, 8, 53, 101, 149, 157, 167, 178, 182, 192-201, 209
 Bauhaus, 27, 30, 144
 BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) ver BNDES
 BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), 72, 95, 133, 156
 BNH (Banco Nacional de Habitação), 23, 69-70, 75-76, 78, 80, 90, 92-96, 108, 111, 116-117, 120-121, 123, 158, 161-162, 168-169
 Brás de Pina, favela de, 8, 82, 91, 97, 108-110, 116, 122-124, 126, 128, 203
 Brasília, 18-20, 30-32, 35, 37, 45, 51-53, 67, 100-101, 122-123, 127, 137, 144-145, 152, 15-157, 161, 178, 190-191, 194, 198
 Campanha Nacional de Educação Rural, 63, 65, 162-165
 Canoas, viaduto das, 40-42, 45
 Castelo, esplanada do, 27, 31, 38-39

- Catacumba, 31, 36, 58, 69-70
 Cataguases, 54-56
Catumbi, 108, 122, 128, 207-208, 128, 215
 Cedug (Comissão de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara), 154-155
 Cernuam (Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal), 113-114, 133, 169
 Centro Dom Vital, 79
 Centro Tecnológico da Aeronáutica, projeto do, 19, 31-32
 CHISAM (Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), 96, 98, 168
 Ciam (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), 15
 Ciep (Centro Integrado de Educação Pública), 29, 83, 156, 185
 Clube de Engenharia, 46, 113, 143, 149, 163
 Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), 76, 84, 97, 108, 110, 122, 124, 168, 203
 Cohab (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara), 90, 94-96, 98
 Compur (Conselho de Política Urbana), 161-163, 181
 Comunidades Eclesiais de Base, 82
 Coordenação de Serviços Sociais, 68, 70, 85
 Coplan (Comissão do Plano da Cidade), 21, 32, 38, 148, 153
 Corredor Cultural, 8, 130, 202, 205, 207-212, 217-218
 Correio da Manhã, jornal, 46, 51
 CPU (Centro de Pesquisas Urbanas), 8, 106, 110-111, 116, 118-120, 122, 125, 129, 132, 135-136
 Cruzada São Sebastião, 71-72, 81
 Departamento de Urbanismo, 17, 20, 30, 32-33, 35, 37-38, 42, 46, 50-51, 147-148
 DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), 149, 192
 Dois Irmãos, túnel, 197
 Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), 142, 153, 190-191
 Ensar (Escola Nacional de Serviços Urbanos), 113-114, 129, 133-134, 136
 Escola de Belas Artes, 15, 27, 30, 32, 38, 49, 53, 144, 191
 Escola Nacional de Belas Artes ver Escola de Belas Artes
 Escritório de Programação Urbana, 148
 Escritório de Planejamento Urbano, 148-149
 Esqueleto, favela do, 83
 Estado de São Paulo, O (Estado), jornal, 60, 67
 Fafeg (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara), 108, 130
 Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), 130, 158, 163
 Favela-Bairro, 24, 76, 99, 116, 124-125, 164, 169, 176, 179, 185, 216, 220
 Fiderj (Fundação Instituto do Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro), 142, 151, 153
 Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), 111, 120, 190-193
 Fundação Leão XIII, 71, 88, 90
 Fundo Rio (Fundo Municipal de Desenvolvimento Social), 206, 214-217
 Fundrem (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana), 150-151, 166, 171-173, 185, 220
 Gávea, Parque Proletário da, 67-68
 GTB (Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá), 149, 194
 IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), 113, 149, 163, 182
 IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 62, 169
 Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), 8, 74, 100, 106, 108-116, 118-123, 125, 129-130, 132-137, 166, 169, 175-177, 184-185, 214
 Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), 211
 Instituto de Educação, 61-62, 79
 Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 190-191, 211
 IplanRio, 129, 180, 185, 202, 216-218, 221
 IPP (Instituto Pereira Passos), 177, 221
 Jardim Catarina, 120, 123
 Lagoa-Barra, auto-estrada, 149, 192
 MAM (Museu de Arte Moderna), 18, 21, 28-29, 33, 44-46, 144
 Maré, favela da, 75, 83
 Marinheiros, viaduto dos, 147
 MDB (Movimento Democrático Brasileiro), 153
 MEC (Ministério da Educação e Cultura), 15-16, 28-32, 34, 53, 130, 134, 192
 Ministério da Educação e Saúde ver MEC
 Morro Azul, favela do, 108, 122
 Movimento de Economia e Humanismo, 66
 Norte-Sul, avenida, 148, 203, 205
 Nova Holanda, favela, 70
 Palácio Monroe, 33, 198
 Pampulha, 18, 49, 53-54
 Paqueta, conjunto residencial de, 48, 51
 Parque Guinle, 29
 PAs (Planos de Alinhamento), 179, 183, 206
 Pasmado, favela do, 83, 86
 Paulo de Frontin, viaduto, 148
 Pavão-Pavãozinho, morro do, 99, 216
 PDT (Partido Democrático Trabalhista), 156, 160-161, 217
 Pedregulho, conjunto do (Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes), 8, 12, 18, 21-25, 28-29, 31, 34-36, 45, 50-51, 55
 Perimetral, 21, 39, 140, 145, 148
 PL (Partido Libertador), 67
 Plano Agache, 19-20, 27-28, 38, 157, 192-193
 Plano Doxiadis, 89-90, 113, 154-155, 160, 193
 Plano Diretor do Rio, 21, 89, 137, 143, 160-163, 172, 177, 181-182
 Praia do Pinto, favela, 84, 96, 155, 207
 Projeto Mutirão, 215-216
 Providência, morro da, 220
 PT (Partido dos Trabalhadores), 217
 PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), 64, 69
 PUC (Pontifícia Universidade Católica), 14, 26, 62, 79, 89
 PUB-Rio (Plano Urbanístico do Rio de Janeiro), 113, 154, 160, 207
 Quadra, grupo, 108, 111, 124-125
 Rebouças, túnel, 91, 147-149, 192, 213
 Riocentro, 195, 197-198
 Rio Cidade, 14, 115-116, 164, 179, 185, 220
 Rio das Pedras, favela do, 155, 195
 Rio Orla, 179, 218
 Rio-Santos, estrada, 149, 192
 Rio-Niterói, ponte, 100, 167, 192, 195
 Rocinha, favela, 68, 84, 99
 Saara (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), 203, 205, 208, 211
 Sagma (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), 66
 Sambódromo, 29, 128, 156, 213-214
 San Tiago Dantas, viaduto, 147
 Santa Bárbara, túnel, 147-148, 208, 213
 Santo Antônio, esplanada de, 30-33, 38, 45, 52
 Sarca (Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca), 208
 Sarem (Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios), 111, 134
 Secretaria de Desenvolvimento Social, 155, 216
 Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 89, 157, 159-161
 Secretaria de Educação e Cultura, 48
 Secretaria de Habitação, 216
 Secretaria de Planejamento do Estado da Guanabara, 114, 142
 Secretaria de Serviços Sociais, 85, 88, 90, 92, 99, 169
 Secretaria de Transportes, 212
 Secretaria de Urbanismo, 162, 174-175, 177-178, 180-181, 206
 Secretaria de Viação e Obras Públicas, 20, 35, 49
 Secretaria Estadual de Planejamento, 150-151
 Secretaria Municipal de Planejamento, 150-151, 153, 206
 Selva de Pedra, 96, 207
 Sepetiba, porto de, 89, 193, 195, 198
 Serviço de Estudos e Projetos, 40, 42
 Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública), 65-66
 SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), 215-216
 SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo), 9, 142, 166, 174, 181-182
 Sociedade de Pesquisa e Planejamento, 67
 Sphan (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 38, 53, 144, 191, 205, 211 ver *Iphan*
 Sudebar (Superintendência do Desenvolvimento da Barra da Tijuca), 149-150, 194
 Sursan (Superintendência de Urbanização e Saneamento), 43-44, 90, 142, 146-147
 Tribuna da Imprensa, jornal, 67, 75
 UBr (Universidade do Brasil), 32, 48-49, 60, 114, 143
 UDF (Universidade do Distrito Federal), 191
 UDN (União Democrática Nacional), 67, 69, 79, 81-82
 UEG (Universidade do Estado da Guanabara), 83
 UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), 46, 62, 83
 UFF (Universidade Federal Fluminense), 8, 26, 106-107, 109, 114, 118-120, 122-123
 UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), 14-15, 26, 96, 106, 108, 112, 114, 118-119, 124, 131, 167-170, 177, 203, 210
 Vila Isabel, conjunto residencial de, 48, 51, 94
 Vila Kennedy, 84, 86-89, 91, 96-97, 155
 Viva Rio, movimento, 130

Créditos de Imagens

Imagens da capa, na sequência:

Projeto de Reidy para a Catacumba, Rio de Janeiro –
Acervo Grupo de Pesquisa e Assessoria em Habitação
e Urbanismo da USP (fundo)
Aterro do Flamengo em construção – Acervo IBGE
Favela de Brás de Pina – Acervo IBGE
Vila Kennedy – Acervo AGCRJ

1. Acervo Museu de Arte Moderna (MAM) –
Reprodução fotográfica de Gustavo Furtado
2. Acervo Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas (FGV)
3. Foto de Alfredo Britto, acervo pessoal.
4. Acervo Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro
(AGCRJ) – Reprodução fotográfica de Marco Belandi
5. Acervo Instituto Moreira Salles
Foto de Marcel Gautherot
6. Acervo Instituto Moreira Salles
Foto de Marcel Gautherot
7. Acervo MAM- Reprodução fotográfica de
Gustavo Furtado
8. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
9. Acervo Cpdoc/FGV
- 10 e 11. Acervo Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística (IBGE)
12. Acervo MAM – Reprodução fotográfica de
Gustavo Furtado
- 13, 14 e 15. Acervo MAM – Reprodução fotográfica
de Gustavo Furtado
16. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
17. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
18. Acervo Instituto Moreira Salles (IMS)
19. Acervo MAM – Reprodução fotográfica de
Gustavo Furtado
20. Acervo MAM – Reprodução fotográfica de
Gustavo Furtado
21. Acervo MAM – Reprodução fotográfica de
Gustavo Furtado
22. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
23. Acervo MAM – Reprodução fotográfica de
Gustavo Furtado
24. Acervo IBGE
25. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
26. Acervo pessoal Vera Bernardes

27. Acervo pessoal José Arthur Rios
- 28 e 29. Agência O Estado de São Paulo
30. Acervo pessoal José Arthur Rios
31. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
32. Acervo IBGE
- 33 e 34. Acervo Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
– Secretaria Municipal de Habitação
35. Acervo pessoal Sandra Cavalcanti
36. Acervo pessoal Sandra Cavalcanti
37. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
38. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
39. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
40. Acervo pessoal Isabel Cristina Eiras
41. Acervo pessoal Lúcia Lippi
42. Foto de Isabel Cristina Eiras, acervo pessoal.
- 43, 44 e 45. Acervo pessoal Isabel Cristina Eiras, fotos
de Rogério Aroeira Neves
- 46 e 47. Acervo pessoal Isabel Cristina Eiras, fotos de
Rogério Aroeira Neves
48. Acervo pessoal Isabel Cristina Eiras, foto de
Rogério Aroeira Neves
- 49 e 50. Acervo pessoal Isabel Cristina Eiras, fotos de
Rogério Aroeira Neves
51. Acervo Ibam
52. Acervo IBGE
53. Acervo IBGE
54. Acervo AGCRJ – Reprodução fotográfica de
Marco Belandi
55. Agência JB
- 57 e 58 – Acervo Prefeitura da Cidade do Rio de
Janeiro – Secretaria Municipal de Habitação
59. Acervo pessoal Vera Bernardes
60. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – RioArte –
Corredor Cultural – Foto Zeca Linhares
61. Acervo IBGE
62. Acervo IBGE
63. Acervo IBGE
64. Acervo Maria Elisa Costa
- 65 e 66. Prefeitura do Rio de Janeiro
67. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – RioArte –
Corredor Cultural – Foto Zeca Linhares
68. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – RioArte –
Corredor Cultural
69. Agência O Globo, foto Alcyr Cavalcanti.

Agradecemos a todos que gentilmente cederam as imagens para este livro e todos que contribuíram para a pesquisa iconográfica: Alfredo Britto, Ana Luiza Nobre, Angela e Vera Bernardes, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Beth Grigor, Cristina Zappa, Isabel Cristina Eiras, Ivone Ferraz, José Arthur Rios, Leila Castanheira, Magaly Gonzales, Márcia Vancelote, Marcos Mulatinho, Maria Elisa Costa, Maria Lais Pereira da Silva, Maria Teresa Passos Bastos, Maria Teresa Silveira Peixoto, Mario Aisen, Nabil Bonduki, Regina Acioli, Regina Guillot Correa, Roberto Schmidt, Rosana de Freitas, Sandra Cavalcanti, Sonia e Mariana Gomes Pereira..



Terminou-se de imprimir esta obra no Rio de Janeiro no outono de 2002, 99º aniversário de nascimento de Carmen Portinho; Produzida pela Edições Folha Seca, foi composta em tipos frutiger e impressa pela Sermograf em papel cauchê matle.

DEPOIMENTOS DE

ALFREDO BRITTO

MARGARETH DA SILVA PEREIRA

BERTA LEITCHIC

FRANCISCO BOLONHA

JOSÉ ARTHUR RIOS

SANDRA CAVALCANTI

MARIA LAÍS PEREIRA DA SILVA

ISABEL CRISTINA EIRAS

DIOGO LORDELLO DE MELLO

PEDRO TEIXEIRA SOARES

HÉLIA NACIF XAVIER

FRANCISCO DE MELLO FRANCO

AUGUSTO IVAN DE FREITAS PINHEIRO



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil



EDIÇÕES
FOLHA SECA

ISBN 85-87199-04-8



9 788587 199041